

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**  
**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 17/2023**  
**De 14 a 27 de setembro de 2023**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2023**



## SUMÁRIO

---

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

11 Breves comentários sobre a 78ª AGNU - *Santiago Alcázar*

15 Causa e efeito - *Santiago Alcázar*

19 O Brasil e a crise do século - *Adhemar Bahadian*

21 António Guterres pressiona líderes para ambição climática e compromisso com os ODS durante AGNU - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

33 Uma AGNU sem precedentes para a saúde? - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

43 Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU

47 UNGA 78: As reuniões multilaterais paralelas também são importantes - *Paulo M. Buss*

51 Vozes do Sul Global: UNOSSC - G77 - MNA - Centro Sul - *Regina Ungerer*

70 G77 Havana Declaration on “Current development challenges: the role of science, technology and innovation” - 16 setembro de 2023

76 Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China - Havana, Cuba - 16 de setembro de 2023

78 Direito ao Desenvolvimento e a materialidade dos direitos humanos: a superação das desigualdades injustas através de sistemas universais de proteções sociais - *Armando De Negri Filho*

104 Trabalho do PNUD apoia a participação dos países na Cúpula dos ODS e destaca um dilema central para a implementação da Agenda - *Erica Kastrup e Rômulo Paes de Sousa*

110 Anúncio da ‘Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras’ entre Brasil e EUA, com o apoio da OIT, é destaque paralelo durante a 78ª Assembleia Geral da ONU- *René Mendes*

119 Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*

123 Relatório Global Sobre Crianças com Deficiências de Desenvolvimento - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

130 A cooperação Sul-Sul brasileira em segurança alimentar e nutricional e a necessidade da (re)inspiração pelo pensamento de Josué de Castro - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

138 Patrimônio cultural: Preservando o passado e cultivando o futuro - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

142 Banco Mundial - FMI: O que esperar das Reuniões Anuais? - *Isis Pillar Cazumbá*

145 AGNU: Perspectiva brasileira sobre a reforma da OMC - *Claudia Chamas*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

148 Apesar de algum ceticismo, a sociedade civil aposta na Organização das Nações Unidas - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

180 A tempestade e o caos da não proteção social: os movimentos sociais lutam contra o avanço do desequilíbrio climático em meio ao colapso da seguridade social mundial - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

187 Brasil avança nos preparativos para assumir a presidência do G20 e destaques no G7 e OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

196 Lavrov diz que ocidentais veem o avanço da OTAN na região da Ásia-Pacífico como algo positivo e a expansão do BRICS como uma ameaça à dominação ocidental. Enquanto isso os BRICS não param - *Claudia Hoirisch*

201 Saúde em pauta na agenda política regional - *Miryam Minayo, Samia de Brito e Sebastian Tobar*

217 União Africana na UNGA78 - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*

232 Uma nova crise migratória na Europa? - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

236 Regionais da OMS no Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Sudeste Asiático elegem seus novos diretores e não há mais espaço para o *business-as-usual* - *Lúcia Marques*

246 Brasil e China, criando espaços saudáveis para todos - *André Costa Lobato*

249 Discurso de Biden na ONU e parceria EUA-Brasil pelos direitos dos trabalhadores - *Guto Galvão*

### **Autores deste fascículo - 253**

**\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 256**

**\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 257**

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 17/2023 – 14 a 27 de setembro de 2023

#### APRESENTAÇÃO

O fascículo 17 dos *Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* cobre a eletrizante quinzena na qual se realizaram o segmento de alto nível da 78ª. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, Nova York, 18-22 de setembro), com toda sua vasta complexidade; a *Cúpula do G77+China* (Havana, 15-16 de setembro); e a reunião do *Conselho Diretor da Organização Pan-americana da Saúde* (OPAS, Washington, DC, 25-29 de setembro).

Na AGNU, além do *Debate Geral* (19-23 e 26 de setembro), damos destaque para os grandes eventos que se realizaram: a *Cúpula dos ODS* (18-19 de setembro); o *Diálogo de Alto-Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento* (20 de setembro); a *Cúpula da Ambição Climática* (20 de setembro); a *Reunião Ministerial Preparatória para a Cúpula do Futuro* (21 de setembro); e as *Reuniões de Alto-Nível sobre Saúde: Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias* (20 de setembro); *Cobertura Universal em Saúde* (21 de setembro); e *Luta contra a Tuberculose* (22 de setembro).

Em artigos especiais, *Alcázar* trabalha o debate geral da AGNU e discursos de autoridades-chave, como o Secretário-Geral, o presidente da Assembleia e Chefes de Estado escolhidos, destacando o memorável discurso de abertura do magno evento, proferido pelo presidente Lula (e que vem transcrito na íntegra neste fascículo). O embaixador *Bahadian* também tece loas ao pronunciamento do presidente brasileiro. *Galvão e Magalhães* abordam os muitos temas do desenvolvimento sustentável tratados na Assembleia (ver adiante). *Galvão, Reges e Bermudez* debruçam-se sobre as três reuniões de alto-nível da saúde realizadas (idem). *Buss* aborda os principais encontro políticos multilaterais realizados à margem da Assembleia que foram de interesse do Brasil, como as reuniões de chanceleres do G77, de BRICS, de IBAS e dos países da América do Sul.

No dia 04 de outubro, 4ª. feira, de 10h às 12:30h, o CRIS realiza o **Seminário Avançado sobre Saúde e Desenvolvimento na ONU e em dois Continentes: Américas e Áfricas**, abordando toda esta ampla agenda, com especialistas do CRIS e da diplomacia brasileira que participaram dos eventos.

*Ungerer* traz aos leitores os resultados da **Cúpula do G77**, que tem sua Declaração e o discurso do presidente Lula também reproduzidos na íntegra. *Galvão, Reges e Bermudez* analisam as conclusões do **Conselho da OPAS**, que, afinal, define a agenda bienal da saúde das Américas. Os artigos trazem os links de acesso para as declarações resultantes e os principais documentos que alimentaram as discussões.

A análise de *Magalhães e Galvão* cobre os importantes eventos da AGNU: Cúpula dos ODS, Diálogo de Alto Nível em Financiamento para o Desenvolvimento, Cúpula de Ambição Climática e a Reunião Ministerial Preparatória para a Cúpula do Futuro. O Secretário-Geral António Guterres destacou a urgência da crise climática e a necessidade de progresso nas metas dos ODS. No entanto, os avanços em direção aos ODS têm sido insuficientes, com retrocessos em áreas como pobreza e fome. Na *Cúpula da Ambição Climática*, líderes propuseram ações concretas para enfrentar a crise climática, incluindo críticas à indústria de combustíveis fósseis

e compromissos para encerrar a produção de petróleo em alguns países. A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (**SDSN**) realizou uma série de eventos paralelos durante a AGNU de 2023 e a Cúpula dos ODS, incluindo reuniões do Conselho de Liderança, um Fórum de Soluções para os ODS e uma Cúpula da Juventude dos ODS.

Um tema comum, segundo os autores, em todos os eventos foi a necessidade de reformar o sistema financeiro internacional, abordando questões como armadilhas da dívida e fornecendo apoio aos países em desenvolvimento para a implementação de ODS e ações climáticas. Propostas incluíram realocação de subsídios prejudiciais e taxas progressivas sobre setores específicos.

A 78ª Assembleia Geral da ONU teve o marco sem precedentes de **três reuniões de alto nível sobre temas de saúde**: Prevenção, preparo e resposta a pandemias; Cobertura universal de saúde e Tuberculose. O fato de tais tratativas se darem no âmbito ONU demonstra o quão urgente são estas discussões e como compromissos devem ser firmados pelas mais diversas autoridades para o enfrentamento destas narrativas, em busca de sociedades mais saudáveis, justas e seguras, na qual a saúde vai além de um direito humano fundamental. Segundo **Reges, Galvão e Bermudez**, as declarações adotadas sobre as temáticas trazem posicionamentos políticos importantes, cujas consequências devem ser acompanhadas atentamente por todos nós.

Durante a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas foram realizadas diversas sessões paralelas em que o **UNOSSC**, o **G-77**, o **MNA** e o **Centro Sul** estiveram presentes e se manifestaram por intermédio de declarações e opiniões fortes, como nos informa **Ungerer** em seu artigo. A Diretora do **UNOSSC** assinou alguns memorandos de entendimento, por exemplo, com o Banco Islâmico de Desenvolvimento abrindo caminho para uma colaboração e apoio mútuo ainda mais forte, assim como com a OPEC para promover e apoiar iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular para a Agenda 2030. Reuniu-se com o Secretário Geral da Organização de Cooperação Econômica para fortalecer a colaboração inter-regional, e discutiu com o Secretário Executivo da CEPAL, mecanismos de apoio e de como fortalecer o trabalho conjunto, em uma das regiões pioneiras na cooperação Sul-Sul. O **G-77** esteve bastante ativo, a começar pela Cúpula de Ciência e Tecnologia realizada em Havana alguns dias antes da AGNU78, em que os países se comprometeram a criar um ecossistema que apoie a inovação e promova o desenvolvimento de novas tecnologias que beneficie a todos. Durante a AGNU78, o **G-77** participou do Diálogo de Alto Nível sobre financiamento para o desenvolvimento; da Cúpula dos ODS; das discussões sobre a Cúpula do Futuro; da Cúpula da Ambição Climática e promoveu sua reunião anual, na qual foi reativado o *Comitê de Coordenação do G-77 e do MNA* interrompido há 9 anos. O *Centro Sul* avaliou que as reuniões sobre saúde ajudaram a impulsionar o mais alto nível de compromisso político nas questões-chave da saúde global.

Na segunda semana da 54ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, destaque para a intervenção do Embaixador Zamir Akram, do Paquistão, presidente-relator do *Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento*, que apresentou relatório contendo um projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento, incluindo a convocação de uma conferência intergovernamental, sob os auspícios das Nações Unidas, com o mandato de considerar e adotar o pacto. Ainda no bloco dedicado ao Direito ao Desenvolvimento, **De Negri Filho** destaca os diálogos interativos com o Mecanismo de Especialistas e o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento. O Mecanismo de Especialistas produziu um estudo sobre *“Desigualdades e sistemas de proteção social na operacionalização do direito ao desenvolvimento”*, estudo que aponta os sistemas de saúde

universais como parte dos sistemas universais de proteção social, e como sua suficiência qualificada para garantir os direitos humanos não pode prescindir do direito ao desenvolvimento como meio e como finalidade.

Completa o autor que os debates sobre o direito ao desenvolvimento, sobre o desenvolvimento sustentável e o previsível fracasso dos ODS da Agenda de 2030, ganharam notável destaque nas intervenções no CDH e na AGNU, com muitos representantes e chefes de estado apontando as crescentes injustas desigualdades econômicas, sociais, políticas, ambientais e climáticas, com fragilidades desproporcionadas das populações e nações afetadas pela exploração / assimetrias de poder político e econômico. Isto tudo resulta na necessidade urgente de uma nova ordem política e econômica internacional, com profundas reformas do sistema financeiro internacional e dos marcos de cooperação como responsabilidade internacional, o que remeteu ao debate crítico sobre as insuficiências e assimetrias de poder entre o Ocidente e os países do Sul Global, inclusive nos espaços do Sistema das Nações Unidas

O artigo de **Kastrup e Sousa** aborda os resultados do Relatório Integrado de Insights sobre os ODS apresentado pelo **PNUD** no âmbito da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). O documento revela que após três anos de crises consecutivas, os países estão buscando o crescimento a qualquer custo e deixando em segundo plano adoção da Agenda 2030. Revela que o principal problema para os países em desenvolvimento é a falta de espaço fiscal para financiar as transições necessárias, o que demonstra a urgência do debate sobre a reforma da arquitetura financeira internacional.

O artigo de **René Mendes** trata da surpreendente notícia, e das falas do Presidente Joe Biden, do Presidente Lula e do Diretor Geral da **OIT**, assim como do texto da *Declaração Conjunta Brasil-EUA* (assinado em 20 de setembro), focados na promoção do Trabalho Digno (Decente) para os trabalhadores e trabalhadoras de ambos os países, mas com emblemático alcance ampliado e repercussão global. A alegria e a surpresa nascem do ineditismo de dois Chefes de Estado de grandes países tratarem de forma tão franca e direta de tema costumeiramente marginal, de pouca visibilidade e, sobretudo, ofuscado pela truculência das pautas econômicas, movidas pela ideologia neoliberal, pelo individualismo, pelo neofascismo e pela globalização excludente, que têm resultado em violência contra a classe trabalhadora, por sua intenção precarizante do trabalho e das relações de trabalho, geradora de desemprego e subemprego e pela pauperização da classe dos que vivem do trabalho. E morrem pela falta de trabalho ou pelas más condições de trabalho. Daí a surpresa e o espanto, junto com uma certa desconfiança e cautela. Por certo: dia a ser saudado! Como dizia o médico Carlos Gentile de Mello (1918-1982): *“melhor, só se for verdade!”*.

O **Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global** relata a deterioração das condições de saúde no *Sudão*, com destaque para as mortes de crianças causadas por uma combinação de sarampo e desnutrição. Também destaca o curso “Novas Masculinidades”, empreendido pela *ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA*, que está discutindo violência de gênero. Relata ainda a luta de *refugiados venezuelanos* para satisfazer suas necessidades básicas e o apelo do *Papa Francisco* aos europeus para que o Mediterrâneo não se torne um cemitério.

A OMS, associada à **UNICEF**, publicou um *relatório global sobre crianças com deficiências de desenvolvimento*, apresentado e comentado por **Massari e Gomes**. O relatório utilizou dados de pesquisas guiadas pelos princípios das Convenções Internacionais de Direitos Humanos e fornece premissas e abordagens para incluir intencionalmente as necessidades e

aspirações de crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento na organização de políticas e no monitoramento da saúde pública. O documento ainda defende uma maior responsabilização dos Estados e propõe 10 ações prioritárias para acelerar as mudanças rumo a ambientes inclusivos e sistemas de cuidados multissetoriais responsivos para crianças com deficiências de desenvolvimento.

**Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana** discutem o histórico recente da cooperação Sul-Sul brasileira em **segurança alimentar e nutricional**, considerando suas fortalezas e problemas, e as perspectivas de ampliação e fortalecimento dessa cooperação a partir da criação de um Centro Brasil-FAO para a cooperação Sul-Sul trilateral.

A preservação do patrimônio cultural e natural é de suma importância para a humanidade, segundo **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**. Protegê-los de ameaças que possam colocar em risco a sua extinção é imprescindível para manter vivo o conhecimento. A *Convenção do Patrimônio Mundial*, de 1972, desempenha um papel fundamental nesse esforço global. Seu principal objetivo é identificar, preservar e promover locais de herança cultural e natural importantes, conhecidos como "*sítios do Patrimônio Mundial*". O Comitê do Patrimônio Mundial da **UNESCO**, composto por 21 Estados-membros, desempenha um papel crucial na atualização da Lista do Patrimônio Mundial. Neste mês, ocorreu a 45ª sessão do Comitê em Riad, Arábia Saudita, tendo como principal objetivo a inscrição de novos sítios, abordado pelos autores.

O artigo de **Cazumbá** tem como objetivo mostrar a expectativa da realização das Reuniões Anuais 2023 do **Banco Mundial** e do **Fundo Monetário Internacional** para debater sobre as múltiplas crises do cenário global.

A reforma e a modernização da **OMC** foram abordadas no discurso do Presidente Lula na abertura da 78ª AGNU. Ele defendeu o multilateralismo e mencionou o desafio da OMC, antecipando a posição brasileira para a *13ª Conferência Ministerial da OMC*, que ocorrerá em 2024. Segundo **Chamas**, o Brasil defende soluções multilaterais para a interface entre comércio e desenvolvimento, sustentabilidade e subsídios agrícolas e industriais, bem como revitalização do tribunal da Organização. O Presidente Lula destacou ainda a importância e urgência do pronto restabelecimento do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Na quinzena de 9 e 22 de setembro de 2023, foram registradas manifestações de 46 **organizações da sociedade civil de interesse público e de interesse privado**, trabalhados pelo grupo de pesquisadores sob a liderança de **Luiz Eugênio de Sousa**. As principais questões abordadas foram aquelas discutidas na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) como a garantia dos direitos humanos e os compromissos com os ODS e, ainda, a preparação e resposta a pandemias. A crise climática também foi tema frequente nas manifestações, com muitas referências às ondas de calor que atingem diferentes regiões do mundo. Outros temas mencionados foram a adesão a tratados de direitos trabalhistas, a prevenção de doenças não transmissíveis e doenças infecciosas, a insegurança alimentar e a inovação tecnológica. Vale ressaltar que, ainda que os temas discutidos durante a AGNU representem grandes desafios para o presente e o futuro da humanidade, as OSC sabem que não há nenhuma garantia de que as discussões realizadas resultem em ações concretas de enfrentamento das múltiplas crises por que passa o mundo.

O informe de **De Negri e De Negri Filho** discute as ligações entre a saúde mental, a saúde pública global e os eventos climáticos extremos, devido ao reconhecimento de Setembro como o Mês da Conscientização sobre a Saúde Mental - Setembro Amarelo - e também devido aos eventos climáticos extremos observados em todo o mundo neste último mês.

**Hoirisch** inicia seu artigo sobre **BRICS** afirmando que a situação econômica global foi seriamente afetada pela prática de sanções e pelo congelamento de ativos de Estados soberanos. A escassez de recursos, a crescente desigualdade, o aumento do desemprego e o agravamento de outros problemas crônicos na economia global são consequências diretas. Os preços dos alimentos, dos insumos agrícolas básicos e das colheitas são forçados a subir, fazendo com que os países mais vulneráveis e pobres sofram. Na sequência, debruça-se sobre o discurso do chanceler russo *Sergei Lavrov* na AGNU, no qual sublinhou que uma nova ordem mundial está nascendo diante dos nossos olhos, com o futuro sendo criado a partir da luta entre a maioria global e aqueles poucos que usam métodos neocoloniais de subjugação para manter sua dominação, que está em declínio. Nestas circunstâncias, os países do BRICS vêm intensificando o seu trabalho conjunto para garantir que o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável tragam resultados concretos. Cada vez mais vêm lançando novos projetos de infraestrutura e de investimento, o comércio mútuo está crescendo e os contatos industriais estão se expandindo.

**Burger, Esteves e grupo** abordam o **G20**, o **G7** e a **OCDE**. Com a gestão indiana terminando após a realização da Cúpula em Nova Délhi, a agenda oficial do **G20** seguiu um ritmo mais ameno. Os principais desdobramentos da quinzena ficaram a cargo dos preparativos do Brasil para assumir a presidência do grupo, com destaque para os temas abordados nos Seminários Avançados do CRIS. No **G7**, uma importante reunião na Índia poderá resultar na implementação de nova sanção contra a Rússia a fim de enfraquecer sua arrecadação, em meio a discussões sobre a eficácia ou não das sanções já existentes. Ministros das relações exteriores do **G7** aproveitam o espaço da Assembleia Geral das Nações Unidas para pressionar a China na união de esforços contra a guerra da Ucrânia. Na **OCDE**, contrastando com o período de calmaria e sem grandes destaques de e para a organização internacional noticiado nas últimas edições dos Cadernos, a atual quinzena foi marcada pela divulgação de uma rica gama de publicações sobre o atual cenário econômico mundial, além de projeções para o futuro próximo e na recomendação de uma série de medidas a fim de promover a mitigação de ameaças internacionais e seus impactos.

**Minayo, Brito e Tobar**, no seu informe sobre **América Latina e Caribe**, destacam os principais tópicos debatidos por *presidentes latino-americanos na abertura da 78ª Sessão AGNU*; a *Reunião de Ministros de Saúde de América do Sul*, a *Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana* no âmbito do Conselho Diretor da OPAS; o *Acordo para a Criação do Fundo de Adaptação Climática e a Resposta Integral aos Desastres da CELAC*; a *Reunião de Ministros da Área Andina* no âmbito do 60º Conselho Diretor e a criação da *Associação para Cooperação Atlântica*.

Tratam da nova etapa de negociação do *acordo Mercosul-UE* e as prioridades da Presidência Pro Tempore brasileira do *Mercosul*. Informam sobre a publicação do importante relatório da **CEPAL** sobre o atual panorama e desafios da Agenda 2030 e os seus ODS. Trazem a *II Oficina sobre Fortalecimento de tomada de decisões para o controle da pandemia de COVID-19* mediante a vigilância genômica na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru da *ORAS-CONHU* e a Oficina Regional de Intercâmbio de Experiências na gestão de entrada, permanência e saída de pessoas trabalhadoras temporárias migrantes nos Estados Membros da SICA realizada pela *SECOMISCA*; a oficina de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) realizado pela *OTCA* e a *CXXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC)*. Analisam as crescentes tensões entre *República Dominicana e Haiti* e as disputas entre *Argentina e Paraguai* sobre uma hidrovia e uma hidrelétrica.



Abordam o aniversário de 50 anos do *golpe de Estado de Pinochet no Chile*. Trazem a *palestra de Aluísio Mercadante na CEPAL*, ressaltando a necessidade de a região agir com coragem para impulsionar a sua integração. Ainda no âmbito da CEPAL, destacam a publicação de seu relatório anual “*Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023*”. Informam sobre as restrições na Hidrovia Paraná-Paraguai, que têm gerado dificuldades na livre circulação, e a origem do conflito em torno da mesma. Igualmente, observam a publicação do relatório da SEGIB sobre Violência Econômica e Patrimonial como Violência de Gênero. No âmbito da *Cúpula do G20*, analisam os desdobramentos da *Cúpula da Amazônia* e do *Acordo UE-Mercosul*. Tratam da *XXXVI Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina*, organizada pela ORASCONHU, do lançamento das Funções Essenciais de Saúde Pública na América Central e República Dominicana pela SECOMISCA e pela OPAS e do workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas para gestão integrada das águas na Bacia Amazônica realizado pela OTCA e Colômbia. Por fim, abordam a passagem do comando do partido governista no México de AMLO para Claudia Sheinbaum.

À margem da UNGA, ocorreram o lançamento do *Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável na África* e um debate sobre a crise ilimitada no *Sudão*. **CDC África** e o governo da França assinaram MoU para cooperação em saúde pública e seu Conselho de Administração elege novos membros. Moçambique foi palco da *5ª Reunião do Comitê Consultivo Técnico da África Austral*. **SADC** e EUA celebram Acordo de Desenvolvimento Regional de cinco anos. *Situação das universidades africanas* face aos desafios de pesquisa e desenvolvimento. *Moçambique* recebe um financiamento para programa de aceleração econômica e apoio à governação. O Instituto Monetário **COMESA** lança programa de treinamento em Big Data Analytics e Inteligência Artificial. A 13ª Reunião de Ministros das Infraestruturas da COMESA ressalta a urgente necessidade de mobilizar recursos para colmatar crescentes lacunas de infraestrutura. Estes os conteúdos sobre África, do grupo especialista que inclui **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

Como era de se esperar, o **continente europeu** viveu uma quinzena movimentada com o final do verão e a plena retomada das atividades. Neste informe, **Freire** destaca dois discursos: o do presidente do Conselho Europeu na 78ª AGNU, e o da presidente da Comissão Europeia, por ocasião do “Estado da União”, que acontece anualmente e é uma espécie de prestação de contas e ações futuras perante o Parlamento Europeu. O drama das migrações segue no topo da agenda europeia, com expressivo aumento do fenômeno e um polêmico acordo entre a UE e a Tunísia, que pode servir de modelo para outros acordos bilaterais a serem celebrados pela UE, para tentar conter os embarques.

Três dos seis escritórios regionais da *Organização Mundial da Saúde - Mediterrâneo Oriental* (22 países), **Pacífico Ocidental** (37 países) e **Sudeste Asiático** (11 países) – irão eleger, seus novos diretores para os próximos cinco anos, podendo ser reconduzidos para mais cinco anos de mandato. Esses diretores têm autoridade quase total para executar as políticas e programas de saúde da OMS. Portanto, serão 10 anos de administrações que poderão contribuir para o avanço da saúde nos seus países membros e para uma OMS mais unida (ou não) contra ameaças sanitárias (e políticas) que ainda estão por vir. Para o Mediterrâneo Oriental, o destaque é a indicação da Arábia Saudita de uma mulher que ocupa atualmente o cargo de Diretora Geral Assistente da OMS em Genebra – se eleita, Hanan Hassan Balkhy será a primeira mulher a assumir o cargo da regional. A OMS Pacífico Ocidental, que viveu a demissão de seu diretor após denúncias de má conduta, assédio e racismo, tem candidatos experientes que precisam resgatar a confiança de seus próprios funcionários. A eleição para diretor da regional

do Sudeste da Ásia enfrenta o nepotismo de Bangladesh – a candidata é filha da Primeira-Ministra do país, que a tem levado às cúpulas recentes de alto nível, como BRICS, ASEAN, G20 e UNGA, visando acordos em troca de votos. Nas três regionais caberá ao novo diretor decidir seguir a abordagem *business as usual* ou ser transformador. E, no contexto atual de disputas geopolíticas, não há mais espaço para fazer mais do mesmo, como afirma **Marques**, autora do artigo.

Sobre **China**, **Lobato** informa sobre o artigo publicado por Lobato, Morel e Gao, na *Science Bulletin*, que propõe que Brasil e China possam abrir novos espaços de cooperação em saúde global para todas as pessoas. Traz também outros assuntos: China assina acordo de cooperação estratégica com Venezuela e Síria e continua diálogos com EUA. A China continua a desenvolver sua pesquisa básica e Ministério de Ciência e Tecnologia, ultrapassando 200 bilhões de yuans pela primeira vez. Monkeypox entra na lista de doenças infecciosas de Classe C, o que permite medidas como quarentenas e fechamentos de escolas e comércio no país.

Para **Guto Galvão**, o discurso do *Presidente Biden* na 78ª AGNU foi uma importante peça de política externa, no qual ele delineou sua visão para o papel dos **Estados Unidos** no mundo. Ele enfatizou a importância de defender a democracia e os direitos humanos, enfrentar as mudanças climáticas e fortalecer a cooperação global. O encontro entre o *Presidente Biden* e o *Presidente Lula* foi um avanço significativo na relação entre os *Estados Unidos* e o *Brasil*. Os dois países estão agora a trabalhar mais estreitamente do que nunca numa série de questões importantes. O lançamento da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores é um passo positivo na direção de promover os direitos dos trabalhadores em todo o mundo.

Três registros internacionais e europeus, que mostram a distopia política do continente: 1) A ausência de Macron, que lamentavelmente trocou a AGNU por uma anódina visita de Charles III e um jantar com o britânico no salão dos espelhos do Palácio de Versalhes – mas, a propósito, registre-se também as ausências inexplicáveis, inconcebíveis e inaceitáveis à AGNU do primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, do líder chinês, Xi-Jinping, e do líder indiano, Narendra Modi; 2) a visita do Papa Francisco à Marselha, à beira do cemitério chamado Mediterrâneo, onde levantou sua voz vigorosa em favor dos emigrantes e refugiados, e criticou a hipocrisia europeia no trato deste terrível problema; 3) a eclosão, às barbas da Europa, de mais um conflito, que ameaça descambar para uma ‘limpeza étnica’, com eliminação de armênios pelo Azerbaijão, em Nagorno-Karabakh.

Dois alvissareiros registros nacionais, vindos do STF do Brasil: 1) a rejeição (por 9 x 2 – estes dois, juízes indicados por Bolsonaro) do marco temporal das terras indígenas; 2) a condenação dos primeiros golpistas de 8 de janeiro a pesadas penas. Viva a justiça!

Finalmente, saudamos o retorno, por decreto do presidente Lula, de 14/09/2023, da *Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)*, extinta por Bolsonaro, em 2019. E saudamos também o lançamento, no dia 25/09 último, do *VII Relatório Luz sobre a Agenda 2030*, documento seminal sobre a implementação dos ODS no Brasil, preparado por 82 especialistas de 41 instituições, que contém também mais de 160 recomendações ao Governo, acessível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 28 de setembro de 2023**

**Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger**

**Coordenação do CRIS/Fiocruz – Edição dos Cadernos**

## Breves comentários sobre a 78ª AGNU

*Santiago Alcázar*

A agenda da 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas divide-se em nove blocos alfabéticos.

Bloco A – *Promoção do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento sustentável em sintonia com as resoluções pertinentes da AGNU e de Conferências recentes das Nações Unidas*. Contém 18 itens.

Bloco B – *Manutenção da paz e da segurança internacional*, 40 itens.

Bloco C – *Desenvolvimento da África*, apenas 1 item.

Bloco D – *Promoção dos Direitos Humanos*, 6 itens.

Bloco E – *Coordenação efetiva dos esforços de assistência humanitária*, 1 item.

Bloco F – *Promoção da Justiça e do Direito Internacional*, 15 itens.

Bloco G – *Desarmamento*, 18 itens.

Bloco H – *Controle das drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações*, 3 itens.

Bloco I – *Assuntos de organização, administrativos e outros assuntos*, 62 itens.

No total, a agenda da 78ª AGNU contém 174 itens, com diversas subdivisões.

Fazem parte do bloco A, entre outros, temas afetos à Agenda 2030 e à mudança de clima, bem como assuntos ligados ao sistema financeiro internacional e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. É, por essa razão, o bloco de assuntos mais importantes, à luz da multiplicidade de crises que afetam de maneira dramática a vida de bilhões de seres humanos.

Os oito primeiros itens da agenda, que não fazem parte de blocos temáticos, são os passos necessários para o lançamento formal da nova sessão da AGNU. São eles: 1) abertura da sessão pelo anterior Presidente da AGNU, ou seja, o da 77ª sessão; 2) minuto de silêncio para rezar ou meditar; 3) designação de membros do Comitê de Credenciais, integrado por grupo de representantes das delegações oficiais. O Comitê de Credencias examina os documentos pertinentes a ela submetidos, verifica a propriedade dos mesmos e prepara o relatório; 4) eleição do Presidente da 78ª AGNU. A eleição é apenas uma formalidade simbólica, uma vez que a eleição propriamente realizou-se no mês de junho; 5) eleição dos integrantes do Comitê Principal, integrado por representantes das seis comissões temáticas da AGNU – i) desarmamento; ii) econômico e financeiro; iii) social, humanitário e cultural; iv) descolonização e assuntos políticos especiais; v) administrativo e orçamentário; vi) jurídico; 6) eleição dos Vice-Presidentes da AGNU; 7) organização dos trabalhos, adoção da agenda, alocação de itens; 8) debate geral.

O debate geral não é um debate. É apenas a ocasião para que os mais altos representantes dos países, que se encontram reunidos em Nova York, possam oferecer ao mundo a visão de seus respectivos governos sobre os mais importantes assuntos do momento. O pano de fundo da 78ª AGNU são as crises da pós-pandemia, da mudança climática, a perda da

biodiversidade, a possibilidade de novas pandemias, o desenvolvimento sustentável, a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, o aumento da fome e da pobreza, o peso da dívida pública, a guerra, a explosão das inequidades e a necessidade de reformar, ou melhor, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

Esse seria o quadro contra o qual os Chefes de Estado e de Governo deveriam medir-se, escandalizar-se, indignar-se e propor saídas que permitam a construção de um mundo melhor, mais justo e equitativo, com pleno respeito aos direitos humanos.

O primeiro a falar é o Secretário-Geral, seguido do Presidente da AGNU, que abre o debate geral para os representantes dos Estados membros.

Antônio Guterres, o *Secretário-Geral*, como sempre lúcido e atento para a delicada situação atual, não mede palavras para dizer o que tem que ser dito. *O mundo está desengonçado*, começa, ou seja, desarticulado, desligado, e ainda melhor, desunido. A mesma ideia seria retomada pelo *Presidente da AGNU*, Dennis Francis, que diria em sua fala que o imperativo desta sessão da AGNU é a união das nações: *união em convicção de propósitos comuns e de solidariedade na ação conjunta*. A polarização em torno à guerra na Ucrânia, o descaso com o peso da dívida dos países em desenvolvimento, a cegueira com a falência do sistema financeiro internacional e a sua incapacidade de contribuir para financiar o desenvolvimento sustentável, entre outros, é a mais gritante demonstração da desunião que existe e impede avançar para a construção de um mundo melhor e mais justo.

Todo mundo deve saber que a desunião é receita segura para o desastre, mas é preciso dizê-lo e o SG o diz: *Parece que somos incapazes de nos unir para encontrar respostas comuns*. Mais adiante, de maneira pragmática, diz que não é possível abordar problemas por meio de instituições que não refletem o mundo tal como ele é: *o mundo mudou, mas não assim as instituições*. Por essa razão, desunidos e olhando através de lentes que não mais servem, *estamos nos aproximando, passo a passo, de uma grande fratura nas relações econômicas, financeira e de comércio*. Nesse quadro, não há alternativa, diz o SG: *reforma ou ruptura*. Em seguida, com referência aos múltiplos conflitos, diz que enquanto alguns apodrecem e soltam miasmas, outros surgem ameaçadores. Sahel, Sudão, República Democrática do Congo, Haiti, Afeganistão, Mianmar, Palestina, Síria -são nomes ausentes das manchetes da grande mídia, toda ela mais interessada com Ucrânia, terra de *gente civilizada e como nós*<sup>1</sup>, como disse um jornalista da CBS ao testemunhar o movimento migratório que seguiu ao início da guerra. Infelizmente, não se trata apenas de desunião nesse caso, mas de esquecimento, descuido, desinteresse, importantes fatores que alimentam a solidariedade, caolha e coxa. Com respeito aos ODS, em estado quase comatoso, o SG urge investimento de US\$ 500 bilhões para trazê-los de volta à vida e pede aos países do G-20, responsáveis por 80% das emissões de gases de efeito estufa que terminem com a adição aos combustíveis fósseis, talvez esquecendo que naquele grupo há diferenças consideráveis de responsabilidades.

O Presidente da AGNU, Dennis Francis, retomou a ideia da necessidade de união como elemento essencial para enfrentar o panorama de crises que afetam a vida de bilhões de pessoas: *Guerra. Mudança climática. Dívida. Crise de alimentos e de combustíveis. Pobreza e fome atingem diretamente a vida e o bem-estar de bilhões de pessoas. Os Estados membros*

---

<sup>1</sup> <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/mar/02/civilised-european-look-like-us-racist-coverage-ukraine>

*devem refazer a confiança e reascender a solidariedade.* Com referência à Cúpula dos ODS, que acabava de realizar-se, Dennis Francis mencionou que houve atrasos e retrocessos inaceitáveis com respeito às metas que deveriam ter sido alcançadas. Pediu, nesse contexto, esforço redobrado aos Estados membros para que se possa recuperar o tempo perdido e, assim, garantir que 2030 seja uma data coroada de êxito.

O terceiro discurso do dia e o primeiro em nome de um Estado membro foi o do *Presidente Lula*. A Agenda 2030, sobre a qual existe consenso universal, nasceu como um ponto fora da curva e a cada ano foi se afastando mais e mais ao ponto que, hoje, a sua defasagem é preocupante. Não alcançar os resultados esperados em 2030 seria um desastre para toda a humanidade, uma vez que a 2030 reúne também os objetivos do Acordo de Paris sobre Mudança de Clima, os da Convenção sobre Mudança de Clima, bem como os da Convenção sobre Biodiversidade. As consequências poderiam ser o cenário para o aquecimento do Planeta para além de um ponto de não retorno, perda dramática da biodiversidade e consequente surgimento de novas pandemias. As desigualdades explodiriam e empalideceriam as que fazem que hoje *os dez maiores bilionários tenham mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade*. Por essa razão, com a autoridade de uma indignação legítima frente ao desastre humano, que não pode ser confundido com um fenômeno natural, sobre o qual não temos nada a fazer, Lula diz que é preciso indignar-se. *Indignar-se com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano*, condições todas de uma enorme desigualdade. Esse é o principal problema, pois *se tivéssemos que resumir em uma única palavra os desafios do turbilhão de crises que nos afetam – a pós-pandemia da Covid-19, a crise climática, a insegurança alimentar e energética, o racismo, a intolerância e a xenofobia – essa palavra seria “desigualdade”*. Como algo que se espalha por todos os lados, contamina e mata, *a desigualdade alcança e transforma o próprio princípio sobre o qual se assenta o multilateralismo – o da igualdade entre as nações*. Como que apontando para algo óbvio, que apodrece a olhos vistos, diz: *quando as principais instituições reproduzem as desigualdades, elas se tornam parte do problema*. No Conselho de Segurança, onde impera a desigualdade, *os seus membros permanentes travam guerras não autorizadas em busca da expansão territorial ou da mudança de regime*, na mais veemente crítica à tentativa de perpetuar a divisão do mundo, como numa luta entre o bem e o mal, ou como em Deus e o Diabo na Terra do Sol.

A intervenção do Presidente Lula, que desperta indignação frente à desigualdade, é também importante pela compreensão que tem do conceito de saúde ampliada. Esse conceito, ausente nas falas dos demais líderes, esconde as causas profundas da desigualdade que impedem a plena realização da definição de saúde conforme inscrito na Constituição da OMS: *A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade*. Lula diz a mesma coisa quando aponta *que o destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe. A parte do mundo em que vivem seus pais e a classe social à qual pertence sua família irão determinar se essa criança terá ou não oportunidades ao longo da vida. Se irá fazer todas as refeições ou se terá negado o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar diariamente. Se terá acesso à saúde, ou se irá sucumbir a doenças que já poderiam ter sido erradicadas. Se completará os estudos e conseguirá um emprego de qualidade, ou se fará parte da legião de desempregados, subempregados e desalentados que não para de crescer*.

O mundo seria muito diferente se todos tivessem consciência do significado ampliado de saúde conforme a OMS. As relações internacionais seriam diferentes se a Declaração de Oslo<sup>2</sup> de sete ministros de negócios estrangeiros tivesse sido alçada à condição de norma de comportamento entre as nações. Tudo seria diferente se os determinantes econômicos e sociais da saúde estivessem sempre presentes em todas as resoluções e decisões aprovadas nos foros multilaterais.

E termina dizendo que tenhamos *coragem de proclamar sua indignação com a desigualdade e trabalhar incansavelmente para superá-la.*

---

<sup>2</sup> [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(07\)61008-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(07)61008-3/fulltext)

## Causa e efeito

**Santiago Alcázar**

No primeiro dia do debate geral da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que este ano deverá centrar-se no restabelecimento da confiança e na reativação da solidariedade, com vistas a acelerar a ação sobre a Agenda 2030 e os seus ODS, alguns discursos marcaram a diferença que existe entre, de um lado, os que se dão conta da relação entre causa e efeito e, de outro, os que a ignoram ou assim agem para atender a outros interesses.

Lula, Petro e Ramaphosa conhecem de relações causais. Sabem que hoje, *a mudança climática bate à porta, destrói casas, cidades, países, mata e impõe perdas e sofrimentos, sobretudo aos mais vulneráveis. Sabem que, hoje a fome atinge mais de 700 milhões de seres humanos, que esta noite vão dormir sem saber se terão o que comer amanhã. Sabem, porque conhecem, que a desigualdade é a doença que mais mata no mundo. Sabem que o destino de cada criança que nasce está traçado no ventre de sua mãe*, mas também, e sobretudo, nos determinantes econômicos e sociais que a trouxeram até aqui e a levarão, a ela e à criança, não aonde sonham, mas aonde as conduzirão as estreitas sendas das possibilidades reduzidas por políticas medíocres e desumanas.

Lula, Petro e Ramaphosa sabem que *“la guerra sigue, que el hambre continua, la recesión aumenta y el cambio climático muestra sus dientes, llevándose decenas de millares de vidas, calentado las tierras y los mares. El año que há passado marca la derrota de los gobiernos y de la humanidad. Nos han convocado, a America Latina, a la guerra. Nos han llamado para entregar maquinas de guerra y hombres para pelear. Se olvidan que las mismas razones que usan para defender a Zelenski, son las mismas razones que deberian servir para defender a Palestina.”*

Lula, Petro e Ramaphosa sabem que *“as we gather here, much of humanity is confronted by war and conflict, by want and hunger, by disease and environmental disaster. Solidarity and trust between states is being eroded. Inequality, poverty and unemployment are deepening. In these conditions and in the wake of a devastating global pandemic, the achievement of the Sustainable Development Goals seem increasingly remote. At the moment when every human effort should be directed towards the realization of Agenda 2030, our attention and our energies have once again be diverted by the scourge of war.”*

Sabem os três que a Cúpula dos ODS; o debate geral na UNGA; o diálogo sobre financiamento para o desenvolvimento; o diálogo de alto nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias; a Cimeira sobre Ambição Climática; a reunião de alto nível sobre cobertura universal em saúde; a reunião ministerial preparatória para a Cúpula do futuro e; a reunião de alto nível sobre a luta contra a tuberculose – são talvez a última chance que têm para que se consiga a paz, reconstruir o sistema financeiro internacional e mudar o curso dos recursos, que desde muito, vai para onde menos se precisa, prejudicando o desenvolvimento sustentável e alimentando as inequidades.

Sabem e recordam, como o Secretário-Geral que, *“with the world watching, you made a solemn promise. A promise to build a world of health, progress and opportunity for all. A promise to leave no one behind. And a promise to pay for it<sup>3</sup>.”*

Sabem que a assistência oficial para o desenvolvimento (AOD), que os países ricos deveriam alimentar com ao menos 0,7% de seus respectivos PIBs, alcançou a soma recorde de US\$ 204 bilhões em 2022. Ademais do fato de que 0,7% dos PIBs das economias industrializadas é hoje francamente insuficiente para cobrir o financiamento da Agenda 2030 e os ODS, estimado em US\$ trilhões, os recursos destinados à AOD em 2022 foram quase todos destinados a ações humanitárias e refugiados, bem como para a Ucrânia<sup>4</sup>.

Com respeito ao financiamento para defesa contra o impacto da mudança climática, que a todos atinge, mas a alguns com mais severidade e crueldade que a outros, sabem que apenas um quarto dos recursos públicos para tanto provém de doações. O resto, sabem, vêm como empréstimos, a maior parte dos quais concedidos mediante condições leoninas, que agravam a situação da dívida pública de países obrigados a escolhas de Sofia<sup>5</sup>. E sabem que a realidade hoje é sobrevivência dos mais ricos<sup>6</sup>.

Recordam que a solidariedade, fator imprescindível para a realização de mudanças profundas e necessárias na tomada de decisões, foi desviada por ações piratas de representantes de governo em aeroportos durante a pandemia da Covid. Têm viva na memória as palavras de Ramaphosa na Cúpula para um novo pacto financeiro global, que se realizou em 22 de junho, em Paris: *“Éramos como pedintes. O Norte glutão avançou sobre as vacinas e não quis soltá-las quando mais as precisávamos. Às vezes nos jogavam migalhas. Fomos à OMC dizer que queríamos produzir nós mesmos as nossas próprias vacinas. A resistência foi enorme, insuperável, deixando-nos com a impressão de que o lucro é mais importante que a vida. Estamos profundamente ressentidos<sup>7</sup>.”*

Sabem que a solidariedade não se encaixa no modus operandi da indústria farmacêutica, protegida pela mais sólida e intransponível barreira jurídica que jamais existiu e que, como recordou o SG em entrevista no âmbito da 78ª AGNU, investe 90% de seu orçamento para demandas provenientes do Norte contra apenas 10% para aquelas doenças que atingem principalmente os países do Sul<sup>8</sup>. Barreira jurídica que, ademais, obstaculiza a transferência de tecnologia para o desenvolvimento e a produção de vacinas e insumos para combater prováveis futuras pandemias, que hão de vir pela mudança climática e a degradação do meio ambiente, ambas, em grande parte, provocadas pelos mesmos que lucram com as inequidades e as injustiças que justificam e legitimam a demanda por um mundo melhor e menos desigual. De

---

<sup>3</sup> Ver discursos na 78ª sessão da UNGA em [https://gadebate.un.org/en?\\_gl=1\\*h7byc7\\*\\_ga\\*OTc3OTIzNzUyLjE2OTUwNjgwNzE.\\*\\_ga\\_TK9BQL5X7Z\\*MTY5NTIxNzA1Mi42LjEuMTY5NTIxNzEwNC4wLjAuMA..](https://gadebate.un.org/en?_gl=1*h7byc7*_ga*OTc3OTIzNzUyLjE2OTUwNjgwNzE.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY5NTIxNzA1Mi42LjEuMTY5NTIxNzEwNC4wLjAuMA..)

<sup>4</sup> [https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm#:~:text=Official%20development%20assistance%20\(ODA\)%20is,and%20welfare%20of%20developing%20countries.](https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm#:~:text=Official%20development%20assistance%20(ODA)%20is,and%20welfare%20of%20developing%20countries.)

<sup>5</sup> <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621500/bp-climate-finance-shadow-report-050623-en.pdf?sequence=19>

<sup>6</sup>

[https://www.oxfamnovib.nl/Files/rapporten/2023/Davos\\_2023\\_full%20report\\_English\\_EMBARGOED%20\(3\).pdf](https://www.oxfamnovib.nl/Files/rapporten/2023/Davos_2023_full%20report_English_EMBARGOED%20(3).pdf)

<sup>7</sup> A partir de vídeo, com tradução livre

<sup>8</sup> <https://news.un.org/en/story/2023/09/1140842>



que lado, perguntarão, virá a tão esperada solidariedade, caolha, coxa, travestida em doações extraídas do próprio sistema financeiro responsável pelas injustiças, como esmolas reparadoras do bem-estar da consciência? Perguntarão para si, porque sabem que a resposta é o silêncio pesado das instituições surdas aos seus anseios.

Sabem os três, que *“o neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias; que o seu legado é uma massa de deserdados e excluídos. Sabem, pela experiência vital que carregam, que a desigualdade precisa inspirar indignação; indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano e que somente com indignação será possível vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo.”*

São legião os que sabem que *“é fundamental preservar a liberdade de imprensa, lutar contra a desinformação.”* Alguns, no entanto, não enrubescem com a punição a Julian Assange, que julgam haver cometido crime de alta traição. Que crime seria esse? O de mostrar o que está por trás de uma máscara? A verdade obscena que não se pode desvelar? A causa de efeitos perversos que tanto dano causam sobre o conjunto da população?

No debate geral da 78ª UNGA, alguns escolheram o caminho da cegueira voluntária e, para isso, nada melhor que desvincular a causa de seu efeito, deixar que cada um siga o seu destino, independente um do outro, como se nada tivessem a ver um com o outro. A maçã cai da árvore, sem razão alguma. As quatro estações se apresentam em sucessão como personagens de teatro, de maneira gratuita, para satisfazer o capricho do autor. Estranho mundo esse em que as coisas acontecem por acaso, sem razão, porque sim e nada mais. Mundo de oralidades míticas, há muito sobreposto pelo mundo do conceito e da razão, grande conquista do Ocidente sobre as trevas. O curioso é que alguns países que se dizem herdeiros daquele Ocidente extraordinário hoje mencionam agressão não provocada e injustificada, que assim parece ato da Natureza, brutal, cruel, contra o qual não há nada a fazer senão lamentar. Não mais estamos, contudo, no mundo das oralidades míticas e o que parece efeito sem causa não passa de uma aberração da lógica e do pensamento racional. Por que ficar a meio caminho? Por que não seguir e trazer para frente um golpe de Estado, a violência que seguiu contra populações indefesas? Por que não chamar para o banco das testemunhas os quarenta e seis, queimados vivos na Casa dos Sindicatos em Odessa? Por que esquecer que os Acordos de Minsk nunca foram observados, para dar tempo ao trabalho de armamento, como reconheceram Angela Merkel<sup>9</sup> e François Hollande<sup>10</sup>. O rei estava nu? Por que ninguém, salvo o menino, disse que o rei estava nu? Por que era e, aparentemente continua sendo, preciso avançar em direção Leste, desmembrar o que é enorme, isto é, fora de norma, instalar um cômodo escritório no Japão onde se falará, se escreverá, se ouvirá e se pensará em inglês? Por que? Porque sim? Não peçam causas, contentem-se com a festa dos efeitos especiais.

Inflação? Quem a chamou? Apareceu, assim de surpresa, como uma deusa indignada? Preços nas alturas de combustíveis e de alimentos? O que têm os deuses contra a pobre humanidade? Onde está Deus? Ninguém sabe, mas acreditam que o Diabo mora no Kremlin e desde aí sabota tudo, o fornecimento de gás barato para a Europa por meio de explosões de gasodutos, a livre passagem de grãos ucranianos pelo Mar Negro, o sequestro de crianças, que de outra maneira, certamente, seriam mortas pela violência da guerra. O Tribunal Penal

---

<sup>9</sup> <https://moderndiplomacy.eu/2022/12/13/merkels-confession-could-be-a-pretext-for-an-international-tribunal/>

<sup>10</sup> <https://sputnikglobe.com/20230325/former-french-president-hollande-admits-minsk-accords-allowed-kiev-to-boost-military-power-1108790881.html>

Internacional tem razão em emitir ordem de prisão contra o Diabo, que pode morar em qualquer lugar menos naquele protegido pela força divina do Hague Invasion Act<sup>11</sup>.

Distorcer a verdade, como quando um senhor de respeito balançou, diante de todos os presentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um vidro de amostra como prova de que existiam armas de destruição de massa no Iraque, mas que hipoteticamente também poderia conter um coquetel de ervas para dor de estomago; ou quando um bigode anteposto a um rosto ameaçou o Embaixador José Maurício Bustani, então Diretor-Geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas, a aceitar o roteiro de cinema, não de Hollywood, mas de Washington, então como hoje, capital estelar da ficção – são práticas recorrentes na produção literária, bem como na disputa de poder.

De um lado, uma questão existencial, que tem que ser levada a sério, como todas as questões existenciais. Do outro, o perigo de perder a face, menos grave que a outra, mas ainda assim, custosa. No meio, a fome, a pobreza, as desigualdades, a mudança climática, a perda da biodiversidade, a possibilidade de novas pandemias e todas as indignidades. O que fazer? Não há receita mágica, mas talvez o que falte é indignação, porque talvez seja isso a única coisa que nos resta, a nós, que ainda somos capazes de ligar causa com efeito.

---

<sup>11</sup> <https://www.hrw.org/news/2002/08/03/us-hague-invasion-act-becomes-law>

## O Brasil e a crise do século

***Adhemar Bahadian***

Por que o Presidente Lula foi aplaudido sete vezes em seu discurso na ONU? Decididamente, não é normal. A maioria dos discursos recebem educadas palmas da platéia de chefes de Estado e de diplomatas. São palmas protocolares para discursos protocolares. Por que Lula foi aplaudido sete vezes em palco aberto, como se diz de um grande cantor ou de uma grande bailarina?

Sim, o discurso foi, em si, um marco divisório na retórica diplomática. A começar pela forma em que frases falavam mais do que parágrafos, numa homenagem, diante de uma Babel do poder de síntese e de clareza de uma língua talvez exótica para a grande maioria dos ouvintes.

Além da forma, do estilo de um orador calejado no diálogo com multidões, havia a contundência das teses, a pureza das análises, a descrição de um estado do mundo agônico. Talvez, aqui se comece a compreender as razões de tantas palmas. Mais do que uma mensagem de aplauso ao orador, surgia nas palmas um eco consagrador de identidade. Aplaudo, porque o que dizes me toca. Aplaudo, porque suas palavras me libertam de uma angústia que me sufoca. Aplaudo sua franqueza, sua coragem de me dizer ser minha cegueira uma forma canhestra de me omitir, de virar o rosto ao que não suporto ver, de escancarar minha cumplicidade com o mal, como se fosse uma anomalia aceitável da espécie humana ou pelo menos de certas camadas da sub-espécie humana.

O discurso de Lula na abertura do debate geral da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2023 foi diplomaticamente um desnudamento de nosso fracasso como habitantes de um planeta do sistema solar em risco sério de murchar como fruta podre da ganância e da ignorância.

Clara e didaticamente, Lula, desfolhou uma a uma a falência de nossa civilização absurdamente desigual em nossa apropriação do bem comum e da renda do trabalho. Não há no discurso do Presidente brasileiro nenhuma metáfora a afagar nossos egos inflados por termos lançados foguetes e ogivas na tentativa de arranhar o espaço sideral, a nos olhar com grande desprezo. Nos julgamos feitos à imagem de Deus e procedemos como micróbios meramente devastadores. Somos uma Pandemia?

Será difícil para os estadistas dos próximos anos voltar à tribuna da ONU sem ver o espectro do discurso de Lula como a forma moderna da esfinge: decifra-me ou devoro-te. Porque Lula enterrou no plenário das Nações Unidas o papo-furado, o bulshitismo, a conversa fiada e sobretudo as fake-news.

Mais até, Lula mostrou que o Brasil voltava à ONU com uma missão: a de ajudar no combate à desigualdade, nódoa entranhada na história da humanidade sob diferentes formas de ódio, escancarado ou camuflado. Um homem lobo do homem tão ou mais terrível que os males que nos dizem por doenças ou acidentes.

Lula não fez um convite. Apenas colocou diante de nós o dilema em que nos encontramos e não teve dúvidas em dar nome aos bois. Apontou para as consequências de uma ideologia

corrosiva como o neoliberalismo e sua determinação em corromper os princípios fundamentais do regime democrático em nome de um capitalismo de usura, improdutivo e deletério. Muito longe dos ideais de um Keynes e muito próximo de um iliberalismo de um Mises ou de Milton Friedman, que se notabilizou pela frase “a única função social da empresa é a de dar lucro a seus acionistas”. Ponto Parágrafo.

Iludem-se os que atribuem ao compromisso de valorização do emprego sindicalizado ,assinado por Lula e Biden, uma nota de rodapé nas relações Brasil- Estados Unidos. A política de recuperação econômica de Biden coloca ênfase na reabilitação do emprego digno, hoje em risco pelo neoliberalismo nitidamente comprometido apenas com o Capital ou apenas com o dinheiro. Money,Money,Money.

Como o próprio Lula reconheceu, as relações com os Estados Unidos passaram a um novo patamar. O Brasil voltou. E mostrou sua verdadeira cara.

Quem viver verá.

## **António Guterres pressiona líderes para ambição climática e compromisso com os ODS durante AGNU**

### ***António Guterres pushes leaders for Climate Ambitions and SDG Commitment during UNGA***

**Danielly P. Magalhaes**

**Luiz Augusto Galvão**

**Abstract:** *The 78th session of the UN General Assembly (UNGA), held from September 19 to 23, included significant events such as the Summit on Sustainable Development Goals (SDGs), the High-Level Dialogue on Financing for Development, the Climate Ambition Summit, and the Ministerial Meeting in preparation for the Future Summit. Secretary-General António Guterres emphasized the urgency of the climate crisis and the need for progress on SDG targets. However, advancements towards the SDGs have been insufficient, with setbacks in areas like poverty and hunger. During the Climate Ambition Summit, leaders proposed concrete actions to address the climate crisis, including criticisms of the fossil fuel industry and commitments to phase out oil production in certain countries. The SDSN organized a series of side events during the 2023 UNGA and the SDG Summit, including Leadership Council meetings, an SDG Solutions Forum, and an SDG Youth Summit. A common theme across all events was the necessity to reform the international financial system, addressing issues such as debt traps and providing support to developing countries for SDG implementation and climate actions. Proposals included reallocating harmful subsidies and implementing progressive taxes on specific sectors.*

**Keywords:** *UN General Assembly. SDG Summit. High-Level Dialogue on Financing for Development. Climate Ambition Summit. Future Summit.*

Resumo: A 78ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU), realizada de 19 a 23 de setembro, incluiu eventos importantes, como a Cúpula dos ODS, o Diálogo de Alto Nível em Financiamento para o Desenvolvimento, a Cúpula de Ambição Climática e a Reunião Ministerial Preparatória para a Cúpula do Futuro. O Secretário-Geral António Guterres destacou a urgência da crise climática e a necessidade de progresso nas metas dos ODS. No entanto, os avanços em direção aos ODS têm sido insuficientes, com retrocessos em áreas como pobreza e fome. Na Cúpula da Ambição Climática, líderes propuseram ações concretas para enfrentar a crise climática, incluindo críticas à indústria de combustíveis fósseis e compromissos para encerrar a produção de petróleo em alguns países. A SDSN realizou uma série de eventos paralelos durante a AGNU de 2023 e a Cúpula dos ODS, incluindo reuniões do Conselho de Liderança, um Fórum de Soluções para os ODS e uma Cúpula da Juventude dos ODS. Um tema comum em todos os eventos foi a necessidade de reformar o sistema financeiro internacional, abordando questões como armadilhas da dívida e fornecendo apoio aos países em desenvolvimento para a implementação de ODS e ações climáticas. Propostas incluíram realocação de subsídios prejudiciais e taxas progressivas sobre setores específicos.

**Palavras-chave:** da Assembleia Geral Das Nações Unidas. Cúpula dos ODS. Diálogo de Alto Nível em Financiamento para o Desenvolvimento. Cúpula de Ambição Climática. Cúpula do Futuro.

Realizada de 19 a 23 de setembro, a 78ª sessão da Assembleia Geral Das Nações Unidas (AGNU) recebeu vários eventos simultâneos das Nações Unidas que sintetizam os esforços do Secretário Geral, António Guterres, como a Cúpula dos ODSs (18-19 de setembro), o diálogo de alto nível em Financiamento para o Desenvolvimento (20 de setembro), a Cúpula de Ambição Climática (20 de setembro) e a Reunião Ministerial Preparatória para a Cúpula do Futuro (21 de setembro), para impulsionar certas agendas. Houve outros eventos com enfoque direto em saúde como preparação para Pandemias, Cobertura Universal de Saúde e Tuberculose que serão descritos no capítulo da OMS.

Quando António Guterres se tornou secretário-geral, em 2016, era visto como uma voz da humanidade e da consciência. Desde então, ele elevou as mudanças climáticas e defendeu os ODS e o Acordo de Paris, transmitindo mensagens claras que ressoam amplamente. Nessa 78ª UNGA, ele exortou que os líderes cumprissem suas responsabilidades e enfatizassem a urgência da crise climática. No entanto, ele também reconheceu que o verdadeiro progresso requer ação dos governos, instando os líderes políticos a considerar as discussões da Cúpula dos ODSs ao elaborar seus orçamentos nacionais para 2024, visto que os resultados e projeções da metade do termo da Agenda 2030 são decepcionantes.

O progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está longe de estar no caminho certo, com avanços fracos e insuficientes em mais da metade das metas dos ODS, e algumas metas até regrediram, particularmente pobreza e fome. A ação climática também enfrenta desafios, já que as emissões de gases de efeito estufa continuam a aumentar, os subsídios aos combustíveis fósseis persistem e os esforços de adaptação climática ficam aquém. Embora a pandemia de COVID-19 e o conflito na Ucrânia sejam fatores contribuintes, o mundo já estava fora do curso para cumprir as metas dos ODSs antes mesmo que essas crises surgissem.

Na Cúpula da Ambição Climática, participantes de alto nível de vários setores, apresentaram propostas concretas e receberam aplausos, como os da primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, do governador da Califórnia, Gavin Newsom, do presidente chileno, Gabriel Boric, e do presidente colombiano, Gustavo Petro. Notavelmente, estavam ausentes líderes como Emmanuel Macron, Joe Biden e Xi Jinping.

Além disso, o foco mudou de apenas reduzir as emissões para visar os combustíveis fósseis como o principal contribuinte para a crise climática. Líderes como o governador Newsom e o presidente Petro criticaram a indústria fóssil, enquanto Islândia e Dinamarca se comprometeram a cessar a exploração e produção de petróleo. As ameaças de litígio climático também foram discutidas como um potencial motivador para governos e empresas adotarem a transformação.

Em todos os eventos houve um consenso crescente para uma reforma substancial do sistema financeiro internacional, abordando questões como armadilhas da dívida e enfatizando o apoio aos países em desenvolvimento na implementação dos ODS e da ação climática. Sobre as ações em clima, as principais propostas incluíam a realocação de subsídios prejudiciais, a canalização de Direitos Especiais de Saque e a implementação de taxas progressivas sobre a aviação, o transporte marítimo e a produção de combustíveis fósseis.

O Diálogo de Alto Nível para Financiamento ao Desenvolvimento enfatizou a necessidade de reformar a arquitetura econômica e financeira global para torná-la mais

adequada ao desenvolvimento sustentável. Isso envolveu considerações sobre gestão da dívida, enfrentamento de fluxos financeiros ilícitos e adaptação à digitalização e ao comércio internacional. Além disso, destacou a importância de equilibrar a inovação com a gestão de riscos nas regulamentações financeiras, enquanto se lida com desafios como a tributação eficaz das corporações em um mundo cada vez mais digitalizado e interconectado.

Aqui, Detalharemos os principais resultados e desdobramentos da Cúpula dos ODSs, do diálogo de alto Nível em Financiamento para o Desenvolvimento, da Cúpula de Ambição Climática e sobre a Reunião Ministerial Preparatória para a Cúpula do Futuro.

### **A Cúpula dos ODS (SDG Summit)**

A cada quatro anos, o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) se reúne sob os auspícios do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) em julho, e como a Cúpula dos ODS em nível de Chefes de Estado e de Governo sob os auspícios da AGNU, em setembro. Quando o HLPF se reúne duas vezes no mesmo ano, o Fórum adota "apenas uma declaração política negociada, abrangendo as diferentes e complementares funções de ambas as sessões do fórum".

A Cúpula dos ODS 2023, realizada em Nova York de 18 a 19 de setembro de 2023, significou o início de um esforço intensificado para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, guiado por lideranças políticas influentes. A Cúpula marca o meio caminho para a Agenda 2030 e o prazo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tornou-se o ponto focal da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral, abordando as crises globais multifacetadas e interconectadas. O evento foi antecipado para reacender um renovado sentimento de esperança, otimismo e zelo para alcançar a Agenda 2030.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, sublinhou que a Agenda 2030 promete criar um mundo de saúde e progresso para todos, não deixando ninguém para trás, mas requer apoio financeiro. Ele pediu um compromisso anual de US\$ 500 bilhões e o estabelecimento de um sistema eficiente de alívio da dívida. Além disso, defendeu uma reforma da estrutura financeira internacional ultrapassada e injusta.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, lembrou as conclusões do Relatório Global de [Desenvolvimento Sustentável 2023](#) e pediu aos líderes que acelerem o progresso dos ODS, concentrando-se em sete áreas-chave:

- mobilizar pelo menos US\$ 500 bilhões para o desenvolvimento sustentável por ano, idealmente com a ajuda de um grupo de líderes para delinear medidas concretas para fazer o financiamento fluir em 2024;
- mudar o foco das Revisões Nacionais Voluntárias para a responsabilização dos compromissos assumidos na Cúpula;
- reforçar o apoio à segurança alimentar, energia, digitalização, educação, proteção social e emprego digno e biodiversidade;
- dar vida ao Acelerador Global de Empregos e Proteção Social;
- cumprir a meta de 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB) para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em 2024;
- utilizar a próxima reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) para acelerar o progresso dos ODS, nomeadamente através da recapitalização, recanalização dos Direitos Especiais de Saque (DSE), reestruturação da dívida em prazos mais longos e acessíveis e desenvolvimento

de propostas concretas para uma reforma da arquitetura financeira global a tempo da Cúpula do Futuro em 2024; e

- chegar à COP 28 da UNFCCC com planos concretos para apoiar os países em desenvolvimento na realização de uma transição justa para as energias renováveis e operacionalizar o fundo de perdas e danos.

A Cúpula reafirmou a Agenda 2030 como um compromisso global com as gerações futuras e pediu esforços globais para alcançar seus objetivos. Os delegados adotaram então a Declaração Política, cuja negociação foi co-facilitada ao longo de vários meses pelo Qatar e pela Irlanda.

### **A declaração política**

a [Declaração Política](#) adotada na Cúpula dos ODS não produziu muito mais do que o mínimo. Os governos reafirmaram sua intenção de implementar a Agenda 2030 e seus ODS "efetivamente" e observam que a Agenda continua sendo o "roteiro abrangente" não apenas para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas também para superar múltiplas crises atuais. Eles reconheceram a desaceleração no progresso em direção aos ODS e se comprometeram a tomar ações ousadas e transformadoras com cooperação e solidariedade internacionais. Os líderes reconheceram a importância da igualdade de gênero, da inclusão e do fim de todas as formas de discriminação. Eles se comprometeram a construir sociedades pacíficas e justas, proteger o meio ambiente e promover parcerias em todos os níveis para o desenvolvimento sustentável, incluindo o envolvimento da sociedade civil, do setor privado, da academia e da juventude.

Embora tenha havido algum progresso positivo desde 2015, lições importantes foram aprendidas com a pandemia de COVID-19. Registaram-se progressos na implementação de programas específicos para os países em desenvolvimento sem litoral e para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. As reformas do sistema de desenvolvimento da ONU estão em andamento, e as Revisões Nacionais Voluntárias têm sido valiosas para monitorar e integrar os ODS nos planos e políticas nacionais.

Em um chamado à ação para alcançar a Agenda 2030 e implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os seguintes compromissos principais foram assumidos na declaração:

1. Compromisso com ações fundamentais, transformadoras e urgentes em todos os níveis e por todas as partes interessadas para enfrentar crises e obstáculos globais.
2. Concentrar-se em alcançar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada, priorizando políticas e ações para os mais pobres e vulneráveis, incluindo crianças, jovens, pessoas com deficiência, refugiados e migrantes. Enfatizam-se os esforços para combater as desigualdades dentro e entre os países.
3. Compromisso com várias ações, incluindo erradicar a pobreza, acabar com a fome, promover a igualdade de gênero, expandir a educação, superar as divisões digitais, enfrentar a escassez de água, garantir cobertura universal de saúde, tornar as cidades sustentáveis e fazer a transição para o consumo e a produção sustentáveis.
4. Compromete-se a acelerar a ação climática, fortalecer a conservação da biodiversidade, combater a desertificação e promover a gestão sustentável dos oceanos.



5. Apoio aos esforços globais para enfrentar a poluição plástica e promover ciência, tecnologia e inovação responsáveis para o desenvolvimento sustentável.
6. Compromisso de melhorar a recolha de dados e as capacidades estatísticas para monitorizar o progresso dos ODS, integrar os ODS nos quadros políticos nacionais e aumentar o financiamento para o desenvolvimento sustentável.
7. Compromisso renovado com o multilateralismo, encontrando soluções pacíficas para disputas, respeitando o direito internacional e apoiando o sistema de desenvolvimento da ONU.
8. Planos para fortalecer o acompanhamento e a revisão da implementação dos ODS, bem como futuras cúpulas para acelerar o progresso.
9. Um compromisso unido de tomar ações concretas, integradas e direcionadas para alcançar a Agenda 2030 e não deixar ninguém para trás até 2030.

Esses compromissos refletem um chamado global à ação para enfrentar desafios urgentes e trabalhar coletivamente em direção ao desenvolvimento sustentável.

### **Fim de semana de ação ODS**

A Cúpula dos ODS foi precedida por um [Fim de Semana de Ação dos ODS](#), que serviu como uma plataforma para o engajamento das partes interessadas para maximizar o impacto da Cúpula. O Fim de Semana de Ação ODS, realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 2023, na sede das Nações Unidas, teve como objetivo dar o pontapé inicial em ações transformadoras até 2030. Ele forneceu uma plataforma para diversas partes interessadas, incluindo funcionários do governo, sociedade civil, defensores da juventude e o setor privado, para mostrar seus compromissos e parcerias para o progresso dos ODS. O evento contou com dois dias de atividades: o Dia da Mobilização dos ODS e o Dia da Aceleração dos ODS. Além disso, incluiu sessões de alto nível e inúmeros eventos paralelos organizados por vários grupos.

### **Diálogo de Alto Nível sobre o Financiamento do Desenvolvimento**

O financiamento dos ODS enfrenta desafios significativos, com incertezas e riscos crescentes. A resposta global está fragmentada, tornando crucial colocar o financiamento sustentável em destaque. O [Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento 2023](#) ocorreu no dia 20 de setembro na sede da ONU, em Nova York, durante a UNGA. Reunião de Chefes de Estado e de Governo, representantes do setor privado, sociedade civil, instituições financeiras internacionais e outras partes interessadas.

O principal foco do Diálogo foi abordar os desafios substanciais que cercam a mobilização de recursos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase especial no tema "Financiar os ODS para um mundo onde ninguém é deixado para trás". Isso envolveu uma análise crítica das estratégias de curto e longo prazo necessárias para viabilizar o desenvolvimento sustentável, alinhando-se com a Agenda de Ação de Adis Abeba e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Dentro deste contexto amplo, o Diálogo explorou várias áreas-chave. Isso incluiu a discussão da sustentabilidade da dívida soberana, dado o cenário complexo das finanças globais. Além disso, a cooperação tributária internacional foi um tópico central, à medida que se reconheceu a necessidade de abordar a evasão fiscal, a corrupção e outras práticas prejudiciais que afetam negativamente a mobilização de recursos.

Outra ênfase notável foi dada aos investimentos dos setores público e privado nos ODS. Foi reconhecida a importância de canalizar esses investimentos de forma a alinhar-se com as metas e prioridades da Agenda 2030. Isso incluiu a exploração de iniciativas inovadoras destinadas a preencher as lacunas de financiamento e a impulsionar a ação global.

O resultado do Diálogo foi a apresentação de soluções criativas e anúncios destinados a acelerar o progresso em direção aos ODS. Além disso, houve um apelo para o Estímulo aos ODS, uma proposta anterior do Secretário-Geral da ONU para aumentar o financiamento do desenvolvimento sustentável em US\$ 500 bilhões por ano e reformar a arquitetura financeira internacional.

[Informações](#) e [documentos](#) sobre o Financiamento do Desenvolvimento estão disponíveis online. É possível também assistir o [encerramento da sessão na UN-WEBTV](#).

### **Cimeira da Ambição Climática**

A [Cúpula da Ambição Climática](#), convocada também pelo Secretário-Geral Guterres, teve como propósito acelerar as discussões que serão estabelecidas na COP 28 sobre o Clima, marcada para ocorrer de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023 em Dubai. A cúpula visou impulsionar os compromissos dos países em direção a uma transição para uma economia global baseada em energias renováveis e resiliente às mudanças climáticas. Além disso, incentivou os países a apresentarem suas metas climáticas atualizadas, planos de transição energética e estratégias de adaptação que abranjam toda a economia.

Empresas e instituições também compartilharam seus planos de transição em conformidade com as metas de neutralidade de carbono, enquanto as parcerias de implementação se concentraram em abordar a descarbonização e a justiça climática. O Secretário-Geral Guterres destacou que um dos objetivos era estimular a ação por parte de países e empresas cujas estratégias climáticas não estejam alinhadas com as metas globais de combate às mudanças climáticas.

O secretário-geral também enfatizou a necessidade de combater os interesses arraigados que lucram com os combustíveis fósseis. O governador da Califórnia, Gavin Newsom, foi o único funcionário do governo dos EUA que teve fala no evento. O enviado climático de Biden, John Kerry, participou da cúpula mas não teve fala.

A WWF observou desenvolvimentos positivos, como o compromisso do Brasil de melhorar sua NDC e meta de desmatamento zero até 2030, bem como compromissos financeiros com projetos climáticos e a reposição do Fundo Verde do Clima por alguns países. Além disso, os esforços de cidades e estados, como o prefeito de Londres e o governador da Califórnia, foram elogiados por fazerem a diferença.

No entanto, a WWF expressou preocupação com a ausência de alguns grandes países poluidores (Inglaterra, China, Rússia, França e EUA) e a falta de compromissos fortes para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis. Essa lacuna de ambição dos maiores responsáveis pela crise climática é vista como um desafio significativo. Por exemplo, a decisão de Biden de não comparecer a cúpula de ambição climática foi chamada de "vergonha". O não comparecimento do presidente dos EUA é "uma traição àqueles que se uniram por ele e uma oportunidade perdida para ele cumprir seus compromissos climáticos", disse o diretor norte-americano do 350.org.

A cúpula contou com discursos de líderes de países que responderam ao apelo por uma "aceleração" da ação climática global, incluindo Brasil, Canadá, União Europeia, Paquistão, África do Sul e Tuvalu. Foram realizadas 3 sessões temáticas além de eventos paralelos:

— [Credibilidade do net zero](#): Sobre a credibilidade do "net zero", a relatora Laurence Tubiana, CEO da Fundação Europeia do Clima, disse que o greenwashing continua sendo uma distração dos esforços reais e observou os apelos por mais ação das autoridades para garantir que as transições tenham credibilidade científica. Ela também transmitiu a ênfase dos palestrantes em alinhar a ambição com a meta de 1,5°C.

— [Acelerar a descarbonização](#): A cúpula pediu que os líderes governamentais, especialmente os principais emissores de gases de efeito estufa, intensificassem seus compromissos climáticos até 2030, incluindo a transição para energias limpas, incluindo a transição para fontes alternativas ao carvão, petróleo e gás, a eliminação gradual dos combustíveis dos combustíveis fósseis e apoio ao Fundo Verde para o Clima. Embora não tenha resultado em novos compromissos, aumentou a pressão por ações mais ambiciosas antes da COP28, com foco na eliminação justa de todos os combustíveis fósseis.

— [Fazer justiça climática](#): O objetivo dessa sessão foi abordar a significativa lacuna entre as crescentes necessidades de adaptação nos países em desenvolvimento, estimadas em alcançar até US\$ 340 bilhões anualmente até 2030, e o apoio atual, que é inferior a um décimo desse valor. Ela enfatiza a vulnerabilidade das comunidades às mudanças climáticas e destaca a urgente necessidade de sistemas de alerta precoce, especialmente em regiões onde o impacto de desastres relacionados ao clima é severo. Para enfrentar esses desafios, foram analisadas a eficácia de modelos colaborativos das duas iniciativas especiais já lançadas pelo Secretário-Geral da ONU:

- [Iniciativa Early Warnings for All](#) (EW4ALL), com o objetivo de fornecer a cada pessoa um sistema eficaz de alerta precoce até 2027.

- [Adaptation Pipeline Accelerator](#) (APA), projetado para acelerar o financiamento da adaptação por meio da colaboração entre governos, parceiros de desenvolvimento e financiadores em países em desenvolvimento.

#### Reunião Especial do Secretário-Geral sobre Perdas e Danos

O evento sobre financiamento de perdas e danos reuniu várias partes interessadas, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos climáticos e sociedade civil, para discutir arranjos de financiamento para lidar com perdas e danos relacionados às mudanças climáticas. As discussões enfatizaram a necessidade de campanhas efetivas de arrecadação de fundos, utilizando fundos soberanos para atrair capital privado e fontes de financiamento inovadoras, como a tributação. Apelaram igualmente a uma abordagem uniforme da atribuição de fundos com base nas necessidades e nos critérios de desempenho, bem como a sinais unificados por parte dos acionistas.

O secretário-geral da ONU, Guterres, expressou decepção com as recentes conclusões do G20 sobre as mudanças climáticas devido às divisões geopolíticas que impedem os compromissos necessários. Apesar disso, ele observou que muitas partes continuam comprometidas com a meta de 1,5°C e pediu aos líderes de ação climática que aumentem os esforços e colaborem vigorosamente.

O objetivo desta convocação foi de responder diretamente às Decisões [2/CP.27](#) (Implementação do Plano de Sharm el-Sheikh) e [2/CMA.4 \(Fundos para resposta a perdas e Danos\)](#). Seu objetivo é facilitar uma discussão significativa, orientada para soluções e voltada para o futuro. Esta discussão centrar-se-á nas seguintes questões-chave:

1. Identificar as formas mais eficazes de fornecer financiamento para responder às necessidades relacionadas com a resolução de perdas e danos associados aos efeitos adversos das alterações climáticas.
2. Especificar os gastos financeiros atuais de cada IFI/entidades relevantes para lidar com perdas e danos, bem como as possíveis ações que possam empreender para preencher lacunas.
3. Identificar o que é necessário dos acionistas, contribuintes ou da arquitetura financeira para aumentar o financiamento de perdas e danos.
4. Identificação de propostas sobre fontes inovadoras de financiamento (taxas, impostos, etc.)

O resultado desta convocação foi produzir um resumo das discussões que informará a Reunião Ministerial de 22 de setembro de 2023 e fornecer informações valiosas ao Comitê de Transição antes da COP28. Os principais resultados da cimeira serão resumidos pelo Presidente e publicados em breve no website da reunião. A Programação do evento pode ser encontrada [aqui](#).

### **Reunião Ministerial Preparatória para a Cimeira do Futuro**

Cerca de 150 ministros e representantes de países membros da ONU se reuniram em 21 de setembro em Nova York, em preparação para a Cúpula do Futuro de 2024 – evento convocado pelo secretário geral para fortalecer a cooperação, abordar as lacunas de governança global, reafirmar os compromissos com os ODS e a Carta das Nações Unidas e trabalhar para um sistema multilateral revitalizado pronto para causar um impacto positivo na vida das pessoas.

A reunião teve diferentes segmentos, incluindo um segmento de abertura com figuras-chave como o Presidente da Assembleia Geral, o Secretário-Geral, representantes da juventude e das partes interessadas e um membro do Conselho Consultivo de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Multilateralismo Eficaz. Houve também um segmento plenário onde os Estados-Membros e os observadores da Assembleia Geral fizeram declarações, seguido de um segmento de encerramento.

Em [discurso](#), o secretário-geral da ONU, Guterres, saúda a decisão de fazer com que a Cúpula do Futuro adote um "Pacto para o Futuro" negociado Inter governamentalmente. Este pacto visa reafirmar a Carta das Nações Unidas, fortalecer o multilateralismo, melhorar a implementação dos compromissos existentes e enfrentar novos desafios.

*O Pacto para o Futuro será o seu contrato uns com os outros e com o seu povo. Representa o seu compromisso de usar todas as ferramentas à sua disposição a nível global para resolver problemas – antes que esses problemas nos sobrecarreguem. Os desafios que enfrentamos são universais. Exigem soluções universais e não podem ser resolvidas através de pequenos agrupamentos de Estados ou coligações de dispostos - Permitam-me salientar que este Pacto complementar e reforçará plenamente os nossos esforços para alcançar os ODS e criar um mundo mais pacífico, sustentável e equitativo hoje,* disse Guterres.

Ele também destaca a necessidade de se inspirar em acordos globais recentes sobre biodiversidade, alto mar, clima e direitos humanos para criar um mundo mais pacífico, sustentável e equitativo.

O pacto abrangerá cinco áreas temáticas fundamentais, incluindo desenvolvimento sustentável, paz e segurança internacionais, ciência e tecnologia, juventude e gerações futuras e governança global. Os Estados-membros determinarão o conteúdo específico dentro desses cinco grupos temáticos a serem incluídos no Pacto para o Futuro. Ele também apresentou uma série de propostas concretas, encapsuladas em onze Policy Briefs:

- uma Nova Agenda para a Paz que revigoraria o nosso quadro de segurança coletiva;
- um sistema financeiro global que funcione para todos;
- métricas econômicas que vão além do PIB para embasar decisões políticas;
- um pacto que aproveitasse os benefícios e gerenciasse os riscos das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial;
- um Código de Conduta voluntário sobre integridade da informação em linha;
- novos protocolos para gerir choques globais de forma mais eficaz;
- cooperação mais forte no Espaço Sideral;
- uma transformação dos sistemas educativos;
- a inclusão significativa dos jovens nos processos globais de tomada de decisão;
- formas de salvaguardar o futuro e defender os direitos das gerações futuras;
- e uma ONU 2.0, mais bem equipada para apoiar os Estados-Membros, através da utilização de dados, ferramentas digitais, inovação, previsão e ciência comportamental.

A gravação do evento está disponível na [UN-webtv](#)

### **Eventos Paralelos na AGNU realizados pela SDSN**

A [Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU - SDSN](#) realizou uma série de eventos na Assembleia Geral da ONU de 2023 e na Cúpula dos ODS, incluindo:

- **Reunião do Conselho de Liderança da SDSN:** O Conselho de Liderança da SDSN se reuniu para discutir o progresso dos ODS e identificar novas maneiras de acelerar o progresso. O Conselho também lançou o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável de 2023 da SDSN, que fornece uma avaliação abrangente do estado dos ODS e identifica as principais prioridades de ação.

- **SDSN SDG Solutions Forum:** O SDSN SDG Solutions Forum reuniu mais de 1.000 líderes do governo, empresas, sociedade civil e academia para discutir e apresentar soluções inovadoras para os ODS. O Fórum contou com mais de 100 sessões sobre uma ampla gama de tópicos, incluindo mudanças climáticas, pobreza, desigualdade e saúde.

- **SDSN SDG Youth Summit:** A SDSN SDG Youth Summit reuniu mais de 500 jovens de todo o mundo para discutir suas prioridades para o desenvolvimento sustentável e desenvolver soluções para o futuro. A Cúpula contou com uma série de palestrantes, painéis de discussão e workshops.

Algumas das conclusões dos eventos SDSN na Assembleia Geral da ONU de 2023 e na Cúpula dos ODS incluem:

- **Os ODS ainda são alcançáveis, mas são necessárias ações urgentes.** O Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2023 da SDSN descobriu que o mundo está fora do caminho

certo para cumprir muitos dos ODS até 2030. No entanto, o relatório também constatou que há uma série de soluções inovadoras que podem ser usadas para acelerar o progresso.

• **A transição para uma economia sustentável é essencial para alcançar os ODS.** O SDSN SDG Solutions Forum destacou uma série de soluções inovadoras para a transição para uma economia sustentável, como energia renovável, transporte verde e agricultura sustentável.

• **Os jovens são essenciais para alcançar os ODS.** O SDSN SDG Youth Summit mostrou que os jovens são apaixonados pelo desenvolvimento sustentável e que eles têm uma série de ideias inovadoras para soluções.

• **A necessidade de cooperação global.** Nenhum país pode agir sozinho para alcançar os ODS. Precisamos trabalhar juntos para desenvolver e implementar soluções eficazes.

• **A importância de não deixar ninguém para trás.** Temos de garantir que todos beneficiam da transição para uma economia sustentável.

• **O papel da ciência e da tecnologia.** A ciência e a tecnologia são essenciais para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. Temos de investir em investigação e desenvolvimento e de implementar novas tecnologias para fazer face a estes desafios.

No geral, os eventos do SDSN na Assembleia Geral da ONU de 2023 e na Cúpula dos ODS foram um sucesso. Os eventos ajudaram a aumentar a conscientização sobre os ODS, a mostrar soluções inovadoras e a mobilizar os jovens para agir.

### **Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável**

A [10ª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável \(ICSD\)](#) aconteceu online de 19 a 20 de setembro de 2022. O evento reuniu 1.463 participantes de 164 países diferentes para discutir a celebração de *uma década de ICSD*. A conferência de dois dias recebeu 42 sessões diferentes em vários fusos horários para acomodar nosso público global, com 190 apresentadores orais e 198 apresentadores de pôsteres.

As sessões plenárias podem ser vistas [no canal da SDSN no YouTube](#) e incluem:

- Futuro Verde da ASEAN
- Soluções e inovações sistêmicas para regiões resilientes ao clima
- 10 Anos de ICSD e o Prêmio de Melhor Artigo 2022
- Comunicações Científicas de Impacto
- Conhecimento Translacional para Moldar Futuros Urbanos Sustentáveis
- Financiamento da implementação conjunta dos ODS e do Pacto Ecológico Europeu
- A importância do princípio Leave No One Behind (LNOB) em tempos de crise

**Novo relatório da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU - SDSN<sup>12</sup> pede revisão da arquitetura financeira global para lidar com déficits crônicos no financiamento dos ODS para não perder uma década de progresso da Agenda 2030**

---

<sup>12</sup> A [Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU \(SDSN\)](#) opera desde 2012 sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. A SDSN mobiliza conhecimentos científicos e tecnológicos globais para

O [Relatório de Desenvolvimento Sustentável \(SDR\) da SDSN](#) afirma que pelo terceiro ano consecutivo, o progresso global nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem sido estático, e há o risco de que a lacuna nos resultados dos ODS entre países de alta renda (HICs) e países de baixa renda (LICs) seja maior em 2030 do que quando as metas foram universalmente acordadas em 2015. O SDR inclui os índices dos ODS que classificam o desempenho de todos os Estados-Membros da ONU sobre os ODS. Apesar das notícias sombrias, o relatório demonstra que, embora o mundo esteja fora do caminho, agora é a hora dos países dobrarem o progresso dos ODS, endossando uma reforma profunda da arquitetura financeira global e implementando o estímulo à Agenda 2030 para fechar a lacuna de financiamento significativa enfrentada pelos países em desenvolvimento e emergentes.

Segundo o site da SDSN o SDR mostra que, com base no ritmo atual de progresso desde 2015, nenhuma das metas será alcançada até 2030 e, em média, menos de 20% das metas dos ODS estão no caminho certo para serem alcançadas. Enquanto de 2015 a 2019, o mundo estava fazendo alguns progressos modestos nos ODS, desde a eclosão da pandemia de COVID-19 e crises e retrocessos globais simultâneos, o progresso estagnou e está um ponto abaixo do nível projetado com base nas tendências pré-pandemia. Além disso, o relatório destaca que há um risco de que a diferença nos resultados dos ODS entre HICs e LICs seja maior em 2030 (29 pontos) do que em 2015 (28 pontos) – ressaltando o perigo de perder uma década de progresso em direção à convergência global.

Alguns dos indicadores que experimentaram as reversões mais significativas em andamento incluem bem-estar subjetivo, acesso à vacinação, pobreza e taxa de desemprego. Os objetivos dos ODS relacionados à fome, dietas sustentáveis e resultados de saúde (ODS 2 e ODS 3) estão particularmente fora dos trilhos, assim como a biodiversidade terrestre e marinha (ODS 14 e 15), a poluição do ar e do plástico (ODS 11 e ODS 12) e instituições fortes e sociedades pacíficas (ODS 16). Em média, desde a adoção dos ODS em 2015, o mundo fez algum progresso no fortalecimento do acesso a infraestruturas-chave, cobertas principalmente pelo ODS 6 (Água Limpa e Saneamento), ODS 7 (Energia Acessível e Limpa) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

A Finlândia ocupa o primeiro lugar no Índice ODS 2023 deste ano, seguida por Suécia, Dinamarca, Alemanha e Áustria. Os países europeus continuam a liderar o Índice ODS – ocupando os 10 primeiros lugares – e estão no caminho certo para alcançar mais metas do que qualquer outra região, com Dinamarca, Tchêquia, Estônia, Letônia e República Eslovaca como os cinco principais países que alcançaram ou estão a caminho de alcançar o maior número de metas dos ODS este ano. Por outro lado, Líbano, Iêmen, Papua Nova Guiné, Venezuela e Mianmar têm o maior número de metas dos ODS indo na direção errada.

Em sua essência, os ODS são a agenda de investimentos, e o relatório destaca que a atual arquitetura financeira global (GFA) não está conseguindo canalizar a economia global para os investimentos dos ODS no ritmo e escala necessários. Em 2023, o investimento por pessoa nos LICs foi em média de míseros US\$ 175 por pessoa, em comparação com US\$ 11.535 por pessoa nos HICs (Moody's e Banco Mundial, 2023). A maioria dos LICs e LMICs não possui as

---

promover soluções práticas para o desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo Climático de Paris. O objetivo da rede é acelerar o aprendizado conjunto e promover abordagens integradas que abordem os desafios econômicos, sociais e ambientais interconectados que o mundo enfrenta.



classificações de crédito para contrair empréstimos em condições aceitáveis, tornando-os altamente vulneráveis a crises de liquidez e balanço de pagamentos autorrealizáveis e quase impossível para esses países implementarem estratégias de investimento sustentável de longo prazo. Juntamente com esses desafios estão os mercados de capitais privados que continuam a direcionar grandes fluxos de poupança privada para tecnologias e práticas insustentáveis e um sistema internacional que é impedido por estruturas desatualizadas para garantir o financiamento dos ODS em larga escala. Nesse contexto, o SDR apresenta um plano de seis pontos para reformar o GFA, incluindo a adoção de um estímulo aos ODS, emitido pelo Conselho de Liderança do SDSN, um grupo proeminente de especialistas e líderes globais em desenvolvimento sustentável na academia, nas empresas, na sociedade civil e no setor público.<sup>1</sup>

No ponto médio dos ODS, o SDR destaca que o esforço e o compromisso do governo com os ODS são muito baixos e nenhum país está perto de obter uma pontuação perfeita. Há uma variação significativa entre os países, com algumas economias em desenvolvimento e emergentes - incluindo Benim, Gana, Indonésia, Nigéria e Senegal - mostrando um compromisso bastante notável com os ODS. Entre os países do G20, as pontuações médias variam de mais de 75% na Indonésia a menos de 40% na Federação Russa e nos Estados Unidos. Notavelmente, os LICs e LMICs obtiveram uma pontuação média mais alta do que os HICs em liderança política e institucional para os ODS. Desde a adoção dos ODS, apenas cinco países nunca submeteram seu plano de ação dos ODS às Nações Unidas para uma Revisão Nacional Voluntária; estes incluem Haiti, Mianmar, Sudão do Sul, Iêmen e Estados Unidos.

O relatório deste ano também mostra que, apesar de a maioria dos governos ter sinalizado uma integração "suave" dos ODS em suas práticas e procedimentos de gestão pública, a integração "dura" dos ODS está ausente na maioria dos países, incluindo o uso dos ODS para apoiar estruturas orçamentárias e de investimento de longo prazo. Em uma pesquisa com 74 países e a União Europeia, apenas um terço dos governos menciona os ODS ou usa termos relacionados em seu último documento orçamentário oficial, com ainda menos incluindo os ODS em uma seção dedicada, linhas orçamentárias ou alocação.

Outras conclusões interessantes do Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2023 diz respeito aos padrões de consumo, apontado o setor têxtil e de vestuário como **um dos setores mais substanciais para repercussões internacionais negativas de emissões de gases de efeito estufa (GEE)**. O Índice Internacional de Spillover de 2023 incluído neste relatório destaca que 59% das emissões de GEE são emitidas ao longo da cadeia de suprimentos de diferentes países do que onde os produtos têxteis e de vestuário finais são consumidos.



## Uma AGNU sem precedentes para a saúde?

### *An unprecedented UNGA for health?*

**Paula Reges**

**Luana Bermudez**

**Luiz Augusto Galvão**

**Abstract.** *The 78th UN General Assembly had the unprecedented milestone of three high-level meetings on health topics: Prevention, preparedness and response to pandemics; Universal health coverage and Tuberculosis. The fact that such negotiations took place within the UN framework demonstrates how urgent these discussions are. Commitments must be signed by the most diverse authorities to confront these narratives, looking forward to build healthier, fairer and safer societies, in which health is a fundamental human right. The declarations adopted on the themes brought important political statements that must be followed by all of us to comply with them.*

**Keywords:** *UNGA; Tuberculosis; Universal health coverage; Pandemic prevention, preparedness and response*

**Resumo.** Esta 78ª Assembleia Geral da ONU teve o marco sem precedentes de três reuniões de alto nível sobre temas de saúde: Prevenção, preparo e resposta a pandemias; Cobertura universal de saúde e Tuberculose. O fato de tais tratativas se darem no âmbito ONU, demonstra o quão urgente são estas discussões e como compromissos devem ser firmados pelas mais diversas autoridades para o enfrentamento destas narrativas, em busca de sociedades mais saudáveis, justas e seguras, na qual a saúde vai além de um direito humano fundamental. As declarações adotadas sobre as temáticas trazem firmamentos políticos importantes e que devem ser acompanhados por todos nós o seu cumprimento.

**Palavras-chave:** AGNU; Tuberculose; Cobertura universal de saúde; Prevenção, preparo e resposta a pandemias.

### **Saúde na 78ª AGNU**

"Quando a saúde está em risco, tudo está sob risco". É seguindo essa frase que a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) teve o marco, ainda sem precedentes, de três reuniões de alto nível tratando de temáticas de saúde. Como apontado em nossos informes anteriores os temas foram: 1. Prevenção, preparo e resposta a pandemias; 2. Cobertura Universal em saúde; e 3. Tuberculose. O fato de tais tratativas se darem no âmbito ONU, demonstra o quão urgente são estas discussões e como compromissos devem ser firmados pelas mais diversas autoridades para o enfrentamento destas narrativas, em busca de sociedades mais saudáveis, justas e seguras, na qual a saúde vai além de um direito humano fundamental.

Como spoiler do que abordaremos a seguir, as três declarações políticas sobre saúde foram adotadas esta semana e serão encaminhadas à Assembleia Geral da ONU para ratificação

formal. Entretanto, é possível que os 11 Estados-membros (Rússia, Síria, Venezuela, Zimbábue, Belarus, Eritreia, Coreia do Norte, Cuba, Nicarágua, Irã e Bolívia) que contestaram o consenso sobre estas declarações em carta enviada ao Secretário-Geral da ONU se oponham a isso.

Nesta carta, todos os assinantes da carta expuseram que estão convencidos de que esta não é a forma de conduzir negociações multilaterais e intergovernamentais sobre questões de grande relevância para a comunidade internacional, particularmente para os países em desenvolvimento. Deixaram registrado que não toleram, nem aceitam, esta prática, e que não estabelece qualquer precedente para o trabalho das Nações Unidas e da sua Assembleia Geral.

As delegações de tais estados-membros opuseram-se a qualquer tentativa de pretender adotar formalmente qualquer um dos projetos de documentos finais em questão, durante as reuniões dos dias 18, 20, 21 e 22 de setembro de 2023 (Cimeira dos ODS e demais HLMs). Afirmaram que as negociações não foram conduzidas de uma forma verdadeiramente inclusiva, justa e equilibrada, incluindo o projeto de resultado da Cimeira dos ODS que foi reaberto com o objetivo de acomodar exclusivamente as prioridades de algumas delegações de países desenvolvidos enquanto nada foi feito refletir e acomodar as preocupações legítimas das delegações dos países em desenvolvimento que, além disso, quebraram repetidamente o silêncio, incluindo o G 77 e a China.

No entanto, nenhum dos 11 contestou a adoção das declarações nos HLMs, apesar de alguns deles terem falado durante o processo.

### **Reunião Alto nível em Prevenção, preparo e resposta a pandemias**

A adoção da declaração de alto nível sobre o tema foi a demonstração do compromisso histórico pelos líderes globais com o reforço da cooperação internacional, coordenação, governança e investimento necessários para evitar uma repetição do devastador impacto sanitário e socioeconômico causado pela COVID-19. O momento se deu NEMO contra, em cerca de 3 segundos. Aguarda-se agora a aprovação final pela AGNU.

O compromisso político fornece orientação necessária para que a OMS, os governos e todos os envolvidos possam proteger a saúde das pessoas e tomar medidas concretas no sentido de investir nas capacidades locais, garantindo a equidade e apoiando a arquitetura global de saúde de emergência que o mundo precisa.

A declaração política, aprovada por Dennis Francis, Presidente da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, e o resultado de negociações sob a liderança dos Embaixadores Gilad Erdan de Israel e Omar Hilale de Marrocos, sublinhou o papel fundamental desempenhado pela OMS como “autoridade de direção e coordenação em saúde internacional” e a necessidade de “comprometer-se ainda mais com um financiamento sustentável que proporcione financiamento adequado e previsível à Organização Mundial da Saúde, que lhe permita ter os recursos necessários para cumprir as suas funções essenciais”.

Ademais, para além do envolvimento da classe política e das agências globais, é fundamental que haja o estímulo ao protagonismo social. É preciso envolvimento, informação adequada e de forma assertiva e capacitação para que todos sejam parte da solução. Sistemas de saúde resilientes devem ser construídos e sustentados com objetivo de acesso equitativo a contramedidas médicas, profissionais qualificados com financiamento adequado.

Em seu discurso ao longo da reunião, o Diretor-geral da OMS, Dr Tedros Adhanom, reforçou que governos e parceiros multilaterais já começaram a construir as bases para um

mundo mais seguro, com o estabelecimento do Fundo Pandêmico, do Centro da OMS para Inteligência Pandêmica e Epidêmica, do BioHub da OMS para compartilhar voluntariamente novos materiais biológicos e do centro de transferência de tecnologia de vacina mRNA.

Helen Clark, ex-primeira ministra neozelandesa e coordenadora do Painel Independente para Prevenção, Preparo e Resposta a Pandemias, pontuou que nenhum país deveria estar à mercê dos mercados globais para proteger os seus cidadãos. Ela apelou a um fundo de investimento público global, a processos ambiciosos de Genebra (INB e revisão do RSI), ao empoderamento da OMS, a um novo acordo pandêmico e a um órgão e ação a nível de líderes ao mais alto nível do governo. Reforçou ainda a importância do monitoramento independente da evolução dos países, como garantia mútua. A conformidade e a responsabilização são do interesse de todos os países.

Entretanto, apesar do importante compromisso, pode-se questionar o fato de apenas 11 chefes de estado ou governo terem apresentado posicionamentos ao longo da reunião de alto-nível. O espaço foi dominado por Ministro da Saúde, de assuntos exteriores e afins. A declaração pode ser ainda criticada por ser um texto em grande parte retórico e desprovido de compromissos reais, para além da promessa de convocar outra reunião de alto nível em 2026.

O espaço de falas do HLM reforçou o quão importante será para a arquitetura de articulação da OMS e como possibilidade de um documento vinculativo, que as negociações no âmbito do INB sejam fortalecidas.

Entre as inúmeras medidas necessárias, a declaração política reconheceu a necessidade de os Estados-Membros:

- Concluir as negociações sobre uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, também conhecido como Acordo sobre Pandemias, e continuar o seu trabalho para introduzir alterações específicas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) até Maio de 2024;
- Em linha com o processo do Acordo sobre a Pandemia, garantir o acesso sustentável, acessível, justo, equitativo, eficaz, eficiente e oportuno a contramedidas médicas, incluindo vacinas, diagnósticos, terapêuticas e outros produtos de saúde;
- Tomar medidas para combater e abordar os impactos negativos da desinformação, da desinformação, do discurso de ódio e da estigmatização relacionados com a saúde, especialmente nas plataformas de redes sociais, na saúde física e mental das pessoas, incluindo a luta contra a hesitação em vacinar no contexto da prevenção, preparação e resposta a pandemias e promover a confiança nos sistemas e autoridades de saúde pública, nomeadamente através do aumento da educação, da literacia e da sensibilização para a saúde pública, reconhecendo ao mesmo tempo que o envolvimento efetivo das partes interessadas exige o acesso a informações oportunas, precisas e baseadas em evidências e a sensibilização, nomeadamente através da utilização da saúde digital ferramentas;
- Proteger as comunidades através do investimento em cuidados de saúde primários e outras medidas do sistema de saúde, como parte de um compromisso com a cobertura universal de saúde, de modo a garantir a existência de sistemas nacionais de saúde robustos para responder a futuras pandemias;

- Investir para garantir que a OMS seja reforçada ao nível necessário para desempenhar o seu papel na resposta às ameaças pandêmicas. O financiamento sustentável da OMS e dos sistemas nacionais de saúde é essencial para tornar o mundo mais seguro;
- Reforçar a força de trabalho da saúde e as capacidades de resposta rápida, os sistemas de vigilância e abastecimento e as capacidades de produção local, para permitir e capacitar todos os países para terem a capacidade de satisfazer as suas próprias necessidades de prevenção, preparação e resposta a pandemias.
- Aumentar as capacidades dos sistemas de saúde para fazer face às ameaças endêmicas nos países de rendimento baixo e médio-baixo, especialmente na África;
- Combater e abordar os impactos negativos da desinformação, da desinformação, do discurso de ódio e da estigmatização relacionados com a saúde, especialmente nas plataformas de redes sociais, na saúde física e mental das pessoas, a fim de reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias, e promover a confiança nos sistemas de saúde pública e autoridades;
- Aproveitar o potencial do sistema multilateral e ampliar a abordagem multissetorial necessária para melhorar a prevenção, preparação e resposta a pandemias, devido às causas e consequências multifacetadas das pandemias, que apoiam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **Reunião de alto nível em Cobertura Universal em Saúde**

A declaração em Cobertura Universal em Saúde (CUS) é vista como um catalisador de esforços e mobilização para os compromissos políticos e investimentos financeiros necessários para atingir a meta da CUS dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Essa meta mede a capacidade dos países para garantir que todas as pessoas recebam os cuidados de saúde de que necessitam, quando e onde deles necessitam, sem enfrentar dificuldades financeiras. Abrange todo o conjunto de serviços essenciais, desde a promoção da saúde até à prevenção, proteção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. De forma alarmante, o progresso global rumo à CUS tem estado em grande parte estagnado desde 2015.

A urgência da declaração é evidente nas estatísticas surpreendentes. Pelo menos 4,5 bilhões de pessoas – mais da metade da população mundial – não foram totalmente cobertas por serviços de saúde essenciais em 2021. Dois bilhões de pessoas enfrentaram dificuldades financeiras, com mais de 1,3 bilhões a serem empurradas para a pobreza apenas por tentarem acessar cuidados básicos de saúde – uma dura realidade de crescentes desigualdades na saúde<sup>1</sup>.

“Em última análise, a cobertura universal de saúde é uma escolha – uma escolha política”, afirmou o Dr. Tedros. “A declaração política que os países aprovaram hoje é um forte sinal de que estão a fazer essa escolha. Mas a escolha não é feita apenas no papel. É feito em decisões orçamentárias e políticas. Acima de tudo, isso é conseguido através do investimento nos cuidados de saúde primários, que são o caminho mais inclusivo, equitativo e eficiente para a cobertura universal de saúde.”

Na Declaração Política, os Chefes de Estado e os líderes mundiais comprometeram-se a tomar medidas nacionais importantes, fazer investimentos essenciais, reforçar a cooperação internacional e a solidariedade global ao mais alto nível político para acelerar o progresso rumo à CUS até 2030, utilizando uma abordagem da atenção primária em saúde (APS)).

Para que os cuidados de saúde sejam verdadeiramente universais, é necessária uma mudança dos sistemas de saúde concebidos em torno das doenças para sistemas concebidos para as pessoas. A APS visa uma abordagem para reforçar os sistemas de saúde centrados nas necessidades das pessoas, sendo uma das áreas de investimento mais eficazes para acelerar o progresso rumo à CUS.

Estima-se que seja necessário um investimento adicional de 200 a 328 bilhões de dólares por ano para ampliar uma abordagem de APS em países de baixa e média renda (por exemplo, até aproximadamente 3,3% do produto interno bruto nacional). Isto poderia ajudar os sistemas de saúde a prestar até 90% dos serviços essenciais de saúde, a salvar pelo menos 60 milhões de vidas e a aumentar a esperança média de vida em 3,7 anos até 2030.

Uma vez adotada pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração Política será regularmente monitorizada para implementação, a fim de identificar lacunas e soluções para acelerar o progresso, e discutida na próxima Reunião de Alto Nível da ONU em 2027.

Declaração semelhante à proposta este ano já havia sido feita em 2019, mas sobretudo devido à crise de COVID-19, muito pouco progresso foi alcançado. Ademais, é fundamental que como 'universal', sejam propostos e incluídos todos os grupos vulneráveis. Desde mulheres, à população LGBTQIAP+ e indígenas devem estar presentes não só em planos específicos, como devem ser parte da busca por soluções e estabelecimento de planos, rejeitando políticas que dificultem o seu acesso aos cuidados devido a preconceitos, discriminação ou estigma.

Ao longo dos posicionamentos em plenária, foi reforçada a importância de tornar a saúde digital e entremeios da inteligência artificial como importantes ferramentas que promovam alcance. Um dos débitos da declaração deste ano foi ainda a falta de tangenciamento dos tópicos. É preciso explorar mais como um facilitador fundamental e explorar o potencial das transferências voluntárias de tecnologia com base em termos mutuamente acordados, que estejam em conformidade com as regras internacionais de propriedade intelectual.

Seguindo esta temática, a OMS em colaboração com o Banco Mundial lançou o Relatório Global de Monitoramento da Cobertura Universal em Saúde 2023<sup>1</sup>, revelando uma estagnação alarmante no progresso no sentido de proporcionar às pessoas em todo o mundo cuidados de saúde de qualidade, que sejam acessíveis.

O relatório de 2023 concluiu que, nas últimas duas décadas, menos de um terço dos países melhoraram a cobertura dos serviços de saúde e reduziram despesas catastróficas com saúde. Além disso, a maioria dos países para os quais existem dados disponíveis sobre ambas as dimensões da cobertura universal de saúde (96 em 138) estão desviados em termos de cobertura de serviços, de proteção financeira ou de ambos.

“Sabemos que alcançar a cobertura universal de saúde é um passo crítico para ajudar as pessoas a escapar e a permanecer fora da pobreza, mas continua a haver dificuldades financeiras crescentes, especialmente para as pessoas mais pobres e vulneráveis”, disse Mamta Murthi, Vice-Presidente para o Desenvolvimento Humano, Banco Mundial. “Este relatório pinta um quadro terrível, mas também oferece evidências sobre formas de dar prioridade à saúde nos orçamentos governamentais e de reforçar os sistemas de saúde para uma maior equidade tanto na prestação de serviços de saúde essenciais de qualidade como na protecção financeira.”

Alcançar a cobertura universal de saúde até 2030 é crucial para cumprir a promessa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e concretizar o direito humano fundamental à saúde.

Para alcançar o objectivo da CUS, são essenciais um investimento substancial do setor público e uma ação acelerada por parte dos governos e dos parceiros de desenvolvimento. As principais ações incluem uma reorientação radical dos sistemas de saúde para uma abordagem de cuidados de saúde primários, promovendo a equidade no acesso aos cuidados de saúde e na proteção financeira, e investindo em sistemas robustos de informação em saúde.

Estas mudanças são essenciais para combater o impacto da COVID-19 nos sistemas de saúde e na força de trabalho da saúde a nível mundial, bem como os novos desafios colocados pelas tendências macroeconómicas, climáticas, demográficas e políticas que ameaçam os ganhos de saúde duramente conquistados em todo o mundo.

O Relatório de Monitoramento Global da CUS de 2023 serve de alerta para a comunidade global, destacando a necessidade urgente de dar prioridade e investir na CUS para garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, acessíveis sem sofrer dificuldades financeiras.

O investimento em saúde é necessariamente investimento em desenvolvimento. É necessário priorizar as despesas com a saúde de forma mais eficiente e a todos os níveis, considerando toda a cadeia de valor dos serviços de saúde e capacitando-os para prestarem os serviços de saúde que as pessoas merecem.

### **Reunião de Alto Nível sobre Tuberculose**

Foi aprovada a nova Declaração Política com metas ambiciosas para os próximos cinco anos, a fim de fazer avançar os esforços globais para acabar com a epidemia de tuberculose (TB).

As metas incluem:

- Alcançar 90% das pessoas com acesso a serviços de prevenção e cuidados de TB;
- Utilizar um dos testes rápidos recomendados pela OMS como primeiro método de diagnóstico;
- Atingir fornecimento de pacotes de benefícios sociais a todas as pessoas com TB;
- Licenciar pelo menos uma nova vacina contra a TB; e
- Fechar lacunas de financiamento para a implementação e investigação sobre a TB até 2027.

Fazendo um balanço dos progressos em direção às metas estabelecidas em 2018 para um período de cinco anos, a OMS informou que, embora os esforços globais para combater a TB tenham salvado mais de 75 milhões de vidas desde o ano 2000<sup>2</sup>, não conseguiram atingir as metas, principalmente devido a graves perturbações aos serviços causados pela pandemia de COVID-19 e pelos conflitos em curso.

Apenas 34 milhões de pessoas dos 40 milhões de pessoas com TB receberam tratamento entre 2018 e 2022. Para o tratamento preventivo da TB, a situação era ainda mais sombria, com apenas 15,5 milhões dos 30 milhões de pessoas visadas a serem alcançadas com tratamento preventivo<sup>2</sup>.

O financiamento para serviços de TB em países de baixa e média renda caiu de 6,4 bilhões de dólares em 2018 para 5,8 bilhões de dólares em 2022, representando uma lacuna de financiamento de 50% na implementação dos programas necessários<sup>2</sup>.

Isto colocou um fardo ainda mais pesado sobre as pessoas afetadas, especialmente as mais vulneráveis. Hoje, a tuberculose continua a ser uma das principais causas de morte infecciosa no mundo: anualmente, mais de 10 milhões de pessoas adoecem e mais de 1 milhão perdem a vida devido a esta doença evitável e curável. A TB resistente aos medicamentos continua a ser um dos principais contribuintes para a resistência antimicrobiana, com perto de meio milhão de pessoas desenvolvendo TB resistente aos medicamentos todos os anos<sup>2</sup>.

A reunião foi conduzida por Amina Mohammed, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, que revelou que o seu pai tinha morrido de tuberculose 37 anos atrás. Ao longo de seu discurso reforçou que é fundamental que trabalhem para abordar os principais fatores na determinação da tuberculose: pobreza, desnutrição, falta de acesso aos serviços de saúde, prevalência de infecções por HIV, diabetes, saúde mental e tabagismo.

Na fala do diretor geral, para além do não alcance das metas estabelecidas na Declaração Política de 2018, Dr Tedros reforçou que apesar de testes de diagnóstico rápidos, ainda não se tem uma vacina efetiva para prevenção. A vacina BCG administrada a crianças foi desenvolvida há mais de 100 anos e é inadequada para proteger adultos e adolescentes, atualmente a única vacina contra a TB licenciada. Embora proporcione uma eficácia moderada na prevenção de formas graves de TB em bebês e crianças pequenas, não protege adequadamente os adolescentes e adultos, que representam a maioria (>90%) da transmissão da TB a nível mundial.

Foi por isso que a OMS criou o 'Conselho Acelerador de Vacinas contra a TB' para desenvolver, licenciar e garantir o uso equitativo de uma vacina.

O Conselho, apoiado pelo secretariado da OMS, será liderado por um conselho ministerial, composto por nove membros que servirão de forma rotativa, por um mandato de dois anos. O Conselho também terá órgãos subsidiários para apoiar a sua interação e envolvimento com diferentes setores e partes interessadas em geral, incluindo o sector privado, cientistas, filantropia e sociedade civil. Pretende ainda identificar financiamento sustentável inovador, soluções de mercado e parcerias nos setores público, privado e filantrópico. Aproveitará plataformas como a União Africana, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), os países BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul), o G20, o G7 e outros para reforçar o compromisso e as ações para o desenvolvimento de novas vacinas contra a TB e acesso.

A declaração oferece uma série de novos ganhos para os pacientes, nomeadamente “metas específicas, mensuráveis e com prazo determinado para encontrar, diagnosticar e tratar pessoas com TB com as mais recentes ferramentas recomendadas pela OMS, bem como metas específicas e com prazo determinado para financiar de pesquisa e desenvolvimento de novas estratégias.

Outra grande vitória para a comunidade é uma linguagem mais forte em torno do compromisso de “fortalecer as proteções financeiras e sociais para as pessoas afetadas pela TB e aliviar o fardo financeiro da TB relacionado com a saúde e não relacionado com a saúde, vivido pelas pessoas afetadas e suas famílias” e para garantir que até 2027, 100% das pessoas com TB

tenham acesso a um pacote de benefícios sociais e de saúde para que não tenham de suportar dificuldades financeiras devido à sua doença.

Há também o reconhecimento explícito de que é um direito humano usufruir dos benefícios do progresso científico. Tal sentença pode ser um importante e disruptivo marco, para ser incorporado na discussão, por exemplo, do INB.

Mas algumas metas principais também foram diluídas, como a erosão da linguagem em torno do gênero e dos direitos humanos, sem que nenhuma das principais questões relacionadas com a garantia de que todas as respostas nacionais à TB sejam “equitativas, inclusivas, sensíveis ao gênero, baseadas nos direitos e centrado nas pessoas esteja protegido.

### **Participação brasileira nas Reuniões de Alto Nível**

Foram diversas participações e convites para contribuição brasileira em diferentes painéis e eventos laterais a UNGA. A ministra da saúde brasileira, Dra Nísia Trindade, esteve presente nas 3 reuniões de alto nível mencionadas acima, mostrando o compromisso do país com as temáticas.

Seguindo o fato de o Brasil estar como presidente do Mercosul, as declarações apresentadas pela Ministra refletiram o posicionamento conjunto dos países que o compõe. É um exemplo da importância de tratativas globais, de cooperação multilateral e internacional.

- **Prevenção, preparo e resposta a pandemias (PPRP)**

Com relação a prevenção, preparo e respostas a pandemias, a Ministra lembrou que a temática será um dos focos da presidência brasileira do G20. É prioridade para o Grupo de Trabalho de Saúde do G20 durante a Presidência brasileira. A ambição é contribuir para a discussão sob uma nova perspectiva: a produção local e regional de medicamentos, vacinas e produtos estratégicos para a saúde. Em linha com a ênfase do Presidente Lula na inclusão social e no desenvolvimento sustentável nas suas dimensões social, econômica e ambiental, também será dada prioridade à equidade no acesso às inovações em saúde.

Uma abordagem integrada e coordenada à prevenção, preparação e resposta a pandemias, bem como a redução das assimetrias globais em pesquisa e desenvolvimento, produção e distribuição de tecnologias de saúde, são elementos que podem ter impacto positivo na qualidade de vida das populações e apoiar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e muito mais.

Neste sentido, é importante que se trabalhe em conjunto para reforçar a arquitetura global da saúde, evitando a sobreposição de mandatos e iniciativas, com a OMS no centro. Para enfrentar os principais desafios do nosso tempo - desigualdades, doenças que afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis, alterações climáticas e agentes patogênicos potencialmente pandêmicos - é preciso promover a cooperação e a melhora da estrutura de governança da saúde global, incorporando uma maior participação dos países em desenvolvimento, transparência e responsabilização.

Em sua fala na reunião de alto nível em PPRP, o Brasil congratulou os esforços e avanços, mas ficou aquém ao que se refere ao estabelecimento de um mecanismo para facilitar o acesso equitativo a insumos estratégicos, apenas mencionando a proposta da OMS de estabelecer uma plataforma de contramedidas médicas, não afirma que os países em desenvolvimento deveriam ter uma representação eficaz no mesmo.



Relembrou ainda que o antecessor imediato da plataforma MCM, o ACT-A, foi uma estrutura não negociada com os membros da OMS, sem participação dos países em desenvolvimento, que tomavam decisões de cima para baixo. Um exemplo do que não deve ser feito. E isso não pode se repetir. Assim, qualquer mecanismo relativo a contramedidas médicas deve servir os interesses da saúde pública de forma inclusiva e transparente, com processos de governança e de tomada de decisão que envolvam ativamente os membros da OMS, especialmente os países em desenvolvimento. Não se deve apressar a entrega ao mundo de um mecanismo que não consiga resolver questões estruturais.

Por fim, lamentou-se que a declaração final não tenha avançado o suficiente para dizer que aqueles que representam a maior parte da humanidade e uma grande maioria das pessoas vulneráveis e dos pobres devem ter uma participação efetiva em qualquer processo de tomada de decisão que os envolva.

- **Cobertura Universal em Saúde**

O posicionamento brasileiro apontou que o trabalho em busca de CUS não é apenas a busca de melhores práticas, mas sim como garantia de direitos humanos. Adicionalmente, a fala da Ministra da Saúde, enquadrou como uma questão de equidade. A CUS é uma das formas fundamentais de traduzir a equidade em realidade. Supõe sistemas nacionais de saúde fortes e resilientes, e para isso se requer uma força de trabalho de saúde qualificada, melhores serviços de cuidados primários, acesso efetivo a medicamentos, vacinas, diagnósticos e tecnologias de saúde seguros, acessíveis e de qualidade. Significa promover a produção local e regional de insumos estratégicos para a saúde. Implica abordar plenamente os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. E levar cuidados e serviços de saúde a populações negligenciadas.

Apontou-se ainda o receio de que se não acompanhada de ações, a declaração será feita de palavras vazias. As injustiças e desigualdades devem ser combatidas através de compromisso político, ação concertada, solidariedade global e cooperação internacional. No discurso do Presidente Lula na abertura da Assembleia Geral, ele evocou o compromisso histórico do Brasil na redução das desigualdades. A saúde desempenha um papel central na superação de todos estes desafios.

Isso significa envolvimento de forma bilateral, regional e multilateral. A cobertura universal de saúde e a preparação para a próxima pandemia são duas questões inextricáveis. Temos de assegurar a conclusão bem-sucedida das negociações em curso de Genebra para um instrumento CA+ da OMS. Não se pode evitar abordar questões fundamentais como a transferência de tecnologia e a propriedade intelectual. Deve-se integrar a saúde num novo padrão de desenvolvimento que seja simultaneamente inovador, inclusivo e sustentável.

- **Tuberculose**

Já com relação ao "Conselho Acelerador de Vacinas contra a TB" mencionado acima, o Brasil foi convidado a participar do evento de lançamento. A Ministra da Saúde lembrou que o Brasil é o único país das Américas e do Hemisfério Ocidental na lista da OMS de 30 nações com alta incidência de TB e coinfeção TB-HIV. Em 2023, quase 80 mil pessoas adoeceram de TB, muitas delas pertencentes a grupos vulneráveis, como pessoas que vivem com HIV, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade, ou indígenas. É evidente que vacinas novas, mais eficazes e mais seguras são essenciais para evitar a propagação da TB a diferentes grupos populacionais. Uma vacina contra TB é a chave para acabar com a TB no Brasil.

Dra Nísia reforçou ainda que a pandemia da COVID-19 deixou algumas lições aprendidas e um legado importante: o papel central de pesquisa, desenvolvimento e financiamento de vacinas. Instituições renomadas como a Fiocruz e o Instituto Butantan, instituições nacionais e públicas, têm provado que sim, é possível produzir vacinas eficazes e acessíveis para serem distribuídas de forma equitativa para chegar a todos. Em seu posicionamento congratulou também a participação da sociedade civil brasileira, engajada nas iniciativas para o desenvolvimento da vacina contra TB. Um exemplo é a Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose (REDE-TB), uma organização da sociedade civil criada por pesquisadores em 2001 para promover o intercâmbio científico e a colaboração entre seus membros e a comunidade internacional de pesquisa em TB.

Tudo isso mostra que o Brasil possui uma sociedade civil próspera que se esforça para integrar o envolvimento comunitário na pesquisa sobre TB e está engajada na prevenção, cuidados, mobilização social e defesa da tuberculose. Portanto, o Brasil reconhece uma abordagem multidisciplinar e esforços colaborativos para envolver muitos pesquisadores proeminentes em TB de dezenas de instituições nacionais com uma rede de colaboração e experiência que vai desde pesquisa fundamental e translacional, passando por vacinas, até ensaios clínicos e pesquisa de implementação, entre outros.

Ao longo do discurso, apresentou-se ainda sobre o lançamento no último abril do Comitê Interministerial pelo Fim da Tuberculose e outras doenças socialmente determinadas, implementando uma agenda de alto nível envolvendo vários ministérios. Com esta iniciativa, o Brasil se propõe a desenvolver mecanismos integrados para chegar de forma mais eficaz às pessoas e comunidades afetadas pela tuberculose.

## **Referências**

Tracking Universal Health Coverage: 2023 Global monitoring report [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240080379>. Acesso em 25 set. 2023.

World Health Organisation. Global Tuberculosis Report 2022 [Internet]. www.who.int. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/teams/global-tuberculosis-programme/tb-reports/global-tuberculosis-report-2022>. Acesso em 25 set 2023.

## **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU**

*Discurso lido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na sede da ONU, em Nova York (EUA), em 19 de setembro de 2023*

Meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, Embaixador Dennis Francis, de Trinidad e Tobago. É uma satisfação ser antecedido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Saúdo cada um dos Chefes de Estado e de Governo e delegadas e delegados presentes.

Presto minha homenagem ao nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello e 21 outros funcionários desta Organização, vítimas do brutal atentado em Bagdá, há 20 anos.

Desejo igualmente expressar minhas condolências às vítimas do terremoto no Marrocos e das tempestades que atingiram a Líbia. A exemplo do que ocorreu recentemente no estado do Rio Grande do Sul no meu país, essas tragédias ceifam vidas e causam perdas irreparáveis. Nossos pensamentos e orações estão com todas as vítimas e seus familiares.

Senhoras e Senhores

Há vinte anos, ocupei esta tribuna pela primeira vez. E disse, naquele 23 de setembro de 2003: "Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência". Volto hoje para dizer que mantenho minha inabalável confiança na humanidade.

Naquela época, o mundo ainda não havia se dado conta da gravidade da crise climática. Hoje, ela bate às nossas portas, destrói nossas casas, nossas cidades, nossos países, mata e impõe perdas e sofrimentos a nossos irmãos, sobretudo os mais pobres.

A fome, tema central da minha fala neste Parlamento Mundial 20 anos atrás, atinge hoje 735 milhões de seres humanos, que vão dormir esta noite sem saber se terão o que comer amanhã.

O mundo está cada vez mais desigual. Os 10 maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade. O destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe. A parte do mundo em que vivem seus pais e a classe social à qual pertence sua família irão determinar se essa criança terá ou não oportunidades ao longo da vida. Se irá fazer todas as refeições ou se terá negado o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar diariamente. Se terá acesso à saúde, ou se irá sucumbir a doenças que já poderiam ter sido erradicadas. Se completará os estudos e conseguirá um emprego de qualidade, ou se fará parte da legião de desempregados, subempregados e desalentados que não para de crescer.

É preciso antes de tudo vencer a resignação, que nos faz aceitar tamanha injustiça como fenômeno natural. Para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam o mundo.

Senhores e senhoras

Se hoje retorno na honrosa condição de presidente do Brasil, é graças à vitória da democracia em meu país. A democracia garantiu que superássemos o ódio, a desinformação e a opressão. A esperança, mais uma vez, venceu o medo.

Nossa missão é unir o Brasil e reconstruir um país soberano, justo, sustentável, solidário, generoso e alegre. O Brasil está se reencontrando consigo mesmo, com nossa região, com o mundo e com o multilateralismo.

Como não me canso de repetir, o Brasil está de volta. Nosso país está de volta para dar sua devida contribuição ao enfrentamento dos principais desafios globais. Resgatamos o universalismo da nossa política externa, marcada por diálogo respeitoso com todos.

A comunidade internacional está mergulhada em um turbilhão de crises múltiplas e simultâneas: a pandemia da Covid-19; a crise climática; e a insegurança alimentar e energética ampliadas por crescentes tensões geopolíticas. O racismo, a intolerância e a xenofobia se alastraram, incentivadas por novas tecnologias criadas supostamente para nos aproximar. Se tivéssemos que resumir em uma única palavra esses desafios, ela seria desigualdade. A desigualdade está na raiz desses fenômenos ou atua para agravá-los.

A mais ampla e mais ambiciosa ação coletiva da ONU voltada para o desenvolvimento – a Agenda 2030 – pode se transformar no seu maior fracasso. Estamos na metade do período de implementação e ainda distantes das metas definidas. A maior parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável caminha em ritmo lento. O imperativo moral e político de erradicar a pobreza e acabar com a fome parece estar anestesiado.

Nesses sete anos que nos restam, a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles deveria se tornar o objetivo-síntese da Agenda 2030. Reduzir as desigualdades dentro dos países requer incluir os pobres nos orçamentos nacionais e fazer os ricos pagarem impostos proporcionais ao seu patrimônio.

No Brasil, estamos comprometidos a implementar todos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, de maneira integrada e indivisível. Queremos alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira por meio de um décimo oitavo objetivo que adotaremos voluntariamente. Lançamos o plano Brasil sem Fome, que vai reunir uma série de iniciativas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar. Entre elas, está o Bolsa Família, que se tornou referência mundial em programas de transferência de renda para famílias que mantêm suas crianças vacinadas e na escola.

Inspirados na brasileira Bertha Lutz, pioneira na defesa da igualdade de gênero na Carta da ONU, aprovamos a lei que torna obrigatória a igualdade salarial entre mulheres e homens no exercício da mesma função. Combateremos o feminicídio e todas as formas de violência contra as mulheres. Seremos rigorosos na defesa dos direitos de grupos LGBTQI+ e pessoas com deficiência.

Resgatamos a participação social como ferramenta estratégica para a execução de políticas públicas.

Senhor presidente

Agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas. Os países ricos cresceram baseados em um modelo com altas taxas de emissões de gases danosos ao clima. A emergência climática torna urgente uma correção de rumos e a implementação do que já foi acordado. Não é por outra razão que falamos em responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

São as populações vulneráveis do Sul Global as mais afetadas pelas perdas e danos causados pela mudança do clima. Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por quase a metade de todo o carbono lançado na atmosfera.

Nós, países em desenvolvimento, não queremos repetir esse modelo. No Brasil, já provamos uma vez e vamos provar de novo que um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável é possível.

Estamos na vanguarda da transição energética, e nossa matriz já é uma das mais limpas do mundo. 87% da nossa energia elétrica provem de fontes limpas e renováveis. A geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel cresce a cada ano. É enorme o potencial de produção de hidrogênio verde. Com o Plano de Transformação Ecológica, apostaremos na industrialização e infraestrutura sustentáveis.

Retomamos uma robusta e renovada agenda amazônica, com ações de fiscalização e combate a crimes ambientais. Ao longo dos últimos oito meses, o desmatamento na Amazônia brasileira já foi reduzido em 48%. O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si.

Sediamos, há um mês, a Cúpula de Belém, no coração da Amazônia, e lançamos nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma. Somos 50 milhões de sul-americanos amazônidas, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região.

Também aprofundamos o diálogo com outros países detentores de florestas tropicais da África e da Ásia. Queremos chegar à COP 28 em Dubai com uma visão conjunta que reflita, sem qualquer tutela, as prioridades de preservação das bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong a partir das nossas necessidades.

Sem a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos não há como implementar o que decidimos no Acordo de Paris e no Marco Global da Biodiversidade. A promessa de destinar 100 bilhões de dólares – anualmente – para os países em desenvolvimento permanece apenas isso, uma promessa. Hoje esse valor seria insuficiente para uma demanda que já chega à casa dos trilhões de dólares.

Senhor presidente

O princípio sobre o qual se assenta o multilateralismo – o da igualdade soberana entre as nações – vem sendo corroído. Nas principais instâncias da governança global, negociações em que todos os países têm voz e voto perderam fôlego. Quando as instituições reproduzem as desigualdades, elas fazem parte do problema, e não da solução.

No ano passado, o FMI disponibilizou 160 bilhões de dólares em direitos especiais de saque para países europeus, e apenas 34 bilhões para países africanos. A representação desigual e distorcida na direção do FMI e do Banco Mundial é inaceitável. Não corrigimos os excessos da desregulação dos mercados e da apologia do Estado mínimo. As bases de uma nova governança econômica não foram lançadas.

O BRICS surgiu na esteira desse imobilismo, e constitui uma plataforma estratégica para promover a cooperação entre países emergentes. A ampliação recente do grupo na Cúpula de Joanesburgo fortalece a luta por uma ordem que acomode a pluralidade econômica, geográfica e política do século 21. Somos uma força que trabalha em prol de um comércio global mais justo num contexto de grave crise do multilateralismo.

O protecionismo dos países ricos ganhou força e a Organização Mundial do Comércio permanece paralisada, em especial o seu sistema de solução de controvérsias. Ninguém mais se lembra da Rodada do Desenvolvimento de Doha. Nesse ínterim, o desemprego e a precarização do trabalho minaram a confiança das pessoas em tempos melhores, em especial os jovens. Os governos precisam romper com a dissonância cada vez maior entre a “voz dos mercados” e a “voz das ruas”.

O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias. Seu legado é uma massa de deserdados e excluídos. Em meio aos seus escombros surgem aventureiros de extrema direita que negam a política e vendem soluções tão fáceis quanto equivocadas. Muitos sucumbiram à tentação de substituir um neoliberalismo falido por um nacionalismo primitivo, conservador e autoritário.

Repudiamos uma agenda que utiliza os imigrantes como bodes expiatórios, que corrói o Estado de bem-estar e que investe contra os direitos dos trabalhadores.

Precisamos resgatar as melhores tradições humanistas que inspiraram a criação da ONU. Políticas ativas de inclusão nos planos cultural, educacional e digital são essenciais para a promoção dos valores democráticos e da defesa do Estado de Direito.

É fundamental preservar a liberdade de imprensa. Um jornalista, como Julian Assange, não pode ser punido por informar a sociedade de maneira transparente e legítima. Nossa luta é contra a desinformação e os crimes cibernéticos. Aplicativos e plataformas não devem abolir as leis trabalhistas pelas quais tanto lutamos.

Ao assumir a presidência do G20 em dezembro próximo, não mediremos esforços para colocar no centro da agenda internacional o combate às desigualdades em todas as suas dimensões. Sob o lema "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável", a presidência brasileira vai articular inclusão social e combate à fome; desenvolvimento sustentável e reforma das instituições de governança global.

Senhor presidente,

Não haverá sustentabilidade nem prosperidade sem paz. Os conflitos armados são uma afronta à racionalidade humana. Conhecemos os horrores e os sofrimentos produzidos por todas as guerras. A promoção de uma cultura de paz é um dever de todos nós. Construí-la requer persistência e vigilância.

É perturbador ver que persistem antigas disputas não resolvidas e que surgem ou ganham vigor novas ameaças. Bem o demonstra a dificuldade de garantir a criação de um Estado para o povo palestino. A este caso se somam a persistência da crise humanitária no Haiti, o conflito no Iêmen, as ameaças à unidade nacional da Líbia e as rupturas institucionais em Burkina Faso, Gabão, Guiné-Conacri, Mali, Níger e Sudão. Na Guatemala, há o risco de um golpe, que impediria a posse do vencedor de eleições democráticas.

A guerra da Ucrânia escancara nossa incapacidade coletiva de fazer prevalecer os propósitos e princípios da Carta da ONU. Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz. Mas nenhuma solução será duradoura se não for baseada no diálogo. Tenho reiterado que é preciso trabalhar para criar espaço para negociações.

Investe-se muito em armamentos e pouco em desenvolvimento. No ano passado os gastos militares somaram mais de 2 trilhões de dólares. As despesas com armas nucleares chegaram a 83 bilhões de dólares, valor vinte vezes superior ao orçamento regular da ONU.

Estabilidade e segurança não serão alcançadas onde há exclusão social e desigualdade. A ONU nasceu para ser a casa do entendimento e do diálogo.

A comunidade internacional precisa escolher: De um lado, está a ampliação dos conflitos, o aprofundamento das desigualdades e a erosão do Estado de Direito. De outro, a renovação das instituições multilaterais dedicadas à promoção da paz.

As sanções unilaterais causam grande prejuízo à população dos países afetados. Além de não alcançarem seus alegados objetivos, dificultam os processos de mediação, prevenção e resolução pacífica de conflitos. O Brasil seguirá denunciando medidas tomadas sem amparo na Carta da ONU, como o embargo econômico e financeiro imposto a Cuba e a tentativa de classificar esse país como Estado patrocinador de terrorismo. Continuaremos críticos a toda tentativa de dividir o mundo em zonas de influência e de reeditar a Guerra Fria.

O Conselho de Segurança da ONU vem perdendo progressivamente sua credibilidade. Essa fragilidade decorre em particular da ação de seus membros permanentes, que travam guerras não autorizadas em busca de expansão territorial ou de mudança de regime. Sua paralisia é a prova mais eloquente da necessidade e urgência de reformá-lo, conferindo-lhe maior representatividade e eficácia.

Senhoras e senhores

A desigualdade precisa inspirar indignação. Indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano. Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo a nosso redor.

A ONU precisa cumprir seu papel de construtora de um mundo mais justo, solidário e fraterno. Mas só o fará se seus membros tiverem a coragem de proclamar sua indignação com a desigualdade e trabalhar incansavelmente para superá-la.

Muito obrigado.

## UNGA 78: As reuniões multilaterais paralelas também são importantes

**Paulo M. Buss**

À intensa agenda da UNGA 78 somaram-se importantes encontros ‘à margem da Assembleia’, como se refere o jargão diplomático. Neste artigo, trazemos aqueles de maior interesse e importância para a política externa brasileira, o que inclui as reuniões de chanceleres do G77 e de BRICS, do grupo de chanceleres sul-americanos e do grupo interministerial do IBAS. A destacar o ativismo assertivo da diplomacia brasileira, confirmando que, como aponta sempre o presidente Lula, ‘o Brasil está de volta’.

### **Reunião de Chanceleres do G77 + China: Fala o Sul Global**

Na sequência da Cúpula do G77 + China (Havana, 14-15/09) seguiu-se, em Nova York, em 22 de setembro, a já tradicional reunião de Chanceleres do grupo. A *Declaração Ministerial da 47ª Reunião Anual do G77*<sup>13</sup> é um alentado documento de 343 parágrafos que traz as posições do maior grupo de países no âmbito das Nações Unidas e do Sul Global (134 países) sobre os principais temas globais da atualidade: as tensões geopolíticas, os impactos da pandemia de Covid-19 e os desafios para os países em desenvolvimento nas áreas econômica, social e ambiental.

Os Ministros reafirmaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por ocasião do seu 75º aniversário e declara que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não pode haver paz sem desenvolvimento sustentável.

A saúde recebeu maiúscula atenção dos Ministros do G77. O impacto multidimensional da Covid-19 e a recuperação pós-pandemia focando na plena implementação da Agenda 2030 e seus ODS, é um eixo fundamental da Declaração, tratado com excepcional abordagem política e técnica, ao que o documento dedica os parágrafos 9 a 26.

De outro lado, os Ministros reiteraram que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Acordo de Paris adotado no âmbito da UNFCCC, a Nova Agenda Urbana e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, bem como os principais documentos finais em relação aos países em situações especiais, terão que ser implementados na sua totalidade, e que a integralidade dos compromissos neles assumidos devem ser honrados, em conformidade com os princípios do multilateralismo e da cooperação internacional.

Além da erradicação da pobreza e da desigualdade multidimensional vigentes, o G77 reivindica uma maior participação dos países do Sul Global em instâncias de decisão internacionais; a reforma da arquitetura financeira internacional, incluindo o FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial; a reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio), reforçando o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento; a conversão da dívida externa dos países em desenvolvimento para a implementação dos ODS, incluindo para preservação do meio ambiente e o enfrentamento da

---

<sup>13</sup> Ver: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-ministerial-no-contexto-da-47a-reuniao-annual-do-g77-nova-york-22-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-ministerial-no-contexto-da-47a-reuniao-annual-do-g77-nova-york-22-de-setembro-de-2023)

crise climática; o apoio ao reforço das capacidades produtivas para a construção de economias diversificadas, resilientes e sustentáveis que possam criar empregos dignos e produtivos.

O G77 cobra dos países desenvolvidos o cumprimento de seus compromissos com a ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) e a transferência de tecnologias para promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, batem-se pela eliminação imediata de todas as leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas económicas coercivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento – neste caso, certamente referindo-se ao vergonhoso bloqueio econômico a Cuba, que já dura 60 anos.

Falando pelo Brasil, o Ministro Mauro Vieira foi duro na sua intervenção<sup>14</sup> ao afirmar que *“as instituições multilaterais existentes, criadas há mais de 75 anos, refletem uma ordem internacional que deixou de existir há muito tempo. Já não são capazes de enfrentar os desafios multifacetados que o mundo enfrenta hoje. Isto torna-se evidente quando as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança se revelam incapazes de resolver ou prevenir conflitos, quando as instituições financeiras internacionais são incapazes de enfrentar a crescente crise da dívida no mundo em desenvolvimento e quando a OMC é incapaz de garantir um sistema comercial justo e não-discriminatório e o seu sistema de resolução de litígios torna-se totalmente disfuncional. Eu poderia continuar com outros exemplos.”*

Encerrou sua alocução enfatizando a importância da inclusão social: *“O Presidente Lula propôs uma parceria global para a segurança alimentar, com o objetivo de acabar com a fome e reduzir as desigualdades, com total responsabilidade climática. Nas suas palavras, acabar com a fome é um ‘desafio civilizatório para todo o planeta’, que só poderemos superar com vontade política coletiva e o reforço do multilateralismo.”*

A longa Declaração do G77 merece uma leitura atenta, por reunir e atualizar as principais visões e reivindicações deste importante grupo político do Sul Global e no âmbito da ONU, ao qual o Brasil tornou a aderir neste *‘Brasil está de volta’* do governo Lula. **Ungerer** também comenta neste fascículo a declaração do G77.

### **Reunião de Chanceleres do BRICS**

Também os Chanceleres do BRICS se reuniram à margem da 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de setembro, divulgando um Comunicado Conjunto<sup>15</sup>. Em um documento de 30 parágrafos, os Ministros informam que trocaram opiniões sobre as principais questões globais e regionais da agenda das Nações Unidas (ONU) nas esferas política, de segurança, econômica, financeira e de desenvolvimento sustentável, bem como sobre as atividades intra-BRICS.

Os Ministros reiteraram a preocupação com a utilização de medidas coercivas unilaterais – possivelmente referindo-se à Rússia e Cuba – e reiteraram o seu compromisso de reforçar e melhorar a governança global, promovendo um sistema internacional e multilateral mais ágil, eficaz, eficiente, representativo, democrático e responsável e de facilitar uma

<sup>14</sup> Ver: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-ministerial-no-contexto-da-47a-reuniao-annual-do-g77-nova-york-22-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-ministerial-no-contexto-da-47a-reuniao-annual-do-g77-nova-york-22-de-setembro-de-2023)

<sup>15</sup> Ver: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-chanceleres-do-brics-a-margem-da-78a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-comunicado-a-imprensa-2013-nova-york-20-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-chanceleres-do-brics-a-margem-da-78a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-comunicado-a-imprensa-2013-nova-york-20-de-setembro-de-2023)



participação maior e mais significativa dos países em desenvolvimento, especialmente da África, nos processos e estruturas globais de tomada de decisão.

Trataram de forma assertiva as grandes questões que ocupam a maior parte dos fóruns mundiais: compromissos com o desenvolvimento sustentável e Agenda 2030, e saudando a realização da Cúpula de ODS desta AGNU e a Cúpula do Futuro, em 2024; cooperação multilateral; direitos humanos, inclusive ao desenvolvimento; enfrentamento das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade; reforma da ONU, incluindo o Conselho de Segurança. Realçaram a importância do G20 e as oportunidades das presidências, em sequência, da Índia, Brasil e África do Sul, membros de BRICS.

Mostraram enorme preocupação com os conflitos armados instalados no mundo, ressaltando os conflitos na África, e a necessidade e importância da resolução dos mesmos por meios pacíficos e de negociações.

No campo da **saúde**, os Ministros ressaltaram a crescente relevância da interface entre o desenvolvimento sustentável e as questões de saúde globais, reconhecendo ao mesmo tempo que a cooperação internacional em saúde deve ser inclusiva, baseada na equidade e orientada para resultados para o benefício de todas as pessoas. Reafirmaram o compromisso de intensificar os esforços para melhorar o acesso equitativo e a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais, e de reforçar a capacidade de combater coletivamente tais pandemias no futuro. Nesse sentido, reiteraram a importância do *Centro Virtual de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS*. Destacaram as Reuniões de Alto Nível da AGNU 2023 sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias; sobre a Cobertura Universal de Saúde (CUS); e sobre a Luta contra a Tuberculose, como passos críticos para mobilizar o apoio internacional.

Os Ministros reiteraram total apoio à próxima presidência do BRICS, da Rússia, em 2024, com o tema “Fortalecimento do multilateralismo para fins de desenvolvimento global justo e segurança” e a realização da XVI Cúpula do BRICS em Kazan, na Rússia.

## **II Reunião do Grupo de Contato dos Chanceleres dos Países Sul-americanos<sup>16</sup>**

Cumprindo o mandato estabelecido pelos presidentes da América do Sul, em 30 de maio, no ‘Consenso de Brasília’, realizou-se em Nova York, dia 21 de setembro, a II Reunião do Grupo de Contato dos chanceleres dos 12 países da região. Na ocasião, foi aprovada uma proposta de ‘Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul’, que será submetida à consideração dos Chefes de Estado da região.

Para impulsionar a retomada do diálogo regular na América do Sul, os chanceleres propuseram, ainda, um calendário inicial de reuniões setoriais em áreas prioritárias identificadas pelos presidentes no ‘Consenso de Brasília’. O texto proposto reflete o propósito comum de aprofundar a agenda de integração, com benefícios concretos às populações. Procura, também, projetar a voz de nossa região no mundo.

A integração e a ação conjunta são centrais para superar os múltiplos desafios enfrentados na América do Sul. O ‘Mapa do Caminho’ será fundamental para a elaboração de

---

<sup>16</sup> Ver: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/segunda-reuniao-do-grupo-de-contato-de-chanceleres-sul-americanos-nova-york-21-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/segunda-reuniao-do-grupo-de-contato-de-chanceleres-sul-americanos-nova-york-21-de-setembro-de-2023)

políticas que permitam aproveitar efetivamente o potencial da região em um mundo crescentemente multipolar.

### **11ª Reunião da Comissão Ministerial Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)<sup>17</sup>**

Os Ministros das Relações Exteriores da Índia, S. Jaishankar, do Brasil, Mauro Vieira, e da África do Sul, Grace Naledi Pandor, reuniram-se na 11ª Comissão Ministerial Trilateral do IBAS em 22 de setembro de 2023, em Nova York, à margem da AGNU.

Recorda-se o leitor que o IBAS foi criado há 20 anos para promover a coordenação em questões globais entre estas três grandes democracias pluralistas, multiculturais e multiétnicas da Ásia, América do Sul e África, e para reforçar a cooperação trilateral em áreas setoriais, aspirando “proporcionar um novo quadro para a Cooperação Sul-Sul”. Nesta atual reunião, os Ministros ressaltaram a importância dos princípios, normas e valores do IBAS, incluindo o multilateralismo reformado, a democracia participativa, o respeito pelos direitos humanos e o direito humanitário internacional, a igualdade soberana, a integridade territorial, a negociação pacífica, a diplomacia, a liberdade, a primazia do direito internacional e o desenvolvimento sustentável.

O informe distribuído contém 28 parágrafos, nos quais os ministros tratam dos temas candentes da agenda global, com as características diplomáticas que marcam a trajetória de IBAS, grupo que, na realidade, viu um pouco ofuscada sua atuação com a emergência de BRICS, do qual todos fazem parte.

No par. 13, os Ministros trataram da **saúde**, enfatizando o valor da cooperação bilateral e multilateral entre os Estados para combater eficazmente a pandemia da COVID 19 e os seus impactos, especialmente nos países em desenvolvimento. Apreciaram os progressos significativos alcançados no desenvolvimento e distribuição da vacina contra a COVID-19 e apelaram a uma maior cooperação entre as diversas partes interessadas para garantir a disponibilidade atempada de um portfólio diversificado de vacinas a todos aqueles que delas necessitam, a preços acessíveis.

#### **Concluindo**

A diplomacia é feita de circunstâncias políticas. O mesmo ocorre quando a diplomacia toma a saúde como objeto. O importante é que o Brasil guarde coerência discursiva em toda sua representação no cenário internacional. Isto implica em veicular os principais valores da nossa sociedade e os compromissos do governo Lula com sua reinserção no multilateralismo, em todas as dimensões.

Vamos permanecer atentos, acompanhando os desdobramentos dos excelentes documentos firmados, para que não se reduzam a uma bela retórica, mas uma prática de esperanças e realizações.

---

<sup>17</sup> Ver: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/11a-reuniao-da-comissao-ministerial-trilateral-do-forum-de-dialogo-india-brasil-afrika-do-sul-ibas-nova-york-22-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/11a-reuniao-da-comissao-ministerial-trilateral-do-forum-de-dialogo-india-brasil-afrika-do-sul-ibas-nova-york-22-de-setembro-de-2023)

## **Vozes do Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul**

### ***Voices of the Global South: UNOSSC – G-77 – NAM – South Centre***

***Regina Ungerer***

***Abstract:*** Several side events were held during the UNGA78 in which the UNOSSC, the G-77, the NAM, and the South Center expressed their strong views and opinions. The Director of UNOSSC signed several Memorandums of Understanding, including one with the Islamic Development Bank, paving the way for even stronger collaboration and mutual support, as well as one with the OPEC fund to promote and support South-South and triangular cooperation initiatives for the 2030 Agenda. She met with the Secretary General of the Organization for Economic Cooperation to discuss ways to strengthen interregional collaboration, as well as with the Executive Secretary of ECLAC, to discuss support mechanisms and ways to strengthen collaborative work in one of the pioneering regions in South-South Collaboration. The G-77 was very active, beginning with the Science and Technology Summit held in Havana a few days before the start of UNGA78, in which countries committed to creating an ecosystem that encourages innovation and the development of new technologies for the benefit of all. During UNGA78, the G-77 took part in the High-Level Dialogue on Financing for Development, the SDG Summit, discussions on the Summit of the Future, the Summit of Climate Ambition, and promoted its annual meeting, during which the G-77 and NAM Coordination Committee, which had been inactive for 9 years, was reactivated. According to the South Center, the health meetings at the UNGA contributed to the highest level of political commitment on key global health issues.

***Keywords:*** South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

***Resumo:*** Durante a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas foram realizadas diversas sessões paralelas em que o UNOSSC, o G-77, o MNA e o Centro Sul estiveram presentes e se manifestaram por intermédio de declarações e opiniões fortes. A Diretora do UNOSSC assinou alguns memorandos de entendimento, por exemplo, com o Banco Islâmico de Desenvolvimento abrindo caminho para uma colaboração e apoio mútuo ainda mais forte e também com a OPEC para promover e apoiar iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular para a Agenda 2030. E reuniu-se com o Secretário Geral da Organização de Cooperação Econômica para fortalecer a colaboração inter-regional e discutiu e com o Secretário Executivo da CEPAL, mecanismos de apoio e de como fortalecer o trabalho conjunto, em uma das regiões pioneiras na cooperação Sul-Sul. O G-77 esteve bastante ativo, a começar pela Cúpula de Ciência e Tecnologia realizada em Havana alguns dias antes de começar a AGNU78, em que os países se comprometeram a criar um ecossistema que apoie a inovação e promova o desenvolvimento de novas tecnologias que beneficie a todos. Durante a AGNU78, o G-77 participou do Diálogo de Alto Nível sobre financiamento para o desenvolvimento; da Cúpula dos ODS; das discussões sobre a Cúpula do Futuro; da Cúpula da Ambição Climática e promoveu sua reunião anual em que foi reativado o Comitê de Coordenação do G-77 e do MNA interrompido há 9 anos. O Centro Sul avaliou que as reuniões sobre saúde ajudaram a impulsionar o mais alto nível de compromisso político nas questões-chave da saúde global.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Estas duas últimas semanas foram pautadas pela 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (5 a 25 de setembro de 2023) em que foram realizados inúmeros encontros, debates e cúpulas, nas quais os líderes mundiais discutiram estratégias em como enfrentar a situação das múltiplas crises que o mundo está vivendo.

Considerando o momento de retrocessos sem precedentes nos ODS, em que a Terra está ficando mais quente e onde a pobreza e a insegurança alimentar estão piorando, que se convive com guerra e inflação e com as necessidades humanitárias crescentes, essa 78ª Sessão da AGNU foi bastante intensa.

O debate principal e mais esperado foi, sem dúvida a Cúpula dos ODS e como os países podem reafirmar seus compromissos para fortalecer e retomar o caminho para cumprir com seus objetivos de desenvolvimento sustentável, estando a meio caminho de 2030.

Porém os ODS estão intrinsicamente conectados com a pobreza e a insegurança alimentar, a crise climática, guerras, e um clamor dos países em desenvolvimento, por uma mudança na arquitetura financeira internacional que aprofunda as desigualdades e aumenta as distâncias entre os países desenvolvidos e empobrecidos.

Foram diversas sessões paralelas em que o UNOSSC, o G-77, O MNA e o Centro Sul estiveram presentes e se manifestaram por intermédio de declarações fortes e opiniões de grupo.

Como não seria possível, neste informe, postar todas as intervenções e relatar todas as presenças destas organizações durante a AGNU78, destaco aqui, somente algumas.

Durante toda a AGNU78, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) esteve bastante ativo e presente em diversos fóruns e discussões buscando apoio e solidariedade para os países do Sul Global e abaixo estão alguns destaques do UNOSSC durante a AGNU78.

### **Destaques do UNOSSC durante a AGNU78**



<https://twitter.com/UNOSSC>

**25 de setembro de 2023** - Durante um evento paralelo da AGNU com o PNUD e a2i\_bd marcando o lançamento do "Centro de e-Qualidade para Inovação Inclusiva", o diretor do UNOSSC destacou o papel da Cooperação Sul-Sul na abordagem da exclusão digital e na garantia da transformação digital inclusiva (Twitter @UNOSSC 1, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>



<https://twitter.com/UNOSSC>

Juntos, aceleramos o potencial de desenvolvimento e preparamos o caminho para o progresso (Twitter @UNOSSC 3, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

**21 de setembro de 2023** – A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com o Secretário-Geral da Organização de Cooperação Econômica à margem da AGNU78, para discutir o aumento da colaboração inter-regional e a desenvolvimento conjunto de informação e conhecimento através da plataforma South-South Galaxy (Twitter @UNOSSC 2, 2023).

**21 de setembro de 2023** – Assinado um memorando de entendimento entre o UNOSSC e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) abrindo caminho para uma colaboração e apoio mútuo ainda mais forte. Esta parceria promoverá a cooperação Sul-Sul e acelerará os esforços de desenvolvimento.

De acordo com Dima-Al-Khatib, esta parceria com o IsDB será importante para os países do Sul e na defesa conjunta, da justiça climática, no financiamento equitativo e na inclusão digital, entre

**20 de setembro de 2023** - Durante a AGNU78, o Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar Xirinachs, reuniu-se com a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e discutiram mecanismos comuns de apoio e como fortalecer o trabalho conjunto na cooperação sul-sul, em uma das regiões pioneiras neste tipo de cooperação para o desenvolvimento (Twitter @UNOSSC 4, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

**19 de setembro de 2023** -Parceria entre o UNOSSC e a OPEC

Durante a AGNU78 o UNOSSC e a OPEC<sup>18</sup> assinaram um Memorando de Entendimento para fortalecer e expandir a colaboração entre ambas as instituições na Cooperação Sul-Sul e triangular.

O UNOSSC e o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (Fundo da

OPEP) trabalharão em estreita colaboração para promover e apoiar iniciativas, parcerias e atividades de cooperação Sul-Sul e triangular para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS.

<sup>18</sup> OPEC – Organização de países exportadores de petróleo

O Diretor-Geral do Fundo OPEP, Abdulhamid Al-khalifa, disse que o Fundo está totalmente empenhado em promover a cooperação Sul-Sul e em criar parcerias fortes para apoiar coletivamente o desenvolvimento sustentável global. E que somente através de uma colaboração estreita, de compartilhamento de conhecimentos e da mobilização de recursos entre as nações, é que os países serão capazes de desbloquear todo o potencial da cooperação Sul-Sul e triangular.

Nas palavras da Diretora do UNOSSC: “O mundo enfrenta hoje desafios sem precedentes na sua busca pelo desenvolvimento sustentável. No entanto, estes desafios também apresentam oportunidades ilimitadas de cooperação e colaboração entre as nações”.

A importância da cooperação e do financiamento Sul-Sul não pode ser menosprezada e devemos lembrar que durante a 21ª sessão do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul que, foi realizada entre 30 de maio e 2 de junho passado, os países se comprometeram a colocar em marcha uma estrutura de financiamento inovador através do envolvimento com várias instituições financeiras e fundos soberanos, utilizando o potencial inexplorado, para complementar as fontes e iniciativas de financiamento tradicionais.

O Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional é a única instituição de desenvolvimento com mandato global que oferece financiamento de países membros exclusivamente para países não-membros. Criada em 1976, a organização trabalha em cooperação com países parceiros e com a comunidade internacional para estimular o crescimento econômico e o progresso social em países de baixo e médio rendimento em todo o mundo. Até hoje, o Fundo OPEP comprometeu mais de 24 mil milhões de dólares para projetos de desenvolvimento em mais de 125 países (Twitter @UNOSSC 5, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

A relevância da GDI para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Cooperação Sul-Sul e triangular é inegável e, ao aproveitar as oportunidades oferecidas pela GDI, a cooperação Sul-Sul e triangular pode desempenhar um papel vital na facilitação do desenvolvimento de capacidades, compartilhamento de conhecimentos e transferência de tecnologia.

Na ocasião, foi lançado o Grupo de Trabalho Interagências sobre a Iniciativa de Desenvolvimento Global para a implementação da Agenda 2030. De acordo com a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, a relevância do GDI para a Cooperação Sul-Sul e triangular é indiscutível.

A Diretora do UNOSSC, aproveitou a oportunidade e felicitou o Governo da China pelo seu notável progresso e pelo avanço dos ODS Globais através GDI.

O apoio inabalável da China à Cooperação Sul-Sul e seu sucesso na erradicação da pobreza extrema servem de exemplo e inspiração para todo o mundo em desenvolvimento. A



Diretora estendeu sua gratidão ao governo da China por sua parceria de longa data com o UNOSSC (Twitter @UNOSSC 6, 2023).

### **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba e durante a 47ª Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo realizada em 22 de setembro de 2023, a República de Uganda foi aclamada para exercer a presidência pro tempore do Grupo em 2024.

Como já mencionado, a semana de 18 a 22 de setembro, foi a semana de alto nível da AGNU e no dia da abertura, o Presidente do G-77 foi um dos primeiros a falar na plenária.



**Nova York - 19 de setembro de 2023.** Intervenção integral do Presidente da República de Cuba e Presidente pro tempore do G-77 + China, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, no debate geral da 78ª sessão da AGNU

<https://twitter.com/cubag77>

Trago a esta Assembleia a voz do Sul, a dos “explorados e difamados”, como disse Che Guevara nesta mesma Assembleia, há quase 60 anos. Povos diversos com problemas comuns.

Acabamos de confirmar isso em Havana, que teve a honra de acolher a Cúpula de líderes e outros altos representantes do Grupo dos 77 e da China, o agrupamento de nações mais representativo, amplo e diversificado que existe na esfera multilateral.

Durante dois dias, praticamente sem descanso, mais de 100 representantes das 134 nações que compõem o Grupo levantaram a voz para exigir mudanças que não podem mais ser adiadas na ordem econômica internacional injusta, irracional e abusiva, que se aprofundou, ano após ano, as enormes desigualdades entre uma minoria de nações altamente desenvolvidas e uma maioria que não consegue superar o eufemismo de “nações em desenvolvimento”.

Pior ainda, como reconheceu o Secretário-Geral das Nações Unidas na Cúpula de Havana, o G-77 foi fundado há seis décadas para remediar séculos de injustiça e negligência e, no mundo turbulento de hoje, os seus membros encontram-se enredados num emaranhado de crises globais em que a pobreza vem aumentando e a fome é cada vez maior.

Estávamos unidos pela necessidade de mudar o que não foi resolvido e pela condição de principais vítimas da atual crise global multidimensional, do intercâmbio abusivo e desigual, do hiato científico e tecnológico e da degradação ambiental.

Mas também estamos unidos, há mais de meio século, pelo incontornável desafio e determinação de transformar a atual ordem internacional que, além de exclusiva e irracional, é insustentável para o planeta e inviável para o bem-estar de todos.

Os países representados no G-77 e a China, onde vive 80% da população mundial, não têm apenas o desafio do desenvolvimento, mas também a responsabilidade de modificar as estruturas que nos marginalizam do progresso global e transformam muitos povos do Sul em laboratórios de formas renovadas de dominação. É urgentemente necessário um contrato global novo e mais justo.

Senhor Presidente,

Faltando apenas sete anos para o prazo estabelecido para o cumprimento da esperançosa Agenda 2030, as perspectivas são desanimadoras. Esta augusta instituição já o reconheceu: ao ritmo atual, nenhum dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será alcançado e mais de metade das 169 metas acordadas não serão cumpridas.

No século XXI, é ofensivo à condição humana que quase 800 milhões de pessoas sofram de fome num planeta que produz o suficiente para alimentar todos. Ou que na era do conhecimento e do desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação, mais de 760 milhões de pessoas, dois terços das quais mulheres, não saibam ler nem escrever.

Os esforços dos países em desenvolvimento não são suficientes para implementar a Agenda 2030. Devem ser apoiados com ações concretas em matéria de acesso ao mercado, financiamento em condições justas e preferenciais, transferência de tecnologia e cooperação Norte-Sul.

Não estamos pedindo esmolas ou favores. O G-77 exige direitos e continuará a exigir uma transformação profunda da atual arquitetura financeira internacional, porque é profundamente injusta, anacrônica e disfuncional; porque foi concebida para lucrar com as reservas do Sul, perpetuar um sistema de dominação que aumenta o subdesenvolvimento e reproduzir um modelo de colonialismo moderno.

Precisamos e exigimos instituições financeiras nas quais os nossos países tenham capacidade real de tomada de decisão e acesso ao financiamento.

É urgentemente necessária uma recapitalização dos bancos multilaterais de desenvolvimento para melhorar radicalmente as suas condições de empréstimo e satisfazer as necessidades financeiras do Sul.

Os países deste Grupo tiveram de alocar 379 mil milhões de dólares das suas reservas para defender as suas moedas em 2022, quase o dobro do montante de novos Direitos Especiais de Saque que lhes foram atribuídos pelo Fundo Monetário Internacional.

É necessária a racionalização, a revisão e a mudança do papel das agências de avaliação de risco. É também imperativo estabelecer critérios que vão além do produto interno bruto, para definir o acesso dos países em desenvolvimento ao financiamento em condições favoráveis e à cooperação técnica adequada.

Enquanto os países mais ricos não cumprem o seu compromisso de atribuir pelo menos 0,7% do seu produto nacional bruto à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, as nações do Sul têm de gastar até 14% dos seus rendimentos para pagar os juros associados à dívida externa.

A maioria dos países do G-77 são forçados a alocar mais recursos ao serviço da dívida do que a investimentos na saúde ou na educação. Que desenvolvimento sustentável pode ser alcançado com essa corda no pescoço?

O Grupo reitera hoje o seu apelo aos credores públicos, multilaterais e privados para que refinanciem a dívida através de garantias de crédito, juros mais baixos e prazos de vencimento mais longos.

Insistimos na implementação de um mecanismo multilateral de renegociação da dívida soberana com a participação efetiva dos países do Sul, que permita um tratamento justo, equilibrado e orientado para o desenvolvimento.



É imperativo redesenhar os instrumentos de dívida de uma vez por todas e incluir cláusulas de ativação para proporcionar alívio e reestruturação, assim que um país for afetado por catástrofes naturais ou choques macroeconômicos; problemas comuns nas nações mais vulneráveis.

Senhor Presidente,

Nenhuma pessoa sensata contesta que as alterações climáticas ameaçam a sobrevivência de todos, com efeitos irreversíveis.

Também não é segredo que aqueles que menos influenciam a crise climática são os que mais sofrem os seus efeitos, especialmente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Entretanto, os países industrializados, predadores vorazes dos recursos e do ambiente, fogem à sua maior responsabilidade e não cumprem o seu compromisso no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas e do Acordo de Paris.

Para citar apenas um exemplo, é profundamente decepcionante que o objetivo de mobilizar nada menos que 100 bilhões de dólares por ano até 2020, para financiamento climático, nunca tenha sido alcançado.

Olhando para a 28ª Conferência dos Estados Partes na Convenção-Quadro (COP28), o exercício de balanço global será uma prioridade para os países do G-77; a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos; a definição do quadro do Objetivo de Adaptação e o estabelecimento de uma nova meta de financiamento climático, com plena adesão ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

O G-77 apela à realização de uma Cúpula de Líderes do Sul, a se realizar no dia 2 de dezembro no contexto da COP28, em Dubai. Esta iniciativa, inédita no âmbito de uma Conferência das Partes, será um espaço para articular as posições do nosso Grupo ao mais alto nível no contexto das negociações climáticas.

A COP28 demonstrará assim, para além dos discursos, que existe uma verdadeira vontade política por parte das nações desenvolvidas para alcançar os acordos urgentes que são necessários nesta matéria se agirem desta forma.

Senhor Presidente,

Para o G-77, é uma tarefa prioritária mudar de uma vez por todas os paradigmas da ciência, tecnologia e inovação, que estão limitados aos ambientes e perspectivas do Norte, privando assim a comunidade científica internacional de um capital intelectual considerável.

A cúpula bem sucedida em Havana lançou um apelo urgente à ciência, tecnologia e inovação nuclear em torno do objetivo inalienável do desenvolvimento sustentável.

Ali decidimos retomar o trabalho do Consórcio de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Sul, a fim de promover projetos conjuntos de pesquisa e fomentar cadeias produtivas que reduzam a dependência dos mercados do Norte.

Acordamos também em promover uma convocação, até 2025, de uma Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento.

Os 17 projetos de cooperação que Cuba desenvolveu no âmbito da sua Presidência do G-77 contribuirão para canalizar e triangular o potencial da cooperação Sul-Sul. Instamos as nações mais ricas e as organizações internacionais a participarem destas iniciativas.

Cuba não esmorecerá em seus esforços para aumentar o potencial criativo, a influência e a liderança do G-77. O nosso Grupo tem muito a contribuir para o multilateralismo, a estabilidade, a justiça e a racionalidade que o mundo exige hoje.

Excelências,

A todos os problemas e desafios que caracterizam a realidade das nossas nações e mobilizam as pessoas, somam-se medidas coercivas unilaterais, eufemisticamente chamadas de sanções, que se tornaram prática de Estados poderosos que procuram agir como juízes universais para enfraquecer e destruir economias e isolar e subjugar Estados soberanos.

Cuba não é o primeiro Estado soberano contra o qual foram lançadas medidas desta natureza, mas é aquele que as suporta há mais tempo, apesar da condenação global que se expressa quase unanimemente todos os anos nesta Assembleia, desrespeitada e ignorada, na vontade expressa do Governo da maior potência econômica, financeira e militar do mundo.

Não fomos os primeiros e não somos os últimos. As pressões para isolar e enfraquecer as economias e os Estados soberanos hoje também afetam a Venezuela e a Nicarágua e, antes e depois, têm sido o prelúdio para invasões e derrubadas de governos “desconfortáveis” no Oriente Médio.

Rejeitamos as medidas coercivas unilaterais impostas a países como o Zimbabué, a Síria, a República Popular Democrática da Coreia e o Irã, entre muitos outros países cujo povo sofre o impacto negativo das mesmas.

Reiteramos a solidariedade com a causa do povo palestino. Apoiamos o direito à autodeterminação do povo do Saara Ocidental. Vamos lutar por um mundo de paz sem guerras nem conflitos!

Há cinco anos falei pela primeira vez neste pódio, onde estiveram anteriormente presentes o líder histórico da Revolução Cubana, o Comandante-em-Chefe Fidel Castro Ruz, e o General do Exército Raúl Castro Ruz, para expor essas verdades e os ideais de paz e justiça de um pequeno arquipélago que resistiu e resistirá à altura da dignidade, da coragem e da firmeza inquebrantável do seu povo e da sua história.

Mas não posso passar por este fórum mundial sem denunciar, mais uma vez, que durante 60 anos Cuba vem sofrendo um bloqueio econômico sufocante, concebido para diminuir o seu rendimento e o seu nível de vida, sofre continuamente com a escassez de alimentos, medicamentos e outros bens básicos e restringe suas potencialidades de desenvolvimento.

Essa é a natureza e esses são os objetivos da política de coerção econômica e de pressão máxima aplicada pelo Governo dos Estados Unidos contra Cuba, em violação do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas.

Não há uma única medida ou ação de Cuba que prejudique os Estados Unidos, que prejudique o seu setor econômico, a sua atividade comercial ou o seu tecido social.

Não há nenhum ato de Cuba que ameace a independência dos Estados Unidos, a sua segurança nacional, que prejudique os seus direitos soberanos, interfira nos seus assuntos internos ou que afete o bem-estar do seu povo. A conduta americana é absolutamente unilateral e injustificada.

O povo cubano resiste e vence criativamente todos os dias esta guerra econômica implacável, que desde 2019, em plena pandemia, escalou de forma oportunista para uma dimensão ainda mais extrema, cruel e desumana. Os efeitos são brutais!

O Governo dos Estados Unidos pressionou as entidades para que não fornecessem o oxigênio medicinal e os ventiladores pulmonares necessários em Cuba para enfrentar o pico da pandemia.

Os nossos cientistas cubanos criaram vacinas e desenvolveram os ventiladores pulmonares que salvaram o país e que disponibilizamos a outros países do mundo!

Com crueldade e precisão cirúrgica, em Washington e na Flórida calcularam como infligir o maior dano possível às famílias cubanas.

Os Estados Unidos perseguem e têm tentado impedir o fornecimento de combustíveis e lubrificantes ao nosso país, uma ação que pareceria impensável em tempos de paz.

Num mundo globalizado, não é apenas absurdo, mas também criminoso, proibir o acesso a tecnologias, incluindo equipamentos médicos, que tenham mais de 10% de componentes americanos.

As suas ações contra a cooperação médica que Cuba oferece em numerosas nações são vergonhosas. Chega ao ponto de ameaçar abertamente os governos soberanos por solicitarem essa contribuição e responderem às necessidades de saúde pública das suas populações.

Os Estados Unidos privam os seus cidadãos do direito de viajar para Cuba, desafiando a sua própria Constituição.

A intensificação do bloqueio impacta os elevados fluxos migratórios que se registraram no nosso país nos últimos anos, o que representa um custo doloroso para as famílias cubanas e consequências demográficas e econômicas adversas para a nação.

O Governo dos Estados Unidos mente e causa enormes danos aos esforços internacionais de combate ao terrorismo, quando acusa Cuba, sem qualquer fundamento, de ser um país patrocinador deste flagelo.

Protegidos por esta acusação arbitrária e fraudulenta, extorquem centenas de entidades bancárias e financeiras em todas as partes do mundo e obrigam-nas a escolher entre continuar as suas relações com os Estados Unidos ou manter os seus laços com Cuba.

Nosso país sofre um verdadeiro cerco, uma guerra econômica extraterritorial, cruel e silenciosa. É acompanhado por uma poderosa máquina política de desestabilização, com fundos milionários aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos, para capitalizar as deficiências causadas pelo bloqueio e minar a ordem constitucional do país e a tranquilidade dos cidadãos.

Apesar da hostilidade do seu governo, continuaremos a construir pontes com o povo dos Estados Unidos, como fazemos com todos os povos do mundo.

Fortaleceremos cada vez mais os laços com os emigrantes cubanos em qualquer canto do planeta.

Senhor Presidente,

A promoção e proteção dos direitos humanos é um ideal comum, que exige um espírito genuíno de respeito e de diálogo construtivo entre os Estados.

Infelizmente, 75 anos após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a realidade é muito diferente. Esta questão tornou-se uma arma política de nações poderosas que procuram submeter nações independentes, principalmente do Sul, aos seus desígnios geopolíticos.

Nenhum país está isento de desafios, assim como nenhum tem autoridade para se considerar um paradigma em termos de direitos humanos e estigmatizar outros modelos, culturas ou Estados soberanos.

Defendemos o diálogo e a cooperação como formas eficazes de promoção e proteção dos direitos humanos, sem politização ou seletividade; sem a aplicação de padrões duplos, condições ou pressões.

Nesse espírito, Cuba apresentou a sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos para o período 2024-2026, nas eleições que terão lugar no dia 10 de outubro. Agradecemos antecipadamente a confiança dos países que já nos deram o seu valioso apoio.

Se for eleita, a voz de Cuba continuará a elevar-se com uma visão universal, sempre do Sul, a favor dos legítimos interesses dos países em desenvolvimento, do compromisso construtivo e da responsabilidade inabalável com a plena realização de todos os direitos humanos para todos.

Cuba continuará a fortalecer a sua democracia e o seu modelo socialista, que, mesmo sitiado, mostrou o quanto um país em desenvolvimento, pequeno em tamanho e com poucas riquezas naturais, pode fazer.

Continuaremos o nosso processo transformador na busca de formas de sair do cerco que nos foi imposto pelo imperialismo norte-americano e de formas de alcançar a prosperidade com justiça social que o nosso povo merece.

Nesse esforço, nunca abriremos mão do direito de nos defendermos!

Senhor Presidente,

Distintos Chefes de Delegação e outros representantes,

Concluo estendendo um convite a todos para que trabalhem para superar as diferenças e enfrentar juntos os desafios comuns, com sentido de urgência. Para o conseguir, as Nações Unidas e essa Assembleia Geral, mesmo com as suas limitações, são o instrumento mais poderoso à nossa disposição.

Conte sempre com Cuba para defender o multilateralismo e promover conjuntamente a paz e o desenvolvimento sustentável para todos!

Será sempre uma honra lutar pela justiça, compartilhando as dificuldades e desafios com o povo do Sul, disposto a mudar a história!

E vamos vencer!

Para assistir ao discurso, [clique aqui](#).

**New York – 22 de setembro de 2023** – Tradicionalmente durante as Assembleias Gerais da ONU, aproveitando a presença de Chefes de Estado e diversos ministros, o G-77 promove sua **Reunião Anual de Ministros das Relações Exteriores** em que se faz um balanço da gestão prestes a findar e se apresenta o novo país a tomar posse da presidência pró tempore do Grupo.



<https://twitter.com/cubag77>

Este ano foi a 47ª sessão de Ministros de Relações Exteriores e com a presença do Presidente da 78ª AGNU Dennis Francis e Amina Mohammed, Secretária-Geral Adjunta da ONU, o Presidente do G-77 + China, Miguel Días-Canel Bermudez destacou sua convicção de que o Grupo permanecerá unido, fazendo sua voz ser ouvida uníssona.

Considerando os desafios monumentais que hoje pairam sobre o Sul Global, é mais urgente do que nunca alcançar o consenso, a reflexão construtiva, a unidade de ideais e o alinhamento de ideias para a promoção de uma nova ordem econômica internacional.

#### ***Pontos destacados em seu discurso***

Saudando o Presidente da AGNU, Dennis Francis e a Vice-Secretária-Geral da ONU, Amina J. Mohammed, o presidente do G-77, destacou o intenso trabalho de negociações que o Grupo vem realizando nos 9 meses desde que Cuba assumiu a presidência do G-77 + China. E no meio deste turbilhão, uma convicção sustenta o Grupo: “permanecemos unidos e, ao longo do caminho, fizemos ouvir a nossa voz como uma só”.

Destacando os feitos do G-77 e da China, Miguel Dias Canel disse que desde as negociações para o Acordo definitivo sobre a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Marinha fora da Jurisdição Nacional; a Revisão Intercalar do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres até à Cúpula dos ODS e os preparativos para a

Cúpula do Futuro, e tantos outros processos, o G-77 e a China conseguiram se articular estrategicamente na defesa das posições e reivindicações legítimas dos povos dos países do Sul.

Nos próximos meses, os trabalhos do dia-a-dia da 78ª Sessão da AGNU, a COP28 e a 3ª Cúpula do Sul em Kampala exigirão uma ação concentrada e determinada do G-77 e da China.

Ele destacou que está convocando uma reunião inédita; a **Cúpula de Líderes do G-77 e da China, que terá lugar no dia 2 de dezembro de 2023, no contexto da COP28, em Dubai**. Esta reunião no quadro de uma COP permitirá um debate, no mais alto nível, com possibilidade para articular posições nas negociações climáticas.

Outro ponto destacado pelo Presidente do G-77 foi a luta que o Grupo tem travado para mudar a atual ordem financeira internacional injusta e insustentável que está perto de celebrar 50 anos e que começou depois da Declaração e Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional ter sido aprovada em 1974.

Para Cuba, esta reivindicação permanente do Grupo não tem sido orientada apenas pela defesa dos legítimos direitos econômicos do Sul, mas faz parte da luta pela dignidade do povo cubano e pelo direito a ser tratado como igual.

Miguel Días-Canel disse ainda que as nações do Sul não podem continuar a ser laboratórios de receitas coloniais e de formas renovadas de dominação que utilizam a dívida, a atual arquitetura financeira e medidas coercivas unilaterais para perpetuar o subdesenvolvimento e aumentar os cofres de alguns às custas do Sul. É urgentemente necessário um novo acordo global que seja mais justo.

Nos últimos 50 anos, multiplicaram-se a instabilidade, a especulação e as trocas desiguais, e agora ainda a crise multi sistêmica agravada pela pandemia. O progresso conseguido para acabar com a pobreza extrema no mundo retrocedeu três a quatro anos. Os países mais pobres tiveram que disponibilizar quatro vezes mais recursos para atender a dívida, do que para a saúde pública. Entretanto, os 1% mais ricos do mundo apoderaram-se de quase dois terços da nova riqueza gerada desde 2020.

Os países do Sul tiveram ainda que gastar 379 bilhões de dólares das suas reservas para defender suas moedas em 2022, representando quase o dobro do montante de novos Direitos Especiais de Saque que lhes foram atribuídos pelo Fundo Monetário Internacional. E as consequências da atual ordem econômica e financeira internacional injusta, antidemocrática, especulativa e exclusiva pesam sempre com maior força sobre os países empobrecidos.

Como não tem havido uma resposta internacional coordenada para resolver estes problemas, o G-77 e a China têm um papel importante a desempenhar como legítimo portador das posições do Sul. Com estes desafios monumentais, é importante obter um consenso e alinhamento de ideias para que se possa promover uma nova ordem Econômica Internacional.

O presidente do G-77 terminou dizendo que no limiar do 60º aniversário do G-77, todos os países membros devem trabalhar juntos para continuar sendo um grupo representativo de nações fortes e unidas. Isso representará um passo inestimável para as aspirações das nações em desenvolvimento e para Cuba será a expressão do dever cumprido.

Esta 47ª sessão de Ministros de Relações Exteriores será lembrada pela reativação do **Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC)** depois de 9 anos interrompido, que volta a cena, com a presidência de Uganda tanto do G-77 como do

## Movimento dos não-alinhados (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023)



O Ministro de Relações Exteriores do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov, disse em nome do MNA que a retomada das atividades do JCC após nove anos é um evento histórico e o Azerbaijão, durante a sua presidência do MNA (2019 a 2023) identificou o renascimento do JCC como uma de suas áreas prioritárias e graças à cooperação com o G-77, isso foi possível.

## Intervenção do Brasil na 47ª sessão de Ministros de Relações Exteriores do G-77

O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, disse que as instituições multilaterais existentes, criadas há mais de 75 anos, refletem uma ordem internacional que deixou de existir há muito tempo e que já não são capazes de enfrentar os desafios multifacetados que o mundo enfrenta hoje.

Pedi a reforma do Conselho de Segurança da ONU que é incapaz de prevenir conflitos e que o Brasil está firmemente comprometido com uma reforma abrangente, incluindo a expansão de membros permanentes e não permanentes, a fim de resolver a grave falta de representação nesse órgão. Pedi também a reforma da OMC que é incapaz de garantir um mercado justo. E portanto, é fundamental reformar o Sistema Multilateral de Comércio. Para ler a declaração completa, [clique aqui](#).

Ao final, os países do G-77 e a China aprovaram uma declaração com 343 parágrafos, que pode ser [vista aqui](#).

Para assistir a esta sessão, [clique aqui](#)



**22 de setembro de 2023** – Ministro Relações Exteriores do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov, representando o Movimento dos não-Alinhados com a vice-presidente do Uganda Jessica Alupo, país que estará frente à presidência do MNA, a partir de 2024, por um período de 3 anos.

Outros momentos em que o G-77 e a China estiveram presentes e participaram ativamente durante a AGNU78.

- 1) **Diálogo de Alto Nível sobre financiamento para o desenvolvimento.** O G77 e a China expressaram a necessidade de ações imediatas para enfrentar com urgência a dívida externa insustentável que arrasta a maioria das nações em desenvolvimento para um abismo econômico.
- 2) **Cúpula dos ODS.** Na ocasião o Presidente da AGNU, Dennis Francis disse que: “em tempos em que o multilateralismo está sendo testado, em cada esquina, os países do G-77 seguem resolutos em seu apoio ao sistema multilateral”
- 3) **Cúpula do Futuro.** Finalmente aprovada um projeto de decisão sobre o escopo da Cúpula do Futuro. Porém, o Representante de Cuba junto às Nações Unidas disse em nome do G-77 e da China que: Como nenhum acordo foi possível sobre um texto detalhado e equilibrado, com elementos a serem acordados por todos os Estados-Membros, o G-77 e a China expressam seu entendimento de que este [A/77/L.109](#) que foi adotada é um texto

simplificado e geral, sem nenhuma substância nos capítulos, e que pode não ser o melhor documento para refletir o escopo da Cúpula do Futuro, mas pelo menos é um terreno comum mínimo para que todas as delegações possam encontrar espaço para incluir seus interesses e prioridades, nos próximos meses, quando serão negociados "Um Pacto para o Futuro" a ser adotado no próximo ano.

- 4) **Cúpula da Ambição Climática.** "Esta crise climática é uma crise de combustíveis fósseis. É preciso acabar com isso. O discurso do Presidente do G-77 pode ser [lido aqui](#).

Cúpula "**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação**" promovida pelo G-77 e a China e realizada em Havana nos dias 15 e 16 de setembro de 2023



Com a presença do Secretário Geral da ONU, António Guterres e mais de 130 países, a cúpula reuniu chefes de Estado, líderes mundiais e diversas organizações internacionais com o objetivo de discutir a injusta ordem econômica internacional que tem agravado a marginalização socioeconômica, técnica e científica de muitos países, com graves consequências para os países do Sul Global.

Em seu discurso de abertura, o anfitrião, presidente de Cuba e presidente pro tempore do G-77 proferiu um discurso cheio de emoção e declarou que a Cúpula ocorreu no momento em que a humanidade atingiu um potencial científico-técnico sem precedentes, e que se houvesse igualdade, equidade e justiça entre os países, se poderia garantir padrões de vida digna, confortável e sustentável para quase todos os habitantes do planeta. Seguiu dizendo que o mundo está em um ponto na história em que o multilateralismo tende a se consolidar e a ciência e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento das nações e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que considerando a quarta revolução industrial, deve-se aproveitar o momento para construir um século XXI sem exclusão, promovendo uma política de inovação robusta em cada país.

Durante todo o tempo, o Norte acomodou o mundo aos seus interesses em detrimento do resto do mundo, cabe agora ao Sul mudar as regras do jogo.

Como uma mensagem final "o momento é agora", o presidente do G-77 abriu os debates da Cúpula.

A necessidade urgente de reforçar a cooperação entre os países do Sul e diminuir as lacunas existentes em Ciência, Tecnologia e Inovação, centrou as intervenções dos presidentes, primeiros-ministros e chefes de delegações. Diversas vezes foram reiteradas as necessidades de mudanças na ordem econômica mundial e na arquitetura financeira global e declarações de "em

vez de esperar ajuda do Norte é preciso que os países atuem de forma criativa, criando seus próprios programas e compartilhamento de capacidades e sucessos” foram ouvidas muitas vezes.

O presidente pro tempore da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) considerou que ao vivermos um momento de multipolaridade crescente, todos os países do sul estão destinados a fazer história, se enfrentarem o empobrecimento histórico que aumentou o fosso existente entre os países ricos e pobres, com espírito de solidariedade e compartilhamento de experiências.

Enquanto o presidente pro tempore da União Africana, considerou a cúpula como uma oportunidade para as nações em desenvolvimento criarem as bases para promover objetivos comuns e proteger suas populações.

O representante da China, coanfitrião da Cúpula lembrou que a recente cúpula dos BRICS, realizada na África do Sul, apresentou uma mensagem clara sobre a urgência de uma reforma da governação em escala global e que o país, anunciou a criação de um fundo para o desenvolvimento e cooperação entre as nações do sul, no valor de quatro bilhões de dólares.

Já o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva considerou estratégico que o G-77 tenha dedicado uma Cúpula ao tema da Ciência, Tecnologia e Inovação e que vai dar continuidade ao tema já que na presidência brasileira do G20, a começar em dezembro de 2023, vai propor a criação de um Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, para alavancar os interesses dos países em desenvolvimento nesse campo.

Considerando que o progresso técnico e científico é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, um dos objetivos desta cúpula foi discutir uma ordem mundial mais democrática e inclusiva, privilegiando a solidariedade e a cooperação internacional e a cúpula culminou com uma declaração abrangente sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando que o progresso técnico e científico é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios globais atuais.

Um dos temas centrais da declaração de Havana é o reconhecimento do papel crucial que a ciência, a tecnologia e a inovação desempenham na implementação dos ODS.

É que também é necessário aumentar o investimento em pesquisa para permitir o desenvolvimento e a implementação de tecnologias inovadoras que possam enfrentar desafios sociais como as alterações climáticas, os cuidados de saúde e a segurança alimentar. Este investimento deverá ser direcionado tanto para a investigação básica como para a aplicada, bem como para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Além do financiamento, a declaração enfatiza a importância do desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação. Os países devem investir em programas de educação e formação que possam dotar os seus cidadãos das competências e conhecimentos necessários para contribuir para o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias. Isto exigirá a colaboração internacional e compartilhamento de conhecimento entre governos, universidades e indústria para garantir que a força de trabalho tenha as competências e os conhecimentos necessários e os países devem trabalhar juntos para disseminar as melhores práticas, conhecimentos e competências em ciência, tecnologia e inovação. Isto permitirá que aprender uns com os outros e aproveitar os sucessos uns dos outros, conduzindo, em última análise, a soluções mais eficazes e eficientes para os desafios existentes.



Finalmente, a declaração destaca a importância de criar um ambiente favorável à ciência, tecnologia e inovação em que os Estados-Membros desenvolvam políticas e regulamentos que apoiem a inovação e o empreendedorismo, bem como ofereçam incentivos ao investimento do setor privado em pesquisa e desenvolvimento. Isto exigirá um esforço coordenado entre governos, indústria e sociedade civil para criar um ecossistema que apoie a inovação e promova o desenvolvimento de novas tecnologias (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

Ao final da Cúpula e com a aprovação da Declaração de Havana, os países reafirmaram seu compromisso de implementar medidas concretas para estimular a ciência, tecnologia e inovação em nível nacional e internacional e concordaram em levar ao presidente da Assembleia Geral da ONU, uma solicitação para convocar, daqui há dois anos, um evento de Alto Nível sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento, com especial enfoque nas ações a serem tomadas para atender às necessidades dos países em desenvolvimento nesta área.

Declararam o dia 16 de setembro como o Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação no Sul.

Para ler a Declaração de Havana, [clique aqui](#).

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Como mencionado anteriormente neste informe, em 2024, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA quando for realizada a 3ª Cúpula do Sul em Kampala.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### **Destaque do Movimento dos Não Alinhados**

#### **Conflito em Nagorno-Karabakh**

Há 30 anos, desde a dissolução da União Soviética que o Azerbaijão e a Armênia brigam pelo território conhecido como **Nagorno-Karabakh**, que é reconhecido internacionalmente com parte do território do Azerbaijão, mas onde vivem 120 mil armênios.

A disputa entre os dois países já levou a duas guerras (de 1991 e 1994) e outra em 2020, quando o Azerbaijão recuperou o controle do território. A Rússia mantém uma missão de paz permanente na região e sempre age como mediadora.

No entanto, no final de 2022, o Azerbaijão instituiu um bloqueio no corredor Lachin, que liga Nagorno-Karabakh à Armênia, impedindo a passagem de pessoas, alimentos e medicamentos. Com uma situação insustentável, e alguns levantes armênios com a intenção de liberar este corredor, e sem a atenção da Rússia que está voltada para a Ucrânia, o frágil cessar fogo de 2020 foi quebrado e o Azerbaijão lançou operações antiterroristas, exigindo a rendição total dos líderes separatistas.

De acordo com as agências de notícias locais, mais de 6000 armênios cruzaram a fronteira para a Armênia, fugindo dos conflitos e da ofensiva militar do Azerbaijão, tornando-se os primeiros civis a chegar à Armênia em quase 1 ano.

A atenção do Azerbaijão está voltada para esta região.

### **Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO) durante a Cúpula dos ODS**



<https://twitter.com/namyouthorg>

Guiado pelos princípios de Bandung, o NAMYO manifestou o seu profundo apreço pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, que norteia a promoção e colaboração internacional para serve como guia para enfrentar os desafios globais multifacetados de natureza econômica, social, cultural e humanitária e expressou sua preocupação com o retrocesso de vários ODS, com apenas uma pequena percentagem deles ainda no caminho certo. Destacaram também a recuperação prolongada e desigual da pandemia global em todas as regiões.

Ressaltaram o papel fundamental e interdependente dos países, das organizações intergovernamentais e das ONG, bem como do setor privado, no envolvimento de parcerias robustas, no compartilhamento de conhecimentos e na mobilização de recursos, catalisando uma abordagem holística ao desenvolvimento sustentável para não deixar ninguém para trás. Salientaram ainda a necessidade urgente de enfrentar os desafios interligados impostos pela tripla crise planetária que abrange as alterações climáticas, a poluição atmosférica e a perda de biodiversidade.

Apelaram para que os países tomem medidas imediatas e resolutas para inverter esta trajetória e garantir uma educação equitativa para todos, chamando a atenção para projeções que prenunciam um cenário em que apenas um em cada seis países alcançará a aspiração do Objetivo 4, de acesso universal a uma educação de qualidade até 2030.

Destacaram a necessidade de criar ambientes favoráveis para capacitar jovens, permitindo-lhes contribuir substancialmente para o desenvolvimento sustentável através do envolvimento ativo nos processos de formulação de políticas e subsequente implementação. Salientaram ainda a necessidade de apoiar os países menos desenvolvidos, os investimentos em tecnologias avançadas, além de buscar a redução das emissões de carbono e o aumento do acesso global à banda larga móvel, fundamentais para promover a industrialização sustentável e infraestruturas resilientes.

O NAMYO ressaltou o efeito negativo dos conflitos armados, das políticas expansionistas agressivas, do terrorismo, do separatismo, da criminalidade organizada transnacional e do extremismo, juntamente com as violações dos direitos humanos, que continuam a impedir a capacidade, entre outros, de alcançar os ODS;

Enfatizaram a necessidade de todos os países adotarem energias renováveis e uma cooperação internacional forte para melhorar a transferência de tecnologia, desenvolver capacidades e oferecer apoio financeiro vital necessário para facilitar esta transição crucial nos países em desenvolvimento.

Apelaram aos países para que facilitem e promovam colaborações significativas que garantam a integração de setores emergentes, como a tecnologia e a inovação, a cultura e o

turismo, o desenvolvimento urbano e as finanças, como componentes integrantes do progresso sustentável e finalmente enfatizaram a necessidade de uma mudança de paradigma, afastando-se das práticas habituais e da participação ativa do setor privado nos esforços para mitigar os impactos ambientais, promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para o bem-estar das comunidades em todo o mundo (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1, 2023).

### **Centro Sul (South Centre)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente sobre uma ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, gênero e a quarta revolução industrial.

O centro Sul colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Centro Sul**



[https://twitter.com/South\\_Centre](https://twitter.com/South_Centre)

As reuniões de alto-nível da ONU sobre saúde ajudaram a impulsionar o mais alto nível de compromisso político nas questões-chave da saúde global. O Debate de Alto Nível sobre a resposta de preparação para uma pandemia subestima hoje a gravidade da crise que o mundo viveu com a pandemia de Covid-19 e não fornece o nível de apoio político e orientação às negociações críticas que decorrem em Genebra para um instrumento internacional e alterações ao Regulamento Sanitário

Internacional (2005).

O Debate de Alto Nível discutir a necessidade de liderança oportuna, urgente e contínua, solidariedade global, compromisso multilateral e cooperação entre os Estados-Membros e com entidades relevantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes, para implementar ações globais, regionais, nacionais e locais robustas, impulsionados pela equidade e pelo respeito pelos direitos humanos, para reforçar a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

No entanto, a urgência desta declaração não é refletida por compromissos fortes e concretos no Debate de Alto Nível. Uma oportunidade foi perdida.

O Centro Sul continuará a apoiar os países em desenvolvimento nestes processos e procurará promover o diálogo construtivo com outros membros e partes interessadas da ONU (Twitter South Centre @South Centre. 1, 2023).

Para ler a Declaração completa, [clique aqui](#).

## O Direito ao Desenvolvimento: Princípios, Realização e Desafios

O tema principal da 54ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos gira em torno dos direitos econômicos, sociais e culturais, com especial destaque para o direito ao desenvolvimento.

O Centro Sul aborda a importância do direito ao desenvolvimento, a perspectiva iraniana sobre o mesmo e o impacto de vários desafios na sua realização plena e eficaz (Twitter South Centre @South\_Centre. 2, 2023).

Para ler o artigo, [clique aqui](#).

Intervenção co Centro Sul na Cúpula "**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação**", promovida pelo G-77 e a China e realizada em Havana nos dias 15 e 16 de setembro de 2023



O representante do Centro Sul começou agradecendo a possibilidade de participar da Cúpula e ressaltou que a comunidade internacional teve uma oportunidade para construir uma nova ordem mundial baseada na verdadeira cooperação internacional e na solidariedade entre os povos, especialmente depois dos efeitos negativos econômicos, sociais e sanitários da pandemia do Covid-19, mas infelizmente, isso não aconteceu.

[https://twitter.com/South\\_Centre](https://twitter.com/South_Centre)

Os países ricos acentuaram políticas protecionistas e agressões econômicas, incluindo medidas coercivas unilaterais. Mas destacou que o importante papel que o G-77 e da China desempenharam na conclusão do novo tratado sobre a biodiversidade marinha fora das jurisdições nacionais. Deixou claro que o Grupo representa, na arquitetura das relações internacionais, um instrumento fundamental para a construção de um sistema multilateral que apoia os países em desenvolvimento. O G-77 e a China estão sempre defendendo os interesses de três quartos da população mundial, incluindo os mais vulneráveis.

Ele considerou que a cúpula poderia ser um instrumento para consolidar os mecanismos de cooperação entre os países do G-77 e o Movimento dos Não-Alinhados para reformar o sistema das Nações Unidas e a arquitetura financeira, comercial e fiscal global onde os interesses e direitos dos países em desenvolvimento, sejam respeitados.

Sua voz foi mais uma, a favor do cumprimento, pelos países desenvolvidos, das obrigações financeiras acordadas e de transferência de tecnologia na luta contra as alterações climáticas, incluindo a operacionalização do fundo de perdas e danos acordado na COP27.

O Centro Sul, como organização intergovernamental criada por e para os países em desenvolvimento, vem se beneficiando de uma forte cooperação com o G-77 + China desde a sua criação e seguem firmemente empenhados nesta cooperação numa variedade de áreas (Twitter South Centre @South\_Centre. 2, 2023).

### Referências

Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em:

[https://twitter.com/galaxy\\_south/status/1706382592377819420](https://twitter.com/galaxy_south/status/1706382592377819420). Acesso em 25 de set 2023

Twitter @UNOSSC 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1704953097468993948>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter @UNOSSC 3. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1704927684105527549>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter @UNOSSC 4. 2023. Disponível em: [https://twitter.com/cepal\\_onu/status/1704531086716375108](https://twitter.com/cepal_onu/status/1704531086716375108). Acesso em 22 de set 2023

Twitter @UNOSSC 5. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/dimaalkhatib1/status/1704467103724531931>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter @UNOSSC 6. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1704193693899432446>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/BrunoRguezP/status/1705376829585191237>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/CubaMINREX/status/1703156025845534779>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1704063534940742030>. Acesso em 22 de set 2023

Twitter South Centre @South\_Centre. 1, 2023. Disponível em: [https://twitter.com/South\\_Centre/status/1705345788572844304](https://twitter.com/South_Centre/status/1705345788572844304). Acesso em 22 de set 2023

Twitter South Centre @South\_Centre. 2, 2023. Disponível em: [https://twitter.com/South\\_Centre/status/1705323844162998693](https://twitter.com/South_Centre/status/1705323844162998693). Acesso em 22 de set 2023

Twitter South Centre @South\_Centre. 3, 2023. Disponível em: <https://www.southcentre.int/sc-statement-to-the-g77-summit-16-september-2023>. Acesso em 22 de set 2023

**SUMMIT OF HEADS OF STATE AND GOVERNMENT OF THE GROUP OF 77 AND CHINA  
ON "CURRENT DEVELOPMENT CHALLENGES: THE ROLE OF SCIENCE, TECHNOLOGY  
AND INNOVATION"**

**Havana, Cuba, September 15-16, 2023**

**Havana Declaration on "Current Development Challenges: The Role of Science,  
Technology and Innovation"**

1. We, the Heads of State and Government of the member countries of the Group of 77 and China, meeting in Havana, Cuba, on September 15 and 16, 2023, for the Group's Summit on Current Development Challenges: The Role of Science, Technology and Innovation, convinced of the urgent need to act together, reaffirm our full adherence to the spirit, principles and objectives of the Group of 77 and China.
2. We also reaffirm the commitment to strengthen the unity and solidarity of the Group in order to achieve its objectives and to reinforce its role in the current international context. We reaffirm full respect for the purposes and principles of the Charter of the United Nations and international law.
3. We deeply mourn the loss of life and materials caused by the recent natural disasters in Libya and Morocco. We convey our heartfelt condolences to the respective peoples and governments, and to the loved ones of the victims in both nations.
4. We note with deep concern that the major challenges generated by the current unfair international economic order for developing countries have reached their most acute expression in current times due, inter alia, to the persistent negative effects of the COVID-19 pandemic, even though the Public Health Emergency of International Concern (PHEIC) for COVID-19 has been lifted by the WHO, geopolitical tensions, unilateral coercive measures, and the current multiple crises, including the economic and financial crises, fragile global economic outlook, increased pressure on food, energy, displacement of people, markets volatility, inflation, monetary tightening, the growing burden of external debt, the increase in extreme poverty, the rising inequalities within and among countries, and the adverse effects of climate change, biodiversity loss, desertification, sand and dust storms and environmental degradation, as well as the digital divides, with no clear roadmap so far to address these global problems.
5. We also express deep concern at the illness, death, and continued socio-economic disruption and devastation caused by the COVID-19 pandemic which has further exacerbated the stark inequities within and among countries and regions, with a disproportionate impact on developing countries. This has brought urgency to strengthen global solidarity and international cooperation in and support for developing countries to prevent, prepare for, and respond to pandemics and other health emergencies, taking into account lessons learned from the COVID-19 pandemic.
6. We stress the urgent need for a comprehensive reform of the international financial architecture and a more inclusive and coordinated approach to global financial governance, with greater emphasis on cooperation among countries, including through increasing the representation of developing countries in global decision and policy-making bodies which will contribute to enhance the capacities of developing countries to access and develop science, technology and innovation.
7. We reiterate the firm belief that all states and stakeholders should devote themselves collectively to the pursuit of global development and "win-win" cooperation for scientific and technological development on the basis of extensive consultations, joint contributions and shared benefits, which can bring huge gains to all countries and all parts of the world in building a community of shared future for humankind.

8. We reject the imposition of laws and regulations with extraterritorial impact and all other forms of coercive economic measures, including unilateral sanctions against developing countries, and reiterate the urgent need to eliminate them immediately. We emphasize that such actions not only undermine the principles enshrined in the Charter of the United Nations and international law, but also severely impede the advancement of science, technology and innovation and the full achievement of economic and social development, particularly in developing countries.

9. Furthermore, we emphasize that unilateral coercive measures have negative and devastating impacts on the realization of human rights including the right to development and the right to food. Those measures also hinder the access of the affected countries to health-care, humanitarian assistance and equipment, and nationally owned assets.

10. We reject technological monopolies and other unfair practices that hinder the technological development of developing countries. States which have monopoly and dominance in the Information and Communication Technologies environment, including Internet, should not use Information and Communication Technologies advances as tools for containment and suppression of the legitimate economic and technological development of other States. We call upon the international community to foster an open, fair, inclusive and non-discriminatory environment for scientific and technological development.

11. We note with concern that at the half-way point of the 2030 Agenda for Sustainable Development, the world, particularly the developing countries, are still far off track to achieve the Sustainable Development Goals. We further note that science, technology and innovation have been identified as levers for transformation to accelerate progress in achieving the Sustainable Development Goals, and that its strategic deployment has the potential to resolve and minimize trade-offs among the Goals and targets, and recognizes that technology transfer to developing countries will be critical to scale up and accelerate the implementation of the 2030 Agenda.

12. We stress the important role of science, technology and innovation as pillars, enablers and catalysts to support sustained, inclusive and sustainable growth, accelerating the full implementation of the 2030 Agenda and the Addis Ababa Action Agenda and, in this context, reaffirm the need for political decision-making at all levels to create an enabling international environment for science, technology and innovation development and to take into account, in the first instance, available scientific knowledge and innovation, as well as the use and promotion of traditional, local, afro-descendant and indigenous knowledge and capacities.

13. We reaffirm the 2005 Tunis Agenda for the Information Society in which the special and specific funding needs of the developing world were recognized and encourage close alignment between the World Summit on the Information Society process and the 2030 Agenda for Sustainable Development, highlighting the cross-cutting contributions of information and communications technology to the Sustainable Development Goals, in particular the eradication of poverty in all its forms and dimensions, and noting that access to information and communications technologies has also become a development indicator and aspiration in and of itself.

14. We also call for a close correspondence of the World Summit on the Information Society process with the Addis Ababa Action Agenda and other outcomes of relevant intergovernmental processes, including the Global Digital Compact and the Summit of the Future. We agree to work towards a strong and concerted position of the G-77 and China to ensure that the World Summit on the Information Society (WSIS+20) General Review process, the Global Digital Compact and the Summit of the Future contribute to, inter alia, the achievement of sustainable development and closing the digital divide between developed and developing countries.

15. We reiterate that the Tunis Agenda and the Geneva Declaration of Principles and plan of action shall lay down the guiding principles for digital cooperation.

16. We recognize the opportunity offered by science, technology and innovation for the full enjoyment of human rights by all, including the right to development. We call for the advancement of digital inclusion, as well as the achievement of gender equality and the empowerment of all women and girls, and to strengthen their full, equal and meaningful access and participation in these fields, including through the participation of women in scientific and technological processes, as a means to closing the gender digital divide, addressing the risks and challenges emerging from the use of technologies and ensuring that the benefits of these technologies are available to all, including women and girls.

17. We agree on the need to invest more in science, technology and innovation and to implement initiatives at all levels for the development of human resources in these fields. We stress the importance to develop strategies aimed at confronting the brain drain of specialized human resources trained in the countries of the South. We agree to continue to promote young people's interest in scientific studies, including the educational sphere.

18. We reaffirm our commitment to open and equitable scientific collaboration, and recognize the important contributions that open science makes in the development of solutions to address global challenges. In that regard, we encourage actions to foster the uptake of scientific evidence into policymaking processes.

19. We recognize the important contributions which the knowledge produced by research and innovation activities can have in designing better public policies, as well as the need to strengthen collaboration and exchanges between policymakers and scientific and technological communities to that end.

20. We encourage the promotion of science and innovation-based governance at national and local levels and the inclusion of this perspective in national development strategies, as integral and cross-cutting elements, as appropriate. We also call for the strengthening of science and innovation ecosystems connecting national and local governments, the public and private sectors, academia, research centers and civil society, taking into account national legislation and contexts.

21. We express our willingness to support the expansion of open-science models, at all levels, to ensure citizens' access to research results and scientific information, in order to make science and knowledge accessible to everyone.

22. We advocate for the development and use of science, technology and innovation ethically and responsibly, and the strengthening and expansion of research and development infrastructures.

23. We recognize that intellectual property rights should contribute to the promotion of technological innovation in a way that favors social and economic welfare taking into account national laws, and call for applying the flexibilities enshrined in relevant international legal obligations in the field of intellectual property rights, where applicable.

24. We acknowledge the contribution of science to the creation of innovative technologies and solutions to move towards more sustainable production and consumption patterns. In that context, we call for the provision of the necessary means of implementation to developing countries to strengthen their scientific and technological capacities. We further note the need to raise awareness for sustainable development and lifestyles in accordance with the commitments contained in the 2030 Agenda. In this regard, we will endeavor to further promote close linkages and partnerships between policy makers, academia, research centers and the private sector, as appropriate.

25. We further acknowledge the contribution of science, technology and innovation to industrial development in developing countries and as a critical source of economic growth, economic diversification and value addition.

26. We call for the promotion of new research, the development and transfer of the necessary technologies, and access to the existing ones, including in the areas of food and nutrition, health, water



and sanitation, and energy, in order to contribute to the eradication of poverty in all its forms and dimensions, and the achievement of sustained, inclusive and equitable economic growth, human wellbeing and sustainable development.

27. We note the central role of Governments, with the active contribution from stakeholders from the private sector, civil society, academia and research institutions, in creating and supporting an enabling environment at all levels, including enabling regulatory and governance frameworks, in accordance with national priorities, to nurture science, innovation, entrepreneurship and the dissemination of knowledge and technologies, particularly to micro, small and medium-sized enterprises, as well as industrial diversification and value added to commodities.

28. We emphasize the importance of research, and technology development and transfer in the field of human health, taking into account the increase in emerging and re-emerging communicable and non-communicable diseases, including their risk factors.

29. We call upon the international community and relevant bodies of the United Nations system to take urgent action to promote unhindered, timely and equitable access for developing countries to health-related measures, products and technologies necessary to deal with the current and future pandemic prevention preparedness and responses. These include through financing, health systems strengthening, building capacity, ensuring sustainability of supply chains, technology transfer and know-how for local and regional manufacturing and production of medical countermeasures, including medicines, vaccines, therapeutics, diagnostics, health technologies and other health products in developing countries.

30. We recognize the role of science, technology and innovation in identifying and addressing the challenges posed by climate change, the effects of which disproportionately impact developing countries. We acknowledge that all technological barriers, inter alia, as reported by the IPCC, limit adaptation to climate change and the implementation of the National Determined Contributions (NDCs) of developing countries. We reiterate, in this regard, the need for an effective response to the urgent threat of climate change especially through scaling up the provision of financing, technology transfer and capacity building based on the needs and priorities of developing countries, in accordance with the principles and the objective of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Paris Agreement, including equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, as well as on the basis of the best available science.

31. We recognize that information and communication technologies are a key catalyst and enablers for sustainable development. We reaffirm the vision of building an inclusive, people-centered and development-oriented information society. We call upon the international community and relevant bodies of the United Nations system to take urgent action aimed at reducing digital divides and inequalities in data generation, infrastructure and accessibility within and among countries and regions, as well as between developed and developing countries, with special attention to the poorest and most vulnerable among them. We urge the creation of the necessary conditions to provide developing countries with affordable and reliable connectivity, aimed, inter alia, at promoting digital access and inclusion, including for people in remote and rural communities, as well as to ensure ethical, reliable, and more equitable development, access and use of artificial intelligence.

32. We note with deep concern the existing disparities between developed and developing countries in terms of conditions, possibilities and capacities to produce new scientific and technological knowledge. We call upon the international community, the United Nations System and the International Financial Institutions to support the efforts of the countries of the South to develop and strengthen their national science, technology and innovation systems. We urge developed countries to urgently mobilize means of implementation such as technology transfer, technical assistance, capacity building and financing through new, additional, and predictable resources in relation to the needs of developing countries, including in this area, in accordance with their national needs, policies and priorities.

33. We recognize that no restrictions should be imposed on developing countries' access to Information and Communication Technologies' materials, equipment and technology in order to maintain sustainable development.
34. We further recognize the importance of assisting developing countries to address the challenges and opportunities related to the use of Internet and the e-commerce to develop their international trade capacities, among other things.
35. We support the advancement and implementation of specific and targeted innovation policies aiming at driving sustainable economic growth and the creation of new job opportunities for the current and future generations.
36. We reiterate the crucial role of Official Development Assistance in supporting the development needs of the countries of the South and insist on the urgent need for developed countries to fulfill their historical commitment in this regard.
37. We stress the importance of strengthening North-South cooperation, including through the fulfillment of Official Development Assistance commitments to support the development needs of the countries of the South. At the same time, we agree to continue working on the development of science and technology in developing countries by strengthening South-South cooperation, which is necessary to optimize our potential and complement our resources and expertise, while offering viable pathways to address common challenges among developing countries and to, inter alia, accelerate progress in the achievement of the Sustainable Development Goals. We encourage discussions on the possibilities of establishing new platforms for South-South cooperation and exchanges on science, technology and innovation.
38. We further encourage the promotion of triangular cooperation projects and programs to improve developing countries' access to more and better resources for the implementation of technical and scientific initiatives. We acknowledge that triangular cooperation is aimed at facilitating, supporting and enhancing South-South initiatives, through the provision of, inter-alia, funding, capacity-building, technology transfer as well as other forms of support, at the request of developing countries, in line with the principles of South-South cooperation, and must be led by the countries of the South.
39. We recognize that an international technology framework including the Global Digital Compact, aligned with the Sustainable Development Goals, should be considered, which should offer preferential access for developing countries to relevant advanced technologies, develop their productive capacities and end discriminatory restrictions, and focus on global research and development on scientific breakthroughs relevant to the Sustainable Development Goals.
40. We recognize the role of multi-stakeholder partnerships to foster strategic long-term investment in supporting the development of science, technology and innovation in developing countries, including through innovative financing.
41. We reaffirm our decision to resume the work of the Consortium on Science, Technology and Innovation for the South (COSTIS), and urge the members of the Group to evaluate and outline strategies to ensure its effective functioning.
42. We agree that our Ministers or High Authorities on Science, Technology and Innovation meet regularly, as appropriate, to take stock of the role of science, technology and innovation in the development agendas adopted at the United Nations and to strengthen South-South cooperation in this fields.
43. We urge the United Nations Regional Commissions, Agencies, Funds and Programs, in particular UNDP, UNESCO, UNCTAD, UNIDO, ITU and the UN Office for South-South Cooperation, within their respective mandates, to make additional efforts to support developing countries in strengthening institutional frameworks and public policies related to science, technology and innovation.

44. We agree to request the President of the General Assembly to convene, in the 80<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly, a High-Level Event on Science, Technology and Innovation for Development with a special focus on actions to be taken to address the needs of developing countries in these fields.

45. We reaffirm our commitment to implement the concrete measures contained in this Declaration at the national and international levels.

46. We agree to declare September 16 as the Day of Science, Technology and Innovation in the South.

47. We express our gratitude to the government of the Republic of Cuba, Chair of the Group of 77 and China, for the organization and development of this Summit. We trust that this meeting will set a guideline for our actions in these times of huge challenges and will allow us to advance toward the realization of our legitimate aspirations for development.

## **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China, em Cuba**

*Discurso lido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Cúpula de Chefes de Estado e Governo do G77 + China, em Havana (Cuba), em 16 de setembro de 2023*

Saúdo o Presidente Miguel Díaz-Canel e o povo cubano pela sua hospitalidade.

É de especial significado que, neste momento de grandes transformações geopolíticas, esta Cúpula seja realizada aqui em Havana. Cuba tem sido defensora de uma governança global mais justa. E até hoje é vítima de um embargo econômico ilegal. O Brasil é contra qualquer medida coercitiva de caráter unilateral. Rechaçamos a inclusão de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo.

Caros amigos e amigas,

Desde que assumi meu novo mandato, estive em diversos foros com a presença de países em desenvolvimento, como a CELAC, o BRICS e o G20.

Mas nenhum desses espaços conta com a abrangência e a diversidade do G77. Nosso grupo corresponde a 79% da população mundial e 49% do PIB global em paridade do poder de compra. Há quase sessenta anos, tem sido um vetor de importantes mudanças nas instituições multilaterais. O G77 foi fundamental para expor as anomalias do comércio global e para defender a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Infelizmente, muitas das nossas demandas nunca foram atendidas.

A governança mundial segue assimétrica. A ONU, o sistema Bretton Woods e a OMC estão perdendo credibilidade. Não podemos nos dividir. Devemos forjar uma visão comum que leve em consideração as preocupações dos países de renda baixa e média e de outros grupos mais vulneráveis.

É estratégico que o G77 tenha, pela primeira vez, dedicado uma Cúpula ao tema da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nos últimos anos, tivemos um aumento na proporção do PIB mundial investido em pesquisa em desenvolvimento. Mas essa elevação não ocorreu de forma uniforme. A América Latina e o Caribe e a África subsaariana foram na contramão dessa tendência. Outras desigualdades persistem. É desanimador que as mulheres perfaçam somente 31% do total de pesquisadores.

Precisamos reforçar nossas reivindicações à luz da Quarta Revolução Industrial. Há duas grandes transformações em curso. Elas não podem ser moldadas por um punhado de economias ricas, reeditando a relação de dependência entre centro e periferia.

A primeira é a revolução digital. Avanços como a computação em rede, a inteligência artificial, a biotecnologia de ponta e a digitalização trazem possibilidades que, há poucas décadas, sequer imaginávamos.

Mas essas inovações possuem efeitos colaterais ameaçadores. Grandes multinacionais do setor de tecnologia possuem modelo de negócios que acentua a concentração de riquezas, desrespeita leis trabalhistas e muitas vezes alimenta violações de direitos humanos e fomenta o extremismo. Corremos riscos que vão da perda de privacidade ao uso de armas autônomas, passando pelo viés racista de muitos algoritmos.

O Pacto Global Digital da ONU oferece oportunidade de mitigar esses desafios e permitir que os benefícios das novas tecnologias possam ser aproveitados por todos. A ideia de estabelecer um painel científico para a inteligência artificial é bem-vinda, mas é preciso assegurar a participação de especialistas do mundo em desenvolvimento.

O projeto de Diretrizes Globais para a Regulamentação de Plataformas Digitais da UNESCO equilibra a liberdade de expressão e o acesso à informação com a necessidade de coibir a disseminação de conteúdos que contrariem a lei ou ameacem a democracia e os direitos humanos.

A segunda grande mudança em curso no mundo é a transição energética. A emergência climática nos impõe novos imperativos, mas a transição justa traz oportunidades. Com ela, podemos ter ar mais limpo, rios sem contaminação, cidades mais acolhedoras, comida de qualidade na mesa, empregos dignos e crianças mais saudáveis.

Foi com essa firme convicção que, mês passado, realizamos a Cúpula da Amazônia, em Belém. A Declaração que adotamos prevê ampla agenda de cooperação científica e valoriza o conhecimento das comunidades e instituições amazônicas. O Observatório Regional da Amazônia vai sistematizar e monitorar dados para orientar políticas públicas e torná-las mais eficazes.

Temos de aproveitar o patrimônio genético da nossa biodiversidade, com repartição justa dos benefícios, resguardando a propriedade intelectual sobre nossos recursos e conhecimentos tradicionais.

Vamos promover a industrialização sustentável, investindo em energias renováveis, na socio-bioeconomia e na agricultura de baixo carbono. Faremos isso sem esquecer que não temos a mesma dívida histórica dos países ricos pelo aquecimento global. O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas permanece válido.

É por isso que o financiamento climático tem de ser assegurado a todos os países em desenvolvimento, segundo suas necessidades e prioridades. No caminho entre a COP28, em Dubai, e a COP30, em Belém, será necessário insistir na implementação dos compromissos nunca cumpridos pelos países desenvolvidos.

Senhoras e Senhores,

Na década de oitenta, o Brasil foi pioneiro na cooperação Sul-Sul em matéria de ciência, tecnologia e inovação, ao estabelecer parceria na área nuclear com a Argentina e na área espacial com a China. Essas duas iniciativas de cooperação frutificam até hoje.

Ao resgatar o protagonismo do Brasil no mundo, conferimos caráter especial à cooperação científica e tecnológica entre países em desenvolvimento em nossa política externa. Daremos novo impulso a programas e projetos regionais por meio da CELAC, do BRICS e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A colaboração com Angola e Moçambique e vários outros países da África demonstra que o compartilhamento de conhecimentos, políticas e tecnologias brasileiras pode ajudá-los a dar um salto na produtividade agrícola e na produção de medicamentos.

Na presidência brasileira do G20, vamos propor a criação de um Grupo de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, para alavancar os interesses dos países em desenvolvimento nesse campo.

Em Nova Delhi, participamos do lançamento da Aliança Global para os Biocombustíveis. Nosso objetivo é mostrar o potencial da bioenergia no contexto da transição energética.

Caras amigas e amigos,

Ao final da Guerra Fria, a Comissão do Sul, liderada por Julius Nyerere, reuniu dezenas de intelectuais, diplomatas e lideranças da África, Ásia e América Latina – entre eles, meu amigo Manmohan Singh e os brasileiros Celso Furtado e Paulo Arns – para construir uma visão comum do desenvolvimento.

Uma segunda edição da Comissão do Sul nos permitiria atualizar nossa visão de desenvolvimento sustentável, com base nas nossas realidades e prioridades, à luz da revolução digital e da transição justa. Deixo essa sugestão a Uganda, a quem desejo sucesso à frente da presidência do G77 a partir do próximo ano.

Os países do Sul têm plenas condições de ocupar a vanguarda da ciência, tecnologia e inovação. Para isso, precisamos voltar a agir juntos, como fizemos no passado.

Muito obrigado.

**Direito ao Desenvolvimento e a materialidade dos direitos humanos – a superação das desigualdades injustas através de sistemas universais de proteções sociais**

***Right to Development and the materiality of human rights – overcoming unfair inequalities through universal social protection systems***

**Armando De Negri Filho**

Na segunda semana da 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, cabe o destaque para a intervenção do *Embaixador Zamir Akram*, do Paquistão, presidente-relator do *Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento*, o qual afirmou que, na sua vigésima quarta sessão, a parte principal da sessão foi dedicada à apreciação e negociação do segundo texto revisto do projeto de instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, tal como mandatado pelo Conselho. Ele apresentou o relatório contendo um projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento.

O Sr. Akram recomendou ao Conselho que transmitisse o projeto, juntamente com os comentários, à Assembleia Geral da ONU e recomendasse à Assembleia Geral, como fórum apropriado, a convocação de uma conferência intergovernamental, sob os auspícios das Nações Unidas, com o mandato de considerar e adotar o pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento o mais rápido possível. Trata-se de um momento histórico e ficamos na expectativa de que o CDH delibere em favor deste encaminhamento.

No bloco de debate dedicado ao Direito ao Desenvolvimento também destacamos os diálogos interativos com o Mecanismo de Especialistas e o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento. O Mecanismo de Especialistas produziu um estudo sobre “*Desigualdades e sistemas de proteção social na operacionalização do direito ao desenvolvimento*”, estudo que merece nossa atenção pela relação direta sobre os sistemas de saúde universais como parte dos sistemas universais de proteções sociais e como sua suficiência qualificada para garantir os direitos humanos não pode prescindir do direito ao desenvolvimento como meio e como finalidade.

Os debates sobre o direito ao desenvolvimento, sobre o desenvolvimento sustentável e o previsível fracasso dos ODS da Agenda de 2030, ganharam notável destaque nas intervenções no CDH e na UNGA que ocorre em Nova Iorque, com muitos representantes e chefes de estado destacando o crescendo das injustas desigualdades econômicas, sociais, políticas, ambientais e climáticas, com fragilidades desproporcionadas das populações e nações afetadas pela exploração / assimetrias de poder político e econômico, o que resulta na necessidade urgente de uma nova ordem política e econômica internacional com profundas reformas do sistema financeiro internacional e dos marcos de cooperação como responsabilidade internacional, o que remeteu ao debate crítico sobre as insuficiências e assimetrias de poder entre o Ocidente e os países do Sul Global, inclusive nos espaços do Sistema das Nações Unidas.

Assimetrias e vieses que aparecem no perfil das notícias sobre os debates da 54ª Sessão compiladas neste informe, onde a forma como o próprio tema das necessidades das populações do Sul Global, incluindo a necessidade de um Tratado – instrumento juridicamente vinculante, sobre o Direito ao Desenvolvimento são objeto de antagonismo por parte do Ocidente e seus

aliados. Neste ambiente de conflito ganha enorme importância as constantes e contundentes referências ao ilegal e imoral exercício das medidas coercitivas unilaterais que colocam em questão o próprio sistema das Nações Unidas.

### **1. Projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento**

Relatório do Presidente-Relator do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento, Zamir Akram (Paquistão). Resumo. O anexo do presente relatório contém o projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento, apresentado em conformidade com a Resolução 51/7 do Conselho de Direitos Humanos. Os comentários sobre o projeto de texto do pacto constam do documento A/HRC/54/50/Add.1. [G2312817.pdf \(un.org\)](#)

### **2. Desigualdades e sistemas de proteção social na operacionalização do direito ao desenvolvimento. Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento – EMRTD.**

3. Resumo. Este estudo examina a desigualdade dentro e entre os Estados através da operacionalização do direito ao desenvolvimento. Examina a economia política do desenvolvimento e explora as capacidades para melhorar os sistemas universais e abrangentes de proteção social (SPS). O estudo examina a desigualdade e o SPS, identificando boas práticas globais e práticas excludentes ou restritivas. Situa a SPS no contexto das obrigações estatais, da cooperação internacional, das parcerias globais e do novo contrato social. Oferece recomendações aos Estados e outras partes interessadas para enfrentar as crescentes desigualdades dentro e entre os Estados por meio do estabelecimento de sistemas universais de proteção social como um direito humano fundamental compreendido através do princípio da igualdade de oportunidades para o desenvolvimento. [A/HRC/EMRTD/6/CRP/2 \(ohchr.org\)](#)

Extrato do Estudo:

“III. O Direito ao Desenvolvimento como marco para o desenvolvimento de SPS universais sob a ótica da igualdade de oportunidades para o desenvolvimento<sup>26</sup>. As desigualdades de renda e riqueza têm aumentado em quase todos os lugares desde a década de 1980. O Relatório Mundial de Desigualdade de 2022 chama a atenção para o fato de que, em apenas quinze anos, a participação dos bilionários na riqueza global cresceu de 1% para mais de 3%, com o aumento mais acentuado ocorrendo em 2020. Apesar dessa tendência, a desigualdade dentro dos estados superou a desigualdade entre eles. A desigualdade social e econômica dentro dos Estados não tem sido uniforme, já que países como Estados Unidos, Rússia e Índia tiveram aumentos dramáticos. Em contraste, outros, como a China e muitos países europeus, experimentaram aumentos relativamente pequenos. Essas tendências globais devem nortear a busca por estratégias para enfrentar a desigualdade.<sup>27</sup> O EMRTD ecoa a afirmação do World Inequality Report de que "a desigualdade não é inevitável; é uma escolha política."<sup>36</sup> Como escolha política, cabe aos governos e formuladores de políticas implementar programas e plataformas políticas abrangentes, inclusivos e sustentáveis para lidar com essas crescentes disparidades. Os Estados também devem afirmar seus compromissos com os princípios internacionais de direitos humanos, como a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento e o Objetivo 8 dos ODS, que defende "crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos".<sup>37, 28</sup> Uma abordagem baseada nos direitos para a concepção e implementação de políticas públicas é fundamental para a realização social e econômica, incluindo a IDT, e para a criação de sociedades justas e equitativas. A expansão dos direitos daqueles em grupos marginalizados e a formulação de políticas, incluindo sistemas de proteção social dentro desses direitos, diminuirão as desigualdades sistêmicas dentro dos Estados. Isso, combinado com a colaboração global e o

compartilhamento de conhecimento das melhores práticas, reduzirá a lacuna de desigualdades entre os Estados. Isso está de acordo com o Artigo 3 da Declaração do Direito ao Desenvolvimento - DRTD, que afirma: "Os Estados têm o dever de cooperar uns com os outros para garantir o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento".<sup>38</sup>

*33 Relatório do Secretário-Geral, Nossa Agenda Comum, 30; A/RES/70/1; Organização Mundial da Saúde, "Pisos universais de proteção social para uma melhor saúde e bem-estar para todas as crianças e adolescentes", 7-8 de dezembro de 2016. 34 Cecchini et. (orgs.), Rumo à proteção social universal, 138. 35 Cecchini et. (orgs.), Rumo à proteção social universal, 140, 141. 36 Chancel, et al., Relatório Mundial de Desigualdade 2022, 15, 11. 37 A/RES/70/1; A/RES/41/28, preâmbulo. 38 Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, n.º 3.*

O SPS universal destinado a reduzir as desigualdades também se alinha com a disposição da DRTD que insta os Estados a realizarem direitos e cumprirem seus deveres de modo a promover uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, na interdependência, no interesse mútuo e na cooperação entre todos os Estados.

29. A DRTD deixa claro que "a pessoa humana é o sujeito central do processo de desenvolvimento, e que a política de desenvolvimento deve, portanto, fazer do ser humano o principal participante e beneficiário do desenvolvimento".<sup>39</sup> Considerar os aspectos individuais e comunitários da proteção social como um direito humano e não um privilégio e, por sua vez, moldar suas políticas e implementação como tal minimizaria a estigmatização social dos beneficiários de programas de benefícios. O fortalecimento do tecido social por meio de uma abordagem baseada no direito acabaria por reduzir o fenômeno da "não aceitação", em que aqueles elegíveis para receber benefícios não o fazem por causa de obstruções administrativas, falta de informações claras das instituições que oferecem benefícios ou sentimentos de falha pessoal em cuidar de si ou de membros da família devido a estruturas culturais de aceitabilidade.<sup>40</sup> IV. Desenvolver as capacidades dos Estados para melhorar o SPS<sup>30</sup> universal. A SPS universal efetiva deve ser construída dentro de um sistema nacionalmente definido de políticas e programação que leve em consideração o direito de todos à "vida, liberdade e segurança da pessoa", como afirma o Artigo 3 da DUDH. Governos e formuladores de políticas devem elaborar programas e políticas que garantam um nível básico de segurança de renda, instalar pisos SPS e expandir o acesso a cuidados de saúde essenciais para todos.<sup>31</sup> O EMRTD faz eco da recomendação do Secretário-Geral de que os Estados utilizem uma abordagem multilateral que seja "aberta, participativa, orientada pelos pares e transparente (...) orientada para a resolução de problemas, recorrendo às capacidades e ouvindo as vozes de todos os intervenientes relevantes, em vez de ser impulsionada apenas por mandatos ou instituições" para investigar e implementar SPS. Envolver-se com esse multilateralismo promoverá estruturas de desenvolvimento mais eficazes, sustentáveis e inclusivas para promover a prosperidade e enfrentar os desafios relacionados aos direitos humanos, como pobreza, racismo, sexismo, mudanças climáticas e escassez de recursos.<sup>41,32</sup> O USP2030 recomenda cinco pontos de ação que os Estados e parceiros internacionais devem adotar para criar e implementar SPS eficazes e apropriados. O EMRTD considera esses pontos de ação essenciais para enfrentar a crescente desigualdade dentro e entre os Estados. Para ser eficaz, o EMRTD recomenda a avaliação comparativa destas intervenções em relação às metas de redução da pobreza e da desigualdade:

- Proteção ao longo do ciclo de vida: Estabelecer sistemas universais de proteção social, incluindo pisos que ofereçam proteção adequada durante todo o ciclo de vida, combinando seguro social, assistência social e outros meios ancorados em estratégias e legislações nacionais.
- Cobertura universal: Proporcionar acesso universal à proteção social e garantir que os sistemas de proteção social sejam baseados em direitos, sensíveis ao gênero e inclusivos, não deixando ninguém para trás.
- Apropriação nacional: Desenvolver estratégias e políticas de proteção



social com base nas prioridades e circunstâncias nacionais, em estreita cooperação com todas as partes interessadas. Isso ressalta a centralidade das obrigações estatais para reduzir as desigualdades sociais e econômicas internamente. • Financiamento sustentável e equitativo: Garantir a sustentabilidade e a equidade dos sistemas de proteção social, priorizando formas confiáveis e equitativas de financiamento interno, complementadas por cooperação e apoio internacional quando necessário.

*39 Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, declaração de abertura. 40 A/HRC/50/38, súmula. 41 Relatório do Secretário-Geral, Nossa Agenda Comum, 66-67; Parceria Global para a Proteção Social Universal (USP2030), juntos para alcançar a proteção social universal até 2020; Organização Internacional do Trabalho, "Proteção social universal para a dignidade humana, justiça social e desenvolvimento sustentável", x-xi; Organização Internacional do Trabalho, "Contribuições dos empregadores para a Semana Global de Proteção Social 2019: Alcançar o ODS 1.3 e a Proteção Social Universal (USP2030) no Contexto do Futuro do Trabalho", 2019.*

Isso ressalta a importância da cooperação internacional e das parcerias globais na redução das desigualdades econômicas globais. • Participação e diálogo social: Reforçar a governação dos sistemas de proteção social através da liderança institucional, da coordenação multissetorial e da participação dos parceiros sociais e de outras organizações relevantes e representativas, a fim de gerar um amplo apoio e promover a eficácia dos serviços.<sup>42,33</sup> Como ficou demonstrado neste relatório, a necessidade de ação e de cooperação internacional é agora. Com as interrupções globais da pandemia COVID-19, a crescente escassez, o aumento dos casos de desastres naturais causados pela crise climática e o aumento da desigualdade social e econômica entre e dentro dos estados, os governos devem trabalhar juntos para apoiar e implementar um padrão global de SPS.<sup>34</sup> A EMRTD junta a sua voz ao coro de organizações e grupos que defendem os apelos necessários e urgentes a intervenções universais de SPS nas políticas globais e nacionais. Essas intervenções devem ser direcionadas para a redução da pobreza e da desigualdade. Integrar a noção do conceito de IDT da igualdade de oportunidades para o desenvolvimento nos apelos existentes para uma abordagem centrada nos direitos das políticas de proteção social com padrões estabelecidos globalmente posicionará a comunidade internacional mais perto da realização dos ODS 2030, bem como de um modo de vida mais sustentável e equitativo para todos.”

#### **4. Síntese geral das atividades e debates da 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por data retrospectiva de realização, no período de 12 a 22 de setembro de 2023, com destaque para os temas relacionados ao direito ao desenvolvimento e suas relações com a saúde global:**

Quase 12 anos depois, as partes do conflito na República Árabe Síria continuam a perpetrar crimes de guerra e violar direitos humanos básicos, diz Comissão de Inquérito ao Conselho de Direitos Humanos

22/09/2023

Conselho de Direitos Humanos ouve que a situação na Etiópia se deteriorou significativamente e que a atual política de Estado na Rússia criminaliza qualquer dissidência e reforça o apoio à guerra por meio da censura

21/09/2023

Conselho de Direitos Humanos Continua Debate Geral sobre a Promoção e Proteção de Todos os Direitos Humanos, Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais, Incluindo o Direito ao Desenvolvimento

21/09/2023

Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento apresenta ao Conselho de Direitos Humanos um Projeto de Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento

20/09/2023

Conselho inicia debate geral sobre a promoção e proteção de todos os direitos humanos após a apresentação de relatórios e conclui diálogo interativo com o relator especial sobre o direito ao desenvolvimento

O Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento apresentou esta tarde ao Conselho dos Direitos do Homem um projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento. O Conselho iniciou um debate geral sobre a promoção e a proteção de todos os direitos humanos após a apresentação de relatórios e concluiu um diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento.

Zamir Akram, presidente-relator do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento, afirmou que, na sua vigésima quarta sessão, a parte principal da sessão foi dedicada à apreciação e negociação do segundo texto revisto do projeto de instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, tal como mandatado pelo Conselho. Ele apresentou o relatório contendo um projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento. O Sr. Akram recomendou ao Conselho que transmitisse o projeto, juntamente com os comentários, à Assembleia Geral e recomendasse à Assembleia Geral, como fórum apropriado, a convocação de uma conferência intergovernamental, sob os auspícios das Nações Unidas, com o mandato de considerar e adotar o pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento o mais rápido possível.

Mxolisi Sizo Nkosi, Presidente-Relator do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre as Atividades das Empresas Militares e de Segurança Privadas, apresentando o relatório de progresso na quarta sessão do Grupo de Trabalho, disse que o segundo rascunho revisado de um marco regulatório internacional sobre a regulação, monitoramento e supervisão das atividades das empresas militares e de segurança privadas foi a base das negociações que ocorreram durante a sessão. O relatório intercalar fez um balanço de todo o trabalho e dos progressos significativos alcançados pelo Grupo de Trabalho até à data, passando de meros elementos para um projeto de quadro regulamentar para quatro textos consecutivos apresentados e comentados durante os períodos intersessões ou durante as sessões do Grupo de Trabalho. Uma extensão do mandato do Grupo de Trabalho permitiria que ele continuasse trabalhando para a elaboração do conteúdo de um marco regulatório internacional sobre as atividades das empresas militares e de segurança privadas.

Peggy Hicks, Diretora da Divisão de Engajamento Temático, Procedimentos Especiais e Direito ao Desenvolvimento do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, apresentou 10 relatórios escritos do Alto Comissário e do Secretário-Geral sobre: Mortalidade e morbidade materna evitáveis e direitos humanos; o suplemento anual ao relatório quinquenal sobre a pena capital e a aplicação das salvaguardas que garantem a proteção dos direitos das pessoas sujeitas à pena de morte; o direito ao desenvolvimento; os direitos dos povos indígenas; relatório de síntese sobre os debates realizados nos seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos; o relatório sobre o futuro do direito ao trabalho em ligação com as ações, respostas e impactos das alterações climáticas no

contexto de economias sustentáveis e inclusivas; os direitos da criança e a proteção social inclusiva; a implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos; os desafios em matéria de direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial da droga; e os direitos humanos dos migrantes.

No debate geral do ponto três da ordem do dia, os oradores levantaram muitos temas, incluindo a realização efetiva de todos os direitos humanos, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos, em particular o direito ao desenvolvimento; como o uso de medidas coercitivas unilaterais impediu a realização dos direitos humanos em algumas regiões; guerra nuclear; a pena de morte; e o direito ao desenvolvimento, entre outros.

Intervieram no debate geral a Costa Rica, em nome de um grupo de países, a Costa do Marfim, em nome do Grupo dos Estados Africanos, o Paquistão, em nome da Organização de Cooperação Islâmica, a Bélgica, em nome de um grupo de países, a China, em nome de um grupo de países, o Paquistão, em nome de um grupo de países, Vietnam em nome de um grupo de países, Cazaquistão em nome de um grupo de países, Suíça em nome de um grupo de países, Chile em nome de um grupo de países, Espanha em nome da União Europeia, Suíça em nome de um grupo de países, Venezuela em nome de um grupo de países, Azerbaijão em nome do Movimento dos Não-Alinhados, Omã em nome do Conselho de Cooperação do Golfo, Panamá em nome de um grupo de países, Cuba em nome de um grupo de países, Espanha em nome de um grupo de países, Brasil em nome de um grupo de países, Arábia Saudita em nome de um grupo de países, Luxemburgo, China, França, Ucrânia, Estados Unidos, Malawi, Malásia, Costa Rica, Geórgia, Romênia, África do Sul, Bangladesh, Maldivas, Paquistão, Cuba, Argélia, Índia, Bolívia, México e Honduras.

No início da reunião, o Conselho concluiu o seu diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento.

Surya Deva, Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, ao concluir as observações, disse que alguns pontos-chave de seu trabalho seriam a arquitetura financeira internacional; a relação entre migração e desenvolvimento; e foco no desenvolvimento climático. Ele reconheceu que medidas coercitivas unilaterais podem impactar o direito ao desenvolvimento em determinadas situações, e que trabalharia com outra especialista para tratar dessa questão. Ele disse que o mundo tinha muitos recursos; a questão era como eles poderiam ser redistribuídos e compartilhados.

No debate, alguns oradores disseram que os direitos humanos são princípios fundamentais e que uma estratégia holística para promover o desenvolvimento e garantir o bem-estar de todos os cidadãos, com foco nas pessoas no centro do progresso, é o caminho a seguir. A crise da COVID-19 afetou toda a comunidade mundial, especialmente os países em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Os Estados devem ter acesso aos recursos necessários para garantir o desenvolvimento. Hoje, e faltando apenas sete anos para 2030, as mudanças climáticas, os conflitos, a COVID-19 e as crises económicas estavam tirando as pessoas de suas chances de prosperar e negando-lhes o pleno exercício de seus direitos.

Falaram no diálogo interativo com o Relator Especial Botsuana, Camboja, Cabo Verde, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Omã, Timor-Leste, Alemanha, Federação Russa, Eritreia, Níger, Bahamas, South Center / Centro Sul, Gana, Reino Unido, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Azerbaijão, Ruanda e Bolívia.

Intervieram também o Burundi: *Commission Nationale Indépendante des Droits de l'homme*, bem como as seguintes organizações não-governamentais: *Centre Europe - Tiers Monde*, *Associazione Comunita Papa Giovanni XXIII*, *China Association for Preservation and Development of Tibetan Culture*, *Sikh Human Rights Group*, *China Ethnic Minorities' Association for External Exchanges*, *Institute of Sustainable Development*, *International Lesbian and Gay Association*, *Ação Canadá para População e Desenvolvimento*, *Fórum Asiático para Direitos Humanos e Desenvolvimento* e *Associação de Adultos Iranianos de Curta Estatura*.

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#). Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à quinquagésima terceira sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#).

### **Diálogo Interativo com o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento**

O diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento começou na reunião anterior e um resumo pode ser encontrado [aqui](#).

### **Discussão**

Na discussão, alguns oradores disseram que a Agenda 2030 e a Agenda 23 da União Africana oferecem grande esperança para a realização do direito ao desenvolvimento. Isso não poderia ser alcançado sem uma maior responsabilidade no financiamento do desenvolvimento e no combate aos fluxos financeiros ilícitos. Os direitos humanos eram princípios fundamentais, e uma estratégia holística para promover o desenvolvimento e garantir o bem-estar de todos os cidadãos, com foco nas pessoas no centro do progresso, era o caminho a seguir. A crise da COVID-19 afetou o mundo inteiro, especialmente os países em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento enfrentam múltiplos desafios em diferentes níveis. A luta contra a pobreza e todas as formas de discriminação é muito importante. O desenvolvimento deve ser sustentável.

Os Estados devem ter acesso aos recursos necessários para garantir o desenvolvimento, disseram vários oradores. Hoje, e faltando apenas sete anos para 2030, as mudanças climáticas, os conflitos, a COVID-19 e as crises econômicas estavam tirando as pessoas de sua chance de prosperar e negando-lhes o pleno exercício de seus direitos. Se nenhuma ação fosse tomada, milhões de vidas poderiam ser perdidas para causas facilmente evitáveis, como doenças, má nutrição e água imprópria. Os Estados devem cumprir com suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos de todas as crianças sem discriminação e acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A realização do direito ao desenvolvimento dependia da cooperação e da solidariedade internacionais; somente juntos esse e todos os outros direitos poderiam ser alcançados, promovendo uma sociedade inclusiva, onde todos tivessem acesso à educação, alimentação e uma vida saudável.

O progresso econômico não deve vir à custa de um desequilíbrio ambiental irreversível, e é vital encontrar esse equilíbrio, protegendo o ambiente em benefício das gerações futuras, disse um orador. Todos têm direito a uma ordem social e internacional onde os seus direitos e liberdades possam ser plenamente realizados, tal como consta da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A dignidade humana e os direitos humanos universais vieram com a responsabilidade de cooperar. Deve ser assegurada uma ordem internacional baseada em direitos que sirva a todos os Estados igualmente.

Os esforços do Relator Especial para superar a confusão conceitual e alcançar uma abordagem holística do direito ao desenvolvimento podem ajudar a superar os desafios para sua realização, disse um palestrante. A participação ativa das pessoas na tomada de decisões é um elemento-chave do direito ao desenvolvimento. A cooperação internacional para o desenvolvimento deve basear-se no respeito mútuo, na parceria genuína, na cooperação e no reconhecimento da plena soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais, disse outro orador. As medidas coercitivas unilaterais e a manipulação do sistema financeiro internacional estiveram entre os principais desafios à realização do direito ao desenvolvimento pelos Estados e seus cidadãos.

Tem de haver uma abordagem concertada e transfronteiriça para assegurar a realização holística do direito ao desenvolvimento para todos. Alguns palestrantes disseram que reduzir a pobreza, a fome e a desigualdade era o caminho para fortalecer as políticas nacionais de desenvolvimento, enfrentar os desafios globais atuais e garantir o pleno gozo dos direitos humanos. A comunidade internacional deve reduzir os equívocos à direita e evitar a polarização sobre o assunto. A plena implementação do direito ao desenvolvimento não pode ser limitada no tempo, mas deve garantir que todas as pessoas e comunidades possam desfrutar de um desenvolvimento sustentável. O direito ao desenvolvimento era uma aspiração de igualdade e respeito mútuo para todo ser humano, independentemente de gênero, raça e origem socioeconômica. A operacionalização do direito ao desenvolvimento poderia ajudar a superar os desafios crescentes e em evolução da dívida sobre a sustentabilidade, a crise alimentar, as alterações climáticas e a deslocação de pessoas, entre outros.

### **Considerações finais**

Surya Deva, Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, agradeceu a todas as delegações por seus ricos comentários e perguntas. Ele disse que o mandato continuará a fornecer espaço para discussões em Genebra. Alguns pontos-chave de seu trabalho seriam sobre a arquitetura financeira internacional; a relação entre migração e desenvolvimento; e foco no desenvolvimento climático. Ele reconheceu que medidas coercitivas unilaterais podem impactar o direito ao desenvolvimento em determinadas situações, e que trabalharia com outro especialista para tratar dessa questão.

Deva disse que estava se reunindo com equipes das Nações Unidas e o Alto Comissariado para discutir a integração do direito ao desenvolvimento nas políticas. O desenvolvimento deveria ser integrado em tudo o que as agências das Nações Unidas estavam a fazer. O mundo tinha muitos recursos; a questão era como eles poderiam ser redistribuídos e compartilhados. Era necessário que houvesse uma abordagem mais holística daqui para frente. Havia desafios à participação, incluindo a falta de espaço cívico. Os Estados e outros atores precisavam entender a importância do espaço cívico, pois sem ele a participação não poderia acontecer. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável forneceram um caminho para alcançar o desenvolvimento, mas poderia haver outras maneiras de alcançar esses objetivos. Deva encorajou os Estados a procurá-lo para visitas ao país.

### **Apresentação de relatórios temáticos e actualizações orais pelo Secretário-Geral, pelo Alto Comissário, pelo Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e pelo Grupo de Trabalho sobre as Atividades das Empresas Militares e de Segurança Privadas.**

O Conselho tem diante de si os relatórios temáticos e as actualizações orais do Secretário-Geral e do Alto Comissário, bem como os relatórios do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e do Grupo de Trabalho sobre as Atividades das Empresas Militares

e de Segurança Privadas sobre: Resumo do painel de discussão sobre o **impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos (A/HRC/54/4)**, **Questão da pena de morte (A/HRC/54/33)**, Relatório de acompanhamento sobre boas práticas e desafios na aplicação de uma abordagem baseada nos direitos humanos para a eliminação da **mortalidade e morbidade maternas evitáveis (A/HRC/54/34)**, Os **direitos da criança e a proteção social inclusiva (A/HRC/54/36)**, Visões dos Estados e outras partes interessadas sobre os setores-alvo, áreas de foco ou questões temáticas de direitos humanos para o **quinta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (A/HRC/54/37)**, **Direito ao desenvolvimento (A/HRC/54/38)**, Direitos dos Povos Indígenas **(A/HRC/54/39)**, **Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima quarta sessão (A/HRC/54/40)**, **Seminários regionais sobre o contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos (A/HRC/54/43)**, Resumo do workshop intersessional sobre a **implementação do direito de participar nos assuntos públicos no contexto da pandemia COVID-19 e da recuperação pós-pandemia (A/HRC/54/44)**, **Reunião de alto nível comemorativa do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (A/HRC/54/45)**, Painel de discussão de alto nível **sobre a questão da pena de morte (A/HRC/54/46)**, Futuro do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos em relação às mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas **(A/HRC/54/48)**, Projeto de Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento **(A/HRC/54/50)**, Projeto de Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento, com comentários (A/HRC/54/50/Add.1), **Projeto de Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento: consideração de comentários e propostas textuais (A/HRC/54/50/Add.2)**, Desafios em direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial das drogas **(A/HRC/54/53)** e Direitos humanos dos migrantes **(A/HRC/54/81)**.

### **Apresentação de Relatórios**

ZAMIR AKRAM, Presidente-Relator do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento, apresentando o **relatório do Grupo de Trabalho**, disse que o Grupo de Trabalho foi criado com o mandato de monitorar e revisar os progressos realizados na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento, analisar os obstáculos ao seu pleno gozo e fornecer recomendações sobre o mesmo. Realizou sua vigésima quarta sessão de 15 a 19 de maio de 2023. A parte principal da sessão foi dedicada à análise e negociação do segundo texto revisto do projeto de instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, tal como mandatado pelo Conselho.

A maioria dos Estados salientou a necessidade de a Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento ser finalizada para uma análise mais aprofundada pela Assembleia Geral, uma vez que a sua rápida adoção ajudaria a operacionalizar o direito ao desenvolvimento.

Alguns Estados expressaram a opinião de que o Grupo de Trabalho deveria continuar a analisar o projeto de convenção e enfatizaram que as disposições da convenção precisavam estar em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, enquanto outros enfatizaram a necessidade de definir o direito ao desenvolvimento no projeto de convenção. Um grupo de Estados não era a favor de uma norma jurídica internacional de natureza vinculativa sobre o direito ao desenvolvimento, pois não consideravam que este fosse um mecanismo adequado e eficaz para realizar o desenvolvimento sustentável. Eles eram da opinião de que os Estados deveriam concentrar seus esforços na implementação efetiva da Agenda 2030, que compreendia uma ampla e abrangente gama de compromissos consensuais.

Akram apresentou o relatório contendo um projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento. Ao revisar o texto, ele havia sugerido renomear o texto final como "projeto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento", de "projeto de convenção internacional", já que a mudança de terminologia enfatizava solenemente que não havia prioridade entre os direitos humanos e que o direito ao desenvolvimento deve ser tratado em pé de igualdade e com a mesma ênfase que os outros dois conjuntos de direitos humanos, conforme consta do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Recomendou ao Conselho que transmitisse o projeto, juntamente com os comentários, à Assembleia Geral e que recomendasse à Assembleia Geral, como foro adequado, a convocação de uma conferência intergovernamental, sob os auspícios das Nações Unidas, com o mandato de considerar e adotar o pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento o mais rapidamente possível.

MXOLISI SIZO NKOSI, Presidente-Relator do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Empresas Militares e de Segurança Privadas, apresentando o relatório de progresso na quarta sessão do Grupo de Trabalho, disse antes da quarta sessão, que o Presidente-Relator divulgou o segundo rascunho de um marco regulatório internacional sobre a regulação, monitoramento e supervisão das atividades de empresas militares e de segurança privadas. Este segundo projeto revisto esteve no centro do debate que teve lugar durante duas consultas informais intersessões. Com base nos contributos recolhidos durante estas consultas e em conformidade com o caminho a seguir acordado durante a terceira sessão do Grupo de Trabalho, o Presidente-Relator difundiu um segundo projeto de instrumento revisto antes da quarta sessão. O segundo projeto revisto foi a base das negociações que tiveram lugar durante a quarta sessão.

Para cumprir o mandato da resolução, a abordagem do projeto apresentado na quarta sessão prosseguiu num formato que poderia constituir a base para um resultado juridicamente e não juridicamente vinculativo, com opções linguísticas que refletissem ambas as abordagens. O relatório intercalar da quarta sessão fez o balanço de todo o trabalho e dos progressos significativos alcançados pelo Grupo de Trabalho até à data, passando de meros elementos para um projeto de quadro regulamentar para quatro textos consecutivos apresentados e comentados durante os períodos intersessões ou durante as sessões do Grupo de Trabalho. Uma extensão do mandato do Grupo de Trabalho permitiria que ele continuasse trabalhando para a elaboração do conteúdo de um marco regulatório internacional que resultaria, em última instância, no fortalecimento da proteção dos direitos humanos, no acesso a recursos para as vítimas e na responsabilização por violações e abusos relacionados às atividades de empresas militares e de segurança privadas. A regulamentação, a supervisão e a responsabilização eficazes dessas empresas eram mais necessárias do que nunca em um contexto de crescente dependência delas em ambientes de conflito e não conflito.

PEGGY HICKS, Diretor da Divisão de Engajamento Temático, Procedimentos Especiais e Direito ao Desenvolvimento do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, apresentou 10 relatórios escritos do Secretário-Geral e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre uma série de questões temáticas a serem consideradas no item três da agenda [promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento]. O relatório do Alto Comissariado sobre **Mortalidade e morbidade materna evitáveis e direitos humanos (A/HRC/54/34)**, apresentado em conformidade com a Resolução 47/25 do Conselho de Direitos Humanos, delineou boas práticas e desafios na aplicação de uma abordagem baseada em direitos humanos

para a eliminação da área de mortalidade e morbidade materna evitáveis. Para abordar o impacto contínuo da pandemia COVID-19 e futuras emergências de saúde na saúde sexual e reprodutiva de mulheres e meninas, o Alto Comissário, entre outras coisas, recomendou aos Estados que integrem uma abordagem sensível ao gênero com uma combinação de medidas de emergência e de longo prazo; assegurar a integração dos serviços de saúde sexual e reprodutiva nas políticas nacionais de saúde; e dar prioridade a serviços e instalações de saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade para mulheres e meninas.

O suplemento anual do Secretário-Geral ao relatório quinquenal **sobre a pena capital e a aplicação das salvaguardas que garantem a proteção dos direitos das pessoas sujeitas à pena de morte (A/HRC/54/33)**, forneceu uma atualização global sobre a questão da pena de morte para o período de 7 de junho de 2022 a 6 de junho de 2023. Realizaram-se progressos consideráveis no sentido da abolição da pena de morte durante este período, particularmente na África Subsaariana. Apesar desta tendência positiva para a abolição, um número crescente de pessoas foi executado em todo o mundo, incluindo um aumento significativo das execuções por crimes relacionados com a droga.

O relatório consolidado do Secretário-Geral e do Alto Comissário sobre o **direito ao desenvolvimento (A/HRC/54/38), apresentado em conformidade com a Resolução 77/212 da Assembleia Geral e a Resolução 51/7 do Conselho de Direitos Humanos, continha uma análise dos progressos e desafios na realização do direito ao desenvolvimento** no contexto da resposta e da recuperação da pandemia de COVID-19. Apesar do progresso no acesso às vacinas e tratamentos COVID-19 em todo o mundo, grandes desigualdades no acesso persistiram, particularmente para os países menos desenvolvidos.

O relatório anual do Alto Comissariado sobre os **direitos dos povos indígenas (A/HRC/54/39)**, apresentado em conformidade com a Resolução 51/18 do Conselho de Direitos Humanos, abrangeu o período de 1º de junho de 2022 a 31 de maio de 2023. Apresentou desenvolvimentos relevantes em órgãos e mecanismos de direitos humanos, bem como atividades realizadas pelo Escritório, que contribuíram para a plena aplicação das disposições da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Durante todo o período do relatório, desafios persistentes afetaram os direitos humanos dos povos indígenas.

O relatório de síntese do Alto Comissariado sobre os debates realizados nos **seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos (A/HRC/54/43)**, foi apresentado em conformidade com a Resolução 47/11 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissário que organizasse uma série de seminários regionais, um para cada uma das cinco regiões geográficas. A série de seminários apelou a uma cooperação internacional robusta e à solidariedade para garantir que o desenvolvimento contribuísse para o gozo dos direitos humanos para todos.

O relatório analítico do Escritório sobre o **futuro do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas (A/HRC/54/48)**, apresentado em conformidade com a resolução 49/11 do Conselho de Direitos Humanos, baseou-se principalmente no painel de discussão sobre o tema, realizado em 27 de setembro de 2022. O relatório concluiu, entre outras coisas, que a mudança climática era uma emergência planetária. Medidas imediatas de mitigação eram necessárias para salvar o planeta e os direitos humanos, incluindo o direito ao trabalho. A ação climática baseada nos direitos exigiu uma reestruturação fundamental do setor



energético, eliminando gradualmente os combustíveis fósseis e garantindo o acesso a energias renováveis seguras e a preços acessíveis.

O relatório do Alto Comissariado sobre **os direitos da criança e a proteção social inclusiva (A/HRC/54/36)**, foi apresentado de acordo com a resolução 49/20 do Conselho de Direitos Humanos, que também determinou o desenvolvimento de uma versão amigável para as crianças do relatório. Aproximadamente 600 crianças forneceram informações sobre ambos os relatórios. O relatório destacou as barreiras sistêmicas e estruturais que os Estados enfrentaram para cumprir suas obrigações de direitos humanos e fornecer proteção social universal para todas as crianças, particularmente aquelas que enfrentam formas de discriminação interseccionais e em situações vulneráveis. Mais de 1,77 bilhão das 2,4 bilhões de crianças em todo o mundo não tinham acesso à proteção social, com disparidades regionais significativas na cobertura.

O relatório do Escritório sobre a implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (A/HRC/54/37), **resumiu as opiniões dos Estados e outras partes interessadas para a quinta fase do Programa Mundial** de Educação em Direitos Humanos, que abrangeria o período de 2025 a 2029. Uma consulta mundial foi lançada em março de 2023 e, até o prazo final de 30 de junho, o Escritório havia recebido 50 submissões de 53 entrevistados, incluindo Estados, organizações intergovernamentais, Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos e sociedade civil, entre outros. Três questões temáticas principais se destacaram, incluindo direitos humanos no espaço digital; direitos ambientais e mudanças climáticas; e igualdade de gênero.

O relatório do Alto Comissariado sobre **os desafios dos direitos humanos na abordagem e combate a todos os aspectos do problema mundial da droga (A/HRC/54/53)** baseou-se em 108 contribuições recebidas dos Estados-Membros, das agências das Nações Unidas e da sociedade civil, em resposta a um convite à apresentação de propostas. O relatório observou que as principais áreas de preocupação no problema mundial da droga eram a falta e a desigualdade de acesso ao tratamento e à redução de danos, a militarização do controle da droga, o sobreencarceramento e a sobrelotação das prisões, o recurso à pena de morte para delitos relacionados com a droga e o impacto desproporcionado das políticas punitivas em matéria de droga nos jovens, nas pessoas de ascendência africana, povos indígenas e mulheres.

O último relatório do dia foi o relatório do Secretário-Geral sobre **os direitos humanos dos migrantes (A/HRC/54/81), que se concentrou em questões temáticas relacionadas com a promoção e proteção dos direitos humanos dos migrantes** abordadas pela Assembleia Geral na sua resolução 76/172. O relatório destacou que a migração era um fenômeno humano antigo que poderia ter resultados positivos para os migrantes e as sociedades, quando os migrantes foram colocados no centro e a proteção de seus direitos humanos foi assegurada. Os migrantes continuaram a enfrentar discriminação, narrativas anti-migração e outras lacunas de proteção dos direitos humanos ao longo de sua jornada.

### **Debate Geral sobre a Promoção e Proteção de Todos os Direitos Humanos, Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento**

No debate geral, alguns oradores disseram hoje que havia mais de 11,5 milhões de pessoas presas ou em outras formas de detenção de justiça criminal em todo o mundo: todos os Estados enfrentaram o desafio da reintegração social efetiva das pessoas detidas. As Regras de Nelson Mandela afirmavam que o dever para com a sociedade não terminava com a libertação de um prisioneiro, mas era necessário mais trabalho para abordar este assunto sob a

égide dos direitos humanos. Todos os Estados devem conceber e implementar programas pós-libertação, incluindo, em particular, para mulheres e raparigas. O Conselho de Direitos Humanos e os Procedimentos Especiais e órgãos de tratados relevantes poderiam ajudar a criar um consenso global e desenvolver as melhores práticas nesse contexto.

A realização efetiva de todos os direitos humanos, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos, bem como o direito ao desenvolvimento, foi apoiada por vários oradores. Havia uma profunda preocupação com a contínua despriorização dos direitos económicos, sociais e culturais no sistema das Nações Unidas: essa tendência deveria ser invertida e os desafios existentes aos direitos das pessoas em todos os lugares deveriam ser destacados, incluindo o direito ao acesso à água. Um orador disse que o uso de medidas coercitivas unilaterais impedia a realização dos direitos humanos em algumas regiões. A cooperação internacional continuou relevante para alguns Estados. Todos os Estados devem ter isso em conta.

Havia preocupação com as ameaças ambientais devidas aos resíduos perigosos. Um palestrante disse que os desafios que afetam pessoas em situação vulnerável e grupos minoritários, presos em formas contemporâneas de escravidão ou sofrendo a atenção de grupos militares privados, devem ser enfrentados. Os grupos militares e de segurança privados têm de ser regulamentados e tem de haver reparação para as vítimas. Proteger as crianças era essencial para acabar com os ciclos de violência e garantir uma paz duradoura.

Os fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo repousavam na defesa dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Isso poderia ser alcançado pela adesão aos princípios fundamentais de imparcialidade, objetividade e não seletividade. Era vital sublinhar o significado especial da Carta das Nações Unidas e dos princípios da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e alcançar a cooperação internacional na resolução de problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário. A negação do direito singular de autodeterminação abriu as portas para a negação de vários outros direitos interligados.

Não devem ser permitidas tentativas de diabolizar as ações legítimas das pessoas sob ocupação estrangeira para concretizar o seu direito à autodeterminação, muitas vezes sob o jugo do terrorismo, e tem de haver uma resolução pacífica dos diferendos internacionalmente reconhecidos, em conformidade com o direito internacional, a fim de assegurar a realização dos direitos humanos das populações afetadas.

As mulheres com deficiência eram membros iguais da família humana: a causa global da igualdade e empoderamento das mulheres havia avançado significativamente, mas as mulheres com deficiência enfrentavam discriminação e pobreza. Desde que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entrou em vigor, essa questão tornou-se cada vez mais visível. Tem de haver uma maior consciencialização para a inclusão social, e a comunidade internacional tem de cumprir as recomendações da Plataforma de Ação de Pequim. Deve existir um sistema social de vários níveis para as pessoas com deficiência, a fim de ajudar as mulheres com deficiência a alcançar melhor a integração social. Era preciso construir uma sociedade inclusiva e acessível, com bom uso das tecnologias modernas para permitir que as mulheres com deficiência desfrutassem de diferentes formas de interação social.

A imunização foi uma parte crucial da conquista do mais alto padrão de saúde, vital para a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável oito. A trágica realidade era que 1,5 milhão de vidas foram perdidas a cada ano devido à falta de vacinação, e muitas crianças

estavam sub vacinadas. A pandemia mostrou a responsabilidade primária dos Estados como detentores de deveres para garantir a vacinação. Os Estados devem reforçar a solidariedade e a cooperação para garantir que todos, em todos os lugares, em todas as idades, se beneficiem plenamente das vacinas. Planos de ação específicos devem visar as doenças que mais ameaçam um futuro saudável, garantindo um mundo seguro, estável e próspero.

O direito à vida era fundamental para o gozo de todos os outros direitos, disse um orador. A cada ano, o mundo não se tornava mais seguro: a ameaça mais perigosa para a humanidade, a guerra nuclear, não havia desaparecido, e o tabu nuclear havia sido dramaticamente enfraquecido. A ameaça ou o uso de armas nucleares era incompatível com o direito à vida e poderia violar o direito internacional. Também violou, entre outros, o direito a um meio ambiente seguro e saudável. Hoje, uma série de problemas ambientais enfrenta as áreas do mundo onde os testes nucleares foram realizados, afetando desproporcionalmente mulheres e meninas. O tabu nuclear precisava de ser reforçado, e o desarmamento nuclear tem de ser alcançado através de uma determinação coletiva.

O direito ao mais alto padrão de saúde atingível aplicava-se igualmente no contexto das leis, políticas e práticas de drogas, e incluía o acesso a serviços de redução de danos e tratamento da dependência de drogas. No entanto, registou-se com grande preocupação que a procura de tratamento de doenças relacionadas com a droga, bem como o acesso a medicamentos controlados internacionalmente, permaneciam em grande parte por satisfazer e que as pessoas que utilizavam drogas continuavam a ser desproporcionalmente afetadas pelo VIH/SIDA. Havia ainda preocupação com o uso de sentenças de morte sobre delitos relacionados a drogas, uma vez que a pena de morte deveria ser estritamente limitada aos "crimes mais graves" em Estados que ainda não a haviam abolido. Tal como foi salientado adicionalmente pelo Secretário-Geral, não havia provas de que a pena de morte dissuadisse mais os crimes relacionados com a droga do que outros métodos de punição ou de que afetasse a redução da criminalidade. Além disso, as características punitivas da "guerra às drogas" tiveram graves implicações e impactos desproporcionais em grupos específicos, ou seja, jovens, afrodescendentes, povos indígenas e mulheres. Os Estados devem implementar as recomendações do relatório neste contexto, exortou um orador.

Estima-se que 160 milhões de crianças estavam em trabalho infantil, quase metade das quais - 79 milhões de crianças - estavam em trabalho perigoso, enquanto 70% do trabalho infantil ocorreu na agricultura. Cerca de 50 milhões de pessoas foram apanhadas nas garras da escravatura moderna, das quais quase 28 milhões de pessoas estavam em trabalho forçado, com as crianças a representarem 12 por cento de todas as pessoas em trabalho forçado. Deve haver engajamento e coordenação em nível global e nacional para impulsionar o progresso e garantir a proteção, promoção e cumprimento dos direitos humanos de crianças e pessoas que sofreram qualquer forma de escravidão moderna ou trabalho forçado. Todos os governos devem tomar medidas urgentes para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8.7, inclusive aumentando a cooperação financeira e internacional, expandindo a proteção social e tornando o trabalho decente uma realidade para adultos e jovens acima da idade mínima para o trabalho.

Juntos, o mundo poderia avançar e não só continuar a manter um holofote global sobre estas questões, mas também convocar cada vez mais aqueles que podem e devem desempenhar um papel – tanto a nível político como na ação no terreno – para que se possa pôr termo a estas violações fundamentais dos direitos humanos.

A realização e o gozo do direito ao desenvolvimento eram mais urgentes, especialmente porque as desigualdades econômicas e sociais sustentadas e históricas entre os países do Sul Global e do Norte Global continuavam a se expandir, disse um palestrante, observando que tais desigualdades exigiam reafirmar, mais do que nunca, a transcendência do direito ao desenvolvimento. Talvez um dos exemplos mais ilustrativos dessa mentalidade supremacista tenha sido a imposição ilegal de medidas coercitivas unilaterais, que não apenas violaram os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, bem como as normas do direito internacional, mas também representaram um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo em que representava um ataque deliberado ao direito ao desenvolvimento de mais de um terço da humanidade, pois seu objetivo ulterior era causar dor e sofrimento como meio de avançar agendas de natureza duvidosa. Ninguém deve ignorar a importância e a urgência do levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais.

Ligação: <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2023/09/le-conseil-est-prie-de-transmettre-le-projet-de-pacte>

### **Conselho de Direitos Humanos discute o direito ao desenvolvimento, ouve que chegou a hora de a comunidade mundial dar ao direito ao desenvolvimento seu espaço legítimo no universo dos direitos humanos**

20/09/2023

O Conselho de Direitos Humanos iniciou na manhã deste dia discussões sobre o direito ao desenvolvimento, mantendo um diálogo interativo com o Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento e iniciando um diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento. Liliana Valiña, relatora-presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, disse hoje estar a apresentar os três estudos temáticos que completaram o primeiro conjunto de cinco estudos realizados pelo Mecanismo de Peritos durante o seu primeiro mandato. O estudo sobre o "Direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento" explorou o papel atual e futuro do direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento, analisando o direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento existente e explorando a evolução do papel dos investidores como detentores de deveres.

O estudo sobre "Desigualdade, proteção social e direito ao desenvolvimento" examinou a desigualdade dentro e entre os Estados através do marco do direito ao desenvolvimento. Colocou os sistemas de proteção social no contexto das obrigações do Estado, da cooperação internacional e das parcerias globais. O estudo sobre o "Dever de cooperar e atores não estatais" apresentou as melhores práticas e forneceu recomendações sobre como os atores não estatais poderiam contribuir para o dever de cooperar para a implementação do direito ao desenvolvimento em todo o mundo.

Na discussão, muitos oradores disseram que alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo estava entre suas prioridades políticas e políticas. O desenvolvimento inclusivo e sustentável só poderia ser alcançado através do pleno gozo de todos os direitos humanos, sejam eles civis, culturais, econômicos, políticos ou sociais, por todos. Alguns palestrantes destacaram preocupações com os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento devido a crises, como a pandemia ou obstáculos estruturais, como a falta de recursos e capacidades nacionais, que prejudicaram o desenvolvimento sustentável. Alguns oradores salientaram que certos

países ocidentais continuaram a conduzir operações militares e utilizaram medidas coercitivas unilaterais de forma abusiva, o que impediu o direito ao desenvolvimento.

Em seguida, o Conselho iniciou um diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento.

Surya Deva, relator especial das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento, disse que o direito ao desenvolvimento é um direito humano relevante para todos, em todos os lugares. Mas esse direito permaneceu não realizado para milhões de pessoas em todas as regiões do mundo devido a múltiplos desafios. Ele identificou seis desafios que minam a capacidade dos Estados e de outros atores de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento: confusão conceitual, capacidades limitadas, polarização, falta de participação, desigualdades e a ordem neocolonial e neoliberal. O relatório delineou estratégias específicas para superar esses desafios.

Deva disse que há evidências contundentes de que o modelo atual de desenvolvimento não é inclusivo nem sustentável. O mundo precisava, portanto, de um novo modelo de "desenvolvimento participativo centrado no planeta". Todos os decisores devem adotar uma abordagem ascendente à participação e reconhecer a agência de todos os indivíduos, povos e comunidades para determinar as suas aspirações e prioridades de desenvolvimento. Chegara a hora de a comunidade mundial dar ao direito ao desenvolvimento seu legítimo espaço no universo dos direitos humanos. Neste contexto, seria fundamental adotar o projeto de Pacto sobre o Direito ao Desenvolvimento o mais rapidamente possível e tomar medidas proativas para implementar o direito a nível nacional.

Deva falou da visita de seu antecessor à Albânia. A Albânia falou como um país em causa.

Na discussão, os palestrantes disseram que o direito ao desenvolvimento estava enraizado na universalidade, indivisibilidade, inter-relação e interdependência de todos os direitos humanos. Os Estados eram os principais responsáveis pela plena realização dos direitos humanos. Quando a comunidade internacional atingiu o ponto médio da Agenda 2030, menos de 20% das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável estavam no caminho certo. Todos os Estados foram instados a garantir que ninguém fosse deixado para trás e a abster-se de ações que violassem os direitos humanos. A cada dia, as mudanças climáticas e múltiplas crises e conflitos persistiam, afetando mais pessoas e países em situação de vulnerabilidade. Alguns oradores afirmaram que a avaliação das medidas coercitivas unilaterais, como um dos fatores que impedem a realização do direito ao desenvolvimento, contribuiria para o desenvolvimento de recomendações para a resolução dos problemas delineados no relatório.

Falaram na discussão com o Mecanismo de Peritos União Europeia, Equador, Iraque, China, Malawi, Malásia, Arménia, Zimbabué, Federação Russa, África do Sul, Bangladesh, Namíbia, Paquistão, Tanzânia, Tunísia, Argélia, Cuba, Venezuela, Nigéria, Mauritânia, Índia, Irão, Organização de Cooperação Islâmica, Omã, Madagáscar, Síria, Centro Sul, Azerbaijão, Honduras e Egito.

Também falaram o Sikh Human Rights Group, *Jameh Ehyagaran Teb Sonnati Va Salamat Iranian*, International Muslim Women's Union, International-Lawyers.Org, *Associazione Comunita Papa Giovanni XXIII*, Asian-Pacific Resource and Research Centre for Women, International Council of Russian Compatriots, Beijing NGO Association for International

*Exchanges, Federatie van Nederlandse Verenigingen tot Integratie Van Homoseksualiteit - COC Nederlandse Organização Mundial de Barué.*

Intervieram no debate com o Relator Especial a Lituânia, em nome dos países nórdicos-bálticos, a União Europeia, a Costa do Marfim, em nome do Grupo Africano, o Paquistão, em nome da Organização de Cooperação Islâmica, a Líbia, em nome do Grupo Árabe, o Irão, em nome de um grupo de países, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Egípto, o Luxemburgo, Santa Sé, Kuwait, Paraguai, Arábia Saudita, Iraque, Honduras, China, Malawi, Malásia, Estado da Palestina, Armênia, Brasil, Zimbábue, África do Sul, Sri Lanka, Camarões, Bangladesh, Angola, Maldivas, Burkina Faso, Tanzânia, Panamá, Tunísia, Marrocos, Djibuti, Argélia, Cuba, Togo, Venezuela, Etiópia, Filipinas, Senegal, Serra Leoa, Bielorrússia, Zâmbia, República Árabe Síria, Vietnã, Cazaquistão, Sudão, Irã e Romênia.

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#). Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à quinquagésima quarta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#).

O Conselho voltará a reunir-se às 15 horas desta tarde, para prosseguir o diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, seguido da apresentação de relatórios pelo Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e pelo Grupo de Trabalho sobre as Atividades das Empresas Militares e de Segurança Privadas. Em seguida, o Conselho ouvirá a apresentação de relatórios temáticos do Secretário-Geral e do Alto Comissário, seguindo-se o debate geral no ponto três sobre a promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.

## **Diálogo Interativo com o Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento**

### **Relatórios**

O Conselho tem diante de si os relatórios do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento sobre o Direito ao **Desenvolvimento no Direito ao Investimento Internacional (A/HRC/54/82)**; **Desigualdade, proteção social e direito ao desenvolvimento (A/HRC/54/83)**, e **sobre o** dever de cooperação e atores não estatais (A/HRC/54/84).

### **Apresentação de Relatórios**

LILIANA VALIÑA, presidente-relatora do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, disse que o Mecanismo de Peritos completou o seu primeiro mandato de três anos no início deste ano. Desde seu último relatório ao Conselho, em setembro do ano passado, realizou duas sessões, em outubro de 2022 e em abril de 2023. Hoje apresentou os três estudos temáticos que completaram o primeiro conjunto de cinco estudos realizados pelo Mecanismo Especializado durante o seu primeiro mandato.

O estudo "Direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento" explorou o papel atual e futuro do direito ao desenvolvimento no direito internacional do investimento. Analisou o direito ao desenvolvimento no direito internacional de investimento existente e explorou a evolução do papel dos investidores enquanto detentores de deveres. Ele abordou a questão de saber se os árbitros deveriam ter um histórico comprovado de experiência em direitos humanos como pré-requisito de sua nomeação para julgar disputas de investimento. O estudo reconheceu a importância da cooperação internacional e da

participação comunitária – inerente à ideia do direito ao desenvolvimento – em novos acordos internacionais de investimento e forneceu recomendações aos Estados para a negociação de novos acordos e renegociação dos existentes.

O estudo "Desigualdade, proteção social e direito ao desenvolvimento" examinou a desigualdade dentro e entre os Estados por meio do marco do direito ao desenvolvimento. Colocou os sistemas de proteção social no contexto das obrigações do Estado, da cooperação internacional e das parcerias globais, conforme delineado na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, e do novo contrato social, conforme delineado no relatório do Secretário-Geral "Nossa Agenda Comum". O estudo ofereceu recomendações aos Estados e outras partes interessadas para abordar o aprofundamento das desigualdades dentro e entre os Estados, estabelecendo sistemas universais de proteção social como um direito humano fundamental compreendido por meio do princípio da igualdade de oportunidades para o desenvolvimento.

O estudo "Dever de cooperar e atores não estatais" apresentou as melhores práticas e forneceu recomendações sobre como os atores não estatais poderiam contribuir para o dever de cooperar para a implementação do direito ao desenvolvimento em todo o mundo. O estudo analisou a operacionalização do dever geral dos intervenientes não estatais de cooperar na realização do direito ao desenvolvimento, dividindo o dever de cooperação em quatro componentes, e finalmente delineou as implicações da implementação deste dever para os Estados e os titulares de direitos e reforçou a importância de dar voz aos titulares de direitos sobre os obstáculos que enfrentaram para concretizar o direito ao desenvolvimento.

## **Discussão**

No debate, muitos oradores agradeceram ao Mecanismo de Peritos pelo relatório anual e pelos três estudos temáticos. Saudaram os esforços do Mecanismo para fazer avançar o discurso sobre o direito ao desenvolvimento e para destacar a centralidade do direito ao desenvolvimento para a plena realização dos direitos humanos. Os palestrantes aguardaram com expectativa a elaboração dos temas de estudo durante os próximos três anos de mandato do Mecanismo. Eles concordaram com a recomendação do Mecanismo de Especialistas que sublinhou a necessidade de os Estados adotarem abordagens multidimensionais para a redução da desigualdade no desenvolvimento de políticas e estratégias para lidar com a complexidade dos fatores políticos e socioeconômicos que ampliaram a desigualdade.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi fundamentada no direito internacional dos direitos humanos e enfatizou as obrigações de todos os Estados de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos. O direito ao desenvolvimento estava no cerne da universalidade, indivisibilidade, inter-relação e interdependência de todos os direitos humanos. Muitos oradores disseram que alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo estava entre as suas prioridades políticas e políticas. O desenvolvimento inclusivo e sustentável só poderia ser alcançado através do pleno gozo de todos os direitos humanos, sejam eles civis, culturais, econômicos, políticos ou sociais, por todos.

Alguns oradores destacaram preocupações com os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento devido a crises, como a pandemia, ou obstáculos estruturais, que prejudicaram o desenvolvimento sustentável, como a falta de recursos e capacidades nacionais. Era importante que os Estados adotassem medidas conducentes à superação da pobreza e da desigualdade em um contexto de direitos humanos. O direito ao desenvolvimento

dos países em desenvolvimento mereceu atenção da comunidade internacional. Era essencial promover a corresponsabilidade de todos os atores na promoção e proteção de todos os direitos, incluindo o direito ao desenvolvimento. A proteção social era um direito humano, e o fato de os Estados ignorarem suas obrigações de proteção desse direito foi o motivo pelo qual a desigualdade não havia sido erradicada em todo o mundo.

Alguns oradores salientaram que certos países ocidentais continuaram a conduzir operações militares e utilizaram medidas coercitivas unilaterais de forma abusiva, o que impediu o direito ao desenvolvimento. Apelaram ao Mecanismo de Peritos para que intensifique os seus estudos sobre estas violações e ajude os países afetados a salvaguardar o seu direito ao desenvolvimento. Vários oradores reiteraram o apelo ao levantamento de todas as medidas coercitivas unilaterais que tenham um impacto negativo na capacidade dos Estados sancionados para cumprirem as suas obrigações socioeconómicas e de desenvolvimento mais amplas. Isso ressaltou a importância de respeitar o direito dos Estados de escolher seu próprio caminho para o desenvolvimento sem interferência.

Alguns oradores descreveram as medidas nacionais que os seus países tinham tomado para alcançar o direito ao desenvolvimento.

### **Observações intermediárias**

Liliana Valiña, Relatora-Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, disse que o Mecanismo de Peritos aprecia o nível de cooperação que desfruta com os Estados. Muitos concordaram com os principais desafios que o mundo enfrentava com a realização do direito ao desenvolvimento, concentrando-se em questões de pobreza, desigualdade, pandemia, falta de recursos, capacidades nacionais limitadas, mudanças climáticas e crise climática e desastres naturais. Todos esses desafios faziam parte do trabalho que estava sendo realizado pelo Mecanismo, que foi chamado a promover o direito ao desenvolvimento com base na identificação desses desafios e das melhores práticas nos níveis nacional e local que estavam sendo implementadas. Muitos Estados concordaram com muitos dos pontos e recomendações dos estudos: esse era o papel das recomendações, para impulsionar o progresso, através de pequenos e médios passos para mudar a estrutura de desigualdade que existia, todos acordados, em nível global e nacional na maioria dos países. Estudos temáticos que refletiam as preocupações da comunidade internacional foram foco do Mecanismo, que focalizava novas questões, inspiradas nos comentários enviados pelos Estados. Era importante lidar com as dificuldades reais que os países enfrentavam na realização do direito. O Mecanismo de Peritos também realizou o seu trabalho à luz do trabalho de outros organismos das Nações Unidas, razão pela qual estava a analisar as propostas apresentadas para garantir que o direito ao desenvolvimento fosse centrado na preparação da Cimeira para o Futuro, com o objetivo de dar o seu próprio contributo.

### **Discussão**

No debate contínuo, alguns oradores disseram considerar muito relevante o trabalho do Mecanismo de Peritos, com vista a preparar o caminho para a implementação plena e efectiva dos princípios contidos na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento. Comprometeram-se a apoiar qualquer iniciativa que apoiasse a realização do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável. Os oradores apoiaram igualmente o mandato do Mecanismo de Peritos e desejaram-lhe pleno êxito no seu trabalho.



Muitos oradores subscreveram a recomendação do Mecanismo de Peritos no sentido de os Estados reconhecerem os apelos urgentes à reforma da arquitetura financeira internacional para abordar as questões da dívida que afetam os direitos humanos das gerações atuais e futuras. Tornar essas instituições mais representativas da comunidade internacional e mais transparentes no exercício de suas atividades foi essencial para sua continuidade e sua relevância para uma ordem internacional mais justa e equitativa. O Mecanismo de Peritos foi instado a dar seguimento ao seu debate sobre esta questão com recomendações concretas e específicas para a reforma dos mecanismos financeiros internacionais.

Alguns palestrantes disseram que o sucesso na redução da desigualdade em todo o mundo exigia que os Estados investissem em programas de proteção social; Eram necessárias parcerias internacionais sustentadas para apoiar estes programas, em especial nos países e regiões em desenvolvimento com recursos limitados. As necessidades de desenvolvimento e o nível dos meios de financiamento estiveram altamente correlacionados. Vários oradores disseram que as medidas coercitivas unilaterais estavam a perturbar esta ligação devido aos seus efeitos negativos inerentes. Era importante investir no papel do setor privado para aumentar o nível de cooperação internacional para o desenvolvimento, enfatizando ao mesmo tempo as obrigações dos Estados de exercer a devida diligência para garantir que as empresas sob sua jurisdição não violassem o direito internacional.

O relatório do Mecanismo de Peritos apresentou soluções avançadas para colocar o direito ao desenvolvimento no centro dos desafios atuais que o mundo e as gerações futuras enfrentam. A consideração das gerações futuras e o contributo do envolvimento dos jovens nas políticas e nos processos de tomada de decisão que contribuem para o desenvolvimento foram bem-vindos. Desenvolvimento foi, sem dúvida, um conceito multidimensional, refletindo todas as dimensões dos direitos humanos: civil, cultural, econômica, política, social e, também, ambiental. A este respeito, alguns oradores destacaram as alterações climáticas como um fator-chave que afeta o seu direito ao desenvolvimento, que precisava de ser abordado. Os oradores salientaram igualmente a importância de prosseguir as consultas com a sociedade civil, em especial com os que têm conhecimentos especializados no domínio do desenvolvimento.

Era importante considerar o conceito de responsabilidade internacional compartilhada, solidariedade e cooperação, bem como o respeito ao direito dos Estados de escolher seu próprio caminho de desenvolvimento. Os oradores sublinharam o papel das obrigações coletivas no quadro das parcerias globais e regionais e através da cooperação e solidariedade internacionais, em particular interpretando a cooperação internacional como um dever no âmbito da Carta das Nações Unidas.

### **Considerações finais**

LILIANA VALIÑA, Relatora-Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento, disse que havia um acordo de que o direito ao desenvolvimento era um direito humano fundamental - sua realização permitia aos Estados garantir que as necessidades de suas populações em relação à conquista dos direitos humanos fossem garantidas. Era preciso mudar a forma como ela era abordada: os problemas em torno do acesso ao direito ao desenvolvimento mostravam a necessidade de um compromisso global de todos os Estados a ser assumido, e a cooperação internacional era fundamental nesse sentido. Todos os Estados foram responsáveis por abordar as prioridades de desenvolvimento dentro e em cooperação com suas comunidades, com transparência e evitando a corrupção, o que era um grande desafio por si só. A cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul, era necessária e deveria

realmente levar em conta as prioridades do país que está sendo trabalhado, sustentando as prioridades nacionais e sendo transparente.

A melhoria do acesso global ao direito ao desenvolvimento por todos os países e povos significou maiores garantias em torno da segurança e da paz e a capacidade de alcançar melhores soluções para as crises atuais, seja a crise climática, a crise de exclusão enfrentada por muitos grupos vulneráveis e outros. Isso fazia parte do trabalho de todos: trabalhar em conjunto, compartilhar boas práticas e esforços no campo e apoiar políticas públicas e mecanismos para garantir que a igualdade de oportunidades fosse disponibilizada para alcançar o direito ao desenvolvimento. O Mecanismo de Peritos estava profundamente empenhado em continuar a trabalhar com a sociedade civil, os Estados Partes e todas as partes envolvidas, incluindo o setor privado, que tinha um papel fundamental. O Mecanismo de Especialistas permaneceu comprometido em promover o direito ao desenvolvimento globalmente e colocar as desigualdades nos livros de história.

## **Diálogo Interativo com o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento**

### **Relatórios**

O Conselho tem diante de si o relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento sobre o **revigorar o direito ao desenvolvimento: uma visão para o futuro (A/HRC/54/27)**, bem como os seus dois anexos **sobre a sua visita à Albânia (A/HRC/45/27/Add.1)** e os comentários da Albânia **sobre a sua visita\_ (A/HRC/54/27/Add.2)**.

### **Apresentação de Relatórios**

SURYA DEVA, Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento, apresentando seu relatório de visão como Relator Especial, disse que também informaria sobre uma visita ao país à Albânia conduzida por seu antecessor, Saad Alfarargi. O direito ao desenvolvimento era um direito humano relevante para todos, em todos os lugares, e foi central para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e o Acordo de Paris. Mas esse direito permaneceu não realizado para milhões de pessoas em todas as regiões do mundo devido a múltiplos desafios.

No relatório, ele identificou seis desafios que minam a capacidade dos Estados e outros atores de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento: confusão conceitual, capacidades limitadas, polarização, falta de participação, desigualdades e a ordem neocolonial e neoliberal. O relatório delineou estratégias específicas para superar esses desafios. Seu relatório também destacou várias maneiras específicas pelas quais o direito ao desenvolvimento acrescentou um valor único ao direito internacional dos direitos humanos.

Havia evidências contundentes de que o modelo atual de desenvolvimento não era inclusivo nem sustentável. O mundo precisava, portanto, de um novo modelo de "desenvolvimento participativo centrado no planeta". O direito ao desenvolvimento andava de mãos dadas com o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Além disso, todas as políticas, programas e projetos de desenvolvimento devem ser desenvolvidos através da participação ativa, livre e significativa das pessoas de forma inclusiva. Todos os decisores devem adotar uma abordagem ascendente à participação e reconhecer a agência de todos os indivíduos, povos e comunidades para determinar as suas aspirações e prioridades de desenvolvimento.

Deva disse que estabeleceu três objetivos principais para seu mandato: promover uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento; integrar o direito ao desenvolvimento nos mecanismos de governação a todos os níveis; e fazer a ponte entre a divisão política entre o Norte Global e o Sul Global em relação ao direito ao desenvolvimento. Para integrar o direito ao desenvolvimento, ele começou a se envolver com várias agências das Nações Unidas, governos, instituições nacionais de direitos humanos, empresas, organizações da sociedade civil e academia, e logo estaria desenvolvendo resumos de políticas fornecendo orientação prática aos Estados sobre a implementação do direito ao desenvolvimento em nível nacional. Ele também estabeleceria um círculo acadêmico sobre o direito ao desenvolvimento e constituiria um órgão consultivo global composto por crianças e jovens.

Durante seu mandato, ele se concentraria em quatro conjuntos de questões temáticas relativas a atores, beneficiários, causas e disruptores. Uma atenção especial seria dedicada ao papel dos Estados, das instituições financeiras internacionais, dos bancos públicos de desenvolvimento e das empresas. Seriam também explorados três potenciais fatores de perturbação do direito ao desenvolvimento: os conflitos, as alterações climáticas e as novas tecnologias. Chegara a hora de a comunidade mundial dar ao direito ao desenvolvimento seu legítimo espaço no universo dos direitos humanos. Neste contexto, seria fundamental adotar o projeto de Pacto sobre o Direito ao Desenvolvimento o mais rapidamente possível e tomar medidas proativas para implementar o direito a nível nacional.

Deva apresentou o relatório de seu antecessor, Alfarargi, sobre a visita ao país que realizou à Albânia em novembro de 2022. Alfarargi visitou a capital Tirana e os municípios de Elbasan e Kamëz e se reuniu com representantes do governo, organizações da sociedade civil e agências das Nações Unidas. Em suas recomendações, o Sr. Alfarargi encorajou todos os níveis de governo a envolver, em um estágio inicial, a sociedade civil e outras partes interessadas nas discussões relacionadas a planos e políticas de desenvolvimento e a dar tempo adequado para a consideração de sua contribuição. Ele apresentou uma série de recomendações sobre a alteração de diferentes leis e estatutos para melhorar a participação de pessoas com deficiência, mulheres, minorias e outros segmentos vulneráveis da sociedade no desenvolvimento político, social, cultural e econômico.

### **Declaração do país em causa**

A Albânia, falando na qualidade de país interessado, agradeceu ao Relator Especial por ter reconhecido os impressionantes progressos alcançados pela Albânia no domínio do direito ao desenvolvimento. A Albânia tinha alcançado progressos impressionantes no que diz respeito à participação das mulheres nos órgãos de governo e de decisão, como o Governo Central, a administração pública e o sistema judicial, e estava a caminho de alcançar um elevado nível de representação feminina ao nível superior da administração nas empresas e nas empresas. Desenvolveu e melhorou o quadro político em matéria de luta contra a discriminação, em conformidade com as normas internacionais. A legislação sobre inclusão e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais foi completada com o conjunto de estatutos necessários para sua plena e efetiva implementação.

Em 2017, o Parlamento tinha aprovado a Lei de Proteção das Minorias Nacionais, que reconhecia nove grupos minoritários, eliminando assim a distinção entre minorias nacionais e linguísticas. A participação das organizações da sociedade civil na discussão que levou à formulação de políticas nacionais de desenvolvimento, legislação e orçamento foi fundamental para o avanço do direito ao desenvolvimento. A Albânia estava fortemente empenhada em

trabalhar mais estreitamente com as organizações da sociedade civil em vários processos de consulta significativos. A Albânia partilhou a mesma preocupação que o Relator Especial sobre a necessidade de ações decisivas para impulsionar o desenvolvimento das comunidades em zonas rurais remotas.

## **Discussão**

No debate, muitos oradores saudaram o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e agradeceram-lhe o seu relatório inaugural apresentado ao Conselho. O relatório analisou os resultados globais alcançados no sentido da realização do direito ao desenvolvimento e abordou os desafios globais e as formas de os ultrapassar. Os oradores congratularam-se com os três objetivos prosseguidos pelo Relator Especial no seu mandato e consideraram que os três estavam intimamente relacionados. Uma compreensão abrangente do direito ao desenvolvimento exigia maiores espaços de diálogo e troca de pontos de vista. Os oradores desejaram ao Relator Especial todo o sucesso nas suas novas funções.

O direito ao desenvolvimento estava enraizado na universalidade, indivisibilidade, inter-relação e interdependência de todos os direitos humanos. Os Estados eram os principais responsáveis pela plena realização dos direitos humanos. O desenvolvimento contribuiu para o gozo de outros direitos humanos quando implementados de acordo com as normas e princípios internacionais de direitos humanos. Era essencial uma abordagem do desenvolvimento sustentável baseada nos direitos humanos, centrada nos esforços que reduzissem as desigualdades de acordo com os princípios da igualdade e da não discriminação. Da mesma forma, a plena realização de todos os direitos humanos para todos era uma condição para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi o roteiro global compartilhado, priorizando a erradicação da pobreza e a conquista do desenvolvimento sustentável e inclusivo em todo o mundo até 2030. Quando a comunidade internacional atingiu o ponto médio da Agenda 2030, menos de 20% das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável estavam no caminho certo. Nesse ponto médio, a promissora capacidade transformadora do direito ao desenvolvimento permanecia confrontada com obstáculos persistentes. Pela primeira vez, o último Índice de Desenvolvimento Humano havia caído globalmente por dois anos consecutivos na esteira de crises interligadas. Todos os Estados foram instados a garantir que ninguém fosse deixado para trás e a abster-se de ações que violassem os direitos humanos.

Alguns oradores disseram que a cada dia, as mudanças climáticas e múltiplas crises e conflitos persistem, afetando povos e países em situação vulnerável com mais dificuldade. As mudanças climáticas, a maior ameaça aos direitos humanos em todo o mundo, estavam se acelerando, enquanto os conflitos estavam em seus níveis mais altos desde 1945. As alterações climáticas representaram um grande desafio para os Estados, especialmente os países em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, na concretização do direito ao desenvolvimento. Tal deveu-se a repercussões negativas significativas no ambiente, tais como a seca, a desertificação, o acesso à água potável, as ameaças à segurança alimentar, a propagação de doenças epidêmicas e a fome, ameaçando assim a estabilidade e promovendo conflitos.

O diálogo e a cooperação precisavam avançar juntos para criar um futuro comum que não deixasse ninguém nem lugar para trás. Um orador observou que os legados coloniais, o racismo sistêmico e as violações dos direitos das pessoas indígenas tiveram um impacto negativo nos direitos humanos e no direito ao desenvolvimento, e os países em causa devem assumir

responsabilidades. Para impulsionar o direito ao desenvolvimento, muito mais precisava ser feito para reduzir as desigualdades que ameaçavam os direitos fundamentais e o progresso.

Vários oradores disseram que a realização do direito ao desenvolvimento exigia o desenvolvimento de um plano de coordenação entre os esforços de atores envolvendo governos, sociedade civil, agências de desenvolvimento, instituições financeiras internacionais e o setor privado. Todas as aspirações e esforços internacionais destinados a concretizar e promover o direito ao desenvolvimento só seriam alcançados através do desenvolvimento de um quadro jurídico vinculativo e abrangente, com um processo participativo, com o objetivo de promover o direito ao desenvolvimento a todos os níveis nacionais, regionais e internacionais e construir sociedades mais resilientes e sustentáveis. Também era importante abordar as lacunas na cooperação técnica nos países.

Alguns oradores perguntaram sobre exemplos de interpretação judicial do direito ao desenvolvimento. O Relator Especial poderia elaborar sobre as reivindicações apresentadas por indivíduos aos tribunais com base no direito ao desenvolvimento? Quais foram as opiniões do Relator Especial sobre como os Estados poderiam melhorar a implementação da Agenda 2030 sem perder o foco e garantir que todos os direitos humanos fossem igualmente protegidos? Quais foram as opiniões do Relator Especial sobre as medidas coercitivas unilaterais como um "perturbador" para a plena realização, pelos Estados sancionados, do direito ao desenvolvimento?

### **Observações intermediárias**

SURYA DEVA, Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, disse apreciar que muitos Estados estejam abordando seu relatório: o número de palestrantes na lista é um sinal positivo de como o relatório foi endossado pelos Estados. No que diz respeito a algumas das questões levantadas, como ele havia dito no relatório, os Estados tinham deveres primários sob o direito internacional dos direitos humanos, mas os Estados sozinhos não tinham esses deveres. Eles também recaíram sobre empresas, instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento e outros. A cooperação internacional e a solidariedade também eram uma responsabilidade. Muitas leis eram extraterritoriais, pois os Estados estavam tentando promover os direitos humanos universais além de suas fronteiras.

As questões das desigualdades não poderiam ser ultrapassadas se 20 Estados-Membros trabalhassem sozinhos - os Estados tinham de colaborar para cumprir as suas obrigações. Sobre a corrupção, havia necessidade de participação, boas práticas de governança e transparência. No que se refere à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, poderiam ser tomadas várias medidas - em especial para aqueles que menos beneficiaram neste momento. Havia necessidade de mudanças estruturais: o mundo tinha recursos financeiros e tecnológicos suficientes, mas eles precisavam ser aproveitados para beneficiar a todos.

Deva disse que é necessário mudar os modelos de desenvolvimento da abordagem de cima para baixo para a abordagem de baixo para cima, com as pessoas que mais se beneficiaram do desenvolvimento no banco do motorista, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Sobre como reforçar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto das mudanças climáticas, ele detalharia isso em um relatório posterior. O direito ao desenvolvimento foi um fio condutor, relevante para muitas questões, incluindo a transferência de tecnologias, e a adoção de uma abordagem mais holística e transversal foi crucial a este respeito. Observou que nenhuma delegação tinha dito que não havia direito ao desenvolvimento, e este foi um passo positivo na cooperação.

Ligação: <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2023/09/alors-que-le-conseil-se-penche-sur-les-questions-relatives-au>

Venezuela: Missão de investigação da ONU diz que ataques ao espaço cívico e democrático se intensificaram e pede que nova força de segurança - DAET - seja monitorada para proteger direitos

20/09/2023

Conselho de Direitos Humanos ouve que ainda há um longo caminho pela frente na luta contra desaparecimentos forçados e que certas tecnologias de mitigação climática estão surgindo que podem exacerbar a poluição tóxica

19/09/2023

Conselho de Direitos Humanos Ouve que Estados Devem Colocar os Direitos Humanos na Frente e no Centro no Trabalho para Resolver Lacunas na Governança Global Relacionadas a Mercenários e Empresas Militares e de Segurança Privadas

19/09/2023

Especialista Independente na Promoção de uma Ordem Internacional Democrática e Equitativa para o Conselho de Direitos Humanos: É Crucial Capacitar os Jovens para Facilitar sua Participação

18/09/2023

Conselho de Direitos Humanos ouve apelo para acabar com a detenção arbitrária de uma vez por todas, e que a falta de moradia pode aumentar significativamente o risco de formas contemporâneas de escravidão

18/09/2023

Etiópia: Quase um ano após cessar-fogo, especialistas da ONU alertam para atrocidades em curso, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade

18/09/2023

Conselho de Direitos Humanos Ouve que Sanções Unilaterais e Excesso de Cumprimento Impedem os Países de Garantir o Direito à Saúde, e que o Abuso de Pessoas Idosas Requer Ação Urgente dos Estados e Outras Partes Interessadas Importantes

15/09/2023

Alto Comissariado para os Direitos Humanos: Em vez de aprender lições com a pandemia, os direitos econômicos, sociais e culturais ainda são vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes

15/09/2023

Relator Especial sobre os Direitos Humanos à Água Potável Segura e ao Saneamento: É Fundamental Iniciar Discussões para Explorar a Inclusão da Contaminação dos Ecossistemas Aquáticos como um Crime contra a Humanidade

14/09/2023

Irã: No aniversário de um ano da morte de Jina Mahsa Amini sob custódia, o aumento da repressão a mulheres e meninas e represálias contra manifestantes e famílias das vítimas é profundamente preocupante, diz Missão de Apuração de Fatos da ONU

14/09/2023

Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Conselho de Direitos Humanos: Sanções que ameaçam a vida e a saúde das pessoas precisam ser interrompidas

14/09/2023

Conselho de Direitos Humanos inicia diálogo interativo com o relator especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência

13/09/2023

Conselho de Direitos Humanos Continua Debate Geral sobre a Atualização Global do Alto Comissariado

13/09/2023

Grupo de Especialistas sobre a Nicarágua constata escalada de perseguição contra a dissidência e repressão a instituições acadêmicas independentes

12/09/2023

O Alto Comissário diz ao Conselho de Direitos Humanos que os direitos humanos no Afeganistão estão em estado de colapso e que está triste com a contínua e generalizada deterioração dos direitos humanos na Nicarágua

12/09/2023

O aumento acentuado dos combates e uma economia em rápida queda exigem respostas sírias e internacionais urgentes, alerta a Comissão de Inquérito da ONU para a Síria

12/09/2023

Alta Comissária insta generais sudaneses a cessarem a violência e voltarem às negociações políticas, e pede àqueles com influência na comunidade internacional que acabem com a tragédia e aumentem o apoio financeiro às agências humanitárias

12/09/2023

Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos: a discriminação sistemática e institucionalizada que busca excluir as mulheres de todas as facetas da vida no Afeganistão requer um exame do fenômeno em evolução do apartheid de gênero

11/09/2023

Intensidade de crimes de guerra e crimes contra a humanidade aumentou em Mianmar, diz Mecanismo Independente ao Conselho de Direitos Humanos

## **Trabalho do PNUD apoia a participação dos países na Cúpula dos ODS e destaca um dilema central para a implementação da Agenda**

***UNDP work supports countries' participation in the SDG Summit and highlights a central dilemma for implementing the Agenda***

***Erica Kastrup  
Rômulo Paes de Sousa***

**Resumo.** O artigo aborda os resultados do Relatório Integrado de Insights sobre os ODS apresentado pelo PNUD no âmbito da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). O documento revela que após três anos de crises consecutivas, os países estão buscando o crescimento a qualquer custo e deixando em segundo plano adoção da Agenda 2030. Revela que o principal problema para os países em desenvolvimento é a falta de espaço fiscal para financiar as transições necessárias, o que demonstra a urgência do debate sobre a reforma da arquitetura financeira internacional.

**Palavras-chave:** PNUD; 78ª AGNU; reforma da arquitetura financeira internacional.

**Abstract.** The article addresses the results of the Integrated Insights Report on the SDGs presented by UNDP within the scope of the 78th session of the United Nations General Assembly (UNGA). The document reveals that after three years of consecutive crises, countries are seeking growth at any cost and leaving the adoption of the 2030 Agenda on the back burner. It reveals that the main problem for developing countries is the lack of fiscal space to finance transitions necessary, which demonstrates the urgency of the debate on reforming the international financial architecture.

**Keywords:** UNDP; 78th UNGA; reform of the international financial architecture.

A 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) teve início no dia 05 de setembro, quando Dennis Francis, o Representante Permanente de Trinidad e Tobago junto à ONU e eleito pelos Estados-membros para presidir o ciclo, realizou seu juramento e iniciou a primeira reunião plenária com o lema “Paz, Prosperidade, Progresso e Sustentabilidade”. A principal sessão anual da ONU envolve uma série de eventos que reúnem dirigentes e representantes de governos e da sociedade civil em diferentes níveis que discutem e deliberam sobre temas diversos das relações internacionais.

O PNUD participou de mais de oitenta eventos, principais e paralelos, ao longo da 78ª AGNU, entre os dias 12 e 25 de setembro. Dentre os temas que estiveram no topo da Agenda do PNUD estão o ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, que se relaciona diretamente ao objetivo central do PNUD de melhorar a gestão pública e a governança das políticas públicas em prol do desenvolvimento, e o ODS 17 – sobre as parcerias para a implementação da Agenda, já que o Programa vem buscando ampliar sua interlocução com o setor privado e ao mesmo tempo com outras agências do sistema das Nações Unidas, como UNICEF, ONU-Habitat, ONU Mulheres, FAO, DESA, que foram parcerias do Programa nos diversos eventos durante o período. Os temas discutidos variaram entre investimentos verdes para enfrentar as mudanças



climáticas, questões de gênero, Infraestrutura Pública Digital<sup>19</sup>, infraestrutura resiliente a desastres, emprego e proteção social, biodiversidade e natureza, parcerias para os ODS, entre outros.

A abertura da participação do PNUD na 78ª sessão da AGNU se deu no dia 12 de setembro, quando o programa lançou, em um evento só para convidados, o seu **Relatório Integrado de Insights sobre os ODS**. O Relatório tem o formato de um website que apresenta informações sobre 95 países em desenvolvimento colhidas a partir de documentos e consultas nacionais que mostram desafios e prioridades dos países, evidenciando as escolhas políticas feitas sob restrições fiscais e orçamentárias. Adota uma perspectiva de futuro e, cruzando múltiplas fontes de dados com aprendizado de máquina e inteligência artificial, busca apontar tendências, interrelações entre os diferentes ODS e futuros potenciais de cada país com relação à implementação da Agenda 2030. Fornece uma visão geral da situação atual do país e destaca potenciais conflitos entre crescimento, preocupações ambientais e bem-estar social que podem constrangir a implementação da Agenda.

Assim, o trabalho explorou estratégias e táticas necessárias para avançar no caminho do desenvolvimento sustentável visando a apoiar a participação dos países na Cúpula dos ODS, evento que ocorreu entre os dias 18 e 19 de setembro, no âmbito da 78ª sessão da AGNU. A Cúpula teve o objetivo de inaugurar uma nova fase de progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no momento que marca o meio do caminho até prazo final acordado. Teve lugar central nos eventos promovidos durante a Assembléia, e, para as Nações Unidas, representou um esforço para que se reacenda a esperança, o otimismo e o entusiasmo pela Agenda 2030.

Os resultados do trabalho indicam padrões globais interrelacionados que apontam os dilemas centrais para a implementação da Agenda. São eles:

- **Os países estão focados no crescimento econômico a qualquer custo** - Após três anos de crises, os países estão concentrados em alcançar um crescimento amplo com geração de empregos e rendimentos, muitas vezes, impulsionado por combustíveis fósseis, booms de matérias-primas ou financiamento de dívidas. Contudo, pela perspectiva integrada que propõe a Agenda, o foco no crescimento, no emprego e na redução da pobreza deve ser conciliado com as ambições nacionais em matéria de descarbonização e transição energética, por exemplo.
- **Restrições fiscais e financeiras estão moldando as escolhas políticas** – Está claro que os sistemas financeiros atuais estão minando o desenvolvimento sustentável, principalmente nos países mais pobres, onde o serviço da dívida custa em média 2,3 vezes mais do que a assistência social e 1,4 vezes mais do que a saúde.

Por outro lado, os resultados apontam também que os países parecem estar mais cientes da importância da escolha por pacotes de políticas ao invés de soluções pontuais, e muitos estão cientes da importância de se reorientar seus padrões de desenvolvimento investindo em transições energéticas e mirando o potencial das economias verdes. Contudo, precisam de tecnologia e financiamento que permitam estas escolhas políticas, e o progresso no sentido das escolhas sustentáveis depende das capacidades nacionais de resistir às pressões pelo “crescimento a qualquer custo” e do espaço fiscal para investirem em transformações estruturais por meio das transições ecológica e digital. Ou seja, a comunidade internacional já

---

<sup>19</sup> tema de nosso informe no Caderno CRIS 16-2023.

compreende a importância das políticas integradas em prol da sustentabilidade e o calcanhar de Aquiles da implementação da Agenda nos países menos desenvolvidos parece estar mesmo na disponibilidade de financiamento para a transição necessária.

Para cada um dos países analisados, a plataforma do Relatório Integrado de Insights sobre os ODS apresenta os dados agregados em quatro sessões: momento dos ODS; tendências e prioridades; interligações dos ODS; finanças e estímulo. As tendências com relação à Agenda 2030 são apresentadas agregando ODSs em torno dos 5Ps: pessoas, planeta, paz, prosperidade e parcerias. Assim, por exemplo, as tendências relativas às pessoas são a combinação dos ODS 1, 2, 3, 4 e 5; ao planeta, ODS 6, 12, 13, 14 e 15. A análise da situação do país e alguns insights sobre rumos do desenvolvimento são oferecidos baseados na análise interligada de alguns ODS, assim como a situação das finanças nacionais e possíveis estímulos ao desenvolvimento sustentável.

Como exemplo sobre as possibilidades de análise e insights oferecidos pelo trabalho do PNUD, apresentamos os dados de dois países que são parceiros do Brasil na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Brasil não foi incluído na análise do PNUD.

**Cabo Verde** - <https://sdgpush-insights.undp.org/reports/cpv#sdg-priorities>

Antes da pandemia, o país apresentava um crescimento de cerca de 5% ao ano e as projeções apontavam estabilidade nesse patamar. Após uma queda vertiginosa em 2020, o PIB do país se recuperou já no ano seguinte chegando aos patamares anteriores à pandemia. Em 2022 o PIB de Cabo Verde cresceu mais de 10%, e as projeções para os anos seguintes apontam estabilidade na casa dos 5%. Com relação à pobreza, a tendência é de pouca variação entre a situação atual e os dois próximos anos, assim como as projeções de emissão de carbono apresentam leve tendência de diminuição.

O setor do turismo de Cabo Verde tem sido um motor do crescimento econômico e da criação de empregos, registrando excelentes índices de crescimento nas últimas duas décadas e atingindo cerca de 25% do PIB em 2019. A pandemia da COVID-19, no entanto, levou a um declínio de 75% no faturamento do setor em 2020, afetando também setores auxiliares, o que resultou no declínio de 14,8% do PIB em 2020.

A pandemia reforçou o imperativo de diversificação da economia como medida essencial de resiliência aos choques externos. A política nacional denominada *Ambição Cabo Verde 2030* estabelece o compromisso com a diversificação através da integração do país em novas cadeias de valor globais. As autoridades cabo-verdianas estão dando prioridade à Economia Azul, à transição verde e às energias renováveis, à digitalização e inovação, ao turismo e à cultura sustentáveis, e ao capital humano, incluindo a saúde e a educação. Cabo Verde também procura estabelecer um centro financeiro internacional com foco no financiamento sustentável.

Reconhecendo a importância crescente dos serviços no apoio aos esforços de diversificação dos países, o trabalho indica que seria benéfico para Cabo Verde desenvolver novos acordos comerciais utilizando mecanismos como a Zona de Comércio Livre Continental Africana e à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, incluindo a categoria de serviços e serviços digitais. Essas políticas comerciais que envolvem serviços podem levar a um aumento do trabalho e a efeitos multiplicadores de produtividade global, com impactos positivos em 7 ODS (ODS 1, 2, 6, 7, 8, 11 e 12) e 18 metas associadas, e a um compromisso no tratamento da água (meta 6.3 do ODS).

A partir do ODS 11.2 - Sistemas de transporte acessíveis e sustentáveis, o trabalho apontou que Cabo Verde é servido por uma boa rede de estradas nacionais e municipais e boa parte da população tem acesso fácil e seguro a transportes. A maioria das cidades são pequenas e, como tal, a mobilidade interna não depende da disponibilidade de transportes públicos, que são de elevada qualidade, seguros e confortáveis nas duas maiores cidades do país, Praia e Mindelo.

No entanto, nenhuma cidade cabo-verdiana possui sistemas de mobilidade adaptados para pessoas com deficiência e as barreiras arquitetônicas limitam seriamente a acessibilidade. Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, o país também precisa desenvolver os seus sistemas de transporte marítimo e aéreo para reforçar as suas ligações e conectividade com o resto do mundo, pois isso será fundamental para desbloquear o seu desafio de diversificação econômica.

Investir em transportes públicos eficazes e de baixo custo torna as cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, pois eles contribuem para a redução da pobreza e das desigualdades urbanas e tem potencial para melhorar o crescimento inclusivo facilitando o acesso a empregos, cuidados de saúde, serviços de educação e outros bens públicos.

Com foco no ODS 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, o estudo aponta que, em Cabo Verde, cerca de 70,6% da população manifesta satisfação com os serviços públicos que recebe. A melhoria da governança e o combate à corrupção continuam a ser ingredientes críticos para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento inclusivos, assim como a consolidação de instituições sólidas que garantam a integridade na gestão dos assuntos públicos.

O serviço da dívida externa de Cabo Verde este ano deverá atingir 22,9% das receitas. Devido a reservas adequadas, a uma taxa de câmbio fixa e a taxas de juros predominantemente fixos para a sua dívida externa, o FMI classificou o país como tendo “risco moderado de sobre-endividamento”. O país está usando o Quadro de Financiamento Nacional Integrado (INFF), um instrumento de apoio à governança fiscal desenvolvido pelo PNUD, para buscar resolver os principais estrangimentos fiscais e financeiros e construir uma arquitetura financeira mais sustentável a nível nacional.

**Moçambique** - <https://sdgpush-insights.undp.org/reports/moz>

Como em quase todo o mundo, PIB moçambicano caiu em 2020 e 2021, mas prevê-se que a economia moçambicana transite para o modo de aceleração em 2023 e 2024, impulsionada principalmente pelo impacto macroeconômico positivo da exploração de gás natural no norte do país. Este ritmo de crescimento caracteriza-se por ser o dobro da média mundial, embora ainda esteja abaixo da trajetória de crescimento do país projetada antes da pandemia, de cerca de 7%.

Apesar do bom desempenho econômico das últimas décadas, a pobreza extrema continua elevada em Moçambique, com 64% da população vivendo com menos de 2,15 dólares por dia. O país enfrenta desafios distributivos importantes, registrando um dos mais elevados coeficientes de desigualdade no continente. Além disso, o ritmo de crescimento econômico ocorre à custa do ambiente, prevendo-se que a intensidade das emissões de carbono do país aumente a uma taxa anual de 13% nos próximos anos devido à utilização de combustíveis fósseis.

Contudo, o crescimento econômico será fundamental para garantir melhores meios de subsistência na agricultura e nas zonas rurais, que ainda empregam 73,6% da força de trabalho e onde os níveis de pobreza são maiores. Será também fundamental na geração de empregos de qualidade nos setores dos serviços, turismo e indústria transformadora, que proporcionam oportunidades de emprego para os jovens de Moçambique, ao mesmo tempo em que ajudam a restaurar os equilíbrios fiscais do governo e a aumentar o espaço fiscal para investimentos públicos em infraestrutura e nos setores sociais.

Para alcançar um crescimento acelerado, Moçambique precisa continuar com a implementação de políticas e medidas que contribuam para um ambiente empresarial favorável. Precisa também estar consciente dos efeitos secundários negativos que estão frequentemente associados a estratégias para um crescimento do PIB acelerado, inclusivo e de base ampla, especialmente em termos dos seus impactos ambientais e de saúde. A este respeito, terá de complementar as suas políticas pró-crescimento com intervenções que garantam a gestão sustentável e a conservação da sua rica base de recursos naturais, com a adoção e utilização de práticas de produção limpas e amigas do ambiente.

A análise sobre o *ODS 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis* informa que os indicadores de governança de Moçambique deterioraram-se nas últimas duas décadas. Particularmente preocupante é a deterioração da eficácia do governo, com o agravamento da percepção sobre a má qualidade dos serviços públicos, capacidades reduzidas na administração estatal, independência limitada das pressões políticas e a baixa qualidade da formulação de políticas.

Além disso, os indicadores de corrupção também pioraram, constituindo, atualmente, um grande problema para o país devido aos seus efeitos negativos na taxa de crescimento, no nível e qualidade do investimento e na alocação de recursos externos. Para resolver estas questões, Moçambique pretende introduzir medidas para modernizar e promover a eficiência, eficácia, transparência e integridade da administração pública, incluindo o sistema de justiça e as agências de manutenção da lei e da ordem, através da profissionalização e melhoria da gestão dos serviços públicos e do ativo combate à corrupção. O país planeja também consolidar as reformas de descentralização e promover processos participativos na tomada de decisões locais.

A dívida pública bruta de Moçambique, projetada em 102,8% do PIB em 2023, é mais do dobro da média do grupo de países em desenvolvimento de baixo rendimento. Embora a dívida de Moçambique continue em dificuldades, o FMI considera que é sustentável num sentido prospectivo, já que, em grande medida, os futuros empréstimos e garantias governamentais refletem a participação do Estado na exploração de gás natural liquefeito.

O Relatório Integrado de Insights sobre os ODS tem o papel fundamental de apontar a importância dos trade-offs entre as opções políticas e a centralidade da Agenda 2030 como plataforma orientadora do desenvolvimento global. Por outro lado, o estudo revela que, após três anos de crises consecutivas os países estão buscando o crescimento econômico, sendo o desenvolvimento sustentável uma preocupação secundária. Revela que, neste período, 72 das 95 economias aumentaram as suas emissões de carbono, com 38 delas excedendo um aumento de 10 por cento. Ao mesmo tempo, apenas um em cada cinco países reduziu os níveis de pobreza desde 2019, enquanto a pobreza permaneceu a mesma ou aumentou em 72 dos 95 países. Aponta que será central a revisão da arquitetura financeira internacional para permitir que os países menos desenvolvidos encontrem espaço para investir nos ODS. Com isso, o

trabalho do PNUD se soma a um debate crítico que permeou a 78ª sessão da AGNU deste 2023: a urgente reforma na arquitetura financeira internacional.

Em seu discurso<sup>20</sup> que abriu a Cúpula dos ODS, Antônio Guterres, diretor geral das Nações Unidas, lembrou que os ODS não são só um conjunto de metas, mas representam esperanças, sonhos, direitos e expectativas de milhares de pessoas no mundo. Declarou que, *“ao invés de não deixar ninguém para trás, corremos o risco de deixar os ODS para trás”*, e apelou além da aprovação de um robusto financiamento de 500 bilhões de dólares para a Agenda, para que o sistema internacional delibere por um mecanismo eficaz de alívio das dívidas que apoie suspensões de pagamento, o estabelecimento de prazos de empréstimo mais longos e de taxas mais baixas para os menos desenvolvidos. Destacou a necessidade urgente de se mudar o modelo de negócios dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para que eles possam alavancar massivamente o financiamento privado a taxas acessíveis em benefício dos mais necessitados. Declarou que a arquitetura financeira internacional é desatualizada, disfuncional e injusta. Com isso, as Nações Unidas reafirmam a reivindicação de muitos países em desenvolvimento que discursaram na 78ª AGNU e reforçam suas reivindicações de revisão do sistema criado em Bretton Woods, sob o perigo de fracasso da Agenda 2030 e de perda de legitimidade da própria Organização.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://caboverde.un.org/pt/246341-abertura-da-cimeira-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-ods>

**Anúncio da “Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, entre Brasil e EUA, com o apoio da OIT, é destaque durante a 78ª Assembleia Geral da ONU**

***Announcement of the “Partnership for Workers’ Rights”, between Brazil and the USA, with the support of the ILO, is a highlight during the 78th UN General Assembly***

**René Mendes**

**Abstract.** *This article deals with the surprising news, and the speeches of President Joe Biden, President Lula and the Director General of the ILO, as well as the text of the Brazil-USA Joint Declaration (signed on September 20), focused on promoting Decent Work (Decent) for workers in both countries, but with an emblematic expanded reach and global repercussion. The joy and surprise arise from the unprecedented nature of two heads of state from large countries dealing in such a frank and direct way with a topic that is usually marginal, of little visibility, and above all, overshadowed by the truculence of economic agendas driven by neoliberal ideology, by individualism, neo-fascism and exclusionary globalization, which have resulted in violence against the working class, due to their intention to make work and work relations precarious, generating unemployment and underemployment and the pauperization of the class of those who live from work. And they die due to lack of work or poor working conditions. Hence the surprise and astonishment, along with a certain distrust and caution. Certainly: a day to be welcomed! As the doctor Carlos Gentile de Mello (1918-1982) said: “better, only if it’s true!”*

**Keywords:** *ILO; Decent Work (decent); working class; Brazil; USA.*

**Resumo.** O presente artigo trata da surpreendente notícia, e das falas do Presidente Joe Biden, do Presidente Lula e do Diretor Geral da OIT, assim como do texto da Declaração Conjunta Brasil-EUA (assinado em 20 de setembro), focados na promoção do Trabalho Digno (Decente) para os trabalhadores e trabalhadoras de ambos os países, mas com emblemático alcance ampliado e repercussão global. A alegria e a surpresa nascem do ineditismo de dois chefes-de-estado de grandes países tratarem de forma tão franca e direta de tema costumeiramente marginal, de pouca visibilidade, e sobretudo, ofuscado pela truculência das pautas econômicas movidas pela ideologia neoliberal, pelo individualismo, pelo neofascismo e pela globalização excludente, que têm resultado em violência contra a classe trabalhadora, por sua intenção precarizante do trabalho e das relações de trabalho, geradora de desemprego e subemprego e pela pauperização da classe dos que vivem do trabalho. E morrem pela falta de trabalho ou pelas más condições de trabalho. Daí a surpresa e o espanto, junto com uma certa desconfiança e cautela. Por certo: dia a ser saudado! Como dizia o médico Carlos Gentile de Mello (1918-1982): “melhor, só se for verdade!”.

**Palavras-chave:** OIT; Trabalho Digno (decente); classe trabalhadora; Brasil; EUA.

## Introdução

Foi com muita surpresa e grande alegria que o mundo recebeu a notícia, as imagens, as falas de Biden, Lula e do Diretor Geral da OIT, assim como o texto da Declaração Conjunta Brasil-EUA, focados na promoção do Trabalho Digno (Decente) para os trabalhadores e trabalhadoras de ambos os países, mas com emblemático alcance ampliado e repercussão global. A alegria e a surpresa nascem do ineditismo de dois chefes-de-estado de grandes países grandes tratarem de forma tão franca e direta de tema costumeiramente marginal, de pouca visibilidade, e sobretudo, ofuscado pela truculência das pautas econômicas movidas pela ideologia neoliberal, pelo individualismo, pelo neofascismo e pela globalização excludente, que têm resultado em violência contra a classe trabalhadora, por sua intenção precarizante do trabalho e das relações de trabalho, geradora de desemprego e subemprego e pela pauperização da classe dos que vivem do trabalho. E morrem pela falta de trabalho ou pelas más condições de trabalho. Daí a surpresa e o espanto, junto com uma certa desconfiança e cautela: será que é verdade? É para valer? O que move Biden e Lula a se aliarem nesta luta contra hegemônica? Conhecer o que foi dito e escrito e analisar os possíveis impactos do evento de 20 de setembro, ocorrido em Nova York, é o propósito deste breve artigo elaborado para o Cadernos CRIS no. 17/2023.

### “OIT saúda a ‘iniciativa global’ EUA-Brasil sobre Trabalho Digno (decente)”

Com este título, apareceram textos ‘oficiais’ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos principais meios de comunicação desta Organização, em todos os idiomas oficiais, logo traduzidas, também para o português, e publicadas pelo Escritório da OIT, em Brasília<sup>21,22</sup>. Transcrevemos a versão da OIT, cujo Diretor Geral, Gilbert F. Hounqbo, que esteve presente e prestigiou a importância e alcance do evento de lançamento da “**Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras**”.

Segundo o texto da OIT, “a Parceria EUA-Brasil pelos Direitos dos Trabalhadores visa garantir condições de trabalho seguras e justas, promover uma transição para a energia limpa centrada no trabalhador. garantir que as novas tecnologias beneficiem os trabalhadores e as trabalhadoras, e eliminar a discriminação no local de trabalho.”

Prosegue o texto da OIT: “O Diretor-geral da OIT, Gilbert F. Hounqbo, saudou uma nova parceria entre os Estados Unidos e o Brasil para proteger o trabalho decente em um mercado de trabalho em rápida mudança.

A Parceria EUA-Brasil pelos Direitos dos Trabalhadores foi lançada pelos presidentes dos dois países, Joseph Biden e Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo diretor-geral da OIT, durante a Assembleia Geral da ONU em Nova York, no dia 20 de setembro. O evento também contou com a presença de dirigentes sindicais dos Estados Unidos e do Brasil.

A nova parceria identifica cinco áreas prioritárias de ação:

- Salvar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, o que inclui a luta contra o trabalho forçado, o trabalho infantil e a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras.

---

<sup>21</sup> [OIT saúda iniciativa global EUA-Brasil sobre trabalho decente](#)

<sup>22</sup> [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_894646/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_894646/lang--pt/index.htm)

- Promover o trabalho seguro e decente, garantindo que os países e as empresas sejam responsabilizados pelo impacto dos seus investimentos na saúde, nos salários e nos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.
- Defender uma transição centrada nos trabalhadores e nas trabalhadoras para a energia limpa, garantindo que a mudança para tecnologias mais limpas seja equitativa e beneficie todos os membros da força de trabalho.
- Garantir que as novas tecnologias, como a inteligência artificial e as plataformas avançadas, beneficiem os trabalhadores e as trabalhadoras, salvaguardando ao mesmo tempo os seus direitos.
- Combater a discriminação no local de trabalho, garantindo que ninguém seja deixado para trás, para criar um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo para todas as pessoas.

“Quer sejam os seus trabalhadores da indústria automóvel ou qualquer outro trabalhador sindicalizado, os lucros recordes das empresas devem significar contratos recordes para os trabalhadores sindicalizados. Hoje, tenho orgulho de estar ao lado de um grupo de líderes que pensam exatamente da mesma maneira, no momento em que lançamos a nossa nova Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores”, disse Biden. “Este anúncio é também um convite a todos os líderes globais e a todas as organizações laborais para se juntarem a nós – para se juntarem a nós e se comprometerem com um futuro melhor – onde os trabalhadores de todas as nações serão tratados com dignidade e respeito. As nossas economias e as nossas nações serão todas mais fortes por causa disso”, acrescentou.

“Essa iniciativa será levada avante pelo presidente dos Estados Unidos e por mim, em todos os fóruns internacionais que eu participar”, enfatizou o Presidente Lula. “O Brasil preside, no ano que vem, o G20. Em 2025, nós vamos presidir os BRICS. Em 2025, nós vamos ter a COP 30 lá no coração da Amazônia. Em todos esses fóruns, pode estar certo, que nós iremos trabalhar e tentando criar condições para que todos os governantes do mundo aceitem o protocolo como esse que estamos assinando aqui, porque todo ser humano, homem ou mulher, preto ou branco, tem direito ao trabalho decente.” disse.

“A OIT trabalha há mais de 100 anos para promover a causa da justiça social e do trabalho decente”, disse Hounbo. “A nossa estrutura única de governança tripartite confere aos trabalhadores, aos empregadores e aos governos um estatuto igualitário no nosso trabalho. Temos uma compreensão incomparável de como o trabalho decente pode construir vidas melhores, economias melhores e sociedades melhores. É por isso que acolhemos inequivocamente esta Parceria entre Estados Unidos e Brasil pelos Direitos dos Trabalhadores.”

Conheça, também, o teor completo da Declaração Conjunta, tal como divulgada pelo Itamarati (Ministério de Relações Exteriores)<sup>23</sup>

#### **NOTA À IMPRENSA Nº 396**

#### **Declaração Conjunta Brasil-EUA sobre a Parceria pelo Direito dos Trabalhadores e Trabalhadoras — Ministério das Relações Exteriores (20/9/2023)**

<sup>23</sup>[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/impressao/notas-a-impressao/declaracao-conjunta-brasil-eua-sobre-a-parceria-pelo-direito-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/impressao/notas-a-impressao/declaracao-conjunta-brasil-eua-sobre-a-parceria-pelo-direito-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras)



“Nossos governos afirmam o compromisso mútuo com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e a promoção do trabalho digno.

Os trabalhadores e trabalhadoras construíram os nossos países – desde as nossas infraestruturas mais básicas e serviços críticos, à educação dos nossos jovens, ao cuidado dos nossos idosos, até nossas tecnologias mais avançadas. Os trabalhadores e trabalhadoras e os seus sindicatos lutaram pela proteção no local de trabalho, pela justiça na economia e pela democracia nas nossas sociedades – eles estão no centro das economias dinâmicas e do mundo saudável e sustentável que procuramos construir para os nossos filhos. Face aos complexos desafios globais, desde as alterações climáticas ao aumento dos níveis de pobreza e à desigualdade econômica, devemos colocar os trabalhadores e trabalhadoras no centro das nossas soluções políticas. Devemos apoiar os trabalhadores e trabalhadoras e capacitá-los para impulsionar a inovação que necessitamos urgentemente para garantir o nosso futuro.

Hoje, os Estados Unidos e o Brasil anunciam o lançamento da nossa iniciativa global conjunta para elevar o papel central e crítico que os trabalhadores e trabalhadoras desempenham num mundo sustentável, democrático, equitativo e pacífico. Já compartilhamos a compreensão e o compromisso de abordar questões críticas de desigualdade econômica, salvaguardar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, abordar a discriminação em todas as suas formas e garantir uma transição justa para energias limpas. A promoção do trabalho digno é fundamental para a consecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também estamos preocupados e atentos aos efeitos no trabalho da digitalização das economias e do uso profissional da inteligência artificial no mundo do trabalho.

Com esta nova iniciativa, pretendemos expandir a nossa ambição e reforçar nossa parceria para enfrentar cinco dos desafios mais urgentes enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo:

- (1) proteger os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, tal como descritos nas convenções fundamentais da OIT, capacitando os trabalhadores e trabalhadoras, acabando com exploração no trabalho, incluindo o trabalho forçado e trabalho infantil;
- (2) promoção do trabalho seguro, saudável e decente, e responsabilização no investimento público e privado;
- (3) promover abordagens centradas nos trabalhadores e trabalhadoras para as transições digitais e de energia limpa;
- (4) aproveitar a tecnologia para o benefício de todos; e
- (5) combater a discriminação no local de trabalho, especialmente para mulheres, pessoas LGBTQI e grupos raciais e étnicos marginalizados. Pretendemos trabalhar em colaboração entre os nossos governos e com os nossos parceiros sindicais para fazer avançar estas questões urgentes durante o próximo ano, vislumbrando uma agenda comum para discutir com outros países no G20 e na COP 28, COP 30 e além.

Saudamos o apoio e a participação dos líderes sindicais dos nossos países e das organizações globais, bem como da liderança da Organização Internacional do Trabalho, e esperamos que outros parceiros e aliados se juntem a este esforço. Juntos, podemos criar uma economia sustentável baseada na prosperidade compartilhada e no respeito pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.”

## O que disseram os líderes das duas grandes nações

Segundo reportagens de diferentes órgãos da mídia brasileira e estrangeira<sup>24</sup>, as falas introdutórias e os diálogos entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente norte americano Joe Biden, revelaram intencionalidades legítimas, próprias de suas respectivas carreiras políticas e coerentes com suas propostas de governo e das forças sociais que os elegeram e os sustentam. No caso norte americano, avizinha-se, também, novo processo eleitoral, em que Biden será candidato à reeleição. O apoio da classe trabalhadora será um dos trunfos para as expectativas dos democratas.

“A iniciativa proposta por Biden de fazer um plano de trabalho para oferecer à juventude e ao povo a perspectiva de um emprego decente e mais qualificado, tentando tirar proveito da transição energética e da inteligência artificial”, disse Lula sobre a parceria.

“Precisamos apresentar uma proposta concreta para despertar esperança na sociedade que vive do trabalho no mundo”, acrescentou o presidente brasileiro.

O presidente brasileiro afirmou que EUA e Brasil devem se tratar como “amigos em busca de um objetivo em comum: desenvolvimento e melhoria de vida do povo”. Lula disse nunca ter visto um presidente americano “falar tanto e tão bem” dos trabalhadores como Biden e chamou o encontro entre os dois de “renascer de um novo tempo na relação entre Estados Unidos e Brasil”.

“Uma relação de iguais, soberanos e de interesses comuns em benefício do trabalhador nos dois países”, completou Lula.

Os dois líderes defenderam a ideia de que todas as classes sociais se beneficiam com a diminuição da pobreza e a valorização dos trabalhadores.

“Estamos tentando fazer coisas na economia de baixo para cima e não de cima para baixo. A classe trabalhadora terá uma chance de ascender e os ricos também seguirão bem, enquanto pagarem seus impostos, é claro”, disse Biden, acrescentando que está ansioso para trabalhar ao lado de Lula.

Lula disse estar sempre tentando “convencer as pessoas ricas que quanto menos pobres existirem na humanidade, melhor ainda será para os ricos”. “A pobreza e a desigualdade não interessam a ninguém”, acrescentou.

“Esse é um fato, quando os trabalhadores organizados estão inclusos e são participativos, todos vão melhor. O país inteiro se beneficia”, disse Biden.

A declaração ressalta ainda que “os trabalhadores e seus sindicatos lutaram pela proteção no local de trabalho, pela justiça na economia e pela democracia nas nossas sociedades”, destacando que estão no centro das economias dinâmicas e do “mundo saudável”.

Assim, afirmam que querem colocar a classe trabalhadora “no centro das nossas soluções políticas”, os apoiando e capacitando.

---

<sup>24</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-e-biden-divulgam-declaracao-pelo-direito-dos-trabalhadores-veja-5-pontos-principais/>

O canal de YouTube da Casa Branca também transmitiu o evento, sob o título “President Biden and President Luiz Inácio Lula of Brazil Launch the Partnership for Workers’ Rights”<sup>25</sup>.

### **OIT presente e ativa em várias pautas da 78ª AGNU/UNGA**

Um dos destaques da presença da OIT na 78ª Assembleia Geral da ONU foi a participação na Reunião de Cúpula que tratou da avaliação do progresso dos 17 ODS e de formas para impulsioná-los<sup>26</sup>, realizada nos dias 18 e 19 de setembro, tema em que a OIT foca, muito especialmente, o **ODS-8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”**, cujo progresso segue extremamente lento, quase desalentador.

Conheça o enunciado completo do ODS-8<sup>27</sup>:

**8.1** Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

**8.2** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

**8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

**8.4** Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

**8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

**8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

**8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

**8.8** Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

<sup>25</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=U1Vsf6cngR0>

<sup>26</sup> <https://live.ilo.org/es/eventos/sdg-action-weekend-iniciativas-de-alto-impacto-acelerador-mundial-del-empleo-y-la>

<sup>27</sup> <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>

**8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

**8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

**8.a** Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

**8.b.** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

No dia 18 de setembro, o Diretor-geral da OIT participou das celebrações do **“Dia Internacional da Igualdade Salarial”** de 2023. O evento, **“Defendendo a igualdade salarial: celebrando conquistas e compreendendo os desafios”**, visou dar aos países a oportunidade de fazer novas promessas de igualdade salarial. Foi organizado pela **Coligação Internacional para a Igualdade Salarial (EPIC)**, liderada pela **OIT, ONU Mulheres e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**.

O Diretor-geral lançou uma campanha global de comunicação da OIT para aumentar a sensibilização para a necessidade urgente de reduzir as desigualdades no mundo do trabalho. O lançamento aconteceu no **Global Citizen Festival** no dia 23 de setembro, e Hounbou utilizou o palco do concerto para pedir mais ações para reduzir as desigualdades e apoiar a justiça social.

A OIT também participou em outras reuniões de alto nível durante a semana. Estas incluíram uma reunião a nível ministerial do **Grupo de Amigos do Trabalho Digno para o Desenvolvimento Sustentável**, reuniões preparatórias para a **Cúpula do Futuro**, agendadas para setembro de 2024, e várias reuniões bilaterais para promover a cooperação nacional e internacional para promover o trabalho digno e a justiça social.

A OIT contabiliza, também, a boa notícia de que a Alemanha, a Bélgica e a Espanha doaram 21 milhões de euros ao **Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas**<sup>28</sup>, uma iniciativa coordenada pela OIT que visa apoiar a criação de milhões de empregos dignos e alargar a oferta social universal. proteção a bilhões de pessoas que não estão cobertas.

As promessas foram feitas numa sessão especial no **Fim de Semana de Ação da ONU** em Nova York, na véspera da **Reunião de Cúpula dos ODS**. O **Acelerador Global** desempenha um papel importante na consecução dos ODS, através da construção de parcerias entre as agências das Nações Unidas, o setor privado, os parceiros sociais, o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais (IFI). Estas parcerias são ainda reforçadas pelos compromissos dos parceiros de desenvolvimento. Esta foi uma das doze “iniciativas de alto impacto” que apresentadas durante o **Fim de Semana de Ação dos ODS** deste ano, com o

---

<sup>28</sup> <https://unglobalaccelerator.org/es>

objetivo de partilhar conhecimento, coordenação e colaboração para acelerar o progresso nos ODS.

"Construído em torno das Normas Internacionais do Trabalho, o **Acelerador Global** melhorará a vida dos trabalhadores e das suas famílias, ajudando a alinhar as políticas nacionais. Isto, por sua vez, criará um multiplicador positivo, um ciclo virtuoso que impulsionará o impacto social e o impacto econômico da economia nacional, das políticas e ações", afirmou o Diretor-Geral da OIT, Gilbert F. Hounbo.

A Espanha comprometeu-se a contribuir com 10 milhões de euros para a Janela do **Fundo Conjunto dos ODS das Nações Unidas para Empregos Dignos e Proteção Social Universal** e 1 milhão de euros para o mecanismo de financiamento conjunto das Nações Unidas e do Banco Mundial. "A Espanha está empenhada em apoiar esforços para aumentar e garantir investimentos significativos na expansão da proteção social universal e do trabalho digno, sem deixar ninguém para trás". "O Acelerador Global deve concentrar-se em projetos e programas que garantam que o emprego digno, a proteção social universal e a transição justa sejam priorizados acima de tudo. As pessoas devem estar sempre em primeiro lugar", afirmou Pilar Cancela Rodríguez, Secretária de Estado de Cooperação Internacional de Espanha.

Caroline Gennez, Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento e Grandes Cidades da Bélgica, anunciou uma contribuição de 3 milhões de euros. "O Acelerador Global tem a ver com o verdadeiro espírito de cooperação e parceria, com a co-criação e implementação a nível nacional, e baseia-se num forte compromisso político. O meu país acredita firmemente que o Acelerador Global tem o potencial para fazer uma diferença real na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, e não menos daquelas das pessoas mais vulneráveis e em risco."

A estes compromissos financeiros somaram-se os 7 milhões de euros prometidos pela Alemanha no início deste ano. "Temos um mecanismo que agora está sendo alimentado por fundos existentes na ONU e no Banco Mundial. Estamos tentando acelerar e encorajar esta ideia com capital inicial em 2023 do governo alemão e temos preparativos para mais financiamento nos próximos anos ", disse Dirk Meyer, do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ). "Com esta governação conjunta, com este mecanismo de financiamento associado para atingir mais doadores... estamos bastante otimistas de que encontraremos mais doadores para ajudar a construir este novo mecanismo."

Segundo a OIT, estes compromissos financeiros apoiarão a concepção e implementação do **Acelerador Global** nos países pioneiros, onde será inicialmente implementado. Representantes da Albânia, Camboja, Indonésia, Malawi, Namíbia, Nepal e Uzbequistão participaram no **Fim de Semana de Ação dos ODS** e partilharam a relevância e o valor acrescentado da abordagem do **Acelerador Global** nos seus atuais contextos nacionais.

O **Acelerador Global** foi lançado em setembro de 2021 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Os seus objetivos e princípios gerais estão descritos na sua estratégia de implementação, desenvolvida em conjunto, por 12 agências das Nações Unidas.

## Comentários finais

O grande destaque internacional destes últimos dez dias é, por certo, o que ocorreu antes e durante a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Porém, como costuma acontecer, este período tem se tornado fértil para inúmeras outras reuniões e atividades ‘não oficiais’ e, também, para os encontros bilaterais. Na nossa área temática (OIT e Trabalho, em sua relação com a Saúde), destacamos como a grande notícia deste período o anúncio da “Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, entre Brasil e EUA, com o apoio da OIT.

Questões habitualmente marginais na lógica neoliberal e economicista do mundo – como a situação da classe trabalhadora de nossos países (e globalmente) e o compromisso com o trabalho digno (tal como o conceitua a OIT) - foram tratadas por dois chefes-de-estado, de modo direto, franco e comprometido com a recuperação de pautas históricas. Alvissaras!

Mais: “essa iniciativa será levada avante pelo presidente dos Estados Unidos e por mim, em todos os fóruns internacionais que eu participar”, enfatizou o Presidente Lula. “O Brasil preside, no ano que vem, o G20. Em 2025, nós vamos presidir os BRICS. Em 2025, nós vamos ter a COP 30 lá no coração da Amazônia. Em todos esses fóruns, pode estar certo, que nós iremos trabalhando e tentando criar condições para que todos os governantes do mundo aceitem o protocolo como esse que estamos assinando aqui, porque todo ser humano, homem ou mulher, preto ou branco, tem direito ao trabalho decente.” Disse o nosso Presidente.

Por certo: dia a ser saudado!

Como dizia o médico Carlos Gentile de Mello (1918-1982): **“melhor, só se for verdade!”**

## Migrações, Refúgio e Saúde Global

**Rafael Gomes França**  
**Caio Murta**  
**Harim Baek**  
**Júlia Moraes**  
**Deisy de Freitas Lima Ventura**

**Resumo.** Neste Informe, o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global relata a deterioração das condições de saúde no Sudão, com destaque para as mortes de crianças causadas por uma combinação de sarampo e desnutrição. Também destaca o curso “Novas Masculinidades”, empreendido pela ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, que está discutindo violência de gênero. Relata ainda a luta de refugiados venezuelanos para satisfazer suas necessidades básicas e o apelo do Papa Francisco aos europeus para que o Mediterrâneo não se torne um cemitério.

**Palavras chave:** migrações; refúgio; saúde global.

**Resumen.** *En este Informe, el Grupo de Trabajo de Migraciones, Refugio y Salud Global relata el deterioro de las condiciones de salud en el Sudán, con destaque para las muertes de niños causadas por una combinación de sarampión y desnutrición. También destaca el curso “Nuevas Masculinidades”, emprendido por la ONU Mujeres, ACNUR y UNFPA, que está discutiendo violencia de género. Relata todavía la lucha de refugiados venezolanos para satisfacer sus necesidades básicas y el apelo del Papa Francisco a los europeos para que el Mediterráneo no sea un cementerio.*

**Palabras clave:** migraciones; refugio; salud global.

### **OMS: Aviso da OMS e do ACNUR sobre a deterioração das condições de saúde no Sudão**

A Organização Mundial da Saúde e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados chamam novamente a atenção para a piora da crise humanitária e de saúde no Sudão, que recentemente vitimou mais de mil crianças refugiadas<sup>29</sup>.

De acordo com os times de campo no Sudão, mais de 1200 crianças menores de cinco anos vieram a óbito em nove campos de refugiados entre maio e setembro deste ano, sendo a causa uma combinação de sarampo - devido a um surto que ocorre entre os refugiados no país - e desnutrição. Além desses casos, foram relatados mais 3100 casos suspeitos, 500 casos não confirmados de cólera e surtos de dengue e malária.

Uma grave crise humanitária assola o Sudão desde abril de 2023, após a tomada da capital do país por facções militares que gerou uma onda de conflitos armados e forçou o deslocamento de mais de 5 milhões de pessoas<sup>30</sup>. Esse cenário leva à contínua deterioração do

<sup>29</sup> <https://www.who.int/news/item/19-09-2023-unhcr--who-warn-of-deteriorating-health-conditions-as-1-200-children-die-of-suspected-measles--malnutrition-in-sudan>

<sup>30</sup> <https://www.unhcr.org/news/stories/five-things-know-about-crisis-sudan>

sistema de saúde sudanês, que chega a seu limite devido à falta de profissionais de saúde, medicamentos essenciais e equipamentos críticos, amplificando surtos de doenças infecciosas e causando ainda mais mortes. Os ataques e conflitos armados criam ainda mais obstáculos à assistência de saúde.

Os deslocamentos massivos gerados pela crise afetam também os países vizinhos e sobrecarregam seus sistemas de saúde. Em Renk, no Sudão do Sul, profissionais de saúde relatam a chegada de muitas crianças com sarampo e casos graves de desnutrição. No país, já se somam quase 6 mil casos de suspeita de sarampo, principalmente de crianças abaixo de 5 anos e não vacinadas, demonstrando a enorme lacuna na imunização de crianças refugiadas. Na Etiópia, que já recebeu mais de 18 mil refugiados do Sudão, há relatos de surtos de cólera, cuja vacinação também é insuficiente. No Chade, 13 mil crianças enfrentam desnutrição severa - em especial, na província de Ouddai, que abriga aproximadamente 80% dos refugiados sudaneses que se deslocaram ao país.

Em resposta à crise, a OMS e o ACNUR buscam providenciar assistência médica urgente e prevenir que ainda mais mortes ocorram. Algumas das iniciativas tomadas são: distribuição de alimentos, campanhas de vacinação contra sarampo e cólera nos campos de refugiados dentro e fora do Sudão, fornecimento de recursos para o tratamento de doenças infecciosas e da desnutrição aguda (medicamentos, equipamentos e clínicas de saúde móveis), e assistência de saúde mental e psicossocial. Contudo, as organizações ressaltam que ainda há muito a ser feito para amenizar as consequências da crise sobre a saúde das vítimas e ressaltam o pedido de apoio a parceiros e doadores.

### **Homens reconstróem conceitos de gênero e masculinidade em Roraima<sup>31</sup>**

Curso promovido pela ONU Mulher, ACNUR e UNFPA leva homens refugiados e imigrantes a refletir sobre comportamentos patriarcais. Homens de diferentes idades de Boa Vista, Roraima, estão sendo levados a refletir através do curso “Novas Masculinidades”, sobre mitos e mudanças sobre padrões de masculinidade instituídos.

O curso foi pensado em decorrência de situações de tensão e violência de gênero que ocorriam em abrigos de refugiados e imigrantes Venezuelanos em Boa Vista. Assim, visando trazer à tona a problemática envolvida na masculinidade instituída e seus reflexos, as diferentes instituições pensaram o curso.

Participantes contam que anteriormente não demonstravam emoções e tampouco conseguiam confiar nas pessoas, Alex, de 20 anos, conta que vive com mais leveza hoje em dia: “Normalmente, as mulheres veem os homens como uma fortaleza, como o cimento de um edifício, que nada abala. Muitos de nós, homens, pensávamos igual, mas depois do curso e das conversas, vários de nós choramos e fomos nos dando conta de que não somos indestrutíveis, que temos sentimentos. Vimos que também somos frágeis, que também passamos por coisas sentimentais e que também podemos chorar. O curso nos ajuda a entender que nós também temos um coração”.

Demonstrado a mudança no comportamento e o trabalho das entidades, Alex complementa: “Posso dizer que não sou a mesma pessoa que chegou ao Brasil há 10 meses. Cheguei uma pessoa seca, pedante, ignorante, não podiam sequer falar comigo. Aqui, me

---

<sup>31</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2023/09/22/em-roraima-homens-reconstroem-conceitos-sobre-masculinidades-e-estereotipos-de-genero/>



ajudaram a ser mais sociável, a controlar minha raiva, me ajudaram a ser uma pessoa mais calma, mais humana”.

### **Mais de 4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos lutam para satisfazer necessidades básicas nas Américas**

A Análise das Necessidades de Refugiados e Migrantes (RMNA) para 2023 mostra que 4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos na região carecem de oportunidades de subsistência estáveis, como alimentos, abrigo, cuidados de saúde, educação e emprego formal, mesmo com esforços para regularizar e integrar dos países da América Latina e nas Caraíbas<sup>32</sup>.

Essa análise abrangente das necessidades foi conduzida pela Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V)<sup>33</sup>, que é co-liderada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo ACNUR, a Agência das Nações Unidas para os Refugiados. O documento baseia-se na colaboração dos 228 parceiros da Plataforma R4V, bem como de refugiados e migrantes da Venezuela e dos governos anfitriões em causa de 17 países da América Latina e das Caraíbas.

O relatório concluiu que aproximadamente 19% das crianças refugiadas e migrantes não frequentam a escola, tendo que ajudar as suas famílias com empregos informais e mal remunerados para sobreviver. Além disso, em meio de uma crise global e regional do custo de vida, os venezuelanos correm um risco a mais de serem vítimas de abusos como o tráfico humano, o recrutamento forçado e a violência de gênero<sup>34</sup>.

Embora os esforços de regularização tenham tido resultados positivos, sendo que mais de 60% dos refugiados e migrantes da Venezuela estejam documentados, isso não tem sido suficiente para garantir uma vida digna e um acesso adequado aos direitos básicos. Um terço não possui o estatuto regularizado e não consegue sustentar as suas famílias devido a empregos mal remunerados e informais<sup>35</sup>.

De acordo com números e estimativas oficiais reportados pelos países anfitriões e compilados pela Plataforma R4V, havia mais de 7,7 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo em agosto de 2023. Mais de 6,5 milhões deles estão acolhidos em 17 países da América Latina e das Caraíbas<sup>36</sup>.

É urgente aumentar o financiamento para os países da região. Novos investimentos podem salvar vidas, proporcionar oportunidades de estabilização e integração para milhões de refugiados e migrantes, incluindo os de outras nacionalidades em trânsito. O apoio às comunidades anfitriãs também continua urgente. Dos 1,72 bilhões de dólares solicitados pelo

---

<sup>32</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/over-4-million-venezuelan-refugees-and-migrants-struggle-meet-basic-needs>

<sup>33</sup> <https://www.r4v.info/>

<sup>34</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/over-4-million-venezuelan-refugees-and-migrants-struggle-meet-basic-needs>

<sup>35</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/over-4-million-venezuelan-refugees-and-migrants-struggle-meet-basic-needs>

<sup>36</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/over-4-million-venezuelan-refugees-and-migrants-struggle-meet-basic-needs>

R4V no Plano Regional de Resposta aos Refugiados e Migrantes, apenas 12% foram recebidos até a data<sup>37</sup>.

### **Papa pede coordenação europeia sobre imigração**

O Pontífice participou de conferência em Marselha, na França, e pediu que os países europeus se organizem para impedir que o Mediterrâneo se torne “o cemitério da dignidade”, em referência aos imigrantes que morrem ao tentar chegar a Europa de barco através do mar.

“Há um grito de dor que ressoa acima de tudo, e que está transformando o Mediterrâneo, o ‘mare nostrum’ [nosso mar, em português], do berço da civilização no ‘mare mortuum’ [mar da morte, em português], o cemitério da dignidade”, disse o Papa Francisco, completando ser “o grito abafado dos irmãos e irmãs migrantes”.

---

<sup>37</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/over-4-million-venezuelan-refugees-and-migrants-struggle-meet-basic-needs>

## Relatório Global Sobre Crianças com Deficiências de Desenvolvimento

### *Global Report on Children with Disabilities*

**Maria Teresa Rossetti Massari**

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Abstract:** *The World Health Organization, through UNICEF, published a global report on children with developmental disabilities. The report used research data that were guided by the principles of International Human Rights Conventions and provides recommendations and approaches for intentionally including the needs and aspirations of children and youth people with developmental disabilities in policy programming and public health monitoring. The document also advocates greater accountability and proposes 10 priority actions to accelerate changes towards inclusive environments and responsive multi-sector care systems for children with developmental disabilities.*

**Keywords:** *Child health; Disabled children; Human rights; Public policy*

**Resumo:** A Organização Mundial da Saúde, por meio da UNICEF, publicou um relatório global sobre crianças com deficiências de desenvolvimento. O relatório utilizou dados de pesquisas guiadas pelos princípios das Convenções Internacionais de Direitos Humanos e fornece premissas e abordagens para incluir intencionalmente as necessidades e aspirações de crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento na organização de políticas e no monitoramento da saúde pública. O documento ainda defende uma maior responsabilização dos estados e propõe 10 ações prioritárias para acelerar as mudanças rumo a ambientes inclusivos e sistemas de cuidados multissetoriais responsivos para crianças com deficiências de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Saúde da criança; Crianças com deficiência; Direitos humanos; Política pública

### **Relatório global sobre crianças com deficiências<sup>[1]</sup>**

Crianças e jovens com deficiência são uma população grande e crescente. Em 2019, havia aproximadamente 317 milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo com algum tipo de deficiência ou outra condição de saúde que prejudica seu desenvolvimento. Apesar dos números, suas necessidades têm sido negligenciadas pelas políticas e pelo planejamento dos sistemas de saúde.

Além disso, o tema é altamente relevante uma vez que crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento continuam a passar por estigmatização, preconceito, institucionalização e barreiras sociais e econômicas, formas de exclusão educativa, etc. Elas enfrentam barreiras no acesso aos cuidados de saúde e recebem cuidados de qualidade inferior quando comparadas às outras crianças e jovens. O efeito destas omissões e exclusões são as desigualdades generalizadas nos resultados



de saúde e aumento do risco de morte prematura para crianças, jovens e adultos com deficiências de desenvolvimento.

### **Escopo e terminologia**

Crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento são um grupo heterogêneo. O relatório utiliza o termo para se referir a crianças e jovens com condições de saúde que afetam o desenvolvimento do sistema nervoso e causam prejuízos motores, cognitivos, de linguagem, comportamental e/ou sensorial. Em interação com diversas barreiras e contextuais, essas deficiências podem dificultar a participação plena e efetiva da criança e jovem na sociedade em igualdade com os demais. Esta terminologia geralmente é aceita na área e considerada não estigmatizante. O relatório utilizou também o termo “condições de neurodesenvolvimento” e “deficiências de desenvolvimento”.

As condições de saúde subjacentes das crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento são heterogêneas em termos de etiologia. O que elas têm em comum é que todas causam “interferência precoce”, comprometimento ou lesão do sistema nervoso durante o período pré-natal, infância ou infância, que se manifestam como atrasos, regressão ou perda de competências de desenvolvimento motor, cognitivo, comunicação, domínios sociais ou sensoriais.

As condições de saúde subjacentes incluem autismo, distúrbios de desenvolvimento intelectual e outras condições listadas na Classificação Internacional de Doenças (CID-11) sob transtornos de neurodesenvolvimento e em um grupo muito mais amplo de condições congênitas (como síndrome de Down) ou condições adquiridas no nascimento (como paralisia cerebral) ou durante a infância.

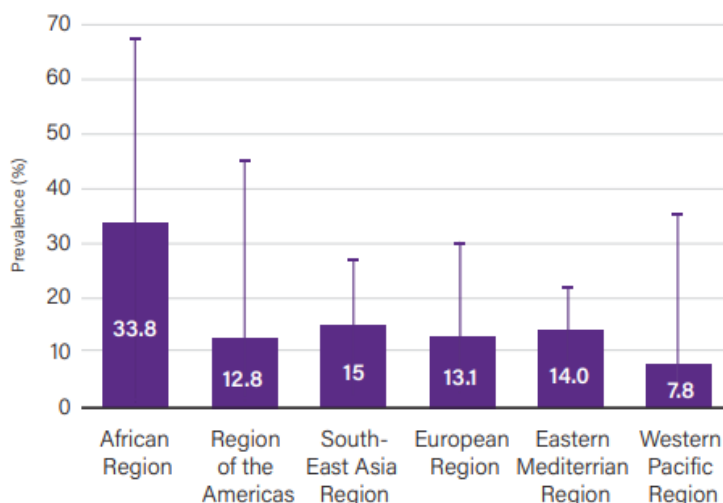
### **Prevalência global das deficiências de desenvolvimento**

A prevalência de deficiências de desenvolvimento pode ser estimada de diversas maneiras. Estudos recentes que fornecem essas estimativas por regiões ajudam a descrever o que se sabe até o momento sobre a epidemiologia destas condições.

Uma revisão da literatura identificou 43 publicações, com 129 pesquisas realizadas entre 1980–2018, abrangendo 84 países localizados nos cinco continentes. Esta revisão é estritamente baseada em pesquisas domiciliares que relatam a frequência de deficiências de desenvolvimento (amplamente definidas e não limitadas a um único distúrbio ou tipo de deficiência). A prevalência geral apontada varia amplamente de um estudo para outro, de < 3% a > 30%. Diferenças em faixas etárias, métodos de coleta de dados, definição de termo podem ajudar a explicar a ampla variação nas estimativas. Os estudos apontam ainda que a prevalência é maior entre crianças (< 10 anos). Só dois estudos fornecem estimativas de prevalência específicas para adolescentes (faixa etária: 14–18 anos), com prevalência entre 3,2% e 12,8%.

As deficiências de desenvolvimento são mais prevalentes entre meninos do que meninas, em média 1,5 vezes mais. Existem variações mais amplas na prevalência dentro do que entre as regiões. A Figura 1 mostra a estimativa da prevalência de deficiências de desenvolvimento em crianças e adolescentes nas seis regiões da OMS, conforme encontrado na literatura. A mediana das estimativas varia de 7,8% no Pacífico Ocidental para 12,8% na Região das Américas, 13,1% na Europa, 14% no Leste Mediterrâneo, 15% no Sudeste Asiático e 33,8% na Região Africana.

**Figura 1** - Prevalência estimada (mediana e intervalo) de deficiências de desenvolvimento em crianças e adolescentes nas seis regiões da OMS, com base na literatura

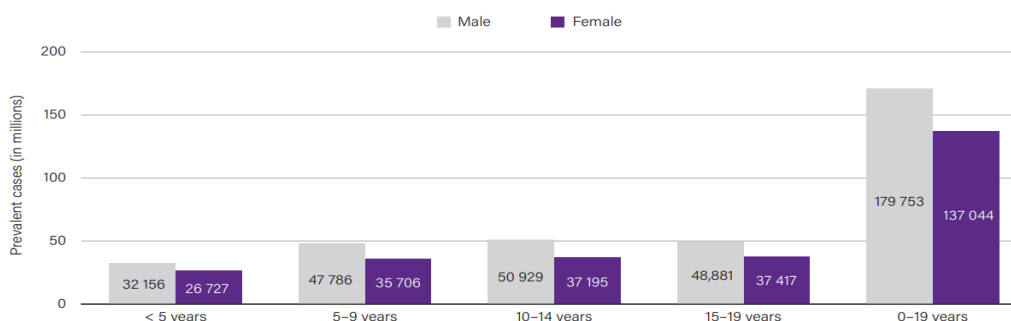


Fonte: WHO, UNICEF, 2023.

Vale ressaltar que a heterogeneidade em critérios e métodos usados para estimar as prevalências apresentadas e o limitado espaço geográfico de cobertura destes dados são limitações importantes para estimativas regionais e globais da prevalência de deficiências de desenvolvimento em crianças. Revisões sistemáticas e metanálises específicas, realizadas com base nos códigos da CID mostraram estimativas de prevalência que variam de 0,2–0,3% para paralisia cerebral a aproximadamente 13% para deficiências sensoriais.

A Figura 2 mostra a prevalência global de doenças que contribuem para a deficiência de desenvolvimento separados por gênero e faixa etária, em 2019. No geral, a prevalência dessas condições variaram de 7,5% entre crianças menores de 5 anos para 13,9% para aquelas com idade entre 15 e 19 anos. A prevalência no sexo masculino variou de 7,9% (< 5 anos) para 15,4% (15-19 anos) e que entre as mulheres de 7,1% (< 5 anos) para 12,4% (15–19 anos).

**Figura 2** - Prevalência global de condições que contribuem para as deficiências de desenvolvimento por sexo e faixa etária (2019)



Fonte: WHO, UNICEF, 2023.

## **Fatores de risco e proteção para deficiências de desenvolvimento**

As condições de saúde que contribuem para o desenvolvimento de deficiências são heterogêneas. Para alguns, a causalidade é caminho conhecido, enquanto para outros permanece em grande parte sem uma explicação clara.

Fatores genéticos e ambientais podem atrapalhar o desenvolvimento do cérebro. Mecanismos epigenéticos regulam diversos aspectos do desenvolvimento neuronal e podem ter uma interface com estímulos externos e o genoma. Já se sabe que muitos fatores genéticos estão relacionados à estrutura cerebral e que eles têm impactos sobre os domínios do seu funcionamento. Fatores genéticos são também implicados em diversas síndromes congênitas que estão frequentemente associadas a problemas cognitivos, comportamentais ou distúrbios neurológicos, como a síndrome de Down, síndrome do X frágil, síndrome de Rett e Prader-Willi, entre outros.

Por outro lado, algumas condições, como o autismo, têm origem multifatorial, embora o risco genético desempenhe um papel. Nestes casos, enquanto ligações genéticas foram identificadas, os distúrbios são provavelmente causados por interações entre certos genes e o ambiente da pessoa, que leva a mudanças epigenéticas, ou seja, mudanças na expressão genética ou outros efeitos.

Tanto estudos em animais como em células humanas sugerem que uma ampla gama de riscos ambientais pode impactar o neurodesenvolvimento. Fatores de risco e proteção para o desenvolvimento das deficiências foram categorizadas em uma variedade de formas:

- quanto ao momento da exposição (por exemplo, pré-natal, infância, adolescência);
- quanto à natureza da exposição (por exemplo, toxinas ambientais, nutrição, pobreza infantil);
- quanto à natureza ou proximidade do vínculo entre exposição e resultados adversos para a saúde (por exemplo, causas distais ou proximais).

Por exemplo, a exposição à pobreza durante a infância é considerada como um fator determinante para o desenvolvimento da saúde cerebral. O impacto da pobreza no desenvolvimento infantil e no cérebro é mediado por uma série de vias, incluindo, por exemplo, o ambiente doméstico, má nutrição e exposição a toxinas ambientais. Embora nenhum desses caminhos seja único às crianças que vivem na pobreza, são frequentemente associadas com ela.

### **A Urgência dos Direitos Humanos**

A [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#)<sup>[2]</sup> (2006) e a [Convenção sobre os Direitos da Criança](#)<sup>[3]</sup> (1989) fornecem uma base sólida para orientar mudanças nas políticas e criar condições para que crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento possam desfrutar de saúde e participação social. Nesse sentido, o relatório é um apelo à ação para acelerar mudanças individuais, nas famílias, nas comunidades e na sociedade como um todo, para alcançar a inclusão e a equidade na saúde.

Toda criança e jovem tem direito de desfrutar o mais alto padrão alcançável de saúde e bem-estar. No entanto, a concretização deste direito depende da capacidade dos governos para garantir segurança, saúde, ambientes facilitadores e inclusivos; acesso universal a cuidados de saúde e educação; e oportunidades equitativas para participação em todas as esferas da vida. Ao considerar as vulnerabilidades, a sociedade tem fracassado em garantir a inclusão, a cobertura universal de saúde e ambientes propícios para todos, especialmente para crianças e

jovens com deficiências de desenvolvimento. Os dados apontam que este grupo têm maior probabilidade de vivenciar adversidades, como estigmatização, violência, pobreza, abandono escolar e pais com sobrecarga e problemas mentais. Eles também são mais propensos a passar por problemas de saúde e terem suas necessidades de cuidados não satisfeitas.

As diversas abordagens dos direitos humanos à saúde, bem-estar e deficiência têm princípios em comum:

- reconhecimento do direito inerente ao respeito pela dignidade humana e pela diversidade;
- garantir a não discriminação e a plena e equitativa participação para todos na economia, liberdade social, política e entre outras;
- direito das crianças de viverem com suas famílias e de serem incluídas na comunidade;
- direito de cada pessoa aos meios necessários para desenvolver e expressar seu próprio potencial;
- direito das crianças com deficiência a preservar suas identidades;
- direito ao respeito pela integridade física e mental; e
- garantir que cada pessoa seja autônoma e tenha as melhores oportunidades para fazer suas próprias decisões.

No que diz respeito às deficiências, as políticas baseadas nos direitos humanos devem incluir a garantia dos direitos básicos de todas as pessoas de acordo com sua natureza humana ao invés do seu valor produtivo para a sociedade ou para a economia.

#### **Abordagem ecológica baseada na ciência do cérebro: ações multifacetadas inseridas na realidade das crianças, jovens e suas famílias**

Evidências de pesquisas no campo da neurociência, genética, psicologia do desenvolvimento e outras áreas, demonstram que o desenvolvimento do cérebro humano é mais maleável nos primeiros períodos da vida, desde a concepção até a adolescência, e esse desenvolvimento pode ser apoiado pela promoção de interações estimulantes dentro do ambiente da criança.

Os indivíduos são mais vulneráveis durante o desenvolvimento inicial, quando podem ser expostos a ambientes e situações que contribuem (ou não) com seu desenvolvimento biológico, social, político e físico. Isso tem enormes efeitos sobre as características dos seres humanos, pois são os períodos de maior e mais rápido desenvolvimento.

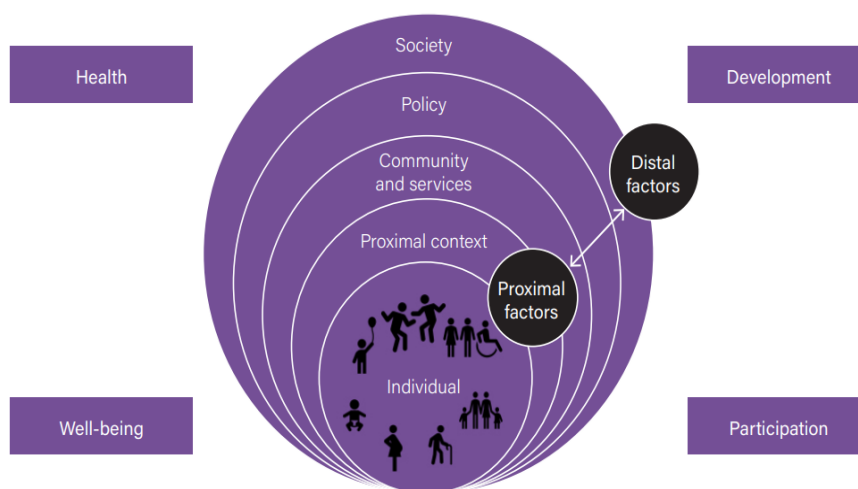
A mesma noção de plasticidade cerebral e condições de desenvolvimento ideais podem ser aplicadas às crianças com deficiências de desenvolvimento. Nelas, as condições de saúde subjacentes não são condições fixas e finitas com efeitos imutáveis sobre a programação de desenvolvimento. Pelo contrário, uma série de fatores biológicos e ambientais podem influenciar as trajetórias de desenvolvimento e de saúde. Para desenvolvimento ideal, independentemente do funcionamento, crianças e jovens necessitam de certos “insumos” em seu ambiente.

Uma estrutura ou modelo ecológico reconhece a natureza do desenvolvimento humano e aponta diversos níveis em que os “insumos” podem ser utilizados para o desenvolvimento. Reconhece também que as relações entre as crianças e seus ambientes são bidirecionais; tanto quanto um ambiente pode influenciar uma criança, uma criança pode influenciar o seu ambiente.

Como crianças com deficiência de desenvolvimento podem enfrentar barreiras no acesso à educação, interações dentro das famílias, comunidades e com outras crianças, respostas precoces e personalizadas devem ser aplicadas e sustentadas durante a infância, adolescência e todo o curso da vida.

O relatório propõe uma estrutura ecológica para considerar crianças e jovens com deficiência de desenvolvimento e situa o desenvolvimento individual dentro círculos concêntricos de influência irradiando para fora. Isso inclui a família, comunidade, instituições políticas e ambiente (Figura 3).

**Figura 3** - Estrutura ecológica para considerar crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento



Fonte: WHO, UNICEF, 2023.

### **Transformando os sistemas de cuidados para crianças e jovens com deficiências de desenvolvimento**

Estruturas que sustentam a construção de serviços de cuidados para crianças com problemas de desenvolvimento e suas famílias:

- Abordagem de cuidados baseada em direitos, onde os direitos humanos das pessoas que utilizam os serviços de saúde e os serviços de assistência social são protegidos e apoiados na prática;
- Perspectiva contextual e colaborativa de cuidado: colaboração respeitosa entre profissionais e famílias que valorizam a diversidade cultural das famílias e suas comunidades;
- Abordagem centrada na criança e na família para o cuidado, levando em consideração a situação e característica de cada pessoa, incluindo os pontos fortes de cada indivíduo e família, além da presença de condições concomitantes e circunstâncias em que as famílias vivem nas comunidades;
- Cobertura universal de saúde, onde as crianças com deficiências de desenvolvimento e suas famílias podem acessar toda a gama de serviços de saúde de que necessitam, desde serviços para promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, quando e onde precisarem, sem dificuldades financeiras;



- Perspectiva de cuidado ao longo da vida, onde os serviços de cuidados respondem às mudanças, necessidades e prioridades dos jovens e considera as janelas específicas de oportunidades para intervenções; e
- Abordagem de cuidados baseada em evidências, onde planos e protocolos de manejo são pautados e informados por pesquisas e pelas melhores evidências científicas disponíveis.

### **Referências**

WHO/UNICEF. Global report on children with developmental disabilities [Internet]. 2023. Available from: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/372864/9789240080232-eng.pdf?sequence=1>

Convention on the Rights of Persons with Disabilities [Internet]. OHCHR [cited 2023 Sep 25]; Available from: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities>

Convention on the Rights of the Child [Internet]. OHCHR [cited 2023 Sep 25]; Available from: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>

## **A cooperação sul-sul brasileira em segurança alimentar e nutricional e a necessidade da (re)inspiração pelo pensamento de Josué de Castro**

***Eduardo Nilson***

***Denise Oliveira e Silva***

***Erica Ell***

***Juliana Ubarana***

**Resumo.** Nesse informe, discutimos o histórico recente da cooperação sul-sul brasileira em segurança alimentar e nutricional, considerando suas fortalezas e problemas, e as perspectivas de ampliação e fortalecimento dessa cooperação a partir da criação de um Centro Brasil-FAO para a cooperação Sul-Sul trilateral.

O Brasil tem um importante histórico de atuação em agendas de cooperação sul-sul em diferentes temáticas e, mas particularmente, na segurança alimentar e nutricional (SAN), que, após um período muito profícuo até 2016, recuando durante a gestão de Michel Temer e sendo paralisada durante a gestão de Jair Bolsonaro. Contudo, agora, com a retomada do protagonismo internacional brasileiro, inclusive na cooperação sul-sul, há uma perspectiva de intensa retomada e novo fortalecimento dessas agendas.

### **A criação do Centro de Cooperação Sul-Sul Trilateral Josué de Castro**

No mês de setembro de 2023, o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Qu Dongyu, realizou uma visita oficial ao Brasil, com temáticas orientadas pelos interesses comuns do Brasil com a FAO, tais como o aumento da produtividade agrícola, a promoção da sociobioeconomia e o desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo. A abrangência desses temas foi claramente demonstrada pela participação de diferentes ministérios na agenda, incluindo os Ministérios da Agricultura e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); da Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); e da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

Um dos produtos principais dessa visita foi a assinatura de uma Carta de Intenções para a criação de um Centro Brasil-FAO para a cooperação Sul-Sul trilateral, o "Centro Josué de Castro". A homenagem à trajetória e legado de Josué de Castro tem grande simbolismo, dado seu pioneirismo na discussão e ação contra a fome, e traz como objetivo principal a promoção da segurança alimentar e nutricional e dos sistemas agrícolas sustentáveis em nível global.

Nesse mesmo sentido, durante a visita oficial foi reforçado que a cooperação entre o Brasil e a FAO continuará para elevar a agenda do combate à fome e à pobreza no contexto internacional, aproveitando a presidência brasileira do G20, em 2024, junto com a liderança Pró Tempore brasileira em outros organismos e fóruns internacionais, tais como a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), o Mercosul e a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica).

Na Carta de intenções celebrada entre a República Federativa Do Brasil e a FAO sobre o estabelecimento, no Brasil, de um centro para cooperação trilateral Sul-Sul, o “Josué de Castro Center” traz entre seus considerandos, o reconhecimento dos compromissos do Governo do Brasil em promover a segurança alimentar global e a agricultura sustentável em escala global e do papel fundamental da FAO em promover a colaboração internacional para esses objetivos, além de reforçar o compromisso brasileiro com a cooperação Sul-Sul voltada para o desenvolvimento de capacidades técnicas, organizacionais, institucionais e individuais de países em desenvolvimento do Sul Global por meio do compartilhamento de boas práticas e políticas públicas, tendo a FAO como um de seus parceiros mais tradicionais. Outro ponto relevante foi o reconhecimento das instituições científicas e técnicas brasileiras (entre os quais se inclui a Fiocruz) no desenho e implementação de políticas públicas de combate à fome e a todas as formas de má-nutrição, bem como na transformação dos sistemas alimentares. Por fim, é reforçado o mandato da FAO no apoio aos países na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente no tocante ao fim da fome e de todas as formas de má-nutrição, por meio do desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar nos países.

A partir disso, são declaradas as intenções de estabelecer o centro dedicado à cooperação trilateral Sul-Sul, a ser denominado "Centro Josué de Castro", cujos objetivos incluem:

“(i) apoiar a cooperação trilateral Sul-Sul entre países do Sul Global, em particular entre o Brasil e parceiros na África, América Latina e Caribe e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com foco no combate à fome e a todas as formas de má-nutrição e na promoção da agricultura tropical sustentável, com ênfase na agricultura de baixa emissão de carbono e na sociobioeconomia;

(ii) promover o intercâmbio das melhores práticas em políticas públicas entre países do Sul Global relacionadas à agricultura tropical sustentável e à transformação dos sistemas agroalimentares, de acordo com as capacidades nacionais;

(iii) fomentar a pesquisa, o acesso e a utilização de novas tecnologias para promover a sustentabilidade na agricultura tropical, incluindo a colaboração entre pesquisadores em indicadores específicos;

(iv) incentivar a pesquisa em instituições especializadas localizadas em zonas tropicais sobre a interligação entre práticas sustentáveis da agricultura tropical e a segurança alimentar e nutricional, com atenção especial para a intensificação sustentável da produção” (MRE, 2023).

Naturalmente, a partir dessas intenções, é preciso avançar para a implementação e institucionalização do Centro, destacando a importância de uma coordenação central e da construção de uma agenda comum, com uma estrutura interinstitucional que leve em consideração governança participativa, expertise e foco em agendas de segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos, bem como ausência de conflitos de interesses.

### **A importância de Josué de Castro como nome do Centro**

Vale destacar que a homenagem a Josué de Castro é mais que merecida e oportuna, tendo em vista que em 2023 completam-se 50 anos de sua morte. O legado de Josué de Castro, parte de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro e que se ampliou para o nível nacional e global, com obras como Geografia da fome, Geopolítica da fome, Sete palmas de terra e um

caixão e Homens e caranguejos, que sempre trouxeram reflexões transformadoras sobre a fome e a desigualdade, entre outras questões nacionais e regionais. Além disso, sua ação no enfrentamento da fome permeou outros aspectos de sua trajetória pessoal, como em sua importante atuação internacional, como Presidente do Conselho Executivo da FAO e atuando como Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em relação a sua obra, os livros “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”, escritos entre as décadas de 1940 e 1950, ainda são atuais e influenciam o pensamento de muitos estudiosos da SAN e dos planos e políticas de governantes progressistas. Essas obras foram marcantes porque derrubaram explicações deterministas da fome, assim como a sua naturalização, descortinando suas origens socioeconômicas, posicionando-se claramente contra as interpretações demográficas que entendiam a fome como consequência de excesso populacional e prescreviam um controle de natalidade de massa. Além disso, trazem análises dos impactos sociais do subdesenvolvimento, mostrando que a fome é fruto da ação humana, de suas escolhas e da condução econômica do país., pois a fome e o subdesenvolvimento são, no fundo, uma mesma coisa, frutos da apropriação injusta da abundância de recursos da natureza.

Josué de Castro foi, portanto, uma figura muito importante contra a corrente do pensamento da época em relação à pobreza e a fome, que atribuía a miséria às condições naturais, climáticas e étnicas. Ele foi, ainda, pioneiro ao defender a instituição do salário-mínimo como garantia de segurança alimentar das famílias e formulou uma política de merenda escolar com o objetivo de reduzir a subnutrição infantil. Além disso, foi grande defensor da reforma agrária, tendo em vista que acreditava que a agricultura familiar fixaria as pessoas ao campo e garantiria a produção de alimentos necessária para a superação da miséria (Campello e Bortoletto, 2022).

Ainda nessas obras, Josué de Castro demonstra que a fome é política e cientificamente o produto de estruturas econômicas e sociais desumanas, uma fabricação sistêmica dos homens contra homens e não mera consequência do crescimento populacional que pode ser solucionada com o aumento da produção de alimentos (como preconizado pela Revolução Verde). Dessa forma, afirmou que a solução apontada para o problema da fome depende da implantação de políticas de segurança alimentar e a cooperação global e isso foi a base para políticas exitosas de enfrentamento da fome adotadas pelo Brasil nos governos Lula e Dilma, que se tornariam referência mundial e estimularam a agenda de Fome Zero em nível global.

Em distintos textos, Josué de Castro afirma que a fome é a expressão biológica de males sociológicos e está intimamente ligada com as distorções econômicas e algumas frases merecem destaque pela sua atualidade:

*“A fome é um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome. As investigações científicas, realizadas em todas as partes do mundo, constataram o fato inconcebível de que dois terços da humanidade sofrem, de maneira epidêmica ou endêmica, os efeitos destruidores da fome.*

*A fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome que dizimava as populações do Terceiro Mundo era escamoteada, era abafada era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era tabu.”*

A negação recente da fome no próprio Brasil mostra claramente o quanto a mensagem de Josué de Castro não pode ser esquecida e os riscos permanentes à segurança alimentar e nutricional diante de sistemas predatórios e concentradores de política e de desenvolvimento. Da mesma maneira, o pensamento de Josué de Castro é essencial no contexto do enfrentamento da fome em nível global, orientando tanto a atuação das agências das Nações Unidas quanto das políticas nacionais e da cooperação entre países, em linha com o discurso do Presidente Lula na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, chamando atenção para a necessidade de enfrentar as desigualdades e de haver uma indignação coletiva com a fome.

### **Cooperação sul-sul brasileira em segurança alimentar e nutricional**

No campo da SAN, a cooperação sul-sul é particularmente importante na medida em que a cooperação vertical dos países do norte global e de atuação da própria FAO e do PMA foram, em grande parte, de caráter emergencial. Esse caráter humanitário, em situações de emergência, são, sem dúvida necessárias, mas a ausência de outras ações estruturantes nos campos da produção de alimentos e das políticas econômicas e sociais inclusive levou a décadas de dependência dessa ajuda humanitária, particularmente na África. Além disso, esses mecanismos de cooperação frequentemente fizeram (e ainda fazem) uso da distribuição de alimentos estranhos à cultura alimentar das populações beneficiárias, servindo, ainda, como porta de entrada para produtos ultraprocessados em novos mercados e veículos para *blue washing* por corporações internacionais e trazendo frequentemente estratégias prontas dos doadores, sem abertura para adaptações mais apropriadas aos contextos locais.

Com isso, existe frequentemente uma perpetuação das situações alimentares emergenciais, em que a segurança alimentar e nutricional em muitos países do sul global está fortemente condicionada pelas restrições na capacidade de acesso aos alimentos por grande parte de suas populações, tanto pela fragilidade de seus sistemas produtivos, quanto pela dependência externa criada em relação a doações, bem como pela fragilidade na governança das políticas de SAN. Nesses contextos, apesar da importância de estratégias como a doação de cestas de alimentos e a utilização de tratamento da desnutrição grave, como os alimentos terapêuticos prontos para o uso (RUTF – *ready to use therapeutic foods*), não podem ser descoladas do apoio a estratégias de caráter estruturante para os sistemas alimentares locais e reforço a políticas de SAN em nível local.

Além disso, outras iniciativas regionais apoiadas pelos países do norte global e mesmo por organismos do sistema das Nações Unidas, como a Aliança para a Revolução Verde na África (AGRA) e a Nova Aliança do G8 para SAN, são direcionadas para favorecer a entrada de grandes corporações multinacionais do *Big Agro* a partir da integração de grandes investimentos nas políticas agrárias nacionais. Esse processo é acompanhado da simplificação dos procedimentos de aquisição de terra e da transformação dos regulamentos de sementes e fertilizantes para ampliar a produção concentrada de commodities agrícolas característica dos sistemas alimentares hegemônicos e fragilizando ainda mais a produção local e diversificada de alimentos típicos. No contexto global, esses interesses corporativos colocam inclusive em risco a governança da FAO e de compromissos globais como a própria Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (ACT/Idec, 2022)(Nilson *et al.*, 2023).

Em contraposição a isso, retomando a discussão da cooperação sul-sul em SAN pelo Brasil, é notável que o protagonismo brasileiro tenha aumentado significativamente primeiro entre 2003 e 2010, como o foco nas políticas de erradicação da fome e na garantia do Direito Humano à Alimentação, com um grande apoio e participação da sociedade civil, particularmente

por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Inclusive, a cooperação internacional em SAN esteve presente como prioridade em todas as últimas conferências nacionais de SAN (CNSAN), assim como está no documento-base da 6ª CNSAN, que acontecerá ainda em 2023 (4ª CNSAN, 2011)(5ª CNSAN, 2017)(CONSEA, 2023).

A partir da experiência nacional exitosa no enfrentamento da fome e na garantia da SAN da população, as políticas de SAN e sua governança (principalmente com a articulação intragovernamental e a participação ativa da sociedade civil) tornaram-se um modelo que credenciou o protagonismo internacional do Brasil no tema e essas políticas tornaram-se um ativo da própria política externa brasileira. Essas experiências foram particularmente marcantes na difusão de uma visão específica de Segurança Alimentar e Nutricional e incorporou uma ótica de cooperação sul-sul na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2012 (Rodrigues e Rodrigues, 2018).

Uma análise mais detalhada da cooperação sul-sul em SAN e na soberania alimentar pelo Brasil foi detalhada em diferentes aspectos por inúmeros autores (Maluf e Santarelli, 2015), analisando as transformações e a expansão da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como a construção do papel importante do país no fortalecimento da agenda internacional de difusão e transferência das políticas públicas que compunham o Fome Zero e que hoje fazem parte da Política Nacional de SAN brasileira, reunindo proteção social, políticas universais, produção de alimentos e compras públicas. Dentre essas políticas, destacam-se o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os Bancos de Leite, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir dessas políticas, além da atuação brasileira por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Agência Brasileiras de Cooperação (ABC), as instituições brasileiras também trabalharam em cooperações trilaterais envolvendo o PMA e a FAO, com foco no desenho e implementação de programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de programas de alimentação escolar que incorporam o componente da compra direta dos produtores locais.

Nesse sentido, o Centro de Excelência Contra a Fome, parceria do Governo Brasileiro com o PMA, tem articulado ao longo do tempo visitas de delegações internacionais interessadas em cooperações sul-sul com os ministérios envolvidos na SAN, incluindo diálogos com o Ministério da Saúde, nos quais eram apresentadas as agendas da Políticas Nacional de Alimentação e Nutrição, destacando os desafios no enfrentamento da dupla carga da má nutrição (desnutrição e obesidade nas mesmas populações). Um ponto sempre ressaltado foram os aprendizados nacionais com as políticas de redução da desnutrição infantil, tendo em vista que o Brasil conseguiu reduzir a desnutrição aguda e crônica durante décadas, mas acelerou essa redução entre 1996 e 2007 por meio da articulação de políticas econômicas e sociais, como educação (principalmente educação materna, por meio da universalização da educação básica), saúde (com a expansão da cobertura da atenção primária à saúde, por meio da Estratégia de Saúde da Família), empregos, transferências condicionadas de renda (começando por programas setoriais que foram unificados no Programa Bolsa Família) e saneamento (Monteiro *et al.*, 2009).

Ao longo desse período de 2003 a 2010, foi também importante a atuação da CGFome/MRE, renovando a cooperação humanitária brasileira para um modelo de “cooperação humanitária sustentável”, que, além da intervenção sobre as emergências, incorpora o apoio a

ações e políticas de recuperação e reconstrução, tornando-se a principal representante da agenda de SAN no PMRE. Com a posterior extinção da CGFome, a agenda de SAN foi incorporada pela DTS (Divisão de Temas Sociais) do MRE, que buscou a continuidade da agenda na perspectiva do fortalecimento da articulação entre as pastas governamentais, bem como o fortalecimento da agenda internacional no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

Vale destacar, ainda, a discussão das potencialidades, desafios e controvérsias na cooperação brasileira na África, visto que, mesmo com as perspectivas positivas da adaptação de políticas de SAN, persiste um histórico de atuação no caráter de “projetos” sem a devida consideração das trajetórias históricas e institucionais de cada país, dificultando o alcance de mudanças estruturais significativas. Outra questão relacionada é que nem sempre os países possuem estratégias nacionais e marcos legais de SAN apropriados, considerando tanto os aspectos governamentais, tais como coordenação intersetorial, descentralização, orçamento limitado e vontade e compromisso político, quanto dificuldades para a implementação de uma efetiva participação social nas políticas. Diante da baixa participação social e da reduzida capacidade de implementação governamental, tem sido comum a implementação limitada de estratégias e compromissos assentados em interesses comuns entre a sociedade civil e governos.

Além dessas questões, é preciso reconhecer que há, na cooperação brasileira, iniciativas com propostas conflitantes com as políticas de garantia de SAN, como é o caso do ProSavana, apoiado pela Empresa Brasileira de Produção Agropecuária (Embrapa), inclusive em parceria com a ABC, que busca incentivar a ampliação de novas fronteiras para o agronegócio por meio da monocultura de milho e soja em países africanos ao invés de atuar pela diversificação da produção de alimentos tradicionais que garantem a inclusão, a resiliência e a sustentabilidade da produção e o acesso a alimentos saudáveis pelas populações locais (Maluf e Santarelli, 2015)

Depois desse rico período de ampliação e fortalecimento da cooperação sul-sul brasileira, os anos de 2017 a 2022 foram marcados pela paralização da agenda, junto com o processo de isolamento do país no cenário internacional que acompanhou o desmantelamento interno das políticas nacionais de SAN e foi acentuado pela pandemia de covid-19.

Agora, a partir de 2023, com a retomada e reconstrução das políticas de SAN, também vem uma perspectiva de novo crescimento da cooperação sul-sul, a exemplo da assinatura de um projeto de cooperação técnica bilateral entre o Brasil e Moçambique, denominado “Fortalecimento da Governança em Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique”, com duração prevista de cinco anos e coordenado pela ABC, em parceria com instituições brasileiras como o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Este projeto prevê dois eixos de atuação, sendo o primeiro na área de formação, sob responsabilidade da Fiocruz, que atuará no desenvolvimento de programa de capacitação para gestores, acadêmicos e profissionais que atuam no sistema de SAN em Moçambique; e segundo eixo focará a adaptação e implementação de políticas de alimentação e nutrição e de SAN no país, por meio de instrumentos como o guia alimentar para crianças menores de 5 anos, um catálogo de alimentos regionais, livros de receitas tradicionais, de receitas para alimentação complementar para crianças menores de 2 anos e de receitas para crianças egressas de internação por desnutrição. Diante da perspectiva positiva desse projeto, já existe, inclusive, um interesse manifestado por outros países da CPLP por outros projetos de cooperação em SAN no continente africano (ABC, 2023).

## Conclusão

O Brasil vive atualmente um momento crítico e oportuno de reconstrução interna da agenda de SAN e retomada da agenda de cooperação sul-sul envolvendo essas políticas. O Brasil voltou ao Mapa da Fome das Nações Unidas em função do desmonte nas políticas de SAN e em sua governança e a experiência prévia do país, inspirada pelo pensamento de Josué de Castro e outros cientistas nacionais, mostra os caminhos para redução das desigualdades e enfrentamento da fome, considerando uma abordagem de políticas estruturais de renda, emprego, educação e saúde, junto com ações emergenciais.

Ao mesmo tempo, além da má nutrição em todas as suas formas, a SAN também se liga à agenda ambiental, a partir da ideia da sindemia que reúne a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas como consequências dos sistemas alimentares hegemônicos, apoiados nas monoculturas de commodities agrícolas e na internacionalização dos produtos ultraprocessados, e tem como solução a transformação desses sistemas para favorecer modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados. Esses aspectos precisam ser igualmente incorporados à agenda de cooperação, trabalhando o conceito ampliado de SAN que considera as repercussões sociais, culturais, ambientais e de saúde da alimentação e nutrição e que devem estar refletidos nos modos de produção e de consumo.

Compromissos regionais e internacionais, bem como as agendas de cooperação internacional, são poderosos instrumentos para exercício da solidariedade com os outros povos e fortalecimento do protagonismo brasileiro na agenda de SAN, além de fortalecerem as políticas nacionais. A cooperação sul-sul, em particular, se contrapõe aos mecanismos verticais de cooperação, trazendo maior proximidade e alinhamento entre os países, evitando visões colonialistas ou subalternas e respeitando a autonomia e a soberania das partes. Conforme dito por Josué de Castro e reforçado recentemente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fome precisa inspirar indignação, e, para além disso, precisa demandar prioridades nacionais e globais. Não deixar ninguém para trás passa primeiramente por não deixar ninguém com fome.

## Referências

4ª CNSAN. **Carta Política da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2011. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/carta-politica-da-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>

5ª CNSAN. **Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2017. Disponível em: <[http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio\\_2015\\_consea\\_web-final.pdf](http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf)>

ABC. **Brasil e Moçambique assinam projeto de cooperação em segurança alimentar e nutricional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-mocambique-assinam-projeto-de-cooperacao-em-seguranca-alimentar-e-nutricional>>.

ACT/IDEC. **Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD\\_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao\\_ACT\\_IDEC\\_2022.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf)>.

CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome**. [s.l.] Elefante Editora, 2022.

CONSEA. **Documento Base - 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/conferencia/documento-base-da-6>>



cnsan-09-08-23\_site.pdf>

MALUF, R. S.; SANTARELLI, M. **Textos para Discussão 9: Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://obs.org.br/cooperacao/download/65\\_87a0e97dab52b36ddc38e8f0a87c8098](https://obs.org.br/cooperacao/download/65_87a0e97dab52b36ddc38e8f0a87c8098)>.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35–43, 2009.

MRE. **Ato assinado por ocasião da visita do Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu – Brasília, 12 de setembro.** Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-intencoes-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-organizacao-das-nacoes-unidas-para-a-alimentacao-e-a-agricultura-fao-sobre-o-estabelecimento-no-brasil-de-um-centro-par](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-intencoes-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-organizacao-das-nacoes-unidas-para-a-alimentacao-e-a-agricultura-fao-sobre-o-estabelecimento-no-brasil-de-um-centro-par)>.

NILSON, E. *et al.* Cúpula de Sistemas Alimentares +2 (UNFSS+2): o momento para o Brasil revisar seus compromissos nacionais e reafirmar seu protagonismo internacional. **Cadernos Cris - Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, n. 11, p. 67–74, 2023.

RODRIGUES, K. T.; RODRIGUES, V. S. A Cooperação Brasileira Sul-Sul em segurança alimentar e nutricional: o caso do COSAN/CPLP. **O Cosmopolítico**, v. 5, n. 2, p. 71–85, 2018.

## Patrimônio cultural: Preservando o passado e cultivando o futuro

**Fabiane Gaspar**

**Gisele Sanglard**

**Vitor Rodrigues**

**Resumo.** A preservação do patrimônio cultural e natural é de suma importância para a humanidade, protegê-los de ameaças que possam colocar em risco a sua extinção é de suma importância para manter o conhecimento vivo. A Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, também conhecida como Convenção do Patrimônio Mundial, desempenha um papel fundamental nesse esforço global. Seu principal objetivo é identificar, preservar e promover locais de herança cultural e natural de importância global, conhecidos como "sítios do Patrimônio Mundial". O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, composto por 21 Estados-membros, desempenha um papel crucial na atualização da Lista do Patrimônio Mundial. Neste mês, ocorreu a 45ª sessão do Comitê em Riad, Arábia Saudita, tendo como principal objetivo a inscrição de novos sítios.

Há muito tempo se reconhece a vital importância de proteger o patrimônio cultural e natural do nosso planeta, resguardando-o de ameaças que incluem conflitos, desastres naturais, pressões econômicas e as crescentes mudanças climáticas. Essa urgência pela preservação de nossa herança global surgiu de forma oficial em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, mais conhecida como a Convenção do Patrimônio Mundial<sup>38</sup>.

O principal objetivo da Convenção do Patrimônio Mundial é identificar, preservar e promover a herança cultural e natural que é considerada de importância global. Esses locais, conhecidos como "sítios do Patrimônio Mundial", são reconhecidos por sua relevância histórica, cultural, arqueológica, científica ou natural. Eles representam bens que pertencem não apenas a uma nação, mas a toda a humanidade.

A Convenção define dois tipos principais de Patrimônio Mundial:

### ***Patrimônio Cultural Mundial***

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (BRASIL, 1977).

---

<sup>38</sup> <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>  
<https://www.unesco.org/en/world-heritage/committee-2023>  
<https://whc.unesco.org/en/convention>  
<https://whc.unesco.org/en/news/2610>

### **Patrimônio Natural Mundial**

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiografias e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.
- Os lugares notáveis ou naturais ou as zonas naturais nitidamente demarcadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (BRASIL, 1977).

A Convenção do Patrimônio Mundial não apenas reconhece esses locais, mas também promove sua conservação e proteção. Os países signatários comprometem-se a adotar medidas para preservar os sítios do Patrimônio Mundial em seu território e a não empreender ações que possam prejudicar sua integridade. Além disso, eles são incentivados a desenvolver planos de gestão, monitoramento e educação para promover a compreensão pública e a valorização desses locais.

Consta no artigo 11º da Convenção que cada Estado signatário deve submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial inventários abrangentes de seus bens culturais e naturais passíveis de inclusão na ["lista do patrimônio mundial"](#), fornecendo informações sobre localização e relevância. Com base nesses inventários, o Comitê cria e atualiza a "lista do patrimônio mundial", destacando bens de valor universal excepcional de acordo com critérios estabelecidos. A inclusão na lista requer o consentimento do Estado em questão, mesmo em territórios disputados. Além disso, o Comitê mantém a "lista do patrimônio mundial em perigo", que cataloga bens ameaçados, incluindo estimativas de custos para sua preservação. A inscrição nessas listas segue critérios definidos pelo Comitê, que também consulta os Estados antes de recusar uma inscrição.

A lista de sítios do Patrimônio Mundial é atualizada regularmente por meio de um processo de avaliação e inclusão, realizado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, um órgão intergovernamental vinculado à UNESCO, composto por 21 Estados-membros. Foi realizada entre os dias 10 e 25 de setembro deste ano da 45ª sessão do Comitê, em Riad, na Arábia Saudita. Representantes de 195 Estados e cerca de 300 organizações da sociedade civil participaram da sessão, abordando desafios globais que afetam o patrimônio, como mudanças climáticas, desenvolvimento urbano, conflitos e turismo em massa.

Como resultado, ocorreu a inclusão de 42 novos sítios na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, composta por 33 sítios culturais e 9 sítios naturais. Isso elevou o total de locais protegidos pela UNESCO para 1.199, em 168 países. Além disso, o Comitê aprovou a extensão de 5 sítios existentes e avaliou o estado de conservação de 263 sítios previamente inscritos. A UNESCO também apresentou soluções inovadoras, incluindo a ferramenta "Dive Into Heritage", que permitirá ao público explorar online os sítios do Patrimônio Mundial a partir de 2025. Abaixo segue algumas inscrições deste ano:

**Caravançarai Persa (República Islâmica do Irã):** O Caravançarai Persa é um marco histórico que representa a importância das antigas rotas da Seda na história da região. Ele testemunha o comércio e a interação cultural ao longo dessas rotas.

**Tr'ondëk-Klondike (Canadá):** Tr'ondëk-Klondike, localizada ao longo do rio Yukon, reflete a adaptação das comunidades indígenas às mudanças causadas pela Corrida do Ouro de Klondike, destacando a interação entre indígenas e colonos.

**Fortalezas do Anel da Era Viking (Dinamarca):** Essas fortalezas monumentais construídas na Era Viking entre 970 e 980 dC mostram o poder centralizado da Dinastia Jelling e as transformações sociais e políticas na Dinamarca.

**Cidade Velha de Kuldīga (Letônia):** Kuldīga é um exemplo bem preservado de um assentamento urbano tradicional que cresceu de uma pequena aldeia medieval para um centro administrativo importante entre os séculos XVI e XVIII.



**Maciço Florestal de Odzala-Kokoua (Congo):** Este é um exemplo excepcional de recolonização florestal pós-glacial e abriga uma rica biodiversidade, incluindo elefantes florestais e primatas.

**Florestas Secas Andrefana (Madagáscar):** Essas florestas abrangem uma variedade de ecossistemas e evoluções únicas nas florestas ocidentais de Madagascar, com destaque para baobás e linhagens evolutivas únicas.

**Baía de Ha Long - Arquipélago Cat Ba (Vietnã):** A Baía de Ha Long é uma paisagem espetacular de ilhas de calcário e pilares, com uma rica biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas como o Cat Ba Langur.

**Monumentos de pedra de cervo e locais relacionados da Idade do Bronze (Mongólia):** Localizadas nas encostas da cordilheira Khangai, na Mongólia central, essas pedras de veado datam de cerca de 1.200 a 600 a.C. Essas imponentes estruturas, que podem chegar a quatro metros de altura, desempenharam um papel fundamental nas práticas cerimoniais e funerárias das culturas nômades da Idade do Bronze da Eurásia.



**Vulcões e Florestas do Monte Pelée e dos Pitons do Norte da Martinica (França):** Estes vulcões e florestas são representativos de características vulcânicas e têm importância histórica devido à erupção de 1902-1905, que impactou St. Pierre e sua cultura.

**Museu e Sítio de Memória ESMA (Argentina):** Localizado na antiga Escola de Mecânica da Marinha de Buenos Aires, este local lembra o principal centro de detenção secreta da Marinha Argentina durante a ditadura civil-militar de 1976-1983, preservando a memória das vítimas e documentando essa parte sombria da história argentina.



Algumas propriedades do Patrimônio Mundial em países como Costa do Marfim, Egito, Gana, Haiti, Ilhas Marshall e Sri Lanka receberam financiamento internacional para projetos de conservação, cerca de 336.000 dólares americanos foram disponibilizados para apoiar projetos locais de conservação. África alcançou um marco importante, com 5 novos sítios inscritos, elevando o continente a um total de 100 sítios na Lista do Patrimônio Mundial. Também foi notável a retirada dos "Túmulos dos Reis Buganda em Kasubi" da lista de Patrimônio Mundial em Perigo devido a esforços de restauração.

*“Esta reconstrução é um sucesso coletivo: o sucesso das autoridades do Uganda, dos profissionais do patrimônio do Uganda e das comunidades locais que estiveram no centro do processo foi bem-sucedido. Esta é também uma excelente notícia para toda a comunidade internacional, uma vez que a nossa prioridade comum é que o patrimônio africano esteja melhor representado na Lista do Patrimônio Mundial.”*

Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO

Dois sítios ucranianos foram incluídos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo devido a ameaças de bombardeios, fortalecendo as medidas de conservação e possibilitando apoio internacional. Além disso, três "Sítios de Memória" relacionados a conflitos recentes foram adicionados à Lista do Patrimônio Mundial, destacando sua importância como locais de reconciliação e reflexão pacífica.

Em resumo, a Convenção do Patrimônio Mundial, aliada ao incansável trabalho do Comitê de Patrimônio Mundial UNESCO, representa uma vigorosa promessa de preservação e promoção das riquezas culturais e naturais que transcendem fronteiras e pertencem à humanidade como um todo. Essa aliança é fundamental para proteger nosso patrimônio para as gerações futuras de forma contínua.

## **Banco Mundial - FMI: O Que Esperar das Reuniões Anuais?**

### ***World Bank - IMF: What to Expect at the Annual Meetings?***

**Isis Pillar Cazumbá**

**Abstract.** *This article aims to show the expectation the 2023 Annual Meetings of the World Bank and the International Monetary Fund to debate the multiple crises on the global stage.*

**Keywords:** *World Bank; IMF; Annual Meetings*

**Resumo.** Este artigo tem como objetivo mostrar a expectativa da realização das Reuniões Anuais 2023 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para debater sobre as múltiplas crises do cenário global.

**Palavras-chave:** Banco Mundial; FMI; Reuniões Anuais

### **Apresentação**

Durante a realização das Reuniões de Primavera entre Banco Mundial e FMI em abril deste ano, foram tratadas as múltiplas crises – alterações climáticas, aumento da pobreza, recrudescimento da dívida, baixas perspectivas econômicas mundiais e guerra na Ucrânia –, com poucos avanços.

Cinco meses depois, às vésperas das Reuniões Anuais das duas instituições, estes mesmos temas voltarão ao centro dos debates, porém, a pergunta fica no ar: o que esperar das Reuniões Anuais Banco Mundial - FMI desta vez?

### **Os “recados” do presidente do Banco Mundial e da diretora-geral do FMI**

Participantes da Cúpula do Grupo dos Vinte (G20), o presidente do Banco Mundial (BM) Ajay Banga e a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kristalina Georgieva, discursaram em uma das sessões, mostrando o tom do que vai ser debatido e cobrado nas Reuniões Anuais, que serão realizadas em outubro, em Marraquexe, Marrocos<sup>39</sup>.

Em seu discurso, Ajay Banga admitiu que o mundo não era mais o mesmo quando o Banco foi criado, porém, este segue progredindo com o seu atual Roteiro de Evolução para tornar o BM melhor. Abordou com sinais de preocupação sobre a luta contra o aumento da pobreza, da insegurança alimentar, do avanço dos problemas climáticos, da letárgica recuperação econômica pós-pandemia e da difícil resolução do conflito Rússia *versus* Ucrânia.

---

<sup>39</sup> Baseado em uma revisão cuidadosa dos resultados, as Diretorias do Banco Mundial e o FMI, juntamente com as autoridades marroquinas, concordaram com a realização das Reuniões Anuais de 2023 em Marraquexe, de 9 a 15 de outubro. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/09/18/pr23316-statement-wb-president-imf-managing-director-morocco-minister-econfin-2023-annual-meetings>

Banga mostrou-se mais incisivo quando disse que compreendia os desafios, mas para haver progresso, todos precisam trabalhar juntos, chamando a atenção dos países para intensificar o financiamento do setor privado.

Finalizou o seu discurso mostrando que o Banco está *trabalhando para expandir o financiamento concessional para ajudar mais países de baixa renda a atingir seus objetivos, enquanto pensamos criativamente sobre como incentivar a cooperação além das fronteiras e enfrentar desafios compartilhados.*

Semelhantemente, Kristalina Georgieva fez o seu discurso citando os mesmos problemas abordados pelo presidente do BM. A diferença foi o tom mais forte que a diretora-geral usou para discursar.

A representante do FMI cobrou aos países do G20 que estes *devem dar o exemplo no cumprimento das promessas de US\$ 100 milhões por ano para o financiamento climático, apoiado pelo reforço do Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.* Aproveitou para mostrar que o Fundo garantiu mais de US\$ 40 bilhões para apoiar os países em situação de vulnerabilidade a construir a resiliência climática por meio do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade.

Ainda sobre o tema, Georgieva advertiu que todos devem focar pela redução de emissões para prevenir os riscos, garantindo assim a estabilidade econômica. Para isso acontecer, precisa haver fortes investimentos da comunidade internacional do setor privado e um preço mais justo para o carbono. A diretora-gerente do FMI aconselhou que estas ações deveriam acontecer antes da realização da COP 28.

A respeito do setor econômico, Kristalina mostrou a real situação sobre o assunto: que as perspectivas econômicas globais não são animadoras *em um ambiente de inflação elevada, juros altos e fragmentação crescente.* Mostrou apreensão ao risco de novas divergências no setor, pois, em sua opinião, haveria um crescimento do desequilíbrio entre os países mais ricos e os mais pobres. Para não haver esse desequilíbrio, Kristalina sugeriu:

*Neste contexto, todos os países devem prosseguir políticas sólidas para apoiar a estabilidade econômica e financeira e as reformas das estruturas orientadas para o crescimento. Isto é especialmente importante nos países emergentes e em desenvolvimento, onde tais reformas podem aumentar a produção em até 8% em 4 anos (Kristalina Georgieva, 2023).*

Em se tratando da dívida soberana, Kristalina pediu apoio à comunidade internacional, pois será necessário investir mais em cooperação para resolver de forma célere a questão do endividamento vigente e dos que possam surgir. Essa questão será tratada pelo Quadro Comum do G20 e a nova Mesa Redonda da Dívida Soberana<sup>40</sup>. Finalizando o seu discurso sobre o tema, a diretora-gerente disse ser necessário o aumento de recursos antes do final do ano, garantindo assim os recursos vitais para o Fundo de Redução da Pobreza e Confiança no Crescimento que é destinado aos países mais vulneráveis. Ao concluir o seu discurso, agradeceu aos países membros que ajudaram o FMI durante nesses últimos anos, especialmente durante a pandemia,

---

<sup>40</sup> O objetivo da Mesa Redonda da Dívida Soberana Global é construir um maior entendimento comum entre as principais partes interessadas envolvidas nas reestruturações de dívida e trabalhar em conjunto sobre as atuais deficiências nos processos de reestruturação da dívida, dentro e fora do Quadro Comum e formas de as resolver. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/FAQ/gsd-roundtable>



porém, ressaltou que esses países precisam ajudar a fortalecer a rede de segurança financeira global.

### **Considerações Finais**

Por mais que o BM e o FMI mostrem a sua relevância é facilmente perceptível a dificuldade das instituições em resolverem essas questões, especialmente quando se trata da dívida soberana.

Ainda assim, mesmo diante da dificuldade, as instituições financeiras ainda são importantes para o cenário global, pois elas possuem um poder articulador e angariador de recursos significativos para manter os programas de apoio aos países mais vulneráveis.

As Reuniões Anuais que ocorrerão em outubro podem ser uma ótima oportunidade para BM e FMI debaterem com representantes da sociedade civil, parlamentares e executivos do setor privado as questões de interesse global, convertendo em soluções para o benefício de todos.

### **Referências**

International Monetary Fund [homepage na internet]. Declaração do Presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, da Diretora-Gerente do FMI, Kristalina Georgieva, e da Ministra da Economia e Finanças do Marrocos, Nadia Fettah Alaoui, sobre as Reuniões Anuais Banco Mundial-FMI de 2023. [acesso em 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/09/18/pr23316-statement-wb-president-imf-managing-director-morocco-minister-econfin-2023-annual-meetings>

International Monetary Fund [homepage na internet]. Declaração da diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, na conclusão da cúpula de líderes do G20. [acesso em 24 set 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/09/10/PR2308>

International Monetary Fund [homepage na internet]. Mesa Redonda Global da Dívida Soberana. [acesso em 24 set 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/09/10/PR2308>

World Bank [homepage na internet]. Discurso do Presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, na Sessão "Um Futuro" da Cimeira de Líderes do G20 Índia 2023 [acesso em 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2023/09/10/remarks-by-world-bank-president-ajay-banga-at-the-2023-g20-india-one-future-session>



## AGNU: Perspectiva brasileira sobre a reforma da OMC

### *UNGA: Brazilian perspective on WTO reform*

**Claudia Chamas**

**Abstract.** *President Lula's speech at the opening session of the 78th United Nations General Assembly was a convincing testimony to the need for efforts to reform and revitalise the World Trade Organisation (WTO). He delivered an eloquent defense of multilateralism while also highlighting challenges facing the 13th Ministerial Conference scheduled for 2024. Brazil's stance supports multilateral solutions concerning the intersection of trade and development, sustainability, as well as agricultural and industrial subsidies. Furthermore, President Lula emphasized the urgent need to restore the organization's Dispute Settlement Body.*

**Keywords:** *WTO; reform; UNGA*

**Resumo.** A reforma e a modernização da OMC se refletiram no discurso do Presidente Lula na abertura da 78ª AGNU. Ele defendeu o multilateralismo e abordou o desafio da OMC, espelhando a posição brasileira para a 13ª Conferência Ministerial da OMC, que ocorrerá em 2024. O Brasil defende soluções multilaterais para a interface entre comércio e desenvolvimento, sustentabilidade e subsídios agrícolas e industriais, bem como revitalização do tribunal da Organização. O Presidente Lula destacou ainda a importância e urgência do pronto restabelecimento do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

**Palavras-chave:** OMC; reforma; AGNU

### **Desenvolvimento, Reforma da OMC e a AGNU**

A proliferação de acordos bilaterais e regionais de comércio e investimentos, com regras e padrões OMC-plus, interferem no comércio mundial e estão no radar de economias emergentes. Em junho passado, o Ministro Mauro Vieira participou de reunião em nível ministerial sobre a OMC, organizada pela Austrália, bem como da reunião de Ministros do Grupo de Ottawa, organizada pelo Canadá (1). Em ambos os eventos, o Brasil “defendeu a modernização, reforma e fortalecimento da OMC de maneira a capacitá-la a lidar com desafios da atualidade com foco em questões fundamentais para países em desenvolvimento, tais como comércio agrícola e segurança alimentar e o nexos entre comércio e sustentabilidade. O Brasil acentuou ainda a importância e urgência do pronto restabelecimento do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, que está paralisado desde 2019”.

No passado recente, o Órgão de Solução de Controvérsias da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) abrigou contenciosos a partir de demandas brasileiras de grande importância econômica: (1) em 2017, questionamentos acerca dos subsídios concedidos pelos governos do Canadá e de Quebec à Bombardier, concorrente da Embraer, para o programa C-Series; (2) em 2002, defesa contra a adoção dos subsídios concedidos aos produtores de algodão norte-americanos.

A reforma e a modernização da OMC estiveram presentes no discurso do Presidente Lula na abertura da 78ª AGNU. Ele apontou que existe deterioração no princípio da “igualdade soberana entre as nações”, defendeu o multilateralismo e abordou o desafio da OMC (“Somos uma força que trabalha em prol de um comércio global mais justo num contexto de grave crise do multilateralismo”), reforçando a posição brasileira para a 13ª Conferência Ministerial da OMC, que ocorrerá em 2024. O Brasil defende soluções multilaterais para a interface entre comércio e desenvolvimento, sustentabilidade e subsídios agrícolas e industriais. Criticando as correntes práticas protecionistas dos países ricos, o Presidente Lula frisou ainda a importância e urgência do restabelecimento do Órgão de Solução de Controvérsias da organização (“a Organização Mundial do Comércio permanece paralisada, em especial o seu sistema de solução de controvérsias”).

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, também tratou da temática em sua fala na AGNU (2): "Continuaremos nossos esforços para reformar a Organização Mundial do Comércio e preservar a concorrência, a abertura, a transparência e o Estado de Direito e, ao mesmo tempo, equipá-la para lidar melhor com os imperativos modernos, como impulsionar a transição da energia limpa, proteger os trabalhadores e promover o crescimento inclusivo e sustentável."

Biden manifesta compromisso com a reforma da OMC e com a sua atualização frente a assuntos contemporâneos tais como, transição para a energia limpa e proteção aos trabalhadores. No entanto, não menciona a reestruturação da instância de apelações.

Por outro lado, recente palestra de Katherine Tai, representante de comércio dos EUA ([Office of the U.S. Trade Representative](#), USTR), no [Center for Strategic and International Studies](#) adiciona alguns pontos (3):

1. À medida que todos nós nos adaptamos a uma era mais desafiadora - marcada por rápidas mudanças tecnológicas, aumento de eventos climáticos extremos, cadeias de suprimentos vulneráveis, intensificação de atritos geopolíticos, aumento da desigualdade e aumento da insegurança alimentar - todos nós precisamos de uma OMC focada em seus objetivos fundamentais.
2. Estamos buscando concorrência justa, abordando a crise climática, promovendo nossa segurança nacional e garantindo que o sistema baseado em regras ajude todas as economias, não apenas as maiores.
3. Hoje, a Dra. Ngozi e - creio que todos nós - concordamos que a OMC precisa fazer parte da solução climática. A OMC tem vários fluxos de trabalho sobre o clima. Mas precisamos nos concentrar em como a OMC pode apoiar e facilitar que os membros tomem medidas significativas em relação ao clima.
4. Os membros assumiram a obrigação irrestrita de ser transparentes e fazer notificações, e esses compromissos precisam ter algum significado. Os países que deliberadamente não honram essa obrigação estão prejudicando o sistema de comércio internacional.
5. O Órgão de Apelação sistematicamente se excedeu ao usurpar o papel dos próprios membros de negociar e criar novas regras. E, ao fazer isso, prejudicou a capacidade de todos os membros de defender seus trabalhadores de políticas prejudiciais que não sejam de mercado.

### **Considerações finais**

A próxima Conferência Ministerial será prioritariamente dedicada à reforma da OMC. A posição brasileira tem sido acertada – o País defende uma organização ágil, revitalizada, que

consiga responder aos desafios do mundo contemporâneo, e que conte com um tribunal em pleno funcionamento. Não será um objetivo fácil. Divergências de entendimentos e cenário internacional turbulento, com a guerra da Ucrânia ainda dominando os debates políticos e econômicos, além da emergência climática e os atritos entre Estados Unidos e China. Neste panorama, chama a atenção a ausência do tema saúde nas falas das autoridades. A pandemia da Covid-19 apresentou inúmeros problemas na interface entre saúde, comércio, propriedade intelectual e transferência de tecnologia. A duras penas, em 2022, a 12ª Conferência Ministerial aprovou declaração ministerial com foco no acesso a vacinas contra a Covid-19. Foi um avanço, porém de baixo impacto. A crise sanitária deixou lições. A preparação para futuras emergências e pandemias é tarefa incontornável no plano multilateral e doméstico. Isto posto, o que a OMC pretende oferecer?

### **Referências**

Ministério das Relações Exteriores. Participação do Ministro Mauro Vieira na reunião mini-Ministerial da OMC - Paris, 7 e 8 de junho de 2023. Internet]. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-mini-ministerial-da-omc-paris-7-e-8-de-junho-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-mini-ministerial-da-omc-paris-7-e-8-de-junho-de-2023)

White House. Remarks by President Biden Before the 78th Session of the United Nations General Assembly. Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/09/19/remarks-by-president-biden-before-the-78th-session-of-the-united-nations-general-assembly-new-york-ny/>

USTR. Remarks by Ambassador Katherine Tai on the World Trade Organization and the Multilateral Trading System. Internet]. 2023. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/speeches-and-remarks/2023/september/remarks-ambassador-katherine-tai-world-trade-organization-and-multilateral-trading-system>

**Apesar de algum ceticismo, a sociedade civil aposta na Organização das Nações Unidas**

***A pesar de cierto escepticismo, la sociedad civil apuesta por la Organización de las Naciones Unidas***

***Despite some skepticism, civil society is betting on the United Nations Organization***

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza***

**Resumo.** Na quinzena de 9 e 22 de setembro de 2023, foram registradas manifestações de 46 organizações da sociedade civil de interesse público e de interesse privado. As principais questões abordadas foram aquelas discutidas na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) como a garantia dos direitos humanos e os compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ainda a preparação e resposta a pandemias. A crise climática também foi tema frequente nas manifestações, com muitas referências às ondas de calor que atingem diferentes regiões do mundo. Outros temas mencionados foram a adesão a tratados de direitos trabalhistas, a prevenção de doenças não transmissíveis e doenças infecciosas, a insegurança alimentar e a inovação tecnológica. Vale ressaltar que, ainda que os temas discutidos durante a AGNU representem grandes desafios para o presente e o futuro da humanidade, as OSC sabem que não há nenhuma garantia de que as discussões realizadas resultem em ações concretas de enfrentamento das múltiplas crises por que passa o mundo.

**Palavras-Chave:** Sociedade Civil. AGNU. ODS. Crise Climática.

**Resumen.** *En la quincena del 9 y 22 de septiembre de 2023 se registraron manifestaciones de 46 organizaciones de la sociedad civil de interés público y privado. Los principales temas abordados fueron los discutidos en la 78 Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU) como garantizar los derechos humanos y los compromisos con los Objetivos de Desarrollo Sostenible y también la preparación y respuesta a las pandemias. La crisis climática también fue un tema frecuente en las manifestaciones, con muchas referencias a las olas de calor que azotan diferentes regiones del mundo. Otros temas mencionados fueron la adhesión a tratados de derechos laborales, la prevención de enfermedades no transmisibles y enfermedades infecciosas, la inseguridad alimentaria y la innovación tecnológica. Vale resaltar que, si bien los temas discutidos durante la AGNU representan grandes desafíos para el presente y futuro de la humanidad, las OSC saben que no hay garantía de que las discusiones sostenidas resulten en acciones concretas para enfrentar las múltiples crisis que enfrenta el mundo.*

**Palabras clave:** Sociedade Civil. AGNU. ODS. Crise Climática.

**Abstract.** *In the fortnight of September 9 and 22, 2023, demonstrations were recorded from 46 civil society organizations of public and private interest. The main issues addressed were those*

*discussed at the 78th United Nations General Assembly (UNGA) such as guaranteeing human rights and commitments to the Sustainable Development Goals and also preparing and responding to pandemics. The climate crisis was also a frequent topic in the demonstrations, with many references to the heat waves that hit different regions of the world. Other topics mentioned were adherence to labor rights treaties, the prevention of non-communicable diseases and infectious diseases, food insecurity and technological innovation. It is worth highlighting that, even though the topics discussed during the UNGA represent major challenges for the present and future of humanity, CSOs know that there is no guarantee that the discussions held will result in concrete actions to face the multiple crises that the world.*

**Keywords:** Civil Society. UNGA. SDG. Climate Crisis.

## **Introdução**

Entre 9 e 22 de setembro de 2023, 46 organizações da sociedade civil (OSC), entre públicas e privadas, se manifestaram sobre temas de relevância para a saúde global. A 78ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), que está sendo realizada em Nova York, mobilizou bastante as OSC. Houve bastante menções a temas e questões de: equidade em saúde, garantia dos direitos humanos, compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desastres climáticos, preparação e resposta a futuras pandemias e cobertura universal de saúde.

As organizações da sociedade civil de interesse público, em especial, manifestaram-se sobre o Tratado da Pandemia, frequentemente com fortes críticas à fragilidade do documento no que concerne a medidas de garantia do acesso equitativo a vacinas e medicamentos. Um tema importante mencionado foi a ratificação pelos governos de Uganda e de países europeus sobre os tratados para acabar com a violência nos ambientes de trabalho. Houve também manifestações relativas ao golpe de Estado no Chile, que implantou uma sangrenta ditadura militar há exatos 50 anos. Além da história chilena, foram lembrados e repudiados os crimes contra a humanidade que ainda ocorrem em todo o mundo.

As ações de ajuda humanitária, especialmente às vítimas do terremoto em Marrocos e da tempestade na Líbia foram objetos de muitas manifestações. De igual modo, a crise climática e o meio ambiente em deterioração foram mencionados junto ao debate sobre a qualidade de vida. Outro tema bastante discutido foi a equidade de gênero, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Mencionaram-se ainda o Dia Mundial da Segurança do Paciente e questões de saúde mental e saúde materna. Embora com menor intensidade, as guerras continuam sendo objetos do debate das organizações, especialmente a da Ucrânia.

No caso das organizações de interesse privado, as manifestações se concentraram nas áreas de segurança digital, pesquisa e desenvolvimento e acesso à tecnologia para melhorar a cobertura vacinal. A saúde mental foi outro tema em destaque, com referências a estudos sobre antidepressivos e ao Dia Mundial do Alzheimer. Houve ainda ênfase na crise climática, na saúde materna e nas consequências da guerra na Ucrânia. Foi também destacada a declaração da liderança do G20 sobre o fortalecimento da saúde global, da infraestrutura pública digital e da promoção da igualdade de gênero. Com menos destaque, foram mencionadas a questão da segurança alimentar, o comércio exterior, as doenças crônicas não transmissíveis, as doenças infecciosas e a saúde ocupacional.

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

### 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas

A *International Union for Health promotion and education* comentou o twitt de Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a importância dos [compromissos da Assembleia Geral das Nações Unidas](#) (AGNU) com a equidade na saúde<sup>1</sup>.

A *Humans Rights Watch* espera que os líderes, durante a Assembleia Geral da ONU, [debatem e coloquem no centro das conversações os direitos humanos](#). Embora a guerra entre Ucrânia e Rússia tenha desencadeado um foco no debate, as preocupações em matéria de direitos humanos devem ser discutidas para procurar garantias para a série de violações aos direitos humanos que aconteceram no mundo<sup>2</sup>.

A *Humans Rights Watch* faz um chamado para pressionar por [reformas urgentes para acabar com detenções arbitrárias na Argélia](#). Um documento informativo foi apresentado ao relator das Nações Unidas sobre direitos à liberdade de reunião e de associação na Argélia. O país encontra-se sob ataque uma vez que as autoridades argelinas destruíram o espaço cívico nos últimos quatro anos, impedindo o pluralismo político com base em leis restritivas sobre associações, partidos políticos e sindicatos<sup>3</sup>.

A OXFAM relatou que o diretor executivo teve uma reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, durante a [78ª UNGA](#). Eles discutiram como a organização aborda questões de equidade e justiça em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a importância de superar a divisão na abordagem da sustentabilidade. Também foi mencionada a relevância de destacar os compromissos e responsabilidades do 1% mais rico na agenda financeira para impulsionar o avanço dos ODS, considerando que a arquitetura financeira internacional está desatualizada, disfuncional e injusta em relação à consecução dos ODS. A sociedade civil está na vanguarda pra ajudar comunidades afetadas por conflitos, que, por sua vez, ampliam ainda mais a lacuna de financiamento à medida que os países em conflito enfrentam desafios adicionais e correm o risco de ficar ainda mais para trás<sup>4</sup>.

A OXFAM destacou que o diretor executivo se reuniu com líderes da sociedade civil como parte da [Global People's Assembly \(GPA\)](#), que envolveu representantes de 35 países. O objetivo era unir a sociedade civil e garantir que os governos atualizassem seus compromissos, incluindo o princípio geral da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás. Também foi ressaltado que durante a 78ª UNGA, a organização concentrou-se em questões relacionadas ao clima, direitos das mulheres e da terra, acesso a serviços de saúde e assuntos humanitários<sup>5</sup>.

A OXFAM relatou que seus funcionários e parceiros se juntaram a milhares de pessoas na [marcha](#) pelo fim dos combustíveis fósseis na cidade de Nova York. Esta foi a maior mobilização climática nos Estados Unidos desde o início da pandemia<sup>6</sup>.

A OXFAM realçou que representantes da organização participaram de uma [discussão](#) intitulada "Construindo Evidências para a Ação Política na Economia do Cuidado"<sup>7</sup>. Assim como denunciou, que alguns países não prestaram informações sobre seu [compromisso com a propriedade da terra](#), e apenas 31% dos 68 países têm leis que protegem esses direitos à propriedade por mulheres à terra<sup>8</sup>.

A *Greenpeace* enfatizou que o [Tratado Global dos Oceanos](#) esteve aberto para assinaturas dos países em 20 de setembro, durante a 78ª UNGA<sup>9</sup>, e que o [discurso](#) do presidente Lula na abertura da 78ª UNGA abordou temas socioambientais e desastres climáticos

decorrentes de escolhas políticas e omissões<sup>10</sup>. Além disso, destacou o lançamento do [Plano de Transformação Ecológica](#) do governo Lula e apelou à necessidade de investir em presentes e futuros mais sustentáveis<sup>11</sup>. Também mencionou os três [principais temas](#) abordados pelo presidente do Brasil na 78ª UNGA: Plano de Transformação Ecológica, Transição energética e mudanças climáticas<sup>12</sup>.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) acompanhou as diversas sessões da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, destacando: a Reunião de Alto Nível sobre [Cobertura Universal de Saúde](#) que começou com os Estados-Membros a comprometerem-se novamente com a CUS<sup>13</sup>, a reunião dedicada à [prevenção, preparação e resposta à pandemia](#)<sup>14</sup> e a [Cúpula dos ODS](#) à qual representantes da sociedade civil não tiveram acesso como participantes<sup>15</sup>.

Como parte das atividades paralelas à 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a *Women in Global Health* convidou para a [mesa redonda “Deixando alguns para trás? Enfrentando os Desafios ao Gênero e à Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos \(SRHR\) na Cobertura Universal de Saúde \(UHC\)”](#) organizado pela Aliança para a Igualdade de Gênero e Cobertura Universal de Saúde, realizado no dia 19 de setembro de 2023<sup>16</sup>. A organização também produziu o documento *“Advancing Gender Equity in Health: A Call to Action at UNGA78”* em que chama a atenção dos Estados-membros para a urgência na [adoção de medidas concretas para promover a equidade de gênero na saúde](#), dando prioridade às necessidades e aos direitos das mulheres profissionais de saúde, garantindo políticas sensíveis ao gênero, construindo sistemas de saúde resilientes que promovam a igualdade e prestem cuidados de qualidade a todos<sup>17</sup>.

O *People’s Health Movement* (PHM) participou da [78ª Assembleia Geral das Nações Unidas](#). O PHM definiu a sua posição na AGNU78 em três dos pontos da agenda relacionados com a saúde: Cobertura Universal de Saúde -UHC-; Tuberculose -TB- e Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR)<sup>18</sup>.

### **Desenvolvimento sustentável**

A ACT Promoção da Saúde publicou seu [Boletim de setembro](#) com foco no desenvolvimento sustentável. Em entrevista, Laurenice Pires enfatizou a importância de coletar e analisar dados desagregados por raça/cor para enfrentar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis. O boletim também abordou o XVI Seminário Alianças Estratégicas, destacando o advocacy no Congresso Nacional. Os desafios legais no controle do tabagismo, incluindo a proibição de aditivos e uma recente decisão judicial foram também tema do boletim. A publicação elogiou a recomposição das Comissões Nacionais para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável<sup>19</sup>.

A *World Public Health Nutrition Association* publicou no Twitter uma vitória na luta pela alimentação saudável no México. Foi aprovada, após doze anos de espera a [Lei Geral de Alimentação Adequada e Sustentável](#), orientada por sete diretrizes<sup>20</sup>.



Fonte: <https://twitter.com/WPHNA/status/1704516641307119757>

A *World Public Health Nutrition Association* repostou no Twitter sobre um novo estudo de coorte com 31.712 pessoas de meia-idade dos EUA. No grupo foi acompanhado entre 2003 e 2017 observa-se **a alta versus baixa adesão a um padrão alimentar ultraprocessado** com aumento do risco de depressão em 50%<sup>21</sup>.

A *World Public Health Nutrition Association* repostou ainda sobre as **narrativas corporativas trabalham para derrotar e enfraquecer a tributação de produtos ultraprocessados**<sup>22</sup>.

Por fim, a *World Public Health Nutrition Association* repostou sobre o recente **relatório Industry Alert** que explora como o setor de alimentos e bebidas está combatendo os impostos sobre bebidas açucaradas em todo o mundo. O relatório aponta as táticas que eles usam para minar essa importante política de saúde pública<sup>23</sup>.

A *Planetary Health Alliance* divulgou o **novo Data Commons da ONU para os ODS**, uma plataforma que integra dados oficiais dos ODS e recursos de informação de todo o Sistema da ONU em um repositório público com funcionalidade de pesquisa avançada e uma interface mais acessível ao público<sup>24</sup>.

### Tratado pandêmico

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou da Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) em 20 de setembro de 2023, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde apresentou uma declaração em que afirma que o **tratado da pandemia** deve definir com precisão a necessidade de cobertura universal de saúde, de compartilhamento de conhecimento entre os países que permita o acesso equitativo à informação, à investigação, às vacinas e aos produtos farmacêuticos, de modo a que todos os países tenham o poder de proteger sua população<sup>25</sup>.

A presidente do *International Council of Nurses* (ICN), Dra. Pamela Cipriano, dirigiu-se à **Reunião de Alto Nível das Nações Unidas (UNHLM) sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR)**, realizada no dia 20 de Setembro, apelando para que a declaração política da ONU sobre PPPR “ seja um compromisso unificador que una a ação de todos os setores da saúde



para a prevenção e resposta à pandemia, a cobertura universal de saúde e a erradicação da tuberculose como objetivos comuns para redesenhar e reforçar os nossos sistemas de saúde para proporcionar saúde para todos”<sup>26</sup>.

Na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR), a STOPAIDS apresentou a declaração "[Assegurando a equidade por meio de governança e responsabilidade](#) para PPPR, com a utilização de coordenação multissetorial em todos os níveis." enfatizando que é necessário cumprir a prevenção, preparação e resposta a pandemias, lideradas pela comunidade, baseadas em direitos humanos e construídas sobre respostas de saúde já existentes. Também destacou que a coordenação multissetorial desempenha um papel fundamental na garantia da equidade no acesso às medidas e requer o apoio dos Estados Membros a iniciativas e estruturas globais que visam aumentar o acesso equitativo a ferramentas de pandemia<sup>27</sup>.

A *People's Vaccine* repercutiu a entrevista sobre as [negociações do acordo pandêmico](#) que avança lentamente, sendo que divergências significativas ainda não foram negociadas entre os membros da OMS. Sobre as negociações, Mohga Kamal-Yanni, assessora sênior de política de saúde global na organização disse: "Básicamente, 20% do fornecimento iria para 80% da população mundial, e 80% do fornecimento iria para 20% da população. Isso é chamado de 'equidade'. Quer dizer, é simplesmente louco"<sup>28</sup>.

A Planetary Health Alliance compartilhou o artigo "[A maneira mais simples de prevenir a próxima pandemia? Deixe os morcegos em paz](#)". Conforme os autores, os morcegos abrigam muitos vírus que podem se espalhar para os humanos. É hora de deixar os morcegos e seus habitats intactos. Neste ponto, a evidência aponta que a pandemia de Covid-19 pode ser atribuída a um vírus de morcego. O mesmo aconteceu com o surto de coronavírus SARS em 2003. Nesses surtos, é pouco provável determinar como a propagação aconteceu, mas o importante é que não é preciso saber todos os detalhes para tomar medidas significativas.<sup>29</sup>

### **Cobertura Universal de Saúde**

Na quinta-feira, durante a 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, se discutiu o progresso global para alcançar a Cobertura Universal de Saúde até 2030. A *Humans Rights Watch* chama os governos a [intensificar os gastos com saúde pública](#) para alcançar a cobertura universal<sup>30</sup>.

A presidente do *International Council of Nurses* (ICN), afirma que a Cobertura Universal de Saúde só será alcançada até 2030 se houver um aumento dramático no investimento em enfermagem. Dra. Pamela Cipriano, afirmou que [a enfermagem detém a chave para as mudanças que devem ser feitas nos sistemas de saúde](#) para que o objetivo da Cobertura Universal de Saúde (UHC) se torne uma realidade dentro do previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>31</sup>.

Na 78ª Assembleia Geral da ONU, que ocorre em Nova York, de 19 a 26 de setembro, o tema da [cobertura universal](#) de saúde é um dos principais tópicos na área da saúde. Médicos Sem Fronteiras (MSF) se preocupa, no entanto, que o atual planejamento para uma cobertura universal de saúde esteja desconsiderando as próprias pessoas que agora se encontram mais excluídas do acesso aos cuidados de saúde. Em um relatório, a organização destaca as barreiras de acesso a cuidados oportunos a preços acessíveis que as pessoas enfrentam em cerca de 20 países<sup>32</sup>.

A STOPADIS divulgou um documento em que compara [as declarações políticas de cobertura universal de saúde de 2019 e 2023](#). Destaca que a nova declaração avançou ao dar prioridade ao cuidado centrado nas pessoas e melhor coordenação na saúde, bem como ao aumento do reconhecimento do HIV e da comunidade. No entanto, falha em abordar questões de direitos humanos, particularmente em relação a populações marginalizadas e criminalizadas, e não leva em conta compromissos de financiamento para organizações multilaterais e respostas guiadas pela comunidade<sup>33</sup>.

A NCD *Alliance* publicou uma declaração em que trata o [desapontamento dos defensores da saúde com a Reunião de Alto Nível \(HLM em inglês\) sobre Cobertura Universal de Saúde \(UHC em inglês\)](#). Embora a saúde estivesse no topo das agendas dos líderes políticos, esse mês, com três Reuniões de Alto Nível da ONU focadas na cobertura universal de saúde; preparação, prevenção e resposta a pandemias; e tuberculose, os compromissos assumidos ficaram aquém das ações e metas concretas necessárias, o que desapontou defensores da saúde. A organização também destaca que foi perdida a oportunidade de a declaração reconhecer as pessoas que vivem com problemas de saúde, incluindo DCNTs, como um grupo vulnerável. Um resultado positivo da HLM sobre UHC é que os principais componentes que definem a UHC permanecem intactos, assim como, há um maior reconhecimento das DCNTs e saúde mental como parte integrante da cobertura universal de saúde em comparação com a última reunião sobre o tema há quatro anos atrás<sup>34</sup>.

Um grupo de chefes de estado e de governo participou de um encontro paralelo, a convite do presidente de Gana, para falar especificamente sobre DCNTs, ilustrando [as conexões entre DCNTs, preparação para pandemias e desenvolvimento sustentável](#). "Milhões de pessoas que vivem com DCNTs, como diabetes, doenças cardíacas e câncer, são levadas à pobreza ou ainda mais à pobreza por causa dos custos de saúde que ficam por conta do próprio bolso a cada ano, e outros milhões simplesmente não conseguem ter acesso a cuidados", disse Dain, Diretora Executiva da NCDA<sup>35</sup>.

A *International Alliance of Patients' Organizations* (IAPO) fez um conjunto de repostagens sobre o início da HLM sobre UHC. Destacou o alerta do Diretor Geral-assistente para a UHC, curso de vida, OMS: "[O compromisso com a saúde para todos está se tornando um compromisso para alguns. E essa simplesmente não é a escolha certa](#)"<sup>36</sup>. Em outra postagem, a IAPO faz um apelo aos Estados-membros para fazerem o que dizem com relação à Cobertura Universal de Saúde. "[O #PrimaryHealthCare é primário por uma razão, pois oferece uma oportunidade de cuidar do paciente de forma integrada em toda a sua totalidade](#)"<sup>37</sup>. O envolvimento total de pacientes, familiares e cuidadores foi o tema de outra postagem da IAPO que comemorou o Dia Mundial da Segurança do Paciente. Eles defendem esse envolvimento como uma [estratégia importante para promover a segurança da assistência médica](#)<sup>38</sup>.



Fonte: UHC2030

## **Violência e assédio no trabalho**

A *Humans Rights Watch* analisou a decisão da UE na ratificação do [Tratado para acabar com a violência e o assédio no trabalho](#). Numa medida, o Conselho da União Europeia adotou um projeto de decisão apelando aos Estados membros da UE para ratificarem a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Violência e Assédio<sup>39</sup>.

A *Humans Rights Watch* afirmou que, num movimento positivo, a [Uganda ratificou formalmente o tratado global histórico para acabar com a violência e o assédio no trabalho](#)<sup>40</sup>.

## **O golpe de Estado no Chile**

O *People's Health Movement* lembrou o golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973, referindo-se aos [50 anos de luta por justiça social e equidade na saúde](#). Afirma que as pessoas do mundo que lutam pela justiça social e pela igualdade na saúde recordam com carinho e refletem cuidadosamente sobre o legado de Salvador Allende<sup>41</sup>.

## **Crimes contra a humanidade**

A *Humans Rights Watch* debateu sobre a [ineficiente e abusiva política de 10 pontos sobre migração apresentada pelo presidente da Comissão Europeia](#), Ursula Von Der Leyen. A grave situação e a insegurança das fronteiras no plano de ação para atender aos imigrantes, ao invés de salvar vidas, levou a ascensão de crimes contra a humanidade com fomento ao medo, medidas repressivas de dissuasão, desperdício de despesas e má gestão, alianças com parceiros abusivos e irresponsáveis e desrespeito pelos direitos das pessoas<sup>42</sup>.

A *Humans Rights Watch* repudiou os [ataques ao dissidente e sua esposa, em Camboja](#). O ataque tem semelhanças com as agressões relatadas no início de 2023 contra membros do partido da oposição Cadlelight. Instou o Primeiro Ministro, Hun Manet, a investigar e processar os responsáveis pelos abusos cometidos contra os seus críticos<sup>43</sup>.

A *Humans Rights Watch* apresentou um resumo ao [Tribunal Superior da Colômbia para garantir investigações independentes e imparciais](#) em casos de soldados alegadamente responsáveis pela morte de civis durante uma operação militar em março de 2022<sup>44</sup>.

A *Progressive International* repercutiu uma matéria sobre os arquivos que foram revelados na Colômbia a respeito dos [acordos da indústria britânica de petróleo BP's](#) e os militares colombianos durante a década de 1990. Na época, as forças armadas da Colômbia foram consideradas as piores em relação ao abuso de direitos humanos, colaborando com sequestros, torturas e mortes. O financiamento foi oferecido para as unidades militares ao redor dos locais de extração de petróleo, bem como para atividades de defesa nacional<sup>45</sup>.

A *Humans Rights Watch* divulgou um relatório sobre [crimes de abuso e estupro para as mulheres da aldeia Mqhekenzweni](#). A aldeia luta contra altos índices de assaltos a casas, pequenos crimes, roubo de ações, assassinatos e estupros. A violência sexual é generalizada e um pesadelo para as mulheres na África do Sul, aonde mais de 100 mulheres foram estupradas todos os dias, de abril a junho deste ano e mais de 1.100 mulheres e crianças foram assassinadas durante o mesmo período<sup>46</sup>.

A *Humans Rights Watch* apresentou um relatório sobre os [contínuos abusos do governo do Sri Lanka na comissão de verdade e reconciliação](#). As vítimas de violações passadas, rejeitam

a iniciativa do governo porque não foram consultados e o governo ignora as provas recolhidas pelas comissões anteriores e os expõe a abusos das forças de segurança e re-traumatização<sup>47</sup>.

A *World Medical Association* enviou uma carta às autoridades da Turquia condenando a perseguição ao médico Ayse Ugurlu, que advogou pelos direitos dos prisioneiros e pelas normas éticas internacionais que exigem que os médicos tratem os prisioneiros com dignidade, respeitem sua autonomia, evitem a coerção ou qualquer outra prática que constitua maus-tratos ou tortura, e protestem se isso ocorrer<sup>48</sup>.

### **Ajuda humanitária**

A *ActionAid International* reagiu ao [terremoto em Marrocos](#), pedindo apoio às regiões afetadas. A ActionAid reportou o terremoto que atingiu Marrocos na sexta-feira, 8 de setembro de 2023, afetando as províncias e cidades, e manifestou solidariedade com as comunidades afetadas. Com uma magnitude de 6,8 na escala Richter, o terremoto matou mais de 1.000 pessoas, destruiu infraestruturas públicas e privadas, deixando muitas pessoas nas regiões afetadas com necessidade urgente de assistência humanitária<sup>49</sup>.

A *CARE International* divulgou sua atuação frente aos [impactos do terremoto em Marrocos](#) e aponta que comunidades inteiras estão completamente isoladas. À medida que os acontecimentos se desenvolvem, a CARE em Marrocos está a adaptar a sua programação para abordar o impacto psicológico do terremoto e as suas consequências<sup>50</sup>.

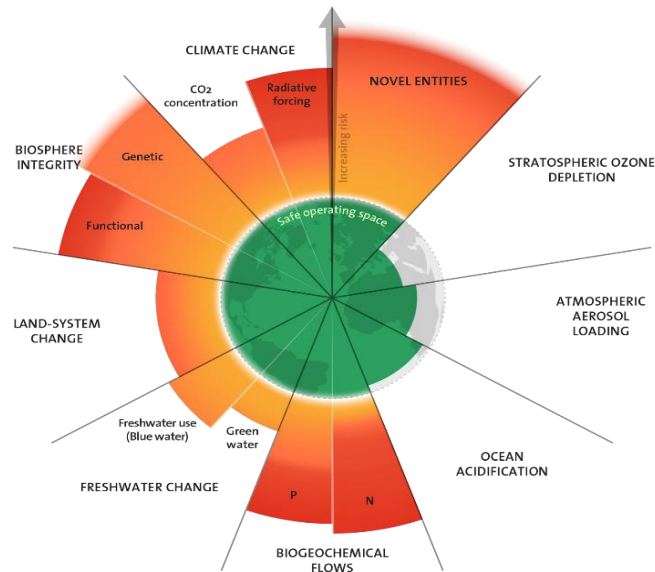
Segundo a *CARE International*, o [terremoto no Marrocos](#) foi descrito como o mais poderoso na área ao redor de Marrakech em mais de 120 anos e os dois dias após o vento foram considerados críticos para as equipes marroquinas de busca e resgate que procuravam as pessoas que permanecem presas sob os escombros. Mais de 2.000 vidas foram perdidas e centenas de pessoas dormiram nas ruas à noite, deitadas em cobertores em parques, com medo de regressar às suas casas<sup>51</sup>.

A *CARE International* chamou a atenção para a necessidade urgente em [priorizar abrigos para os sobreviventes do terremoto em Marrocos](#) antes do inverno. A diretora nacional da CARE Marrocos, Hlima Razkaoui, disse que “A primeira fase da emergência se centrou em salvar vidas e alimentar os sobreviventes, mas agora também é imperativo fornecer-lhes abrigo”<sup>52</sup>. Também divulgou as ações da organização humanitária CARE Marrocos, que começou a distribuir itens de [ajuda humanitária às famílias nas Montanhas Atlas](#) que foram afetadas pelo terremoto. A organização planeja atingir 50 mil pessoas<sup>53</sup>.

A *CARE International* abordou a enorme [tempestade no Mediterrâneo que atingiu o nordeste da Líbia](#) no domingo, 10 de setembro, causando danos generalizados em toda a região. O furacão Daniel despejou quantidades recordes de chuva no país, afetando particularmente a área em torno da cidade de Derna, onde duas barragens construídas para proteger a cidade de inundações, ruíram. Milhares de pessoas morreram e ao menos 10 mil estão desaparecidas. A ONU reportou que pelo menos 30 mil pessoas já tinham sido deslocadas das áreas atingidas<sup>54</sup>.

O *People's Health Movement* expressou a sua [solidariedade ao povo líbio após as inundações](#) que deixaram toda uma comunidade devastada com milhares de mortos e muitas outras afetadas pelas consequências desta catástrofe. Também instou a comunidade internacional e as organizações da sociedade civil a prestarem a ajuda necessária para resgatar os sobreviventes e reconstruir as comunidades nas áreas afetadas, sem uma agenda geopolítica nestes tempos de crise<sup>55</sup>.

## Meio Ambiente e Crise Climática



Crédito: "Azote for Stockholm Resilience Centre, baseado na análise de Richardson et al 2023".

A *Planetary Health Alliance* compartilhou o estudo divulgado pelo Stockholm Resilience Centre. O estudo aponta que pela primeira vez os cientistas quantificaram todos [os nove limites planetários](#). Seis delas já foram transgredidas e estamos aumentando a pressão sobre as demais. “Do aquecimento global à biosfera e à desflorestação, dos poluentes e plásticos aos ciclos do azoto e da água doce: seis das nove fronteiras planetárias estão a ser ultrapassadas, ao mesmo tempo que a pressão em todos os processos fronteiraços está a aumentar”, mostra a investigação publicada na revista *Science Advances*<sup>56</sup>.

Os especialistas em clima da *ActionAid International* afirmaram que a Cúpula da Ambição Climática é uma [oportunidade para tomar decisões ousadas sobre crises climáticas](#). No início da Semana do Clima de Nova Iorque e na véspera da Cimeira sobre a Ambição Climática do Secretário-Geral da ONU, a líder global em justiça climática da *ActionAid*, Teresa Anderson, afirmou que o 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado no início deste ano, evidenciou que apenas ações urgentes e radicais podem ajudar a evitar um futuro sombrio para o nosso planeta<sup>57</sup>.

Ao abordar [as mudanças climáticas e inundações na Líbia](#), a *CARE International* aponta que a crise que atingiu a Líbia passa como um pano de fundo para a Semana do Clima, o evento anual sobre o clima que se realiza em Nova Iorque em parceria com a Assembleia Geral das Nações Unidas. As alterações climáticas estão a aumentar a frequência e a intensidade de eventos extremos como o de Daniel e a CARE, em conjunto com outros grupos, prestam assistência humanitária ampliando os seus esforços e adaptando-se através da inovação<sup>58</sup>.

Segundo a DNDi, [a África deve reforçar a investigação sobre doenças sensíveis ao clima](#). O diretor da África Oriental, Samuel Kariuki, aponta profunda preocupação com a mudança nos padrões das doenças causadas pelas alterações climáticas. Existem cada vez mais provas de que as alterações climáticas estão a agravar a propagação geográfica e a incidência de doenças infecciosas. Os cientistas descobriram que vetores como os mosquitos e os flebotomíneos estão a prosperar mais devido às temperaturas mais altas, ao aumento das chuvas e às inundações.

Esses insetos transmitem doenças como leishmaniose e dengue, que são classificadas como doenças negligenciadas por receberem pouca atenção da agenda global de saúde<sup>59</sup>.

Segundo a *Planetary Health Alliance*, a primeira plataforma global [de dados sobre extração de sedimentos marinhos](#), a *Marine Sand Waich*, concluiu que a indústria de dragagem está a desenterrar o equivalente a mais de 1 milhão de caminhões basculantes por dia, impactando significativamente a biodiversidade e as comunidades costeiras. São 6 bilhões de toneladas de areia extraídas anualmente, aumentando a pressão sobre a vida marinha<sup>60</sup>.

A *Interacademy Partnership* e a IANAS apresentaram a Carta de Manaus, que resultou do encontro realizado em Manaus, intitulado "Ciência por e para a Amazônia," na primeira semana de agosto. A carta destaca a necessidade de pôr fim à destruição florestal e transformar as bases econômicas da região. Foi entregue à ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Luciana Santos, durante eventos que antecederam a Cúpula da Amazônia e promoveram um diálogo entre a sociedade civil e os governos dos países da região<sup>61</sup>.

A *Planetary Health Alliance* divulgou o projeto "[Medicina para um Planeta em Mudança](#)". O projeto enfatiza a preparação dos profissionais de saúde para responder às demandas decorrentes dos impactos climáticos. Do calor extremo aos desastres naturais, as mudanças ambientais têm impacto na nossa saúde<sup>62</sup>.

Durante a Cúpula do Clima, a *CARE International* liderou um evento paralelo sob o título "[Adaptação Liderada Localmente](#)" no dia 5 de Setembro de 2023. O painel conduzido por funcionários da CARE do Malawi, Uganda e Zâmbia, discutiu os aprendizados sobre como as iniciativas das comunidades podem ser implementadas para resolver os problemas das alterações climáticas. Chikondi Chabvuta, Conselheiro Regional de Advocacy da CARE para a África Austral e moderador do evento disse: "A Adaptação Liderada Localmente reconhece o valor do conhecimento e experiência local para lidar com o risco climático e garante que os intervenientes locais na linha da frente das alterações climáticas tenham acesso equitativo ao poder e recursos para construir resiliência<sup>63</sup>."

A *CARE International* lançou o "Acelerador de Soluções Climáticas" na [Semana do Clima de 2023](#). O Acelerador servirá como uma incubadora para parcerias estratégicas com a comunidade de empreendimentos sociais para amplificar, expandir e dimensionar soluções climáticas, para ampliar respostas humanitárias resilientes às alterações do clima<sup>64</sup>.

A OXFAM organizou uma campanha de arrecadação de fundos para auxiliar na emergência no [Marrocos](#), que já resultou em mais de duas mil mortes e mais de dois mil feridos<sup>65</sup>.

A OXFAM fez um apelo por um [mundo mais igualitário](#), onde aqueles vulneráveis à crise climática tenham os recursos para sobreviver e a oportunidade de construir futuros sustentáveis<sup>66</sup>.

A OXFAM ressaltou a necessidade premente de uma [agricultura resiliente](#) às mudanças climáticas e sistemas alimentares sustentáveis na África. Também mencionou a importância de envolver líderes africanos na realização dos compromissos do Protocolo de Maputo, que visa destinar pelo menos 10% do orçamento nacional à agricultura<sup>67</sup>.

A OXFAM alertou sobre uma estimativa que aponta um aumento de 1/3 na [fome](#) crônica até 2050 nos 10 principais locais afetados pelas mudanças climáticas, o que representa 11,3



milhões de pessoas em risco adicional. Nações mais ricas foram instadas a agir imediatamente para ajudar os países vulneráveis<sup>68</sup>.

A OXFAM destacou as [manifestações](#) no Peru que exigiram ação mais vigorosa na proteção do clima como parte do movimento nas redes sociais com #MakeRichPollutersPay<sup>69</sup>.

A OXFAM ressaltou que na [Somália](#), milhões de pessoas enfrentam escassez de alimentos e água. Ao mesmo tempo, instou os poluidores ricos a intensificarem a redução das emissões e financiarem o apelo da ONU para água e saneamento<sup>70</sup>.

A OXFAM destacou que o apoio com caminhões-pipa em regiões da África afetadas pela [seca](#) é insustentável e prejudicial para os meios de subsistência pastoris<sup>71</sup>. Em situações de [emergência](#), a OXFAM destacou que os riscos à saúde aumentam devido a doenças como cólera, diarreia, disenteria, shigelose e febre tifoide. Portanto, a assistência deve ser priorizada para comunidades marginalizadas, com a participação ativa da comunidade<sup>72</sup>.

A OXFAM realçou a urgência de uma transição justa e inclusiva para a [energia limpa](#), a fim de mitigar os impactos das mudanças climáticas e reduzir a desigualdade, evitando consequências prejudiciais<sup>73</sup>.

A *Greenpeace* enfatizou a campanha nas redes sociais #WorldCarFreeDay, realçando que, embora os carros sejam o meio de transporte mais poluente e ineficiente das cidades, eles ocupam 80% dos espaços públicos. A organização sugeriu aumentar as áreas livres de [carros](#) e priorizar caminhadas, ciclismo e transporte público<sup>74</sup>.

A *Greenpeace* destacou as manifestações contra a [indústria de combustíveis fósseis](#) e demandou que, em meio à atual crise energética global, a indústria de combustíveis fósseis continue colocando os lucros acima das pessoas, quando deveriam pagar pelos danos que causaram<sup>75</sup>.

A *Greenpeace* apontou várias maneiras pelas quais a [indústria da moda](#), que consome grandes quantidades de água e combustíveis fósseis, pode ser mais sustentável e destacou formas simples de mudar nossos hábitos de consumo de roupas<sup>76</sup>.

A *Greenpeace* destacou o impacto do [petróleo](#) nas comunidades costeiras de Salvador e Recife no Brasil, onde foram detectadas manchas de óleo, e enfatizou a necessidade de evitar novas explorações em áreas sensíveis, como a Baía da Foz do Amazonas<sup>77</sup>.

A *Greenpeace* destacou a [III Marcha das Mulheres Indígenas](#) na semana anterior à votação do Marco Temporal no STF, na qual as mulheres exigiram proteção para seus biomas e suas vidas<sup>78</sup>.

A *Greenpeace* destacou a tragédia que ocorreu no Rio Grande do Sul após a passagem de um [ciclone extratropical](#), enfatizando que eventos climáticos extremos como esse podem ser evitados com ações adequadas<sup>79</sup>.

A *Greenpeace* destacou as [queimadas](#) na Amazônia, que continuam afetando a vida e a saúde das pessoas que vivem em áreas afetadas e próximas<sup>80</sup>.

A *Greenpeace* destacou que, com sete votos a dois, o STF encerrou a discussão sobre o [Marco Temporal](#), que permitia a exploração de terras indígenas com base em uma data específica<sup>81</sup>.

## Desigualdade de gênero e insegurança alimentar

Em relatório, a *CARE International* aponta que o crescimento do PIB não é solução para a insegurança alimentar global, se não houver investimento na igualdade de gênero. O relatório examinou a fome em todo o mundo através das lentes da desigualdade global. Entre as suas principais conclusões, afirma que [a desigualdade de gênero é simultaneamente um fator que agrava a crise alimentar](#) e que enfrentá-la é uma solução fundamental para melhorar a segurança alimentar global<sup>82</sup>.

Na Cúpula Anual da Concordia de 2023, a presidente e CEO da CARE EUA, Michelle Nunn, liderará uma discussão examinando como algumas das empresas líderes mundiais estão enfrentando os [desafios de gênero nas cadeias de abastecimento globais](#). Com o tema “Mulheres nas cadeias de fornecimento: Abordando riscos de gênero para mulheres e empresas”, discutiram o papel crítico que as mulheres desempenham nas cadeias de abastecimento, bem como os desafios que enfrentam e como a indústria pode enfrentá-los<sup>83</sup>.

A *CARE International* divulgou [relatório inaugural de impacto na justiça econômica das mulheres](#): “Ajudando as mulheres a ganhar, economizar e investir”. O relatório fornece uma visão geral das realizações da organização no avanço da justiça econômica para as mulheres em todo o mundo, incluindo o sucesso dos seus grupos de poupança, que melhoraram a vida de 17,7 milhões de pessoas em todo o mundo, 78% das quais são mulheres. Além disso, a CARE melhorou o acesso ao financiamento ou a competências relacionadas com negócios para mais de 150.000 empresários, 68% dos quais são mulheres<sup>84</sup>.

## Direitos sexuais e reprodutivos

O *People's Health Movement* mobilizou a Campanha “[PHM pelo Direito ao Aborto Seguro](#)”, ação direcionada para o Dia Internacional do Aborto Seguro, que ocorrerá em 28 de setembro. Este ano, a campanha enfatiza o acesso ao aborto seguro, de qualidade e legal, e o fortalecimento da solidariedade global com os movimentos feministas. Afirma defender os direitos ao aborto de todas as jovens, mulheres e pessoas de gênero não binário e a justiça reprodutiva. Reitera que o aborto é cuidado de saúde e o acesso equitativo ao aborto seguro, legal e fornecido pelo sistema de saúde não deve ser comprometido em nenhuma circunstância<sup>85</sup>.

## Doenças negligenciadas

Conforme a DNDi, a Índia está a caminho para [eliminar de forma sustentável a leishmaniose visceral](#), também conhecida como calazar. Os casos caíram 98% nos últimos 14 anos. 44.533 pessoas foram diagnosticadas com leishmaniose visceral em 2007, mas em 2022, apenas 834 casos foram notificados. Esta redução dramática é em grande parte o resultado de um programa nacional para controlar a doença que começou no início dos anos 90. O programa tem pressionado constantemente a adoção de tratamentos mais curtos e seguros, como a anfotericina B lipossomal em dose única, introduzida no país pela DNDi em 2014<sup>86</sup>.

## Vacinas - Doenças infecciosas

As empresas *Cepheid* e a *Danaher* anunciaram que estão reduzindo em 20% o [preço do teste Xpert MTB/RIF](#) em países com alta carga de tuberculose. Embora essa seja uma conquista importante, as corporações não reduziram o preço do teste Xpert MTB/XDR, utilizado para diagnosticar a forma mais grave da tuberculose, que continuará custando 14,90 dólares. MSF



pede para a *Cepheid* e a *Danaher* que trabalhem para reduzir os preços dos outros cartuchos, para que mais pessoas possam acessar a testes<sup>87</sup>.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou do lançamento do “Consórcio Global HPV: Trabalhando Juntos para [Prevenir o HPV e Eliminar o Câncer Cervical](#)”, em Kuala Lumpur (Malásia), nos dias 5 e 6 de setembro. A representante da WFPHA ressaltou a importância de garantir o acesso universal à vacinação contra o HPV para meninas e meninos em todas as nações<sup>88</sup>.

### **Covid-19**

A WADEM publicou um artigo sobre como a [musicoterapia](#) pode fornecer um ambiente seguro e de apoio para as crianças processarem suas emoções e lidarem com a dor de perder um dos pais por causa do Covid-19<sup>89</sup>.

### **Promoção da saúde**

A *Planetary Health Alliance* divulgou o artigo “[Benefícios para a saúde dos programas Ruas Abertas na América Latina](#): uma avaliação quantitativa do impacto na saúde”, de Velázquez-Cortés et. al. (2023). Na pesquisa, os autores quantificaram os impactos na saúde e na economia das iniciativas de Ruas Abertas sobre a atividade física em 15 cidades latino-americanas<sup>90</sup>.

A *Planetary Health Allianc* compartilhou o artigo que aborda quais políticas governamentais, que visam criar dietas saudáveis a partir de [sistemas alimentares sustentáveis](#), têm o potencial de abordar simultaneamente a subnutrição, a obesidade e a sustentabilidade ambiental<sup>91</sup>.

A *Planetary Health Alliance* compartilhou o artigo de Woerden et. al. (2023) “Economia pós-crescimento: uma obrigação para a justiça na saúde planetária”, em que os autores fazem um apelo à ação [para uma agenda decolonial de saúde eco-justa](#)<sup>92</sup>.

### **Dia Mundial da Segurança do Paciente**

Antes do Dia Mundial da Segurança do Paciente, 17 de setembro, a diretora executiva do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN), Howard Catton, apelou a uma ação urgente em matéria de segurança do paciente para apoiar a [nova carta da Organização Mundial de Saúde sobre os direitos de segurança do paciente](#). Após moderar uma das sessões de grupo de revisão da Carta, sublinhou a importância de criar uma cultura nos ambientes de saúde que defenda a aprendizagem contínua e a melhoria da qualidade, bem como uma cultura que apoie a transparência, e ouça e atue com base no feedback dos pacientes e trabalhadores de saúde. Apelou aos governos para que prestem atenção às histórias trágicas de pacientes e familiares de pacientes que foram feridos ou morreram desnecessariamente e tomem medidas urgentes para tornar a segurança dos pacientes uma prioridade renovada<sup>93</sup>.

Na passagem do [Dia Mundial da Segurança do Paciente](#), em 17 de setembro, a *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)* destacou o tema deste ano “Envolver os pacientes para a sua segurança”, lembrando o papel essencial que os pacientes, juntamente com seus familiares e cuidadores, desempenham na garantia da segurança dos cuidados de saúde<sup>94</sup>.

## Guerras e conflitos

Em 6 de setembro, um mercado em Kostiantynivka, na região de Donetsk, na Ucrânia, sofreu um [ataque](#) onde pelo menos 17 pessoas morreram na explosão. Desde o ataque, Médicos Sem Fronteiras (MSF) vem apoiando o departamento de emergências do ministério da Saúde, atendendo às necessidades urgentes das pessoas feridas no hospital central da cidade<sup>95</sup>.

A WADEM publicou um novo podcast no qual o Dr. Rajeev Fernando forneceu uma [atualização da situação da Ucrânia](#) e os desafios que a guerra em curso está causando para hospitais e clínicas em todo o país. Foram discutidos os problemas crônicos de saúde da população civil, as preocupações de segurança dos trabalhadores humanitários e a dependência da Ucrânia de ONG internacionais para cuidados médicos<sup>96</sup>.

A *International Federation of Social Workers* está profundamente preocupada com a recente eclosão da guerra no Azerbaijão, com o lançamento de operações contra as forças armênias na disputada região de Nagorno-Karabakh<sup>97</sup>.

## Impostos sobre grandes fortunas

A OXFAM realçou que na última década a [fortuna](#) das pessoas com mais de US\$ 50 milhões cresceu quase 20%, enquanto os bilionários tiveram um aumento superior a 100%<sup>98</sup>. Da mesma forma que em 2021, a OXFAM enfatizou que 136 países concordaram em estabelecer um nível mínimo de [impostos](#) para empresas multinacionais. Agora, milionários, políticos e economistas estão instando os líderes do G20 a fazerem o mesmo com os indivíduos mais ricos do mundo<sup>99</sup>.

## Farmacovigilância

A *Public Citizen* celebrou a notícia de que a FDA concordou que a dosagem oral de [fenilefrina não é eficaz](#) no tratamento da congestão nasal, com base em dados de uma avaliação realizada com novos equipamentos eletrônicos, bem como em três ensaios clínicos. A organização também instou a FDA a retirar prontamente a fenilefrina do mercado<sup>100</sup>.

## Sistemas de saúde

A presidente do Conselho da *International Alliance of Patients' Organizations*, Neda Milevska-Kostova, participará de um painel de especialistas regionais se reunirá para abordar [áreas cruciais que afetam a prestação sustentável de serviços de saúde](#), tais como: despesas com saúde, indicadores populacionais, resultados de saúde, fatores macro (incluindo fatores políticos, de governança, ambientais e socioeconômicos). No evento a Presidente tratará sobre a necessidade de buscar um consenso sobre como construir uma saúde melhor para o futuro<sup>101</sup>.

## Tecnologia de incentivo à atividade física

A Federação Mundial do Coração (WHF) uniu forças com o fornecedor de software dinamarquês IQNITER para promover a conscientização sobre a saúde cardíaca por ocasião do Dia Mundial do Coração, comemorado anualmente em 29 de setembro. A [ferramenta inovadora promove a motivação para exercícios simples, coletando dados de frequência cardíaca](#) e exibindo visualmente os corações para refletir a intensidade e ajudando a atingir o mínimo de 150 minutos de atividade física moderada recomendado pela OMS. As doenças cardiovasculares (DCV) ainda ceifam mais vidas do que qualquer outra doença – mais de 20 milhões em 2021 –

embora até 80 por cento dos ataques cardíacos e acidentes vasculares cerebrais prematuros possam ser evitados<sup>102</sup>.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### **78ª Assembleia da ONU**

A FIND destacou sua participação na Assembleia Geral das Nações Unidas como parte de [encontros de alto nível](#) sobre Tuberculose, Cobertura Universal de Saúde e Prevenção e Resposta a Pandemias<sup>103</sup>. A FIND mencionou sua participação na [Cúpula da Ciência](#) durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, com o propósito de discutir como avançar na missão dos cem dias, uma iniciativa focada em medidas para enfrentar potenciais pandemias<sup>104</sup>. A FIND ressaltou sua [participação](#) prévia na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Tuberculose, em conjunto com a TB Alliance e a IAVI, para discutir novas ferramentas no combate à tuberculose<sup>105</sup>.

O *Global Fund* ressaltou que, por ocasião da [78ª Assembleia Geral das Nações Unidas](#), os líderes mundiais têm uma oportunidade incrível para intensificar a luta contra a tuberculose, expandir a cobertura universal de saúde e melhor se preparar para futuras pandemias<sup>106</sup>.

Aproveitando o contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2023, a GAVI, *the Vaccine Alliance* [ratificou seu compromisso em relação à ações que contribuam para uma maior cobertura vacinal global](#). Para além disso, a mensagem aponta preocupações referentes aos desafios e oportunidades ligadas ao desenvolvimento sustentável, afirmando as consequências devastadoras das mudanças climáticas para a saúde da população, recomendando que os países deem prioridade à imunização de rotina, movimento necessário para uma maior cobertura de saúde entre os países, além de contribuir na prevenção, preparação e respostas a pandemias (PPRP)<sup>107</sup>.

### **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

O *Global Fund* destacou que parceiros estão trabalhando para alcançar o terceiro objetivo de desenvolvimento sustentável na [Nigéria](#), chegando a comunidades remotas para fornecer cuidados de saúde<sup>108</sup>.

O *Sustainable Health Equity Movement* (SHEM) anunciou a realização no dia 28 de setembro de webinar, junto com a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, sobre os [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](#), com o objetivo de discutir como o princípio da equidade sustentável na saúde pode ser utilizado para fazer avançar a agenda dos ODS de uma forma prática<sup>109</sup>.

### **Segurança digital**

A *International Hospital Federation* divulgou podcast sobre a [segurança digital](#), afirmando que “a higiene cibernética é tão importante quanto a higiene médica”<sup>110</sup>.

### **Pesquisa & Desenvolvimento**

O Reino Unido confirmou sua reintegração no programa Horizon Europe, o que é uma conquista significativa para a ciência e saúde global segundo a *Wellcome Trust*. O Horizon Europe é [o maior programa de colaboração internacional em pesquisa do mundo](#), contando agora com o retorno do Reino Unido, com a já presença da maioria dos países europeus, Israel e Nova Zelândia, além de que Coreia do Sul, Japão e Canadá estão em negociações para ingressar. O

orçamento conjunto é de quase €100 bilhões, permitindo que pesquisadores desses países solicitem financiamento e liderem projetos como o bem-sucedido *Human Brain Project*. A Wellcome relata que desempenhou um papel persistente de *advocacy* ao defender em vários níveis políticos a participação do Reino Unido no programa. Agora a fundação declara estar focada em influenciar o programa que sucederá ao *Horizon Europe* em 2027, buscando soluções para os desafios urgentes de saúde global<sup>111</sup>.

O acesso à [tecnologia de bioimagem](#) é fundamental para a pesquisa em saúde, e a *Wellcome Trust* quer demonstrar seu comprometimento em eliminar barreiras nesse campo. A organização já apoiou projetos como o eBIC e o UK *Biobank Whole Organ Imaging Studies*, e após encomendar uma análise global identificou persistentes barreiras infraestruturais e técnico-científico no campo da bioimagem. Essas barreiras incluem custos elevados de equipamentos, falta de acesso a instalações de imagem e falta de expertise técnica, afetando especialmente pesquisadores em países de baixa e média renda. O objetivo é ampliar os horizontes dessa área da ciência assim como garantir acesso equitativo à tecnologia de bioimagem<sup>112</sup>.

A GAVI, *the Vaccine Alliance* apresenta a bem sucedida [parceria desenvolvida com a Orange Côte d'Ivoire e o Ministério da Saúde, Higiene Pública e Cobertura Universal de Saúde da Costa do Marfim](#) no que diz respeito a melhoria significativa na cobertura vacinal de rotina na Costa do Marfim. A M-Vaccin, uma plataforma tecnológica inovadora que simplifica o gerenciamento da vacinação e permite o rastreamento preciso de dados, vem sendo utilizada em diversas regiões do país, com o planejamento de expansão para uma cobertura em todo o território nacional da Costa do Marfim<sup>113</sup>.

## Saúde mental

Uma pesquisa financiada pela *Wellcome Trust* investigará [como o exercício físico exerce efeitos antidepressivos](#). O estudo, que será um dos maiores do tipo, envolverá 250 participantes com depressão, avaliando mudanças nos sistemas cerebrais que processam recompensa e esforço ao longo de oito semanas. A pesquisa se concentrou em exercícios aeróbicos, que demonstraram os maiores efeitos antidepressivos. Os resultados podem ajudar a entender como o exercício afeta processos motivacionais no cérebro e melhorar tratamentos para pessoas com depressão, permitindo intervenções clínicas personalizadas mais eficazes desde estágios iniciais<sup>114</sup>.

Por ocasião da passagem do [Dia Mundial do Alzheimer](#), em 21 de setembro, a Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) publicou nota, lembrando que quase 10 milhões de pessoas são diagnosticadas com demência anualmente e mais de 55 milhões de pessoas vivem com a doença em todo o mundo. A IFA faz um apelo para sensibilizar, incentivar o apoio, reduzir o estigma e apoiar a inovação relativas a essa doença<sup>115</sup>.

## Inovação e ética

A *International Hospital Federation (IHF)* publicou artigo sobre o papel das organizações globais de saúde na promoção da inovação e da ética. O artigo conclui que “À medida que surgem abordagens de [cuidados de saúde mais inovadoras](#) (sejam tecnologias, processos, planos de força de trabalho), novas questões éticas também surgem e as organizações globais de saúde devem encontrar um equilíbrio entre a aspiração de utilização, a gestão de riscos e a ética de utilização”<sup>116</sup>.

## Crise climática

A Fundação *Rockefeller* anunciou um investimento de mais de US\$ 1 bilhão ao longo dos próximos cinco anos para impulsionar [a transição global para o clima](#)<sup>117</sup>. A estratégia aponta que “apenas cerca de 2% do capital filantrópico mundial está focado nas alterações climáticas” e que para se contrapor a isso propõe dois pilares principais: unir o mundo para enfrentar a mudança climática de forma mais coordenada e aproveitar as oportunidades da transição climática para incluir bilhões de pessoas historicamente excluídas do acesso à energia. A fundação também se compromete a se desfazer de investimentos em combustíveis fósseis, tornando-se a maior fundação dos EUA a aderir ao movimento de desinvestimento. A estratégia de tamanho investimento aborda a integração da mudança climática nas áreas de energia, saúde, alimentação e finanças, buscando acelerar transformações em sistemas regionais africanos e globais. Dessa maneira, apoiará iniciativas para fornecer [acesso confiável à eletricidade a mais de três bilhões de pessoas e investirá em saúde e alimentação sustentável](#)<sup>118</sup>.

De acordo com a GAVI, *The Vaccine Alliance*, [as mudanças climáticas vêm contribuindo para a manifestação de casos de malária no Quênia](#). Segundo a matéria, nos últimos dois anos, a região sofreu com uma seca intensa, em parte causada pelo aquecimento global, o que também proporciona condições favoráveis para o desenvolvimento dos mosquitos que transportam o parasita da malária. Uma maior sistematização da vacinação no país pode contribuir para o combate frente ao número de casos<sup>119</sup>.

Durante a Cúpula Climática da África, a Fundação *Rockefeller* incentivou os países africanos a explorarem o potencial dos [mercados de carbono](#) para financiar esforços de combate às mudanças climáticas. Estima-se que a África possa gerar até US\$30 bilhões em receita até 2030 por meio da venda de créditos de carbono, nessa nova solução de Mercado. O Quênia, por exemplo, está trabalhando em emendas à legislação para promover o seu próprio mercado de carbono. Isso vem porque a criação de regulamentações e um ambiente favorável a investidores é crucial para atrair esses projetos de desenvolvimento<sup>120</sup>.

## Saúde materna

A Fundação *Gates* esteve investida nessa quinzena na preparação de seu evento [Goalkeepers 2023](#) que ocorreu entre 19 a 20 de setembro na cidade de Nova York, concomitante a 78ª Assembleia Geral da ONU. Esse evento vem para formalizar o lançamento de seu relatório anual. O relatório de 2023 teve como destaque a urgência de melhorar a saúde materna e infantil em todo o mundo. Embora tenhamos feito progressos significativos nas últimas décadas, as taxas de mortalidade materna e infantil ainda são alarmantemente altas, especialmente em países de baixa e média renda. O relatório destaca três inovações promissoras para melhorar a saúde materna e infantil: o uso de uma *drape* obstétrica para identificar hemorragias pós-parto, infusões intravenosas de ferro para tratar a anemia em gestantes e o uso de um antibiótico, azitromicina, para prevenir infecções durante o parto<sup>121</sup>.

Um estudo financiado pela *WellcomeTrust* na África do Sul busca [proteger mulheres grávidas dos efeitos adversos do calor extremo causado pelas mudanças climáticas](#). A pesquisa demonstra que o calor pode levar a complicações como diabetes gestacional, hipertensão induzida pela gravidez, baixo peso ao nascer, prematuridade, trabalho de parto prolongado e natimortos em mulheres grávidas. O estudo concentra-se em intervenções de adaptação, como mudanças comportamentais, como o aumento do consumo de água e o plantio de árvores, além de mudanças de políticas e sistemas de alerta precoce. O projeto busca contribuir com o

desenvolvimento de conhecimento para as gerações futuras e na busca de auxiliar populações vulneráveis na adaptação aos impactos do aquecimento global na saúde<sup>122</sup>.

### **Guerras e conflitos**

O *Center for Strategic and International Studies* publicou uma reportagem sobre [os desafios enfrentados pelas exportações armadas da Rússia](#). O relatório comunica que o papel da Rússia como importante fornecedor mundial de armas estaria ameaçado devido à competitividade internacional, em especial, devido à guerra com a Ucrânia desde fevereiro de 2022<sup>123</sup>.

### **Segurança alimentar**

O *Center for Strategic and International Studies* levantou um informe sobre a [pesca para Segurança Alimentar](#) na região de Tindouf, Argélia, analisando a situação de criação de Tilápia nas regiões com uma extensa rede de aquíferos embora a escassez da água restrinja sua produção, os sarauís terão de continuar a procurar soluções sustentáveis<sup>124</sup>.

### **Comércio exterior**

O *Center for Strategic and International Studies* publicou uma nota sobre [a relação EUA-China respeito aos problemas econômicos da China](#). Com o objetivo de promover laços comerciais entre os Estados Unidos e a China, a Secretária de Comércio estadunidense, Gina Raimondo, visitou a China, uma vez que ambas economias estão altamente integradas<sup>125</sup>.

### **Doenças crônicas não transmissíveis**

A FIND destacou a importância da colaboração para superar as barreiras de acesso aos [dispositivos de testagem](#) e aos testes de diagnóstico como parte fundamental do manejo da diabetes<sup>126</sup>.

A FIND divulgou a apresentação de sua [pesquisa](#) no congresso da Sociedade de Endocrinologia, Metabolismo e Diabetes da África do Sul, que abordou o desempenho de diversos dispositivos de diagnóstico de diabetes mellitus no local de atendimento<sup>127</sup>.

A FIND, durante a [Semana Global de Ação sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis](#) destacou a importância do diagnóstico como a primeira linha de defesa contra essas doenças<sup>128</sup>. Também ressaltou, que o diagnóstico e tratamento são essenciais para evitar complicações a longo prazo e reduzir a [mortalidade prematura devido à diabetes](#)<sup>129</sup>.

### **Doenças Infecciosas**

A FIND divulgou a chamada para [parcerias](#) na fabricação e comercialização de um teste de diagnóstico rápido para esquistossomose, com foco em países de baixa renda<sup>130</sup>. Também anunciou uma redução de preço para cartuchos de teste de diagnóstico [Xpert](#) para Tuberculose, em parceria com o Global Fund, Stop TB, USAID e Danaher Corporation<sup>131</sup>.

O *Global Fund* ressaltou a importância das [doações](#) como parte da estratégia para erradicar a tuberculose, assim como a necessidade de alcançar migrantes na região do Grande Mekong com testes e tratamentos. Nesse sentido, uma Força-Tarefa se reuniu no Vietnã para discutir a integração dos migrantes nos programas nacionais de saúde<sup>132</sup>.



O *Global Fund* enfatizou que a [malária](#) é uma doença altamente sensível ao clima, especialmente a tempestades e inundações. Devido ao contexto atual, estima-se que o clima possa causar mais de 250 mil mortes por ano, com 60 mil delas devido às mudanças climáticas<sup>133</sup>.

O *Global Fund* anunciou a disponibilidade de seu [Relatório de Resultados de 2023](#), destacando as milhões de pessoas que foram atendidas e salvas graças às intervenções na luta contra o HIV, tuberculose e malária<sup>134</sup>. Também enfatizou que a Indonésia está empregando o [sequenciamento genômico](#), inicialmente desenvolvido para combater a COVID-19, em outras enfermidades, como a tuberculose, com o propósito de acelerar a identificação de tratamentos aprimorados e conter surtos de forma mais eficiente<sup>135</sup>.

## **Cúpula do G20**

A FIND sublinhou que, durante a recente cúpula do G20, os participantes emitiram uma [Declaração](#) ressaltando seu compromisso com prioridades como o fortalecimento da saúde global, a melhoria da colaboração entre finanças e saúde, a construção de infraestrutura pública digital e a promoção da equidade de gênero<sup>136</sup>.

## **Equidade sustentável em saúde**

O *Sustainable Health Equity Movement* (SHEM) repercutiu artigo de Michael Marmot, publicado no jornal *The Guardian*, intitulado “[quem vive e quem morre na próxima pandemia mundial não deveria depender de onde mora](#)”<sup>137</sup>.

## **Agentes Comunitários de Saúde**

O *Global Fund* registrou sua colaboração com a Fundação *Rockefeller* para apoiar mais de 4.000 agentes comunitários de saúde em [Burkina Faso](#), fornecendo ferramentas digitais para combater doenças e melhorar a saúde da comunidade<sup>138</sup>. Também destacou sua participação na [Iniciativa Global Clinton 2023](#), onde foi enfatizado o papel crucial dos agentes comunitários de saúde na construção de sistemas de saúde resilientes e sustentáveis. Também chamaram a atenção para a necessidade de expandir e profissionalizar esse importante força de trabalho<sup>139</sup>.

## **Desigualdade de gênero**

A GAVI, *the Vaccine Alliance* reporta estudo conduzido que aponta [possíveis relações entre a desigualdade de gênero e a resistência à medicamentos no Nepal](#). As mulheres muitas vezes solicitam antibióticos, buscando acelerar a recuperação dos sintomas leves e normalmente associados a um resfriado comum, por exemplo. Isso pois atividades como cuidar dos filhos, cozinhar, cultivar e cuidar do gado, são interrompidas. Como resultado, solicitam frequentemente antibióticos para acelerar a sua recuperação, o que pode contribuir para uma maior resistência do organismo a tais antibióticos. É necessário, segundo os pesquisadores, progredir com ações em cinco pilares: sensibilização, vigilância, prevenção e controle de infecções (PCI), inovação racional na investigação e coordenação e envolvimento, e em todos os pilares, a desigualdade de gênero nas tarefas domésticas deve ser levantada e trabalhada<sup>140</sup>.

## **Saúde ocupacional**

A GAVI, *The Vaccine Alliance* apontou a necessidade de discutir [a questão do esgotamento entre os profissionais de saúde](#), considerando este tema basilar no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a saúde. A partir de estudos realizados em parceria com a Organização Mundial da Saúde, constatou-se que aproximadamente 50% dos profissionais de saúde sofrem de esgotamento. Ao focar nos

enfermeiros e médicos, a taxa de esgotamento dos profissionais de saúde aumenta para preocupantes 66% – dois em cada três prestadores<sup>141</sup>.

## EVENTOS

### Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na semana de realização pela ONU da reunião de Cúpula dos ODS, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização “[Os ODS perderam a sua força aspiracional?](#)”. No dia 28 de setembro de 2023, às 14h (CEST), renomados palestrantes globais se reunirão para um intercâmbio sobre o estado atual dos ODS e como o princípio da equidade sustentável na saúde pode ser utilizado para avançar a agenda dos ODS de uma forma prática<sup>142</sup>.

### Dia Mundial da Saúde Ambiental

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização, no dia 26 de setembro de 2023, às 13h00 (CEST), em comemoração ao Dia Mundial da Saúde Ambiental, de um painel intitulado “[Defesa do clima e saúde pública na era da saúde digital](#)” para discutir o Guia de Ação Climática para a Saúde, junto com a organização Healthcare without Harm<sup>143</sup>.

### Experiência de enfrentamento a desastres

Em 26 de setembro a WADEM organizará uma palestra intitulada “[Experiência de terremoto](#) em um hospital universitário em Türkiye (Turquia): resposta a um evento inesperado e devastador”, que contará com apresentações dos professores do Hospital Universitário Hacettepe, destacando suas experiências com pacientes pediátricos durante os terremotos que atingiram Türkiye (Turquia) em fevereiro de 2023<sup>144</sup>.

### Papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública

No dia 27 de setembro no [Fórum Europeu de Saúde Gastein 2023](#), a IANPHI conduzirá uma sessão onde examinará a evolução do papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHIs) na abordagem das principais questões que os sistemas de saúde enfrentam em toda a Europa<sup>145</sup>.

### Força de trabalho em saúde mental

A Federação Mundial de Saúde Mental divulgou um webinar que ocorrerá em 4 de outubro sob temática “[Força de trabalho em Saúde Mental na Região do Pacífico: Horizontes e Desafios](#)”<sup>146</sup>.

### Hepatite viral

A FIND divulgou que em dezembro será realizado um [encontro internacional](#) para eliminar a hepatite viral, organizado em parceria com a *Academic Medical Education, the Task Force for Global Health* e a *Coalition for Global Hepatitis Elimination*. Eles também convidaram à submissão de resumos de dados ou pesquisas relacionadas ao tema<sup>147</sup>.

### Segunda Semana Virtual de Saúde Global

A *Consortium of Universities for Global Health* divulgou a realização de sua [Segunda Semana Virtual de Saúde Global](#) entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro<sup>148</sup>.



## Saúde Global sem Fronteiras

A *Consortium of Universities for Global Health* divulgou a realização de sua conferência presencial para o ano de 2024. O evento, com tema “*Global Health Without Borders: Acting for Impact*”, acontecerá em Los Angeles, de 7 a 10 de março de 2024. O prazo para envio de painéis, resumos ou workshops é 30 de setembro<sup>149</sup>.

## Tuberculose resistente a medicamentos<sup>150</sup>

A FIND anunciou o *Encontro da Comunidade Nanopore 2023* em Singapura, agendado para 27 de setembro, onde serão discutidas estratégias de sequenciamento direcionado para detectar tuberculose resistente a medicamentos<sup>150</sup>.

## Cúpula Anual Concórdia 2023

O *Global Fund* anunciou a realização da *Cúpula Anual Concórdia 2023* de 18 a 20 de setembro, onde representantes do setor privado e comunidades priorizam os impactos e os novos desafios das mudanças climáticas na saúde humana<sup>151</sup>.

## Considerações finais

Durante essa quinzena, a centralidade da discussão, no âmbito da sociedade civil, esteve pautada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram debatidos temas importantes sobre saúde global, prevenção de doenças, políticas de equidade de gênero e respeito e garantia dos direitos humanos. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estiveram no centro do debate, destacando-se o desafio de passar da retórica à ação. As guerras em curso no mundo foram mencionadas, porém sem o destaque que obtiveram em momentos anteriores.

As Organizações da Sociedade Civil de interesse privado, em especial, discutiram a inovação tecnológica em saúde como ferramentas para a melhorias dos sistemas de saúde, com maior cobertura. Da mesma forma, foram defendidas políticas de apoio ao tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e das doenças infecciosas, além da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

É digna de nota a diferença de abordagens entre as OSC de interesse público e as de interesse privado. Enquanto as primeiras dedicam-se a denunciar as crises e seus efeitos diferenciados em populações desiguais, as segundas apostam no desenvolvimento de tecnologias materiais para o enfrentamento de problemas definidos de maneira mais restrita ou pontual, seja uma doença, seja uma ação de saúde específica como a vacinação. Em conclusão, vale ressaltar que, ainda que os temas discutidos durante a AGNU representem grandes desafios para o presente e o futuro da humanidade, não há nenhuma garantia de que as discussões realizadas resultem em ações concretas de enfrentamento das múltiplas crises por que passa o mundo.

## Referências

- 1 IUHPE. Equity in health is our mission and raison d'être. Watching UNGA unfold and paying attention to commitments -and actions- towards the many issues [...] [internet] 2023 sep 20 [cited 2023 Sep 22]. Twitter: @IUHPE. Available from <https://twitter.com/IUHPE/status/1704492979593863301>
- 2 Human Rights Watch [Internet]. Central Asia/US: Put Rights At Heart of Talks; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/central-asia/us-put-rights-heart-talks>

- 3 Human Rights Watch [Internet]. Algeria: Freedom of Association, Assembly Under Attack; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/algeria-freedom-association-assembly-under-attack>
- 4 XFAM INTERNATIONAL. Today at #UNGA78: Join @AmitabhBehar , Executive Director, Oxfam International, for a fireside chat with the United Nations Secretary-General, António Guterres [...]. 16 set. 2023j. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1703015885693477218?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 5 OXFAM INTERNATIONAL. @AmitabhBehar , Executive Director, Oxfam International convened with civil society leaders at the Global People’s Assembly (GPA). GPA is the culmination [...]. 17 set. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1703446731096981848?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 6 OXFAM INTERNATIONAL. Oxfam staff and partners joined thousands in the march to end fossil fuels in New York City, making it the [...]. 18 set. 2023h. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1703784765076242610?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 7 OXFAM INTERNATIONAL. @FatiHassane joins peers to discuss: Building Evidence for Policy Action on the Care Economy #UNGA #UNGA78. 19 set. 2023f. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1704206619049959462?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 8 OXFAM INTERNATIONAL. Countries do not report on their commitment on land, Of the 68 countries that reported on women’s rights to land [...]. 20 set. 2023e. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1704541010552852658?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 9 Greenpeace. Greenpeace Brasil [Internet]. Santuários oceânicos são essenciais para proteção da vida marinha - Greenpeace Brasil; 15 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://act.gp/48gPiwo>
- 10 Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. Na manhã de hoje o presidente @LulaOficial discursará na abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU, a #UNGA. Acompanharemos a [Tweet]; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1704114518211588236?s=20>
- 11 Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. Observamos com atenção o lançamento do Plano de Transformação Ecológica do governo Lula. Entretanto, não aceitaremos que seja apenas retórico [Tweet]; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1704135679066755333?s=20>
- 12 Internacional. Greenpeace Brasil [Internet]. Brasil abre Assembleia Geral da ONU sem surpresas e com foco no combate às desigualdades - Greenpeace Brasil; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://act.gp/3ZkVz6l>
- 13 IFMSA. International Federation of Medical Students Associations [Internet]. The UHCHLM at UNGA78 is off to a start with Member States recommitting to #UHC and adopting the Political Declaration! [Internet]; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1704869452636922314>
- 14 IFMSA. International Federation of Medical Students Associations I. Member States commit to Pandemic Prevention, Preparedness and Response! [Internet]; [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1704506596707971519>
- 15 IFMSA. International Federation of Medical Students Associations I. The UNGA78 General Debate is starting with Sustainable Development and Health [Internet]; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1704136011939201052>
- 16 Women in Global Health [Internet]. Leaving Some Behind? Addressing Challenges to Gender and Sexual and Reproductive Health and Rights in Universal Health Coverage; 19 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://womensingh.org/event/uhc-unga78/>.
- 17 ADVANCING Gender Equity in Health: A Call to Action at UNGA78. Disponível em: <https://womensingh.org/advancing-gender-equity-in-health-a-call-to-action-at-unga78/> . Acesso em: 23 set. 2023.

- 18 PHM | People's Health Movement [Internet]. PHM position on health issues in the 78th UN General Assembly | People's Health Movement; 16 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/phm-position-health-issues-78th-un-general-assembly>
- 19 ACT Promoção da Saúde [Internet]. Iniquidades do acesso à saúde e desenvolvimento sustentável. E mais: aditivos de cigarros voltam à pauta do STF, nova fase da campanha, impostos seletivos. Boletim 195 - Posts | ACT BR; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/iniquidades-do-acesso-a-saude-e-desenvolvimento-sustentavel-e-mais-aditivos-de-cigarros-voltam-a-pauta-do-stf-nova-fase-da-campanha-impostos-seletivos-boletim-195/19620/>.
- 20 World Public Health Nutrition Association. 2023[citado 23 de setembro de 2023]. México aprovou após doze anos de espera a Lei Geral de Alimentação Adequada e Sustentável. Disponível em <https://twitter.com/WPHNA/status/1704516641307119757>
- 21 World Public Health Nutrition Association. 2023[citado 23 de setembro de 2023]. México aprovou após doze anos de espera a Lei Geral de Alimentação Adequada e Sustentável. Disponível em [https://twitter.com/CMonteiro\\_USP/status/1704679347641045092](https://twitter.com/CMonteiro_USP/status/1704679347641045092)
- 22 World Public Health Nutrition Association. 2023[citado 23 de setembro de 2023]. Repostou notícia sobre narrativas corporativas trabalham para derrotar e enfraquecer a tributação de produtos ultraprocessados. Disponível em <https://twitter.com/WPHNA/status/1704901082743488793>
- 23 World Public Health Nutrition Association. 2023[citado 23 de setembro de 2023]. Disponível em <https://twitter.com/IncubatorGHA/status/170488222132588678>
- 24 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. NEW data commons for the Sustainable Development Goals [...] [Tweet]; 22 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1705223333510275417](https://twitter.com/ph_alliance/status/1705223333510275417)
- 25 WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. WFPHA at UNGA78: Statement on Pandemic Prevention, Preparedness and Response | WFPHA; 20 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wfpha-at-unga78-statement-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response/>
- 26 ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN President calls for resilient health systems at UN High Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response; 21 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-president-calls-resilient-health-systems-un-high-level-meeting-pandemic-prevention>
- 27 STOPAIDS. 2023 [citado 22 de setembro de 2023]. STOPAIDS statement at the Pandemic Prevention, Preparedness & Response High-Level Meeting. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/09/20/stopaids-statement-at-the-pandemic-prevention-preparedness-response-pppr-un-high-level-meeting/>
- 28 @peoplesvaccine. Twitter [Internet]. So basically 20% of the supply would go to 80% of the world population [...] [Tweet]; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1704820397814829561?s=20> Sept 21 [citado em 2023 sept
- 29 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. Bat advice: leave them alone [...] [Tweet]; 18 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1703890258863997135](https://twitter.com/ph_alliance/status/1703890258863997135)
- 30 Human Rights Watch [Internet]. Governments Should Step Up on Public Health Care Spending; 20 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/21/governments-should-step-public-health-care-spending>
- 31 ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN President says Universal Health Coverage will only be achieved by 2030 if there is a dramatic increase in investment in nursing; 19 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-president-says-universal-health-coverage-will-only-be-achieved-2030-if-there-dramatic>
- 32 MSF Brasil [Internet]. Cobertura universal de saúde: planejamentos desconsideram as pessoas em situação de maior vulnerabilidade - MSF Brasil; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em:

[https://www.msf.org.br/noticias/cobertura-universal-de-saude-planejamentos-desconsideram-as-  
pessoas-em-situacao-de-maior-vulnerabilidade/](https://www.msf.org.br/noticias/cobertura-universal-de-saude-planejamentos-desconsideram-as-<br/>pessoas-em-situacao-de-maior-vulnerabilidade/).

- 33 STOPAIDS. 2023 [citado 22 de setembro de 2023]. Comparing the 2019 and 2023 UHC Political Declarations: STOPAIDS statement. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/09/21/stopaids-statement-on-the-analysis-of-the-2019-and-2023-uhc-political-declarations/>
- 34 NCD Alliance [Internet]. UN High-Level Meeting on Universal Health Coverage falls short of commitments; 22 set 2023 [citado 24 set 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/un-high-level-meeting-on-universal-health-coverage-falls-short-of-commitments>
- 35 NCD Alliance [Internet]. UN High-Level Meeting on Universal Health Coverage falls short of commitments; 22 set 2023 [citado 24 set 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/un-high-level-meeting-on-universal-health-coverage-falls-short-of-commitments>
- 36 IAPO. 2023 [citado 23 de setembro de 2023]. Repostou notícia da UHC2030 sobre compromisso com a saúde para todos. Disponível em <https://twitter.com/UHC2030/status/1703838311515566450>
- 37 IAPO Voice. 2023 [citado 23 de setembro de 2023]. Disponível em <https://twitter.com/IAPOvoice>
- 38 IAPO Voice. 2023 [citado 23 de setembro de 2023]. Happy #WorldPatientSafetyDay! Disponível em [https://twitter.com/search?q=IAPO&src=typed\\_query](https://twitter.com/search?q=IAPO&src=typed_query)
- 39 BEGUM, Rothna; MOHTASHAMI KHOJASTEH, Negar. EU Advances on Treaty to End Violence and Harassment at Work. 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/19/eu-advances-treaty-end-violence-and-harassment-work>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 40 UGANDA: Carry Out Treaty to Protect Everyone at Work. 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/uganda-carry-out-treaty-protect-everyone-work>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 41 PHM | People's Health Movement [Internet]. Rememorando el 11 de septiembre de 1973: 50 años de lucha por la justicia social y la equidad en salud | People's Health Movement; 11 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/es/rememorando-el-11-de-septiembre-de-1973-50-anos-de-lucha-por-la-justicia-social-y-la-equidad-en>
- 42 Human Rights Watch [Internet]. Europe's Lack of New Ideas on Migration is the Real Crisis; 19 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/19/europes-lack-new-ideas-migration-real-crisis>
- 43 Human Rights Watch [Internet]. Cambodia: Dissident, Wife Brutally Assaulted; 19 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/19/cambodia-dissident-wife-brutally-assaulted>
- 44 Human Rights Watch [Internet]. Colombia: Ensure Justice for Army Killings; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/colombia-ensure-justice-army-killings>
- 45 Progressive International [Internet]. [citado 22 de setembro de 2023]. BP's financing of Colombia's murderous military. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-09-21-bps-financing-of-colombias-murderous-military/en>
- 46 Human Rights Watch [Internet]. Access to Justice Remains Elusive for Mqhekezweni Women; 17 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/access-justice-remains-elusive-mqhekezweni-women>
- 47 Human Rights Watch [Internet]. Sri Lanka: Abuses Undercut Proposed 'Truth Commission'; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/18/sri-lanka-abuses-undercut-proposed-truth-commission>
- 48 WMA urges türkiye to respect medical ethics amid persecution concerns [Internet]. [citado 22 de setembro de 2023]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-urges-turkiye-to-respect-medical-ethics-amid-persecution-concerns/>
- 49 ActionAid International [Internet]. ActionAid reacts to earthquake in Morocco – calling for support to affected regions; 9 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em:

<https://actionaid.org/news/2023/actionaid-reacts-earthquake-morocco-calling-support-affected-regions>

- 50 CARE [Internet]. Morocco earthquake relief update: "entire communities completely isolated"; [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/latest-death-toll-morocco-earthquake/>
- 51 CARE [Internet]. Earthquake Latest: "It was a terrifying night for all of us in Morocco" - CARE; 11 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/earthquake-latest-it-was-a-terrifying-night-for-all-of-us-in-morocco/>.
- 52 CARE [Internet]. Morocco earthquake: Shelter an urgent priority for earthquake survivors ahead of winter - CARE; 14 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/morocco-earthquake-shelter-an-urgent-priority-for-earthquake-survivors-ahead-of-winter/>.
- 53 CARE [Internet]. CARE Morocco starts distributions for earthquake-affected populations - CARE; 21 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-morocco-starts-distributions-for-earthquake-affected-populations/>.
- 54 CARE [Internet]. CARE Morocco starts distributions for earthquake-affected populations - CARE; 21 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-morocco-starts-distributions-for-earthquake-affected-populations/>.
- 55 CARE [Internet]. Flooding in Libya: what's happening now & how to help; 15 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/flooding-in-libya-whats-happening-now-how-to-help/>.
- 56 @sthlmresilience. Twitter [Internet]. MAJOR UPDATE: All planetary boundaries are assessed, and six are crossed [Tweet]; 13 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/sthlmresilience/status/1702020071911035272>
- 57 ActionAid International [Internet]. Climate Ambition Summit an opportunity to take bold climate crisis decisions, say ActionAid climate experts; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/climate-ambition-summit-opportunity-take-bold-climate-crisis-decisions-say-actionaid>
- 58 CARE [Internet]. Climate Change and Its Impact on Flooding in Libya; 19 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/climate-change-the-floods-in-libya/>.
- 59 Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Africa should bolster research into climate-sensitive diseases; 5 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/viewpoints/2023/africa-should-bolster-research-into-climate-sensitive-diseases-2/>.
- 60 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. The first-ever global data platform on marine sediment extraction finds [...] [Tweet]; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1704950742174388462](https://twitter.com/ph_alliance/status/1704950742174388462)
- 61 The InterAcademy Partnership (IAP). IANAS and ABC present Manaus Letter with recommendations at Amazon summit [Internet]. [citado 22 de setembro de 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/ianas-and-abc-present-manaus-letter-recommendations-amazon-summit>
- 62 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. From extreme heat to natural disasters, environmental changes impact our health. [...] [Tweet]; 19 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1704163844120301886](https://twitter.com/ph_alliance/status/1704163844120301886)
- 63 CARE [Internet]. Wrap-up of The First Africa Climate Week - CARE; 12 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/wrap-up-of-the-first-africa-climate-week/>.
- 64 CARE [Internet]. CARE Launches "Climate Solution Accelerator" at 2023 Climate Week - CARE; 18 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-launches-climate-solution-accelerator-at-2023-climate-week/>.

- 65 OXFAM INTERNATIONAL. The emergency in Morocco has already caused more than 2,000 deaths and more than 2,000 injuries. This dramatic balance increases [...]. 11 set. 2023d. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1701282328750809245?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 66 OXFAM INTERNATIONAL. We want a world of possibility, not poverty. A more equal world where any of us vulnerable to the climate [...]. 13 set. 2023h. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1701913637135204652?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 67 OXFAM INTERNATIONAL. Africa urgently needs climate-resilient agriculture and sustainable food systems. The continent's climate agenda must include African leaders taking seriously Maputo [...]. 11 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1701128498058801223?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 68 OXFAM INTERNATIONAL. Climate crisis is pushing our planet to a tipping point, fueling hunger. Oxfam warns of a 1/3 rise in chronic [...]. 12 set. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1701490859009515883?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 69 OXFAM INTERNATIONAL. "The time is now! We are not only fighting for the future, we are fighting for today." Climate activist Pavel [...]. 12 set. 2023f. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1701551719270793672?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 70 OXFAM INTERNATIONAL. Shams'o's children ask for food and water - she has nothing to give. In Somalia, millions face this reality daily. It's [...]. 14 set. 2023e. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1702215803922215216?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 71 OXFAM INTERNATIONAL. Cyclical water trucking in drought-hit Horn of Africa is proving unsustainable, harming both pastoral livelihoods and coping mechanisms. Discover alternatives [...]. 16 set. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1702940419670106358?s=20>. Acesso em: 22 set. 2023.
- 72 OXFAM INTERNATIONAL. In emergencies, health risks rise due to poor WASH and disease outbreaks. Oxfam's WASH response engages communities for effective solutions [...]. 10 set. 2023. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1700449028951921026?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 73 OXFAM INTERNATIONAL. The urgency of a clean energy transition to mitigate climate impacts is clear. Yet, it must be just & respectful [...]. 10 set. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1700811385771270545?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 74 Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. It's #WorldCarFreeDay Despite being the most polluting and inefficient mode of transport in cities, cars occupy 80% of their public [Tweet]; 22 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705190216779112710?s=20>
- 75 Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. People everywhere are rising up against the fossil fuel industry. In the midst of the current global energy crisis, the [Tweet]; 22 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1705162461593370925?s=20>
- 76 Greenpeace Internacional. Greenpeace International [Internet]. How fast fashion fuels climate change, plastic pollution, and violence - Greenpeace International; 22 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/62308/how-fast-fashion-fuels-climate-change-plastic-pollution-and-violence/>.
- 77 Greenpeace Internacional. Twitter [Internet]. A exploração de petróleo é uma ameaça constante às comunidades costeiras e pesqueiras do Brasil! Novas manchas apareceram em Salvador [Tweet]; 11 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1701335161441333374?s=20>
- 78 Greenpeace. Greenpeace Brasil [Internet]. III Marcha das Mulheres Indígenas: a luta das guerreiras ancestrais - Greenpeace Brasil; 12 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://www.greenpeace.org/brasil/blog/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-a-luta-das-guerreiras-ancestrais/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=florestas&utm\\_content=en\\_20230911\\_link](https://www.greenpeace.org/brasil/blog/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-a-luta-das-guerreiras-ancestrais/?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=florestas&utm_content=en_20230911_link)
- 79 Greenpeace. Greenpeace Brasil [Internet]. Basta de tragédias quando as chuvas chegam! - Greenpeace Brasil; 12 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://act.gp/3ZbYKNy>



- 80 Greenpeace. Greenpeace Brasil [Internet]. Fumaça de queimadas faz mal à saúde - Greenpeace Brasil; 15 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://act.gp/3ZI9wRt>
- 81 Greenpeace. Greenpeace Brasil [Internet]. Vitória! Maioria no STF rejeita Marco Temporal - Greenpeace Brasil; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://www.greenpeace.org/brasil/blog/rumo-a-vitoria-maioria-no-stf-rejeita-marco-temporal/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=florestas&utm\\_content=en\\_20230921\\_link](https://www.greenpeace.org/brasil/blog/rumo-a-vitoria-maioria-no-stf-rejeita-marco-temporal/?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=florestas&utm_content=en_20230921_link)
- 82 CARE [Internet]. CARE Report: GDP Growth Not Solution to Global Food Insecurity Without Investment in Gender Equality - CARE; 15 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-report-gdp-growth-not-solution-to-global-food-insecurity-without-investment-in-gender-equality/>.
- 83 CARE [Internet]. CARE to Lead Concordia Panel on Gender and Global Supply Chains - CARE; 18 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-to-lead-concordia-panel-on-gender-and-global-supply-chains/>.
- 84 CARE [Internet]. CARE Releases Inaugural Women’s Economic Justice Impact Report: “Helping Women Earn, Save and Invest” - CARE; 19 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-releases-inaugural-womens-economic-justice-impact-report-helping-women-earn-save-and-invest/>.
- 85 PHM | People’s Health Movement [Internet]. Inviting contributions for PHM Campaign on the Right to Safe Abortion- September 28, 2023 | People’s Health Movement; 19 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <http://phmovement.org/inviting-contributions-phm-campaign-right-safe-abortion-september-28-2023>
- 86 Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. DNDi’s Centres of Excellence: Towards the sustainable elimination of visceral leishmaniasis in India; 14 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/news/2023/dndi-centres-of-excellence-towards-sustainable-elimination-visceral-leishmaniasis-india/>.
- 87 MSF Brasil [Internet]. Redução do preço de teste da tuberculose anunciada por Cepheid e Danaher é um passo importante - MSF Brasil; [consultado el 22 de septiembre de 2023]. Disponible en: <https://www.msf.org.br/noticias/reducao-do-preco-de-teste-da-tuberculose-anunciada-por-cepheid-e-danaher-e-um-passo-importante/>
- 88 WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Launching the Global HPV Consortium: Working Together to Prevent HPV & Eliminate Cervical Cancer | WFPHA; 13 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/launching-the-global-hpv-consortium-working-together-to-prevent-hpv-eliminate-cervical-cancer/>.
- 89 Twitter [Internet]. Music therapy can provide a safe & supportive environment for children [...] [Tweet]; 20 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/WADEM\\_PDM/status/1704558264929685581?ref\\_src=twsrc^tfw|twcamp^tweete\\_mbed|twterm^1704558264929685581|twgr^e4c98dfed78895f373f1af00c40e95283683e69|twcon^s1\\_&ref\\_url=https://wadem.org/](https://twitter.com/WADEM_PDM/status/1704558264929685581?ref_src=twsrc^tfw|twcamp^tweete_mbed|twterm^1704558264929685581|twgr^e4c98dfed78895f373f1af00c40e95283683e69|twcon^s1_&ref_url=https://wadem.org/)
- 90 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. Os impactos na saúde e na economia das iniciativas de Ruas Abertas sobre a atividade física em 15 cidades latino-americanas [Tweet]; 11 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1701265214786691095](https://twitter.com/ph_alliance/status/1701265214786691095)
- 91 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. Which government policies to create healthy diets from sustainable food systems [...] [Tweet]; 18 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1703837796098617741](https://twitter.com/ph_alliance/status/1703837796098617741)
- 92 Planetary Health Alliance. Twitter [Internet]. Woerden, et. al. (2023) provide a call to action for a decolonial eco-just health agenda [Tweet]; 18 set 2023 [citado 22 set 2023]. Twitter:@ph\_alliance. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1703801684151980291](https://twitter.com/ph_alliance/status/1703801684151980291)

- 93 ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN CEO: “Not enough to listen to patients, we must act on what they say to really improve patient safety and quality care”; 15 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-ceo-not-enough-listen-patients-we-must-act-what-they-say-really-improve-patient-safety-and>
- 94 World Organization of Family Doctors (WONCA) [Internet]. World Organization of Family Doctors (WONCA); 18 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.globalfamilydoctor.com/News/WorldPatientSafetyDay2023EngagingPatientsforPatientSafety.aspx>
- 95 MSF Brasil [Internet]. Ucrânia: mais de 30 pacientes são hospitalizados após ataque mortal a mercado - MSF Brasil; [consultado el 22 de septiembre de 2023]. Disponible en: <https://www.msf.org.br/noticias/ucrania-mais-de-30-pacientes-sao-hospitalizados-apos-ataque-mortal-a-mercado/>.
- 96 SoundCloud [Internet]. Ukraine Update - Dr. Rajeev Fernando; [consultado el 22 de septiembre de 2023]. Disponible en: <https://soundcloud.com/wadem-pdm/ukraine-update-dr-rajeev-fernando>
- 97 IFSW RESPONSE to war of aggression in Nagorno-Karabakh – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-response-to-war-of-aggression-in-nagorno-karabakh/> . Acesso em: 23 set. 2023.
- 98 OXFAM INTERNATIONAL. Over the last decade, people with fortunes over \$50 million saw their wealth grow by 18.3% while billionaires experienced 109% [...]. 9 set. 2023. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1700403677553447052?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 99 OXFAM INTERNATIONAL. In 2021, 136 countries agreed to make multinational corporations pay a minimum level of tax. Millionaires, politicians, and economists are [...]. 10 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1700766088848458082?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 100 Public Citizen [Internet]. 2023 [citado 22 de setembro de 2023]. FDA must prioritize removal of oral phenylephrine from shelves. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-must-prioritize-removal-of-oral-phenylephrine-from-shelves/>
- 101 THE FUTURE of sustainable healthcare | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15641> . Acesso em: 23 set. 2023.
- 102 THE FUTURE of sustainable healthcare | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15641> . Acesso em: 23 set. 2023.
- 103 FIND. FIND at UNGA 2023 - FIND. 15 set. 2023d. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/events/find-at-unga-2023/>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 104 FIND. Hear from Dr. @VictorDzau, @mariangelasimao , @RickABright , Shingai Machingaidze, Dr. Nicole Lurie and Dr. Ruxandra Draghia-Akli on how we can make [...]. 13 set. 2023c. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1701988676081778842?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 105 FIND. Ahead of the #UNHLM on #Tuberculosis, join us, @TBAlliance and @IAVI for a side-event on 19 Sept. about New [...]. 14 set. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1702306292876947814?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 106 GLOBAL FUND. World leaders have an incredible opportunity to: Turbocharge the fight against tuberculosis. Expand universal health coverage. Prepare better for future [...]. 15 set. 2023e. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1702601509916041548?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 107 GAVI, the Vaccine Alliance. Mensagens de alto nível para a 78.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas Gavi, a Aliança para as Vacinas. Disponível em: <https://www.gavi.org/sites/default/files/vaccineswork/2023/Thumbnail/Mensagens-de-alto-nivel-da-Gavi-para-AGNU78-2023.pdf>. Acesso em 21 set. 2023.
- 108 GLOBAL FUND. When incentives for collaboration are strong, we can ensure we [...]. 13 set. 2023c. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1701506084437885096?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.



- 109 SHEM Sustainable Health Equity Movement S. Twitter [Internet]. The objective the webinar is to have an exchange about the current state of the Sustainable Development Goals [...] [Tweet]; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1704880325791248422>
- 110 HIF Hospital International Federation. "Cyber-hygiene is as important as medical hygiene." [Publicação] [Internet]; 22 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/IHF\\_FIH/status/1705185818892190062](https://twitter.com/IHF_FIH/status/1705185818892190062)
- 111 WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Horizon Europe: why the UK re-joining is great for science and health | News | Wellcome; jul 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/horizon-europe-uk-rejoining-science-and-health>
- 112 WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Unblocking barriers in bioimaging | Wellcome; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/unblocking-barriers-progress-bioimaging>
- 113 GAVI, the Vaccine Alliance. M-Vaccin: Mobile technology boosts vaccination in Côte d'Ivoire . Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/m-vaccin-mobile-technology-service-vaccination-cote-divoire>. Acesso em 21 set. 2023.
- 114 WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. How does exercise help with depression? | News | Wellcome; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/how-does-exercise-help-depression>.
- 115 IFA International Federation of Ageing. Twitter @IFAgeing [Internet]. Nearly 10 million people are diagnosed with dementia yearly, and more than 55 million people live with the disease worldwide.; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1704888372534169641>
- 116 HIF Hospital International Federation. The role of global health organizations in promoting innovation and driving ethics (YEL2023) - IHF [Internet]; 19 set 2023 [citado 23 set 2023]. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/the-role-of-global-health-organizations-in-promoting-innovation-and-driving-ethics/>
- 117 The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Commits Over USD 1 Billion To Advance Climate Solutions; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-commits-over-usd-1-billion-to-advance-climate-solutions/>.
- 118 The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Alliance Calls for Increased Investment in Green Growth; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/alliance-calls-for-increased-investment-in-green-growth/>.
- 119 GAVI, the Vaccine Alliance. Malaria is thriving in Kenya thanks to climate change. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/malaria-thriving-kenya-thanks-climate-change>. Acesso em 21 set. 2023.
- 120 The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Africa Advised To Unlock Potential in Carbon Markets; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/africa-advised-to-unlock-potential-in-carbon-markets/>.
- 121 Bill & Melinda Gates Foundation. Gates Foundation [Internet]. Goalkeepers 2023: A live event; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://www.gatesfoundation.org/goalkeepers/about-event/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=gk2023&utm\\_content=GF&sf181881046=1](https://www.gatesfoundation.org/goalkeepers/about-event/?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=gk2023&utm_content=GF&sf181881046=1)
- 122 WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. How can we protect pregnant women from rising temperatures? | News | Wellcome; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/how-can-we-protect-pregnant-women-rising-temperatures>
- 123 CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Seller's Remorse: The Challenges Facing Russia's Arms Exports; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/sellers-remorse-challenges-facing-russias-arms-exports>
- 124 CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Fishing for Food Security; 19 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/fishing-food-security>

- 125 CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The U.S.-China Relationship amid China's Economic Woes | Perspectives on Innovation | CSIS; 21 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/perspectives-innovation/us-china-relationship-amid-chinas-economic-woes>
- 126 FIND. Check out our Director of Non-communicable Diseases Programme, @Beatrice\_Vetter , in the #diabetes fireside chat! She highlights the need for [...]. 13 set. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1701912332195012792?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 127 FIND. Lungile Khambule, @WitsUniversity , @nhls\_sa presented a study at #SEMSDA assessing performance of several point-of-care glucose devices in the diagnosis of [...]. 14 set. 2023d. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1702230826048467040?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 128 FIND. To mark the Global Week for Action on #NCDs, our Vice President, Access, @sanjayssarin highlights the importance of #diagnostics as [...]. 19 set. 2023k. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1704160949903507782?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 129 FIND. To mark the Global Week for Action on #NCDs, we met @MridulaKapil (Founder, @DFighters1 ) who explains why early #diagnosis & [...]. 20 set. 2023l. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1704470031952683370?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 130 FIND. Request for Proposals. 14 set. 2023d. Disponível em: [https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2023/09/20230911\\_cfp\\_ag\\_schistosomiasis\\_FV\\_EN.pdf](https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2023/09/20230911_cfp_ag_schistosomiasis_FV_EN.pdf). Acesso em: 21 set. 2023.
- 131 FIND. FIND statement on Cepheid GeneXpert TB cartridge price reduction - FIND. 19 set. 2023e. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/find-statement-on-cepheid-genexpert-tb-cartridge-price-reduction/>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 132 GLOBAL FUND. Como parte da luta #EndTB, @GlobalFund As doações visam alcançar migrantes na região do Grande Mekong com testes e tratamento [...]. 11 set. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1701205114587877459?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 133 GLOBAL FUND. Malaria is a highly climate-sensitive disease. After storms and flooding in certain regions of the world, malaria cases can climb [...]. 12 set. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1701506084437885096?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 134 GLOBAL FUND. Results Report 2023. 18 set. 2023c. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/results/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- 135 GLOBAL FUND. Indonesia is using cutting-edge whole genome sequencing technology to diagnose diseases faster, identify better treatments and fight disease outbreaks. While [...]. 19 set. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1704196824377041039?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 136 FIND. Na recente #G20LeadersSummit, os participantes emitiram uma Declaração destacando seu compromisso com prioridades como fortalecer a #globalhealth, melhorar a colaboração [...]. 18 set. 2023h. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1703740717418365394?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 137 SHEM Sustainable Health Equity Movement. Twitter [Internet]. Who lives and who dies in the world's next pandemic should not depend on where they live | Michael Marmot | The [Tweet]; 21 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1704837496763244863>
- 138 GLOBAL FUND. Working together, @GlobalFund and @RockefellerFdn are supporting more than 4,000 community health workers in Burkina Faso with digital tools to [...]. 14 set. 2023d. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1702230782280921425?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 139 GLOBAL FUND. Community health workers are essential to global health security, building resilient & sustainable health systems & achieving #UHC. @GlobalFund Board [...]. 18 set. 2023a. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1703835082086039809?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.

- 140 GAVI, the Vaccine Alliance. How gender inequality drives drug resistance in Nepal. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-gender-inequality-drives-drug-resistance-nepal>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 141 GAVI, the Vaccine Alliance. Why addressing burnout among healthcare workers is crucial to advance health-related SDGs. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/why-addressing-burnout-among-healthcare-workers-crucial-advance-health-related-sdgs>. Acesso em 21 set. 2023.
- 142 WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Have the SDGs Lost Their Aspirational Force? | WFPHA; 18 set 2023 [citado 25 set 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/have-the-sdgs-lost-their-aspirational-force/>.
- 143 WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Public Health Climate Advocacy in the Digital Health Era | WFPHA; 15 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/public-health-climate-advocacy-in-the-digital-health-era/>
- 144 @WADEM\_PDM. Twitter [Internet]. Don't miss the Pediatric Disaster Medicine SIG's upcoming webinar on 26 Sept [Tweet]; 15 set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/WADEM\\_PDM/status/1702803279426486575](https://twitter.com/WADEM_PDM/status/1702803279426486575)
- 145 European Health Forum Gastein 2023 - European Health Forum Gastein [Internet]. European Health Forum Gastein 2023; [consultado el 22 de septiembre de 2023]. Disponible en: <https://ehfg.idloom.events/european-health-forum-gastein-2023>
- 146 World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. Mental Health Workforce in the Pacific Region: Horizons and Hurdles; set 2023 [citado 22 set 2023]. Disponível em: [https://wfmh.global/news/2023.23-11-11\\_mental-health-workforce](https://wfmh.global/news/2023.23-11-11_mental-health-workforce)
- 147 FIND. Do you have data or research to share related to the prevention and treatment of #ViralHepatitis? The abstract portal for [...]. 12 set. 2023. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1701624366839037954?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 148 CUGH. A Message From the Executive Director. Disponível em: <https://myemail.constantcontact.com/CUGH-September-Newsletter--CUGH-Highlights---Global-Health-News.html?soid=1112846108446&aid=gZOujJPqtFY>. Acesso em 23 set. 2023.
- 149 CUGH. A Message From the Executive Director. Disponível em: <https://myemail.constantcontact.com/CUGH-September-Newsletter--CUGH-Highlights---Global-Health-News.html?soid=1112846108446&aid=gZOujJPqtFY>. Acesso em 23 set. 2023.
- 150 FIND. Marque seus calendários para o Encontro da Comunidade Nanopore 2023 em #Singapore no dia 27 de setembro! Director adjunto [...]. 15 set. 2023f. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1702578053958840686?s=20>. Acesso em: 21 set. 2023.
- 151 GLOBAL FUND. Increasing extreme weather events are creating new challenges & risks to human health – especially in the fight against HIV, TB [...]. 21 set. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1703751525963633027?s=20>. Acesso em: 18 set. 2023.

## **A tempestade e o caos da não proteção social: os movimentos sociais lutam contra o avanço do desequilíbrio climático em meio ao colapso da seguridade social mundial**

***The storm and chaos of lack of social protection: social movements fight against the advancement of climate imbalance amid the collapse of global social security***

***Rafaela Venturella De Negri***

***Armando De Negri Filho***

***Abstract.*** *In this inform we ably by the timely month of September to explore the connections between mental health, global public health and extreme climate events, due to the recognition of September as the Month of Mental Health Awareness and also due to the climate related events observed all over the globe in these last 27 days.*

***Keywords:*** *Mental Health. Public Global Health. Extreme Climate Events. SDH.*

**Resumo.** Neste informe, aproveitamos o oportuno mês de setembro para explorar as ligações entre a saúde mental, a saúde pública global e os eventos climáticos extremos, devido ao reconhecimento de setembro como o Mês da Conscientização sobre a Saúde Mental - Setembro Amarelo - e também devido aos eventos climáticos extremos observados em todo o mundo nestes últimos 27 dias.

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Saúde Global Pública. Eventos Climáticos Extremos. DSS.

Eventos climáticos extremos em cascata estão a marcar o mês de setembro ao redor do globo. Chuvas intensas, tufões, secas, terremotos e ondas de calor que ameaçam a vida passaram de eventos isolados ou acontecimentos infelizes. A chegada da nova estação trouxe eventos catastróficos de alta intensidade que desafiam os sistemas de proteção social das nações e as políticas de proteção da vida e de mitigação e adaptação - elegidas até agora como o principal plano de ação das Nações Unidas e suas instituições; como se houvesse a remota possibilidade de proteger a população mundial com políticas que preterem e que ignoram a sistemática exploração do planeta e dos corpos.

Setembro também é o mês da Saúde Mental. Desde 1994 o nono mês do ano é marcado por políticas de prevenção ao suicídio, com difusão de linhas de proteção da vida, mensagens de responsabilização individual - "Se você se sente assim, procure um psicólogo" - e de governos falando - por 30 dos 365 dias do ano - sobre a necessidade de preservar a saúde mental da população.

Não há proteção à vida em meio a um planeta sendo destruído e não há proteção à saúde mental dentro de um sistema que não respeita a vida. Neste informe, iremos trabalhar as conexões entre esses episódios e os atores, consequências e novas possibilidades: de novas políticas de proteção ao clima à uma rede que garanta saúde mental, tudo passa por um sistema de proteções fortalecido.

## Saúde mental, saúde pública e os trabalhadores da saúde:

Publicado em 2022, mas cruelmente atual, os epidemiologistas Jerzy Eisenberg-Guyot e Seth J. Prins e seu capítulo “The impact of capitalism on mental health: An epidemiological perspective” - <https://academic.oup.com/book/43957/chapter-abstract/369595483?redirectedFrom=fulltext&login=false> - trazem informações desconcertantes sobre o papel do sistema capitalista no enfraquecimento da saúde mental do proletariado mundial. Através de uma pesquisa teórica que constrói suas bases desde Engels e Marx e suas próprias pesquisas sobre o tema, é exposto como a industrialização já em seus primórdios foi responsável por prejudicar a saúde mental dos trabalhadores, “degradando as suas condições sociais, de trabalho e de vida”. Numa pesquisa quantitativa, é percebido como o capitalismo, além da saúde mental, agrava as desigualdades sociais - que por sua vez, também prejudicam a saúde mental dos trabalhadores. Os autores defendem que o sistema capitalista o faz através de “três mecanismos”: alienação, exploração e dominação. Junto do capitalismo como “economia”, há também o sistema e seus eixos de poder que também carregam responsabilidade ao minar à saúde mental: o racismo, o colonialismo, o machismo e o imperialismo.

A publicação insere, então, uma importante observação: a saúde mental não é um fator de escolha ou consequência plenamente individual - já que mesmo as escolhas individuais, “vou ir ao médico, vou me exercitar, vou cuidar mais de mim, vou tirar férias e relaxar, vou me preocupar menos”, são de produção material-real. Não há possibilidade de construção de uma escolha de saúde mental individual para alguém que vive em constante medo de não ter o que comer.

Na mesma direção, Matthew B. Flynn publicou em 2021, um artigo no jornal científico *Social Science & Medicine* intitulado “*Global capitalism as a societal determinant of health: A conceptual framework*” - <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33288355/> - avaliando como o sistema capitalista é uma importante - quiçá a mais importante de todas, já que é primitivamente organizativo para a construção da realidade - Determinação Social da Saúde (SDH).

“O capitalismo global é um determinante social proeminente que influencia a distribuição injusta da saúde em todo o mundo. Tal como sugerido por vários sociólogos, o capitalismo global representa uma mudança qualitativa nas operações de um sistema econômico mundial que agora transcende o território, (...)”

Consequentemente, as relações sociais do capitalismo, incluindo as relações de classe de exploração, as instituições políticas necessárias para as operações do capital e as práticas culturais e ideológicas que impulsionam o sistema de acumulação, constituem um sistema global complexo. Partindo desta perspectiva, vários estudiosos críticos da saúde global avaliaram o impacto da globalização neoliberal nas causas fundamentais da injustiça na saúde.”

Flynn também conecta a saúde global e seu desenvolvimento - ou retração - a uma classe “capitalista transnacional” que protege e legitima o sistema, como as corporações multinacionais, e como isso se dá através transpassando propostas “entidades capitalistas”: Corporações transnacionais, financeirização - nossa velha amiga, pauta recorrente em nossos informes - consumerismo, classes sociais transnacionais e o estado transnacional.

Esse mesmo sistema de “entidades capitalistas” que se meta-protege, avança em meio ao aumento da pobreza e da constante financeirização dos sistemas de proteção que agrava o

cenário de superexploração. Essa realidade traz 3 aspectos: trabalhadores desesperados, trabalhadores determinados e patrões irritados. O segundo grupo se organiza - representando a si e ao primeiro citado - para exigir a garantia de seus direitos básicos, chamando greves e montando sindicatos, o que, por sua vez, leva ao terceiro grupo.

No último dia 13, um bilionário australiano de investimento imobiliário - <https://peoplesworld.org/article/from-the-mouths-of-capitalists-we-need-to-see-unemployment-rise>, ávido representante do terceiro grupo citado acima, se pronunciou: num programa de tv ao vivo, disse o seguinte:

“Revelando os verdadeiros sentimentos da classe capitalista, o bilionário imobiliário australiano Tim Gurner declarou na terça-feira que os trabalhadores “arrogantes” devem ser domesticados e que para isso “o desemprego tem de aumentar.”

O aumento do poder dos trabalhadores que tem sido observado globalmente ao longo dos últimos anos perturbou as elites governantes e Gurner está a dar voz às suas frustrações. (...)

“Precisamos lembrar às pessoas que elas trabalham para o empregador, e não o contrário.” Ele criticou os trabalhadores que ousaram questionar o poder ditatorial que os chefes têm no local de trabalho. “Houve uma mudança sistemática em que os funcionários sentem que o empregador tem muita sorte em tê-los, e não o contrário.”

Ruim, né? Calma que piora. Ele continuou:

“Gurner argumentou que é melhor ter trabalhadores desesperados e ansiosos por qualquer emprego que possam conseguir. Ele defendeu a inclinação da balança a favor dos patrões e a eliminação de quaisquer ganhos que os trabalhadores pudessem ter obtido ao longo dos últimos anos em termos de poder de negociação e confiança.

“Temos que acabar com essa atitude” entre os trabalhadores “arrogantes”, disse ele. “E isso tem que prejudicar a economia.”

Uma demonstração incrivelmente cruel - e realista - de como a burguesia mundial percebe o proletariado, levanta ainda outro ponto: ninguém - aqui entram os bilionários e as instituições neoliberais - deveria ter tanto poder assim, ao ponto de ser capaz de julgar por suas lentes pessoais - socialmente construídas, obviamente - sendo capaz de alterar a realidade sócio-econômica de milhares de trabalhadores ao redor do mundo.

O comentário gerou uma série de revoltas ao redor do mundo, servindo de chama para reavivar a luta dos sindicatos. Não necessariamente relacionado a isso, mas relacionado ao contexto que alimenta comentários como o referido, o movimento dos trabalhadores da saúde - <https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-58/> - ao redor do mundo - muito já comentado aqui - viu importantes vitórias e movimentações nessas últimas semanas.

“Os agentes comunitários de saúde são o principal ponto de acesso aos cuidados de saúde para milhares de pessoas. Predominantemente composta por mulheres, esta força de trabalho assume uma vasta gama de responsabilidades, abrangendo desde a vacinação até à educação para a saúde. Em muitos países, as suas contribuições para a saúde pública são frequentemente subestimadas. Num esforço conjunto, os profissionais de saúde comunitários na Índia, no Nepal e no Paquistão emitiram agora um apelo conjunto ao reconhecimento e à compensação justa.

Na África do Sul, um grande triunfo foi alcançado pelo movimento pelo direito à saúde, à medida que a Iniciativa para a Justiça na Saúde e as organizações afiliadas garantiram uma vitória jurídica crucial. Um tribunal de Pretória decidiu a seu favor, obrigando o Departamento de Saúde a divulgar ao público os contratos e procedimentos das reuniões com os fabricantes de vacinas contra a COVID-19. A análise preliminar alinha-se perfeitamente com as advertências expressas pelos ativistas da saúde desde o início da pandemia – a Big Pharma utilizou todos os meios disponíveis para pressionar os governos nacionais a acordos prejudiciais à população e aos orçamentos públicos.

Entretanto, o México testemunhou uma decisão importante do seu Supremo Tribunal que descriminalizou o aborto, uma decisão amplamente celebrada pelo movimento feminista e pelos seus apoiantes. Ao mesmo tempo, o Sistema Único de Saúde do Brasil enfrenta desafios contínuos, mesmo enquanto a administração Lula tenta combater as políticas prejudiciais promulgadas durante a era Bolsonaro. Entre outras questões, os ativistas da saúde sublinham a necessidade urgente de resolver os contratos precários generalizados no sector da saúde.

Em agosto de 2023, a primeira cúpula global sobre medicina tradicional foi organizada conjuntamente pela Organização Mundial de Saúde e pela Índia. Ativistas do Movimento pela Saúde dos Povos conversaram com Vivian Camacho, médica cirurgiã boliviana e especialista em interculturalidade e saúde, trazendo mais informações sobre os desenvolvimentos neste campo.

Em toda a Europa, estão a ser lançadas inúmeras campanhas para combater as consequências adversas da comercialização de cuidados de saúde. No dia 7 de setembro, foi anunciada uma campanha à escala europeia, com o objetivo de dar prioridade aos sistemas de saúde pública antes das eleições para o Parlamento Europeu de 2024. Além disso, em 11 de Setembro, mais de 50 organizações na França lançaram um “Tour de France pela Saúde” em oposição à intenção da administração Macron de implementar mais cortes nos orçamentos sociais e de saúde.”

O fortalecimento da estrutura da saúde pública e o movimento por orçamentos suficientes, políticas de garantia e contra a financeirização da saúde e contra a construção narrativa da mesma como um mero serviço são ações empíricas para os desafios comentados no início deste informe: saúde mental e proteção contra o desequilíbrio climático. Entretanto, são também ações alimentadas por sindicatos atentos, com trabalhadores sanitários saturados pela desassistência programada que causa a impossibilidade do cuidado efetivo.

### **Os eventos climáticos extremos são a resposta a um sistema extremo:**

Os eventos climáticos extremos estão a ameaçar a vida humana em níveis imprevistos.

Num artigo publicado pelo *The Week* em Agosto, foi construída uma “linha do tempo” - <https://theweek.com/in-depth/1021278/2023-extreme-weather> - de Janeiro a Agosto de 2023, contabilizando os eventos extremos registrados ao redor do mundo. Todos os meses têm a presença de pelo menos 2 desastres em diversos lugares. Nenhuma nação está sendo poupada, com alguns países sofrendo 2 eventos climáticos concomitantemente. Os desastres climáticos, mesmo onipresentes, tendem a afetar certas regiões com mais agressividade, não necessariamente por seu aparecimento de fato, mas pelas possibilidades locais de mitigarem e lidarem com suas consequências. Os países e regiões empobrecidos, presos na armadilha da dívida e do combustível fóssil, como visto no último informe, são particularmente afetados. Com realidades sócio-econômicas enfraquecidas, torna-se difícil garantir as proteções adequadas às

mudanças climáticas e seus efeitos. Um relatório recente das Nações Unidas - <https://news.un.org/pt/story/2023/09/1820467> - ratificou esses dados:

“O relatório ressalta que os impactos das condições meteorológicas extremas e das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as comunidades vulneráveis.

Entre 1970 e 2021, ocorreram 11.778 desastres atribuídos a extremos meteorológicos, climáticos e hídricos, causando mais de 2 milhões de mortes e 4,3 bilhões de dólares em perdas econômicas. Mais de 90% destes óbitos e 60% das perdas econômicas ocorreram nos países em desenvolvimento. Os autores do levantamento estimam que quase 670 milhões de pessoas poderão passar fome em 2030, em parte devido a fenômenos meteorológicos extremos mais frequentes e intensos. As alterações climáticas também podem aumentar significativamente os problemas de saúde e as mortes prematuras, bem como a exposição da população às ondas de calor.”

Os eventos climáticos extremos são o ápice de um fenômeno de super aquecimento que vem sendo denunciado há mais de duas décadas, mas é constantemente ignorado ou tratado com pouca seriedade - e zero comprometimento - internacional. As Organizações Internacionais dizem que o período de “evitar” tais acontecimentos já passou, sendo agora imperativo “mitigar e adaptar” nossas realidades ao futuro próximo. Porém, tais políticas, projetos e propostas de mitigação falham ao avaliar a estrutura internacional que aprisiona certas regiões ao extrativismo de matéria prima e a produção de aditivos prejudiciais ao clima.

Uma consequência direta da Armadilha da Dívida e dos Combustíveis Fósseis - Debt-Fossil-Fuel Trap - é a migração. Países empobrecidos, sem muitas alternativas de trabalho fora dessas indústrias ou do mercado informal, muitos sendo arrasados por conflitos internos - e muito externos, também - veem sua população obrigada a migrar. A Europa vem “sofrendo” com a “crise migratória” - como se migrar não fosse um direito humano fundamental - e suas políticas de “controle” - como vistas e refletidas nas propostas de Meloni para a ilha de Lampedusa - invocam reforços policiais, fronteiras fechadas, bloqueios navais, menos vistos de refúgio e “transferências de dinheiro” para alguns países do norte da África, junto de campanhas sobre “os perigos de usar meios e embarcações ilegais” para entrar no território Europeu. A Human Rights Watch publicou um artigo no último dia 19 - <https://www.hrw.org/news/2023/09/19/europes-lack-new-ideas-migration-real-crisis> , dois dias após a visita do presidente da Comissão Europeia à ilha mencionada, criticando as novas “políticas” - se é que é possível chamar esse conjunto de crimes humanitários de políticas - apontando que não é a “crise migratória” o problema, mas sim como a Itália, e a Europa, escolhem tratar seus migrantes.

“O plano também menciona a exploração de “opções para expandir as missões navais no Mediterrâneo”, o que não se trata de garantir o salvamento no mar, mas é uma referência alarmante à proposta de Meloni para um “bloqueio naval”. Isto está associado à proposta de acelerar o apoio à guarda costeira tunisina e a “outras autoridades responsáveis pela aplicação da lei”, revelando mais uma vez a ênfase da UE na segurança das fronteiras em vez de salvar vidas, e a sua insistência obstinada em apoiar as forças líbias, apesar dos abusos bem documentados que ascendem a crimes contra a humanidade. A resposta às chegadas a Lampedusa reflete os piores elementos das respostas à migração: fomento do medo, medidas repressivas de dissuasão, desperdício de despesas e má gestão, alianças com parceiros abusivos e irresponsáveis e desrespeito pelos direitos das pessoas. É possível uma abordagem racional, humana e baseada nos direitos da migração para a UE. Isto deve incluir vias para uma migração



segura e ordenada, resgate dedicado no mar com desembarque previsível em locais seguros e cooperação genuína entre os países da UE para assumir a responsabilidade pelas pessoas que chegam irregularmente e garantir que são tratadas de forma justa.”

As escolhas políticas da Europa ecoam e suam uma lógica de culpabilização individual e punição coletiva, trazendo a narrativa de Eco Fascismo, culpabilizando os indivíduos pela destruição constante do planeta e não responsabilizando um sistema que secularmente lucra com a superexploração e com a reprodução constante do empobrecimento.

Em contrapartida, a responsabilização e a construção de um novo paradigma foram apresentadas durante a Primeira Cúpula Africana pelo Clima - <https://valori.it/africa-tassa-transazioni-finanziarie-clima/>:

“A primeira Cúpula Africana pelo Clima foi concluída em 6 de Setembro em Nairobi, Quênia, com a adoção de uma declaração conjunta dos Chefes de Estado e de Governo. A Declaração de Nairobi define as expectativas do continente em relação aos países mais responsáveis pelas emissões que provocam as alterações climáticas e a sua aspiração de desempenhar um papel fundamental no processo de descarbonização da economia global. O presidente do Quênia, William Ruto, liderou a reunião, atuando como porta-voz do continente.

Para fazer face aos impactos do aquecimento global e à necessidade de construir economias descarbonizadas, Ruto destacou a urgência de uma mudança de paradigma. Entre os meios propostos para implementá-lo, o presidente queniano apelou à introdução de um imposto global sobre as emissões de CO<sub>2</sub>, bem como de um imposto sobre o comércio de combustíveis fósseis e sobre o transporte aéreo e marítimo. Estes, juntamente com um imposto sobre transações financeiras (TTF), proporcionariam acesso a financiamento específico para investir em projetos climáticos de grande escala, sem recorrer a recursos nacionais. (...)

O objetivo é encontrar o capital necessário para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, começando pela transição verde. A esperança agora é que durante a Cop28 – a vigésima oitava Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Clima, agendada para o Dubai entre Novembro e Dezembro – a questão, há muito ignorada, acabe na mesa dos negociadores e dos governos.”

### **As pessoas não são o problema, as pessoas são a saída:**

As políticas até agora propostas por meios oficiais estão falhando. Talvez não sejam necessariamente falhas, mas estão falhando. A sociedade civil e suas organizações carregam em si vozes criativas e ideais socialmente embasadas e possivelmente sejam elas o local para depositarmos nossa fé no futuro. Com isso - em desacordo com o silenciamento das Nações Unidas - a organização Geneva Global Health Hub organizou um retiro. O evento em si não é o foco aqui, mas sim o manifesto que o acompanha - <https://g2h2.org/posts/2023evian/> :

“Na ONU: A sociedade civil em estado de exceção – como nos libertar da síndrome de Estocolmo.

As Nações Unidas, a maioria das suas agências especializadas e alguns Estados-membros reconheceram explicitamente o papel crítico que as organizações da sociedade civil desempenham na formulação, monitorização e avaliação de políticas a todos os níveis de governança, incluindo o intergovernamental.

Apesar do reconhecimento retórico do valor das OSC, algumas agências da ONU – a Organização Mundial da Saúde (OMS) é um exemplo disso – estão cada vez mais privando de voz as OSC que trabalham na intersecção da saúde pública global, do comércio, da fome e da crise climática, ou, em vez disso, manipulando-os para obter o seu envolvimento como “parceiros de implementação” de programas políticos globais, muitas vezes definidos fora dos espaços da ONU.

A maioria dos Estados-membros e OSC nominalmente democráticas têm sido lentos a responder a estas ameaças existenciais aos níveis de governança nacional e multilateral. As OSC que são independentes do financiamento empresarial questionam agora progressivamente a melhor forma de desafiar a crescente invasão das coligações antidemocráticas dos Estados-membros e do setor privado organizado. Duas opções parecem disponíveis: continuar a solicitar aos Estados-membros que respeitem o nosso direito de participar ou, em alternativa, envolver-se numa não-cooperação/retirada estratégica de um processo cada vez mais ilegítimo.”

**Brasil avança nos preparativos para assumir a presidência do G20. G7 e OCDE**  
***Brazil moves ahead with its preparations to assume the G20 presidency. G7 and  
OECD***

***Pedro Burger***

***Vitória Kavanami***

***João Miguel Estephanio***

***Thaiany Medeiros Cury***

***Nina Bouqvar***

***Paulo Esteves***

***Abstracts. G20:*** *As the Indian administration comes to an end after the Summit in New Delhi, the group's official agenda followed a milder pace. The main developments of the fortnight were Brazil's preparations to take over the presidency of the group, highlighting the topics covered in the CRIS Advanced Seminars.*

***Keywords:*** G20; Brazil

***G7:*** *An important meeting in India could result in the implementation of a new sanction against Russia in order to weaken its revenues, amid discussions about the effectiveness of existing sanctions. G7 Foreign ministers took the opportunity, in the context of the United Nations General Assembly, to press China to join forces against the war in Ukraine.*

***Keywords:*** G7; India; Sanctions.

***OCDE:*** *In contrast to the period of calm and without major highlights from and for the international organization reported in the last editions of Cadernos, the current fortnight was marked by the publication of a rich range of publications on the current world economic scenario, as well as projections for the near future and the recommendation of a series of measures to promote the mitigation of international threats and their impacts.*

***Keywords:*** OECD; international cooperation.

***Resumos. G20:*** *Com a gestão indiana terminando após a realização da Cúpula em Nova Délhi, a agenda oficial do grupo seguiu um ritmo mais ameno. Os principais desdobramentos da quinzena ficaram a cargo dos preparativos do Brasil para assumir a presidência do grupo, com destaque para os temas abordados nos Seminários Avançados do CRIS.*

***Palavras-chave:*** G20; Brasil

***G7:*** *Uma importante reunião na Índia poderá resultar na implementação de uma nova sanção contra a Rússia a fim de enfraquecer sua arrecadação, em meio a discussões sobre a eficácia ou não das sanções já existentes. Ministros das relações exteriores do G7 aproveitam o espaço da Assembleia Geral das Nações Unidas para pressionar a China na união de esforços contra a guerra da Ucrânia.*

**Palavras-chave:** G7; Índia; Sanções.

**OCDE:** Contrastando com o período de calma e sem grandes destaques de e para a organização internacional noticiado nas últimas edições dos Cadernos, a atual quinzena foi marcada pela divulgação de uma rica gama de publicações sobre o atual cenário econômico mundial, além de projeções para o futuro próximo e na recomendação de uma série de medidas a fim de promover a mitigação de ameaças internacionais e seus impactos.

**Palavras-chave:** OCDE; cooperação internacional.

## **G20 – o avanço do Brasil em sua preparação para exercer a presidência do grupo**

Com a gestão indiana chegando ao fim após a realização da 18ª Cúpula de chefes de Estado e de governo do G20 em Nova Délhi, a agenda oficial do grupo seguiu um ritmo mais ameno e não trouxe tantos desdobramentos. Em relação aos preparativos para a passagem do bastão para o Brasil, no entanto, algumas novidades foram anunciadas e discutidas.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de ONGs (Abong) foi nomeada para ocupar a presidência do C20 durante a gestão brasileira<sup>41</sup>. O C20 é um dos grupos de engajamento do bloco e tem como objetivo discutir as pautas pertinentes às Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Enquanto a presidência caberá à Abong, na presença de Athayde Motta, a coordenadora da organização Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, Alessandra Nilo, assumirá a posição de *sherpa* e ficará responsável por articular o processo político e construir diálogos entre o C20 e os países do G20. Ambas organizações possuem um amplo histórico nacional, sobretudo nas pautas de promoção dos direitos e bens comuns e nos debates sobre financiamento para o desenvolvimento. Nas palavras de Athayde Motta, após um conturbado período de perseguição e fechamento dos espaços cívicos, “o momento é importante para mostrar que a sociedade civil global tem propostas e está preparada para dialogar com os líderes mundiais na construção de sociedades mais justas e inclusivas e de democracias fortes onde se defendem os direitos humanos”.

Posto isso, outras discussões relevantes foram abordadas nos Seminários Avançados do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz, que aconteceu no dia 20 de setembro. O tema do encontro foi “As Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil” e contou com três painéis de discussão que podem ser assistidos de forma assíncrona em três idiomas na plataforma do Youtube<sup>42</sup>. O primeiro deles, apresentado pelo diplomata Felipe Hees que assumiu a posição de *sub-sherpa* do Itamaraty, trouxe considerações da Cúpula de Nova Délhi e novas informações sobre os preparativos da gestão brasileira. Hees destacou a importância da Cúpula ter publicado uma declaração consensual dos líderes, ainda que o documento tenha sido criticado por ser generalista e não trazer muitas ações concretas. De acordo com o diplomata, até mesmo semanas antes do evento não havia certeza de que o grupo conseguiria chegar a um consenso especialmente por causa da questão do conflito na Ucrânia. Uma vez que o consenso é o principal instrumento de legitimidade do bloco, já que o mesmo não é ancorado em nenhum

---

<sup>41</sup> C20 no Brasil. **Abong**. 14 set. 2023. Disponível em: <https://abong.org.br/2023/09/14/c20-no-brasil/>. Acesso em: 24 set. 2023.

<sup>42</sup> 193 - Seminários CRIS 2023 - As Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil. Vídeo Saúde Distribuidora Fiocruz. 20 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oMG0mzdXtuY>. Acesso em: 24 set. 2023.

acordo internacional e não possui um secretariado, a publicação representa um indicativo de sucesso.

Em relação aos preparativos da nova gestão, várias informações foram compartilhadas. Uma das grandes inovações em relação à estrutura organizacional do G20, foi a inclusão de uma trilha de logística para coordenar a organização dos eventos ao lado das tradicionais trilhas de finanças e dos *sherpas*. Existe a expectativa de realizar de 100 a 130 eventos oficiais no país, para além das reuniões dos grupos de engajamento e outras atividades paralelas não necessariamente vinculadas ao bloco. Sobre este ponto, a Fiocruz, inclusive, pretende organizar algumas dessas reuniões. O diplomata ainda informou que ao longo da gestão, estimam contar com a participação de parceiros externos, como Organizações não Governamentais (ONGs) e organizações internacionais para a elaboração de documentos que sirvam de apoio para embasar discussões e agendas. Em adição ao novo Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres, o qual foi dificilmente acordado e anunciado na Cúpula na capital indiana, é esperado que o Brasil crie um 15º Grupo de Trabalho com o tema de Pesquisa e Inovação.

Sobre a agenda oficial, no dia 1º de dezembro, serão divulgados dois importantes documentos: uma nota conceitual (*concept note*) que explica de forma embasada as prioridades da presidência brasileira, as quais já foram anunciadas por Lula e reproduzidas na última edição do Informe, e as chamadas *issue notes*, que contam com as prioridades definidas para guiar as discussões dos Grupos de Trabalho (GT). Ambos documentos estão em fase de elaboração por meio de processo consultivo com diferentes atores técnicos e governamentais. Já as primeiras reuniões oficiais do bloco sob nova gestão estão planejadas para acontecer no período de 11 a 15 de dezembro. Nos três primeiros dias será realizada a reunião dos *sherpas*, os representantes dos líderes do governo, e nos dias seguintes, acontecerá a reunião dos vice-ministros de finanças. No dia 13, espera-se uma reunião conjunta entre os representantes das duas trilhas em uma tentativa de melhor coordenar os esforços entre essas agendas, algo que foi expressado pelo presidente Lula como uma das vontades do Brasil.

Dando início ao novo ano, entre janeiro e fevereiro de 2024, os Grupos de Trabalho serão reunidos de forma virtual. Hees explica que essa decisão foi tomada como uma forma de reduzir os custos e a pegada de carbono, tendo em vista que esses primeiros encontros têm apenas o objetivo de colher as impressões dos países sobre as agendas definidas, não sendo necessário fazê-las presencialmente. A etapa presencial começa a partir de março com os encontros técnicos e se estendem até julho – para evitar uma sobrecarga pessoal e financeira, serão realizados apenas dois encontros técnicos presenciais por GT. Em julho, acontece a segunda reunião dos *sherpas* e uma novidade importante trazida para esse encontro será a possibilidade dos 11 grupos de engajamento apresentarem suas recomendações e conclusões para que as mesmas possam ser capturadas em declarações. Por fim, entre setembro e outubro acontecerão as reuniões ministeriais. O último evento do bloco será a Cúpula dos líderes entre 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro. De maneira geral, pelo o que foi apresentado pode-se dizer que a presidência brasileira pretende ser bem pragmática ao tratar de seus objetivos e agendas, econômica e participativa.

Em seguida, passando para o segundo painel, Fábio Veras Soares, diretor de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), expôs quais são as expectativas do T20, o grupo de engajamento de *think tanks*, nessa nova direção. Desde a sua criação durante a presidência mexicana em 2012, o T20 adotou diferentes configurações. Geralmente, o grupo é co-liderado por *think tanks* nacionais da presidência rotativa e diferentes representações são convidadas para contribuir em uma variedade de formatos, como a

participação em conferências e reuniões, organização de eventos paralelos e submissão de *policy briefs*. A configuração brasileira segue nesse caminho e é composta por um Comitê Organizador formado pelo IPEA, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Em termos organizacionais, o T20, como os demais grupos de engajamento, possui autonomia para decidir como se organizar e o que discutir, além de não fazerem parte do orçamento do G20. Soares frisou que essas características permitem que os grupos de engajamento possam forçar os limites dos debates estabelecidos nos grupos oficiais e mostrar diferentes formas de pensar e caminhos sugeridos.

Ainda não há uma definição dos temas prioritários do grupo, mas sabe-se que esses destaques serão organizados em 6 Forças Tarefas que contam com 6 subtópicos. O T20 Brasil ainda enfatizará questões particularmente relevantes para o Sul Global e buscará engajar mais *think tanks* desses territórios para a criação ou expansão de redes de pesquisa e diálogo multidisciplinares a fim de facilitar a continuidade de uma agenda e uma participação mais inclusiva no T20 África do Sul e subsequentes. De acordo com a nota conceitual<sup>43</sup> mencionada pelo painalista, o T20 será guiado por questões de inclusividade, representatividade e eficácia. O objetivo é garantir não só um impacto mais amplo nos processos decisórios do G20, mas também uma ampliação do diálogo com outros grupos de engajamento para garantir uma compreensão mais abrangente nas recomendações, e a difusão do conhecimento produzido para a sociedade. Em crítica ao T20 indiano, que não teve grande representatividade internacional, para garantir um maior apoio, legitimidade e participação de diferentes países, o Comitê optou pela criação de um Conselho Nacional e um Conselho Consultivo Internacional para organizar seus trabalhos. Os encontros acompanharão a agenda discutida acima e é esperado que aconteçam pelo menos 3 reuniões em formatos diversos de cada Conselho no próximo ano.

Por fim, no que se refere à última fala, o pesquisador da Fiocruz, João Miguel Estephano, fez uma apresentação acerca da construção da agenda da saúde no G20 e apresentou algumas sugestões que podem ser pertinentes para a discussão dentro das prioridades brasileiras. João destacou alguns momentos relevantes para a pasta, como a criação do Grupo de Trabalho de Saúde em 2017 e a crescente relevância do tema a partir de 2020 com a pandemia de COVID-19. Como resultado dessa maior atenção e em razão do senso de urgência, um dos desdobramentos mais importantes foi a criação de uma Força Tarefa de Saúde e Finanças em 2021, a qual fez com que a saúde passasse a ser discutida não apenas na trilha de *sherpas*, mas também no âmbito financeiro. Recapitulando a gestão da presidência indiana, foram apresentados o que se consideram os resultados mais concretos, sendo eles: a realização da primeira Cúpula Global de Medicina Tradicional Complementar em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a proposta de um Mecanismo Interino para Coordenação de Contramedidas Médicas e o lançamento de uma Iniciativa Global em Saúde Digital.

No que tange às recomendações feitas, João discorreu sobre como as prioridades gerais do G20 divulgadas por Lula devem de alguma forma influenciar o trabalho final de definição da agenda de saúde. A começar pela inclusão social e o combate à fome, seria importante incluir segurança alimentar e nutricional de forma prioritária nas discussões da pasta para alcançar essa meta. Em segundo lugar, considerando a transversalidade da saúde digital, seria mais válido considerá-la como uma ferramenta e um mecanismo para auxiliar no alcance dos Objetivos de

---

<sup>43</sup> Nota Conceitual T20 Brasil. IPEA. 22 ago. 2023. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/noticias/PDF/230822\\_concept\\_note\\_t20.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/noticias/PDF/230822_concept_note_t20.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

Desenvolvimento Sustentável (ODS), do que uma prioridade *per se*. Enfim, levando em consideração as falhas históricas do G20 ao abordar populações em vulnerabilidade a partir de ações mais direcionadas em suas declarações, torna-se imperativo tratar da saúde desses grupos e incluí-los na Declaração de Ministros da Saúde em 2024. Visto que, um dos interesses da nova gestão é olhar para a desigualdade em suas mais variadas formas, lidar com a saúde de populações indígenas, migrantes, refugiados, mulheres, LGBTQIA+, dentre outros, esta inclusão seria um resultado importante para o governo brasileiro e muito alinhado ao princípio da universalidade que integra o Sistema Único de Saúde (SUS). É esperado que a Fiocruz possa contribuir em diversas frentes durante a presidência brasileira no G20, auxiliando diretamente o governo, nas discussões técnicas, na formulação de documentos para o T20 e na organização de eventos paralelos.

**Figura 1:** Seminários Avançados CRIS: as Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil

**SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2023**

**As Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil**  
Las Cumbres del G20 en India y Brasil | The G20 Summits in India and Brazil

**AS CÚPULAS DO G20 NA ÍNDIA (CONCLUSÕES) E NO BRASIL (PRIORIDADES)**  
LAS CUMBRES DEL G20 EN INDIA (CONCLUSIONES) Y BRASIL (PRIORIDADES) | THE G20 SUMMITS IN INDIA (CONCLUSIONS) AND BRAZIL (PRIORITIES)

**QUE ESPERAR DO T20 NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO G20?**  
¿QUÉ ESPERAR DEL T20 DURANTE LA PRESIDENCIA DEL G20 DE BRASIL? | WHAT TO EXPECT FROM T20 DURING BRZCA'S G20 PRESIDENCY

**SAÚDE NAS CÚPULAS DO G20 NA ÍNDIA E NO BRASIL**  
SAÚDE EM LAS CUMBRES DEL G20 EN LA INDIA Y EL BRASIL | HEALTH AT THE G20 SUMMITS IN INDIA AND BRAZIL

**INTRODUÇÃO E MEDIAÇÃO**  
INTRODUCCIÓN Y MEDIACIÓN | INTRODUCTION AND MEDIATION

**FELIPE HEES**  
SUB-SHERPA G20 ITAMARATY

**FÁBIO VERAS SOARES**  
DIRETOR DE ESTUDOS INTERNACIONAIS DO IPEA

**JOÃO MIGUEL ESTEPHÂNIO**  
PESQUISADOR CRIS / FIOCRUZ

**PEDRO BURGER**  
COORDENADOR ADJUNTO CRIS / FIOCRUZ

QUARTA-FEIRA | MIÉRCOLES | WEDNESDAY  
**20 DE SETEMBRO**  
20 DE SEPTIEMBRE | SEPTEMBER 20TH

10h-12:30h (RIO TIME)  
9am-11:30am (EST TIME)  
3pm-5:30pm (CET TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS  
SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH  
TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÊS / ESPAÑOL / INGLÉS

Ministério da Saúde  
Fiocruz Fundação Getúlio Vargas  
Parceiros  
COPATROCINIOS: OPS, UNICEF, UNFPA, HEALTHYUITY

Fonte: Fiocruz, 2023.

## G7 se encontra para discutir importação de diamantes russos e a eficácia das sanções é posta em xeque

No fim deste mês de setembro, representantes do G7 estarão se encontrando em Mumbai e Surat, Índia, para discutir restrições do G7 sobre as importações de diamantes brutos, segundo apuração da Reuters<sup>44</sup>. A escolha das cidades é representativa, tendo em vista que Surat, localizada no estado de Gujarat, é responsável pela lapidação de 90% dos diamantes que circulam no mundo<sup>45</sup>. O objetivo da reunião é discutir um sistema de rastreamento que permitiria bloquear as importações de pedras extraídas da Rússia, o maior produtor mundial de pedras brutas. Esse é um plano parte dos esforços para reduzir ao máximo a capacidade russa de financiamento da guerra com a Ucrânia, considerando que apenas a União Europeia comprou

<sup>44</sup> India visit next week as G7 looks to take the shine off Russian diamonds. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/india-visit-next-week-g7-looks-take-shine-off-russian-diamonds-2023-09-21/>>. Acesso em: 24/09/2023.

<sup>45</sup> Maior do mundo: Índia inaugura prédio de escritórios que supera Pentágono. ESTADÃO. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/india-inaugura-maior-predio-de-escritorios-que-supera-pentagono-nprei/>>. Acesso em: 24/09/2023.

cerca de US\$1,5 bilhão em diamantes russos em 2022. No entanto, devido ao fato de ser um grande setor empregatício para a Índia, a discussão é delicada.

Além da Índia, a reunião também não encontrou unanimidade nos países da própria União Europeia (EU). Embora não seja parte do G7, a Bélgica foi convidada a participar, pois a cidade de Antuérpia é o principal centro de comércio de diamantes do mundo. No entanto, o país tem sido reticente em seguir as sanções contra os diamantes russos. Isso, pois segundo a Bélgica, o comércio perdido com a Antuérpia seria redirecionado pela Rússia a outros lugares a não ser que todas as importações sancionadas pela UE tenham aderência por mais países fora do bloco<sup>46</sup>. Muito se discute sobre a eficácia das sanções aplicadas à Rússia. Alguns estudos sobre as restrições impostas ao petróleo russo sugerem que apesar do limite de US\$ 60 por barril, Kremlin poderá continuar se beneficiando contornando a política de sanções<sup>47</sup>. Isso, pois Putin obteve sucesso no redirecionamento dos seus barris da Europa para novos clientes na Ásia, oferecendo descontos e adquirindo mais autonomia dos serviços de transporte ocidentais, por exemplo, usando uma política de operação das frotas sem seguro ocidental.

Por fim, durante a Assembleia Geral da ONU, no último dia 19 de setembro, os ministros das relações exteriores do G7 se reuniram para convencer a China a pressionar a Rússia para colocar fim à guerra, por meio da retirada imediata, completa e incondicional das tropas russas da Ucrânia<sup>48</sup>. A pressão foi oportuna, tendo em vista viagens que o representante e diplomata chinês, Wang Yi, fará à Rússia e vice-versa.

### **OCDE a todo vapor: a economia mundial ainda pode mudar seu rumo?**

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou a quinzena com a divulgação da versão atualizada do documento “*G20/OECD Principles of Corporate Governance*”<sup>49</sup>. Fruto da parceria da organização junto ao G20, o projeto visa fornecer uma referência global para quadros legais, regulatórios e institucionais, além de diretrizes e padrões internacionais recomendados pela OCDE e G20 em prol de uma melhor governança corporativa, do crescimento sustentável e da estabilidade financeira.

Assim, a edição de 2023 buscou apresentar aos decisores políticos e atores da área econômica interessados uma revisão dos princípios promovidos, bem como a ampliação do escopo dos mesmos, incluindo orientações sobre questões como o papel dos investidores institucionais, a divulgação e transparência corporativa e as responsabilidades dos conselhos administrativos<sup>50</sup>. Também foram apresentadas orientações sobre questões relacionadas às temáticas de sustentabilidade, diversidade, gênero, tecnologia e concentração de propriedade.

---

<sup>46</sup> Ibid. REUTERS. 2023.

<sup>47</sup> Russia dodges G7 price cap sanctions on most of its oil exports. FINANCIAL TIMES. 2023. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/cad37c16-9cbd-473c-aa2f-102c21393d2e>>. Acesso em: 24/09/2023.

<sup>48</sup> G7 ministers call on China to press Russia to stop aggression in Ukraine. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g7-ministers-call-china-press-russia-stop-aggression-ukraine-2023-09-19/>>. Acesso em: 24/09/2023.

<sup>49</sup> OCDE. G20/OECD Principles of Corporate Governance 2023. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ed750b30-en>

<sup>50</sup> OCDE. Leaders endorse revised G20/OECD Principles of Corporate Governance to promote corporate sustainability, market confidence and financial stability. OECD [Internet]. 2023 Set 11 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/leaders-endorse-revised-g20-oecd-principles-of-corporate-governance-to-promote-corporate-sustainability-market-confidence-and-financial-stability.htm>



Ademais, de forma complementar ao documento, foi publicado também o “*OECD Corporate Governance Factbook 2023*”<sup>51</sup>, uma ferramenta do projeto produzida paralelamente. Com atualizações mais frequentes – a cada dois anos –, a iniciativa do Factbook promove informações sobre o acompanhamento da implementação dos princípios, recomendações de políticas e destaques de tendências e desenvolvimentos no mercado global.

Ainda no tema de discussões e revisões do campo econômico, a organização intergovernamental divulgou, também, a oitava versão de sua publicação anual com dados e informações comparáveis sobre reformas fiscais entre países participantes da OCDE e outros parceiros econômicos e acompanhamento da evolução da política fiscal ao longo do tempo. O chamado relatório “*Tax Policy Reforms 2023*”<sup>52</sup> fornece, então, uma visão geral das reformas de política fiscal anunciadas e promulgadas em 2022, seu contexto macroeconômico e as receitas fiscais em que as medidas foram introduzidas, destacando como os governos utilizaram sua política fiscal em resposta aos elevados níveis de inflação e desafios estruturais de longo prazo<sup>53</sup>. Tais medidas fiscais – incluindo as que visam a redução da carga fiscal sobre os trabalhadores com baixos rendimentos e a redução dos impostos sobre os produtos energéticos – são, então, entendidas como um dos principais instrumentos políticos utilizados a fim de promover a proteção de famílias e de empresas dessas dificuldades econômicas.

Na esteira de tal discussão, outro destaque da organização se refere à divulgação do relatório “*OECD Economic Outlook, Interim Report September 2023*”<sup>54</sup>, a mais recente publicação sobre perspectivas e projeções econômicas de 2023. O relatório revela que mesmo que a economia mundial no primeiro semestre 2023 tenha sido mais resiliente do que o esperado, o futuro da economia mundial continua em uma situação desfavorável, com diversas adversidades e fragilidades afetando seu desenvolvimento e expectativas de melhora no futuro próximo<sup>55</sup>.

Influenciado pelo visível aperto da política monetário da maior parte dos principais bancos centrais e pelos estresses na economia chinesa, o cenário projetado é o de desaceleração no crescimento global para o ano de 2024, permanecendo abaixo da tendência prevista inicialmente, somados à inflação que se modera, porém persiste e permanece acima da meta, com possibilidade de novas perturbações nos mercados energéticos e alimentares. O crescimento global projetado, nesse sentido, se traduz para os números 3,0% em 2023 e 2,7% em 2024, como pode ser observado na figura 2, onde também estão ilustradas as taxas dos países membros do G20, bem como, em recortes agrupados: economias emergentes do G20, economias avançadas do G20 e G20 como um todo.

---

<sup>51</sup> OCDE. *OECD Corporate Governance Factbook 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/6d912314-en>.

<sup>52</sup> OCDE. *Tax Policy Reforms 2023: OECD and Selected Partner Economies*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/d8bc45d9-en>.

<sup>53</sup> OCDE. Countries deploy tax policy to shield households and businesses from decade-high inflation. OECD [Internet]. 2023 Set 13 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/countries-deploy-tax-policy-to-shield-households-and-businesses-from-decade-high-inflation.htm>

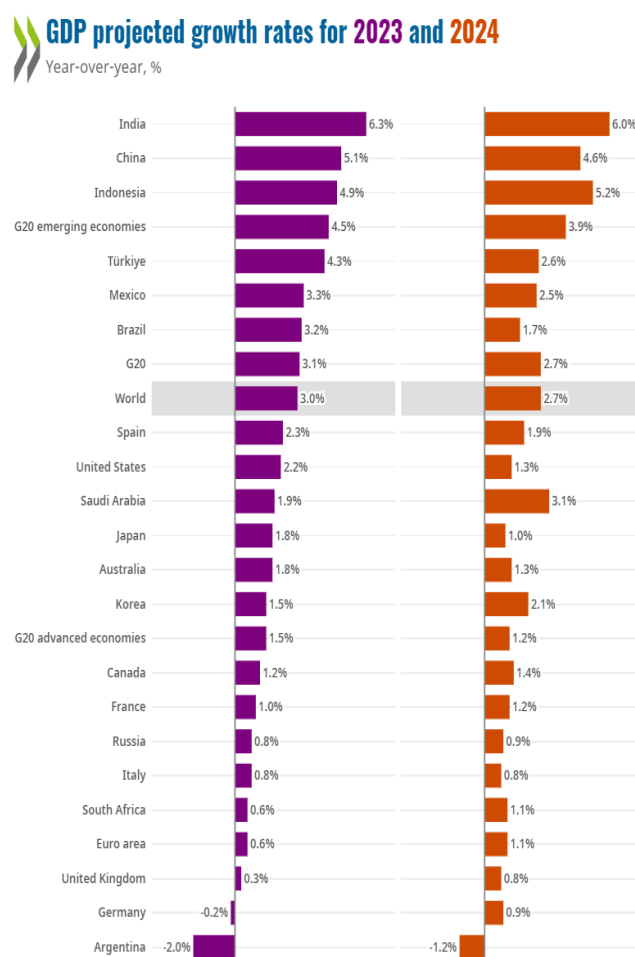
<sup>54</sup> OCDE. *OECD Economic Outlook, Interim Report September 2023: Confronting Inflation and Low Growth*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1f628002-en>.

<sup>55</sup> OCDE. Positive growth continues, albeit fragile, and with persistent inflation posing a key risk. OECD [Internet]. 2023 Set 19 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/positive-growth-continues-albeit-fragile-and-with-persistent-inflation-posing-a-key-risk.htm>

Ademais, o Relatório Interino afirma também que a política monetária deve continuar focada em trazer a inflação de volta à meta, ao passo que são necessários maiores esforços dos governos para reconstruir o espaço fiscal e responder aos desafios futuros, incluindo a transição climática. Desse modo, esforços de política estrutural necessitam ser revigorados para fortalecer as perspectivas de crescimento e de revitalização do comércio mundial.

Paralelamente, a organização econômica manteve seu cronograma de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais e divulgou também durante a quinzena versões mais atualizadas de dois de seus índices: o levantamento do PIB do G20 no segundo trimestre de 2023<sup>56</sup> e as taxas de desemprego internacionais referentes ao mês de julho de 2023<sup>57</sup>. O primeiro indica um crescimento tímido de 0,7% para o G20 e o outro aponta a manutenção da taxa de desemprego da OCDE em números abaixo de 5,0% pelo 13º mês consecutivo.

**Figura 2:** Taxas de crescimento projetadas do PIB para 2023 e 2024 – ano após ano, %



Fonte: OCDE, 2023.

<sup>56</sup> OCDE. G20 GDP Growth - second quarter of 2023, OECD. OECD [Internet]. 2023 Set 14 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-second-quarter-2023-oecd.htm>

<sup>57</sup> OCDE. Unemployment Rates, OECD - Updated: September 2023. OECD [Internet]. 2023 Set 13 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-september-2023.htm>

Por fim, no que tange às publicações diretamente relacionadas à área de saúde, ressalta-se a publicação do estudo “*Embracing a One Health Framework to Fight Antimicrobial Resistance*”<sup>58</sup>. Chamando a atenção de seus leitores sobre uma silenciosa e alarmante ameaça à saúde global: a resistência antimicrobiana (AMR) ou a capacidade dos micróbios resistirem aos agentes antimicrobianos, o relatório busca assim analisar mecanismos políticos essenciais para informar a próxima geração de iniciativas de AMR. Segundo o documento, todos os anos, cerca de 79.000 pessoas perdem a vida devido a infecções resistentes em 34 países da OCDE e da Europa. Isto corresponde a 2,4 vezes o número de mortes por tuberculose, gripe e HIV/SIDA combinados em 2020. Os idosos contribuem bastante para esse número de mortes por AMR, com cerca de duas em cada três mortes, devido ao fato desta resistência ocorrer entre pessoas com mais de 65 anos de idade.

O relatório advoga que, para lidar com o impacto prejudicial da AMR na saúde e na economia, é necessário adotar a perspectiva *One Health* – uma abordagem colaborativa, transdisciplinar e multissetorial que promove a cooperação e a colaboração entre a saúde humana, a saúde animal, os sistemas agroalimentares e o meio ambiente. O documento culmina, então, na promoção e recomendação de onze medidas, que podem ser observadas na íntegra diretamente no documento que pode ser acessado a partir da *webpage* indicada na nota de rodapé abaixo. Estas recomendações estão alinhadas com tal abordagem e, se implementadas sistematicamente, possuem o potencial de melhoria na saúde da população, podem reduzir gastos com saúde e gerar retornos positivos para a economia.

---

<sup>58</sup> OECD. *Embracing a One Health Framework to Fight Antimicrobial Resistance*. Paris: OECD Health Policy Studies, OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Set 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ce44c755-en>.

**Lavrov diz que ocidentais veem o avanço da OTAN na região da Ásia-Pacífico como algo positivo e a expansão do BRICS como uma ameaça à dominação ocidental. Enquanto isso os BRICS não param**

***Lavrov says that Westerners see NATO's advance in the Asia-Pacific region as something positive and the expansion of BRICS as a threat to Western domination. Meanwhile the BRICS do not stop***

***Claudia Hoirisch***

***Abstract:*** *The global economic situation was seriously affected by the practice of sanctions and the freezing of assets of sovereign states. The scarcity of resources, growing inequality, rising unemployment and the worsening of other chronic problems in the global economy are the direct consequences of this. The prices of food, basic agricultural products and crops are forced to rise, causing the most vulnerable and poor countries to suffer. During his address to the UNGA, Russia's top diplomat Sergei Lavrov stressed that a New World Order is being born before our very eyes, with the future being created in the struggle between the global majority and those few who use neocolonial methods of subjugation to retain their vanishing domination. Under these circumstances, the BRICS countries have intensified their joint work to ensure economic growth and sustainable development bring concrete results. New infrastructure and investment projects are being launched, mutual trade is growing, and industrial contacts are expanding.*

***Keywords:*** *78<sup>th</sup> UNGA. Lavrov's speech at the 78<sup>th</sup> UNGA. New world order. Infrastructure and investment projects*

***Resumo:*** A situação econômica global foi seriamente afetada pela prática de sanções e pelo congelamento de ativos de Estados soberanos. A escassez de recursos, a crescente desigualdade, o aumento do desemprego e o agravamento de outros problemas crônicos na economia global são consequências diretas. Os preços dos alimentos, dos insumos agrícolas básicos e das colheitas são forçados a subir, fazendo com que os países mais vulneráveis e pobres sofram. Em seu discurso na AGNU, o chanceler russo Sergei Lavrov sublinhou que uma nova ordem mundial está nascendo diante dos nossos olhos, com o futuro sendo criado a partir da luta entre a maioria global e aqueles poucos que usam métodos neocoloniais de subjugação para manter sua dominação, que está em declínio. Nestas circunstâncias, os países do BRICS vêm intensificando o seu trabalho conjunto para garantir que o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável tragam resultados concretos. Cada vez mais vêm lançando novos projetos de infraestrutura e de investimento, o comércio mútuo está crescendo e os contatos industriais estão se expandindo.

***Palavras-chave:*** *78ª AGNU. Discurso do Sergei Lavrov na 78ª AGNU. Nova Ordem Mundial. Projetos de infraestrutura e investimentos.*



Foto: Associated Press. O Chanceler Sergei Lavrov discursa na 78ª AGNU.

Os Chanceleres do BRICS se reuniram à margem da Assembleia Geral da Nações Unidas em 20/09, anunciaram que o tema da próxima presidência russa em 2024 será “Fortalecimento do multilateralismo para fins de um desenvolvimento e segurança globais justos” e expressaram a sua preocupação com os conflitos em curso em muitas partes do mundo. Reiteraram o seu compromisso com a resolução pacífica de diferenças e disputas por meio do diálogo e de consultas inclusivas de forma coordenada e cooperativa e apoiaram todos os esforços conducentes à resolução pacífica de crises<sup>59</sup>.

Para entender o que esses parágrafos significam, é preciso mergulhar no discurso do chanceler da Rússia, Sergei Lavrov<sup>60</sup>, na 78ª sessão da Assembleia Geral da ONU dia 23/9/2023 no qual ressaltou que o Ocidente tem falhado repetidamente em cumprir seus compromissos e no Fórum Empresarial do BRICS, onde os países do BRICS tentam intensificar o seu trabalho conjunto para garantir que o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável tragam resultados concretos.

Lavrov chamou a atenção para a ideia repetida por muitos oradores na 78ª Assembleia Geral da ONU de que "o planeta está passando por mudanças irreversíveis"<sup>61</sup>; disse que "uma nova ordem mundial está nascendo bem diante de nossos olhos" e “no entanto, a forma do futuro é determinada por uma luta contínua entre a Maioria Global, que defende uma distribuição mais justa dos recursos globais (...) e os poucos indivíduos que dependem de métodos neocoloniais para manter o seu poder, que está em declínio.”

Ressaltou que a marca registrada do Ocidente há muito tempo se tornou a rejeição do princípio da igualdade de direitos e a incapacidade total de negociar.

---

<sup>59</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-chanceleres-do-brics-a-margem-da-78a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-comunicado-a-imprensa-2013-nova-york-20-de-setembro-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-chanceleres-do-brics-a-margem-da-78a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-comunicado-a-imprensa-2013-nova-york-20-de-setembro-de-2023)

<sup>60</sup> <https://sputnikglobe.com/20230924/lavrovs-full-speech-at-78th-session-of-un-general-assembly-1113617957.html>

<sup>61</sup> <https://sputniknewsbr.com.br/20230919/brasil-e-protagonista-em-mundo-que-mudou-muito-desde-o-1-discurso-de-lula-na-onu-diz-pesquisador-30394457.html>

Para ele, os norte-americanos e europeus estão "acostumados a menosprezar o resto do mundo, costumam fazer promessas, assumir compromissos escritos e juridicamente vinculantes e depois simplesmente não os cumprem". Citando o presidente da Rússia Vladimir Putin, Lavrov ressaltou que o Ocidente se converteu em um verdadeiro império de mentiras.

Afirmou que "os líderes ocidentais nunca se intimidaram pelo fato de, ao aproximar a OTAN das fronteiras da Rússia, estarem violando os compromissos oficiais de não reforçarem a sua própria segurança às custas da segurança dos outros". Disse que o Ocidente continuou a militarizar o regime russo fóbico de Kiev. Que uma nova manifestação perigosa do expansionismo da OTAN foram as tentativas de alargar a área de responsabilidade do bloco a todo Hemisfério Oriental sob o slogan "indivisibilidade da segurança da região Euro-Atlântica e Indo-Pacífico". E que para levar a cabo essa tarefa, Washington tem criado minialianças político-militares como a AUKUS (EUA, Reino Unido e Austrália), o trio EUA-Japão-Coréia; e o quarteto Tóquio, Seul, Canberra e Wellington, e traz os membros para a cooperação prática com a OTAN, que implanta sua infraestrutura no Pacífico.

Destacou que os países ocidentais veem o avanço da OTAN na região da Ásia-Pacífico como algo positivo, e a expansão do BRICS como uma ameaça à dominação ocidental. Exemplo disso, foi a fala recente do presidente Macron a seus embaixadores no exterior, na qual expressou preocupação com a expansão do BRICS, tratando-a como uma prova da "crescente complexidade da situação na arena internacional, que corre o risco de enfraquecer o Ocidente e a Europa em particular".

Sergei Lavrov apontou as tentativas dos países ocidentais de "ucranizar" a agenda das reuniões internacionais, relegando outros conflitos mundiais para um segundo plano como é o caso do conflito na região de Nagorno-Karabakh, um enclave separatista de maioria armênia dentro do território do Azerbaijão<sup>62</sup>. Ressaltou que a União Europeia e os EUA estão desestabilizando a região do Cáucaso, tentando impor seus serviços de mediação à Armênia e ao Azerbaijão. Ao mesmo tempo, o ministro russo ressaltou que as forças de manutenção da paz da Rússia vão contribuir de todas as maneiras possíveis para o estabelecimento de uma vida pacífica em Nagorno-Karabakh.

O chanceler russo disse que organizações como o BRICS e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) estão em ascensão e dão aos países do Sul Global a possibilidade de crescimento e desenvolvimento conjunto e reivindicarem seu lugar de direito na arquitetura multipolar emergente.

Lavrov sublinhou que "a minoria mundial está fazendo o possível para retardar o curso natural das coisas", mas "a lógica do processo histórico é definitiva".

Falando na tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas, o chefe da diplomacia russa Sergei Lavrov destacou que evitar uma "grande guerra" corresponde aos interesses de todos os países.

---

<sup>62</sup> A independência é reivindicada desde 1994, mas não é reconhecida internacionalmente. A disputa entre Armênia e Azerbaijão pela região levou os países a duas guerras: uma entre 1991 e 1994, e outra em 2020. Em ambos os conflitos, o cessar-fogo foi mediado pela Rússia, que mantém tropas de manutenção de paz no enclave separatista que, por sua vez, tem cerca de 120 mil armênios vivendo na região. A operação militar lançada pelo Azerbaijão em 19/9/2023 reacendeu a possibilidade de uma nova grande guerra no Cáucaso, considerando que o governo azeri deixou claro que apenas rendição "total e incondicional" da presença militar armênia da região separatista poria fim à operação militar.

Os países não querem mais viver sob o jugo de ninguém, e isso fica evidente, no crescimento de grupos como o BRICS. “O nosso futuro está sendo moldado por uma luta entre a maioria global em favor de uma distribuição mais justa dos benefícios globais e da diversidade civilizada”, disse Lavrov”.

### **Fórum Empresarial dos BRICS**

Como de praxe, o Fórum Empresarial do BRICS foi realizado antes da cúpula do BRICS.

O Fórum desempenha um imenso papel na promoção do comércio mútuo e investimentos, reforçando os laços de cooperação e expandindo o diálogo direto entre as comunidades empresariais e assim contribui para o crescimento socioeconômico de seus países e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Fórum concentrou-se em questões como a recuperação econômica dos países BRICS pós-pandemia, a melhoria do bem-estar dos cidadãos, a modernização industrial, o desenvolvimento de cadeias de transporte e logística eficazes e o estímulo às transferências equitativas de tecnologia.

Estas tarefas desafiadoras e complexas têm de ser enfrentadas num contexto de crescente volatilidade nos mercados de ações, de moedas, de energia e de alimentos, juntamente com uma pressão inflacionária decorrente, entre outras coisas, da criação irresponsável de dinheiro em larga escala por parte de vários países que procuram mitigar os efeitos da pandemia, que levou à acumulação de dívida privada e pública.

A situação econômica global foi seriamente afetada pela prática de sanções e pelo congelamento de ativos de Estados soberanos, o que essencialmente equivale a oprimir todas as regras básicas do comércio livre e da vida econômica.

A escassez de recursos, a crescente desigualdade, o aumento do desemprego e o agravamento de outros problemas crônicos na economia global são as consequências diretas disto. Os preços dos alimentos, dos produtos agrícolas básicos e das colheitas são forçados a subir, fazendo com que os países mais vulneráveis e pobres sofram.

Nestas circunstâncias, os Estados BRICS intensificaram a sua interação e o seu trabalho conjunto para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável traga resultados concretos. Cada vez mais são lançados novos projetos de infraestruturas e de investimento, o comércio mútuo está crescendo e os contatos industriais estão se expandindo.

Durante a Cimeira os países discutiram questões relacionadas com a transição para moedas nacionais em todas as áreas da cooperação econômica entre os cinco países. O NBD, que já se tornou uma alternativa crível às instituições de desenvolvimento ocidentais existentes, tem um grande papel a desempenhar nestes esforços.

É natural que o reforço da conectividade e a criação de novas artérias de tráfego sustentáveis tenham se tornado uma prioridade na cooperação entre os cinco países. Neste contexto, a iniciativa do Conselho Empresarial do BRICS para desenvolver soluções logísticas intermodais modernas e corredores de transporte ferroviário é de particular importância.

O BRICS não para; a Rússia também não.

A Rússia trabalha ativamente para redirecionar os seus fluxos de tráfego e logística para parceiros estrangeiros fiáveis, incluindo nos países BRICS. Seus projetos emblemáticos incluem

a Rota Marítima do Norte e o novo Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul. Estas duas principais artérias de transporte visam proporcionar as rotas comerciais mais curtas e econômicas para ligar os principais centros industriais, agrícolas e energéticos aos mercados consumidores.

No que diz respeito à Rota Marítima do Norte, a Rússia pretende construir terminais de combustíveis, portos centrais para garantir ligações com o transporte rodoviário e ferroviário.

Quanto ao Corredor de Transporte Norte-Sul, ligará os portos russos nos mares Árticos e no Mar Báltico com terminais offshore no Golfo Pérsico e no Oceano Índico, proporcionando assim oportunidades para aumentar o transporte de carga entre os países da Eurásia e de África. Além disso, isto certamente dará impulso ao desenvolvimento de novas instalações industriais, comerciais e logísticas ao longo da rota.

A Rússia defende uma maior cooperação dentro dos BRICS no que diz respeito ao fornecimento confiável e ininterrupto de recursos energéticos e alimentares aos mercados mundiais. Estão aumentando consistentemente o fornecimento de combustíveis, produtos agrícolas e fertilizantes aos países do Sul Global, dando um contributo significativo para o fortalecimento da segurança alimentar e energética mundial, abordando questões humanitárias graves e combatendo a fome e a pobreza nos países necessitados.

A cooperação multifacetada no âmbito dos BRICS também contribui para garantir o crescimento sustentável de seus membros, mas também promovem a recuperação econômica global e a concretização dos objetivos de desenvolvimento global e das metas estabelecidas pelas Nações Unidas para combater a pobreza, expandir o acesso das pessoas a cuidados de saúde de qualidade, erradicar a fome e melhorar a segurança alimentar.



## Saúde em pauta na agenda política regional

### *Salud en la agenda política regional*

**Miryam Minayo**

**Samia de Brito**

**Sebastian Tobar**

**Resumen.** *En el informe de este período, destacamos los principales temas discutidos por los presidentes latinoamericanos en la apertura de la 78ª Sesión de la Asamblea General de las Naciones Unidas; la Reunión de Ministros de Salud de América del Sur, la Reunión Extraordinaria de los Ministros de Salud de América Central y la República Dominicana en el marco del Consejo Directivo de la OPS; el Acuerdo para la Creación del Fondo de Adaptación Climática y la Respuesta Integral a los Desastres de la CELAC; la Reunión de Ministros de la Región Andina en el contexto del 60º Consejo Directivo y la creación de la Asociación para la Cooperación Atlántica. También tratamos la nueva etapa de negociación del acuerdo entre el Mercosur y la Unión Europea y las prioridades de la Presidencia Pro Tempore brasileña. Informamos sobre la publicación del importante informe de la CEPAL sobre el panorama actual y los desafíos de la Agenda 2030 y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible. También mencionamos la II Oficina sobre el Fortalecimiento de la Toma de Decisiones para el Control de la Pandemia de COVID-19 a través de la Vigilancia Genómica en Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú de la ORAS-CONHU, así como la Oficina Regional de Intercambio de Experiencias en la gestión de entrada, permanencia y salida de trabajadores migrantes temporales en los Estados miembros de la SICA, realizada por la SE-COMISCA. También destacamos el taller de Implementación del Programa de Acciones Estratégicas (PAE) realizado por la OTCA y la CXXVIII Reunión Ordinaria del Grupo de Mercado Común (GMC). Finalmente, analizamos las crecientes tensiones entre la República Dominicana y Haití y las disputas entre Argentina y Paraguay en relación con una hidrovía y una central hidroeléctrica.*

**Palabras-clave:** *América Latina y Caribe. AGNU. Ministros de la Salud. Cooperación regional.*

**Resumo.** No relatório deste período destacamos os principais tópicos debatidos por presidentes latino-americanos na abertura da 78ª Sessão AGNU; a Reunião de Ministros de Saúde de América do Sul, a Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana no âmbito do Conselho Diretor da OPAS; o Acordo para a Criação do Fundo de Adaptação Climática e a Resposta Integral aos Desastres da CELAC; a Reunião de Ministros da Área Andina no âmbito do 60º Conselho Diretor e a criação da Associação para Cooperação Atlântica. Tratamos também da nova etapa de negociação do acordo Mercosul-UE e as prioridades da Presidência Pro Tempore brasileira. Informamos sobre a publicação do importante relatório da Cepal sobre o atual panorama e desafios da Agenda 2030 e os seus ODS. Trazemos ainda a II Oficina sobre Fortalecimento de tomada de decisões para o controle da pandemia de COVID-19 mediante a vigilância genômica na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru da ORAS-CONHU e a Oficina Regional de Intercâmbio de Experiências na gestão de entrada, permanência e saída de pessoas trabalhadoras temporárias migrantes nos Estados Membros da SICA realizada pela SE-COMISCA; a oficina de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) realizado pela OTCA e a CXXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC). Por

fim, analisamos as crescentes tensões entre República Dominicana e Haiti e as disputas entre Argentina e Paraguai sobre uma hidrovía e uma hidrelétrica.

Neste informe damos especial destaque ao aniversário de 50 anos do golpe de Estado de Pinochet no Chile. Trazemos também a palestra de Aluísio Mercadante na CEPAL, ressaltando a necessidade de a região agir com coragem para impulsionar a sua integração. Ainda no âmbito a CEPAL, destacamos a publicação de seu relatório anual “Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023”. Informamos também sobre as restrições na Hidrovía Paraná-Paraguai que têm gerado dificuldades na livre circulação e a origem a do conflito pela Hidrovía Paraná – Paraguai. Igualmente, observamos a publicação do relatório da SEGIB sobre violência Econômica e Patrimonial como Violência de Género. No âmbito da Cúpula do G20, analisamos os desdobramentos da Cúpula da Amazônia e do Acordo UE-Mercosul. Tratamos também da XXXVI Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina, organizada pela ORAS-CONHU, do lançamento das Funções Essenciais de Saúde Pública na América Central e República Dominicana pela SECOMISCA e pela OPAS e do workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas para gestão integrada das águas na Bacia Amazônica realizado pela OTCA e Colômbia. Por fim, abordamos a passagem do comando do partido governista no México de AMLO para Claudia Sheinbaum.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. AGNU. Ministros da Saúde. Cooperação regional.

### **Principais tópicos debatidos por presidentes latino-americanos na abertura da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2023<sup>636465</sup>**

Na segunda quinzena de setembro foi realizada a abertura da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e, como parte do ritual, líderes do mundo inteiro fazem discursos que envolvem tanto temáticas internas como externas e sinalizam os posicionamentos de países sobre diversos assuntos. Sendo assim, descrever pontos focais de discursos de líderes latino-americanos ajuda elaborar uma conjuntura de interesses e temáticas prioritárias na região.

#### **Luís Inácio Lula da Silva (Brasil)**

- Combate à crise climática
- Combate à fome e às desigualdades
- Defesa da paz
- Reforma das instituições multilaterais

---

<sup>63</sup> Resumen de noticias de la Asamblea General de la ONU del martes 19 de septiembre [Internet]. CNN. 2023 [cited 2023 Sep 22]. Available from: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/09/19/slug-asamblea-general-onu-2023-discursos-noticias-en-vivo-orix/>

<sup>64</sup> Colômbia, Cuba, Bolívia e Argentina: confira discursos de presidentes latinos na ONU [Internet]. operamundi.uol.com.br. [cited 2023 Sep 22]. Available from: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82887/colombia-cuba-bolivia-e-argentina-confira-discursos-de-presidentes-latinos-na-onu>

<sup>65</sup> Presidente Gabriel Boric en la Asamblea de la ONU: “Los derechos humanos son una base ética irrenunciable en la acción política” «Diario y Radio Universidad Chile [Internet]. radio.uchile.cl. [cited 2023 Sep 22]. Available from: <https://radio.uchile.cl/2023/09/20/presidente-gabriel-boric-en-la-asamblea-de-la-onu-los-derechos-humanos-son-una-base-etica-irrenunciable-en-la-accion-politica/>

### **Alberto Fernandez (Argentina)**

- Críticas ao sistema financeiro internacional
- Críticas às sanções impostas a países latino-americanos
- Reclamo à soberania das Malvinas

### **Luis Arce (Bolívia)**

- Criação de uma nova ordem mundial
- Crítica à corrida armamentista
- Críticas ao capitalismo

### **Gustavo Petro (Colômbia)**

- Defesa da paz
- Reforma do sistema financeiro
- Combate à crise climática e ambiental
- Crítica à guerra às drogas

### **Gabriel Boric (Chile)**

- Defesa à democracia e aos direitos humanos
- Crítica às sanções e bloqueios na América Latina
- Combate às mudanças climáticas
- Reforma de organismos multilaterais

### **Díaz-Canel (Cuba)**

- Transformação da arquitetura financeira internacional
- Crítica a medidas coercitivas unilaterais enfrentadas por Cuba e outros países

### **Nayib Bukele (El Salvador)**

- Política de segurança interna
- Crítica à ataques midiáticos a seu governo
- Combate ao êxodo de salvadorenhos

### **Alejandro Giamattei (Guatemala)**

- Crítica à ingerência internacional nas eleições guatemaltecas
- Reforma das Nações Unidas
- Combate às mudanças climáticas e desigualdades entre os países na temática
- Combate às drogas

### **Dina Boluarte (Peru)**

- Democracia, direitos humanos e integração regional
- Cooperação internacional para lidar com fenômenos climáticos

Em análise, percebe-se que o tema do combate às mudanças climática e reforma de instituições multilaterais tem ganhado repercussão na maioria dos discursos na região. As posições são bastante parecidas, Lula e Petro coincidem por exemplo no aumento do tom de

denúncia a um “fracasso” das estratégias mundiais de combate a mudanças climáticas e de proteção ambiental. Em alguns trechos, Lula afirma que

*Agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas[...] A emergência climática torna urgente uma correção de rumos e a implementação do que já foi acordado. [...] Sem a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos não há como implementar o que decidimos no Acordo de Paris e no Marco Global da Biodiversidade. A promessa de destinar 100 bilhões de dólares – anualmente – para os países em desenvolvimento permanece apenas isso, uma longa promessa. Hoje esse valor seria insuficiente para uma demanda que já chega à casa dos trilhões de dólares<sup>66</sup>.*

Por seu lado Petro, adiciona que

*Lo que ha pasado desde el último discurso que di en Naciones Unidas, es que no hemos visto sino profundizar lo que los ricos reunidos en Davos (Suiza) llamaron la ‘poli crisis’: la guerra sigue, el hambre continúa, la recesión aumenta, y la crisis climática ha mostrado sus dientes como nunca llevándose decenas de miles de vidas y calentando las tierras y los mares como nunca. Todas estas crisis son en realidad una: la crisis de la vida<sup>67</sup>.*

Além disso, temas como guerra, paz e sanções ganharam espaço importante nas apresentações dos mandatários latino-americanos. Sanções, como por exemplo aquelas impostas à Cuba, não são vistas pelos latino-americanos como saídas eficazes. Segundo o tema de sanções, o cubano Diaz-Canel em intervenção na Assembleia Geral asseverou que

*Cuba no es el primer Estado soberano que le han impuesto sanciones y pero es el que por más años las ha soportado [...] No existe una sola acción de Cuba que dañe a los Estados Unidos para perjudicar a su sector económico, su actividad comercial, o su tejido social*

Encontra-se algum tipo de dissenso nas posições com relação a guerra da Ucrânia, dado que alguns presidentes como Boric se posicionam mais claramente ao lado ucraniano. Segundo o chileno,

*[...] no se puede responsabilizar de la misma manera al gobierno invasor que al pueblo invadido. Por lo tanto, la paz pasa por la garantía del respeto a la integridad territorial de las naciones.*

Outros como Lula assumem uma posição de maior neutralidade e busca por negociações como saída para a guerra. Segundo o presidente brasileiro,

---

<sup>66</sup> Leia a íntegra do discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU [Internet]. G1. 2023. Available from: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/19/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>

<sup>67</sup> Presidencia de la Republica [Internet]. petro.presidencia.gov.co. [cited 2023 Sep 25]. Available from: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/El-ultimo-anio-ha-sido-perdido-para-la-humanidad-que-ha-avanzado-hacia-su-230919.aspx>

*A guerra da Ucrânia escancara nossa incapacidade coletiva de fazer prevalecer os propósitos e princípios da Carta da ONU. Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz. Mas nenhuma solução será duradoura se não for baseada no diálogo. Tenho reiterado que é preciso trabalhar para criar espaço para negociações*

No tema de reformas do sistema multilateral, os líderes em sua grande maioria denunciam as desigualdades e a caducidade das estruturas atuais. Alberto Fernandez e Luiz Arce avançaram pelo papel nocivo das instituições financeiras frente as economias do sul global. O presidente argentino declarou que

*[...] el sistema financiero internacional no demuestra voluntad de adaptarse a un mundo que requiere la equidad que ha perdido, por el contrario, solo busca imponer las mismas políticas ortodoxas que profundizaron la desigualdad y la miseria que vive el mundo"*

Arce também critica o sistema e convocou as nações

*[...] a cambiar el sistema capitalista de manera urgente, debido a que este multiplica las formas de dominación y exclusión de las mayorías en el mundo; y que se ha mostrado en su peor faceta en el contexto de la post pandemia y los efectos del conflicto militar en Europa del Este<sup>68</sup>.*

Outros temas como o combate às organizações internacionais criminosas e drogas também estiveram presentes em discursos como o de Petro e Giammantei. No discurso de Petro, o colombiano retoma o grande desafio histórico colombiano que é a política de guerra às drogas. Em discurso duro, o colombiano afirmou que

*Querían una guerra contra las drogas de la juventud rebelde que se opuso a la guerra del Vietnam: la marihuana y el LSD de los hippies, y terminaron por conducir a su sociedad a la droga del neoliberalismo y la competencia, la droga del yuppie de Manhattan: la cocaína, y encerraron a millones de negros y latinos en frías cárceles privatizadas, y murió un millón de latinoamericanos asesinados y se destruyeron democracias en nuestra América.*

A temática da Palestina também ganhou destaque entre os latino-americanos e, em sua grande maioria, os presidentes pedem uma solução pacífica e negociada que garantam o direito da Palestina constituir-se como Estado. Como diz o chileno Boric,

*[...] no podemos callar cuando vemos por ejemplo la ilegal ocupación y la negación de la posibilidad de un gobierno palestino. El muro que se ha instalado y que divide a sus propios ciudadanos y reconociendo el derecho de existir de los dos estados, Israel y Palestina, exigimos desde esta tribuna también el respeto al derecho internacional*

---

<sup>68</sup> Bolivia plantea a la ONU siete propuestas para avanzar hacia un nuevo orden mundial | MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES [Internet]. Cancilleria.gob.bo. 2023 [cited 2023 Sep 25]. Available from: <https://www.cancilleria.gob.bo/webmre/noticia/5328>

Por fim, alguns presidentes como concentraram seus discursos em temas internos e utilizaram de seu tempo para diminuir o peso das críticas que tem recebido. Nayib Bukele tentou demonstrar eficiência interna em políticas de segurança pública e criticou a alguns países e a mídia internacional pelo que ele caracterizou como “ataques sistemáticos” a seu país. Do lado peruano, Dina Boluarte reiterou que o Peru respeita a democracia, o estado de direito e os direitos humanos. O discurso vem na esteira de meses de instabilidade política no país andino. Pelo lado guatemalteco, Giammantei afirmou que haverá uma passagem de poder estável para o presidente eleito e denunciou que as eleições foram marcadas pela “ingerência internacional desnecessária”.

### **Reunião de Ministros de Saúde de América do Sul**

Os Ministros da América do Sul se reuniram em Nova York<sup>69</sup>, na sede das Nações Unidas, em 21 de setembro de 2023, para dar continuidade ao mandato estabelecido pelos Presidentes Sul-Americanos no Consenso de Brasília, ocorrido em 30 de maio passado. Participaram desta reunião representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O Consenso de Brasília delineou uma visão compartilhada de transformar a América do Sul em uma região de paz e cooperação, fundamentada no diálogo e no respeito à diversidade cultural, comprometida com a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Naquela ocasião, os líderes sul-americanos concordaram em promover iniciativas de cooperação, com ênfase nas necessidades prioritárias de suas populações, incluindo o setor de saúde.

Durante a reunião em Nova York, os Ministros destacaram a importância de estabelecer um mecanismo ágil e flexível para intensificar o diálogo e a cooperação em questões de interesse comum. Isso deve ser baseado nos valores de busca pelo acesso universal à saúde integral e de alta qualidade, bem como na necessidade de enfrentar coletivamente os desafios de saúde da região com solidariedade.

Na ata da reunião, os Ministros chamaram a atenção para a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância de garantir que ninguém seja deixado para trás. Expressaram preocupação com o impacto da pandemia da Covid-19 na América do Sul, que dificultou o cumprimento de muitos dos objetivos do ODS3 (Saúde e Bem-Estar) e dos outros 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que desempenham um papel fundamental nessa questão.

Os Ministros estabeleceram prioridades para a cooperação sul-americana, incluindo a preparação para emergências de saúde, a melhoria da situação sanitária nos países da região, o fortalecimento das capacidades nacionais para controlar doenças relacionadas a fatores sociais e ambientais, a ampliação da produção regional de medicamentos e vacinas para pandemias,

---

<sup>69</sup> Da mesma forma, é oportuno mencionar que os chanceleres da América do Sul também se reuniram no âmbito da AGNU. Na ocasião, foi aprovada uma proposta de “Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul”, que será submetida à consideração dos Chefes de Estado da região. Para impulsionar a retomada do diálogo regular na América do Sul, os chanceleres propuseram, ainda, um calendário inicial de reuniões setoriais em áreas prioritárias identificadas pelos presidentes no “Consenso de Brasília”. O texto proposto reflete o propósito comum de aprofundar a agenda de integração, com benefícios concretos às populações. Procura, também, projetar a voz de nossa região no mundo. <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/gran-acuerdo-regional-se-firmo-el-fondo-celac-para-la-adaptacion-climatica-y-la>

para alcançar a autossuficiência regional, bem como o fortalecimento (educação e formação) da força de trabalho em saúde e a promoção da integralidade dos cuidados nos sistemas de saúde.

Embora local e data específicos ainda não tenham sido definidos, a ata estabelece que haverá uma reunião presencial dos Ministros da América do Sul em algum momento futuro.

### **Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana COMISCA no âmbito do Conselho Diretor da OPAS<sup>70</sup>**

Em 23 de setembro de 2023, na sede da OPAS/OMS em Washington D.C., ocorreu uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA), realizada em formato híbrido. O principal propósito deste encontro foi apresentar e aprovar a Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030.

O Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Dr. Jarbas Barbosa<sup>71</sup>, participou da Reunião Extraordinária e destacou em seu discurso seu compromisso com o fortalecimento da cooperação com o Conselho de Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) para melhorar a saúde das suas populações. *“Desejo ratificar nossa forte vontade de continuar fortalecendo as relações de cooperação e apoio que a OPAS mantém, por um lado, diretamente com cada um de seus países e, por outro lado, com toda a sub-região da América Central e da República Dominicana”*.

Neste sentido, apresentou a nova Iniciativa de Preparação e Resiliência contra Ameaças Emergentes (PRET), da Organização Mundial da Saúde (OMS), que procura aprimorar as capacidades dos países para possíveis futuras pandemias.

“Esta iniciativa convida-nos a trabalhar em conjunto para definir e aplicar medidas prioritárias com o propósito de fortalecer a preparação nacional, e também a coordenação entre grupos de países como o bloco centro-americano e a República Dominicana”, sublinhou o Diretor da OPAS.

Durante a reunião, foi aprovada a Resolução COMISCA 08-2023, que autoriza a implementação da Política Regional de Saúde do Sistema de Integração Centro-Americana (PRSS) 2023-2030, que instrui a Secretaria Executiva da COMISCA (SE-COMISCA) a promover a implementação do Política Regional de Saúde do SICA (PRSS) 2023-2030, com o apoio da Comissão Executiva de Implementação do Plano de Saúde (CEIP), dos parceiros de cooperação e das instituições regionais do SICA.

A Política Regional de Saúde do Sistema de Integração Centro-Americana (PRSS) é o principal instrumento regional com uma abordagem intersectorial que se baseia no reconhecimento da “Saúde” como um direito humano, como um conceito em constante construção e como escopo para o máximo bem-estar possível, sem focar apenas nos processos de reabilitação, cura ou tratamento (OPAS, 2018), mas ampliando seu olhar para os problemas sócio-sanitários e ambientais que afligem a saúde das pessoas na América Central. Promove, assim, uma abordagem multidimensional baseada na construção de evidências e na base técnica necessária que contribui para a incidência política a nível regional.

---

<sup>70</sup> [https://www.sica.int/noticias/comisca-aprueba-politica-regional-de-salud-del-sica-durante-reunion-extraordinaria\\_1\\_132804.html](https://www.sica.int/noticias/comisca-aprueba-politica-regional-de-salud-del-sica-durante-reunion-extraordinaria_1_132804.html)

<sup>71</sup> <https://www.paho.org/es/noticias/23-9-2023-ops-ratifica-su-compromiso-cooperacion-con-sistema-integracion-centroamericano>

A Política Regional de Saúde do Sistema de Integração Centro-Americana (PRSS) 2023-2030 foi desenvolvida com a participação ativa dos Ministérios e Secretarias de Saúde da América Central e da República Dominicana; através da Comissão Executiva de Implementação do Plano de Saúde (CEIP); bem como a institucionalidade regional do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), que permitiu garantir a abordagem intersectorial das ações de saúde pública a partir do nível regional.

Na Reunião Extraordinária da COMISCA, participaram o Diretor Executivo do Ministério da Saúde e Bem-Estar de Belize, Julio Sabido; a Subsecretária de Projetos e Investimentos de Honduras, Suaní Violeta Montalván Acosta; o secretário-geral do Ministério da Saúde da Nicarágua, Carlos Sáenz; a Vice-Ministra da Saúde do Panamá, Ivette Berrio; e a Diretora de Planejamento do Ministério de Saúde Pública e Assistência Social da República Dominicana, Rosanna Arias Tejeda. Participaram virtualmente a vice-presidente da República e ministra da Saúde da Costa Rica, Mary Munive, e o ministro da Saúde Pública e Assistência Social da Guatemala, Francisco Coma, entre outros.

### **Acordo para a Criação do Fundo de Adaptação Climática e a Resposta Integral aos Desastres da CELAC (FACRID/CELAC)**

Em 19 de setembro de 2023, durante um dos eventos paralelos da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi assinado o “Acordo para o Estabelecimento do Fundo de Adaptação Climática e a Resposta Abrangente a Desastres da CELAC” (FACRID/CELAC)<sup>72</sup>. Esse acordo é financiado por contribuições voluntárias dos países membros e está aberto a contribuições de países de fora da região, organizações internacionais e entidades da sociedade civil interessadas em seus objetivos.

A cerimônia de assinatura ocorreu na Missão Permanente do México junto às Nações Unidas e contou com a presença dos Ministros das Relações Exteriores da Argentina, do México e de São Vicente e Granadinas, bem como de representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), responsável pela gestão do Fundo.

O FACRID/CELAC é um fundo inovador e executivo para a região, pois prevê um mecanismo ágil de convocação e aprovação de projetos por um Comitê Diretor baseado em um sistema de avaliação transparente. Este é um exemplo tangível do compromisso da nossa região com a implementação de projetos específicos em favor da resiliência comunitária.

Vale lembrar que, uma vez que a Argentina assumiu a Presidência Pro Tempore (PPTA) do bloco regional, a FACRID/CELAC tornou-se um eixo prioritário da agenda para fortalecer a cooperação regional e internacional na busca de soluções de financiamento inovadoras, sustentáveis e duradouras. Os desafios relacionados com a redução do risco de desastres e o impacto das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe.

Tanto Argentina, México e São Vicente e Granadinas já fizeram contribuições voluntárias ao Fundo, e representantes do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guiana, Honduras, República Dominicana, bem como os do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF).

O FACRID é um instrumento original, sério e necessário para financiar projetos e ações de prevenção, mitigação e preparação para resposta a emergências e desastres de origem

---

<sup>72</sup> <https://www.sela.org/media/3228618/fondo-celac.pdf>



climática ou hidrometeorológica e adaptação às mudanças climáticas, a serem executados por órgãos estatais de todos os países membros. da CELAC.

### **Mercosul-UE: uma nova etapa de negociação**

O Grupo Mercado Comum-GMC, órgão executivo do Mercosul responsável pela direção do bloco, realizou uma reunião em Brasília no dia 15 de setembro, que antecedeu o encontro virtual entre negociadores do Mercosul e da União Europeia.

Durante esta reunião preparatória, foram discutidos os passos a serem tomados para consolidar a resposta do Mercosul à proposta de um instrumento adicional apresentada pela União Europeia sobre sustentabilidade, dentro do contexto do Acordo de Associação entre os dois blocos.

Embora haja ceticismo em relação a esse processo, o Mercosul mantém seu compromisso de alcançar um acordo com a União Europeia antes do final deste ano.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, reiterou a posição do bloco de que “*a salvaguarda do meio ambiente*” não deve se tornar um pretexto para “*medidas protecionistas*”. No entanto, mostrou-se otimista com as negociações e continua a ter como objetivo fechar o acordo antes do final do ano.

Os demais Estados Partes do Mercosul compartilham a posição do Brasil. A ideia é negociar e alcançar um compromisso que respeite os interesses do Mercosul. Em março, a União Europeia apresentou ao Mercosul um instrumento adicional que incorporou uma série de requisitos ambientais adicionais, os quais poderiam afetar as exportações de certos produtos da região, encontrando resistência em alguns países.

A retomada das negociações entre o Mercosul e a União Europeia ocorre em um momento em que o Brasil está se reconectando com sua identidade, com nossa região, com o mundo e com o multilateralismo.<sup>73</sup> O Brasil assume a presidência do G-20 e sediará a COP30 de Mudança Climática em Belém, além de se esperar uma participação significativa na COP28 em Dubai, que é considerada crucial, pois o país pretende desempenhar um papel de liderança na agenda climática

### **Mercosul: “non paper”<sup>74</sup>**

De acordo com informações da imprensa, o Mercosul preparou um documento informal, conhecido como *non-paper*, no qual expressa seu compromisso de “trabalhar para uma rápida conclusão da negociação com a União Europeia. No entanto, o Mercosul rejeitou categoricamente a possibilidade de aplicação de sanções em caso de descumprimento das cláusulas ambientais.

O título do documento enviado a Bruxelas destaca a disposição do Mercosul em negociar um instrumento conjunto de comércio e desenvolvimento sustentável. O texto enfatiza que o Acordo Mercosul-UE deve ser construído com uma abordagem cooperativa, sem a inclusão de sanções ou a sua aplicação no documento. Além disso, as partes devem evitar o uso de medidas que criem obstáculos injustificados ou desnecessários ao comércio.

---

<sup>73</sup> Declaração de Lula na ONU

<sup>74</sup> <https://www.ambito.com/economia/documento-exclusivo-la-respuesta-del-mercosur-los-pedidos-la-union-europea-n5826206>

O Mercosul reafirma seu compromisso em avançar nas negociações com base no texto acordado em 2019. No entanto, diante de desafios considerados "sem precedentes", como as mudanças climáticas, a insegurança alimentar e as tensões geopolíticas, o Acordo de Associação deve garantir que os Estados tenham a capacidade de implementar políticas públicas.

O documento identifica algumas prioridades para proteger essa capacidade de implementação de políticas, incluindo saúde, ciência, tecnologia e inovação, cadeias de valor inter-regionais, mobilidade sustentável, digitalização e segurança alimentar, entre outras. Além disso, enfatiza a importância de fornecer financiamento para permitir que setores vulneráveis aproveitem os benefícios do acordo, auxiliando os produtores a cumprir os requisitos de importação e promovendo iniciativas produtivas sustentáveis.

O Mercosul também solicita a inclusão de mecanismos que permitam "rebalancear" as concessões comerciais acordadas no âmbito do Acordo de Associação, caso essas concessões sejam suspensas ou anuladas devido a legislação interna da União Europeia.

### **Prioridades da Presidência Pro Tempore do Brasil**

Na reunião do GMC, foram estabelecidas as prioridades para o restante do ano, durante a presidência pro tempore do Brasil. Essas prioridades englobam várias áreas de atuação, incluindo:

1. Continuar os trabalhos de revisão da Tarifa Externa Comum, focando na análise da consistência e dispersão dessa tarifa. O objetivo é garantir uma abordagem mais coesa em relação às políticas tarifárias entre os membros do Mercosul.
2. Prosseguir com a VIII Rodada de Negociações de Compromissos Específicos de Serviços, com a meta de concluir essa revisão durante o semestre atual. Isso visa fortalecer os compromissos relacionados aos serviços entre os países membros.
3. Avançar nas negociações de um Acordo sobre Segurança Cibernética, um tema de crescente importância no contexto atual. Essa iniciativa está sendo desenvolvida no âmbito do Grupo Agenda Digital.

Além disso, foi proposta a continuidade dos trabalhos do Grupo Ad Hoc sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é aprofundar a sistematização das credenciais ambientais do Mercosul, demonstrando o compromisso do bloco com a sustentabilidade.

Outra informação relevante é a próxima realização de um "Diálogo sobre Minerais Críticos" dentro do Mercosul. Esse diálogo abordará iniciativas para desenvolver cadeias de valor regionais relacionadas aos minerais essenciais para a transição energética, com destaque para o lítio.

Durante a jornada de trabalho, o GMC também realizou uma reunião com a Mesa Diretiva do ParlaSul, com o propósito de fortalecer a colaboração entre esses órgãos decisórios e agilizar resultados em questões de relevância para todos os países associados ao Mercosul. Isso demonstra o comprometimento em promover a cooperação regional de forma eficaz.

### **Reunião de Ministros da Área Andina – REMSAA no âmbito do 60º Conselho Diretor**

O Organismo Andino de Saúde - Convenio Hipólito Unanue convocou uma importante Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina, que está marcada para o dia 26 de setembro de 2023, e ocorrerá no âmbito do 60º Conselho Diretor da 75ª sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, sediado em Washington, D.C.

Nesta significativa reunião, estarão presentes os Ministros da Saúde da região andina, e já está confirmada a participação do Diretor da OPAS, Dr. Jarbas Barbosa, que assinará um acordo de cooperação técnica em saúde entre a OPAS e ORAS/CONHU.

Durante esse encontro, os Ministros da Saúde da região andina aproveitarão a oportunidade para realizar discussões essenciais, visando a priorização dos desafios a serem enfrentados até dezembro de 2023.

### **Associação para Cooperação Atlântica<sup>75</sup>**

Trinta e dois países costeiros do oceano Atlântico, em quatro continentes diferentes, adotaram uma Declaração sobre Cooperação Atlântica à margem da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Essa declaração estabeleceu a Associação para a Cooperação Atlântica, um novo fórum multilateral que reúne um número sem precedentes de países com litoral no Atlântico, abrangendo África, Europa, América do Norte, América do Sul e o Caribe.

A Associação para a Cooperação Atlântica é a primeira iniciativa que abrange tanto o Atlântico Norte quanto o Atlântico Sul e aborda uma ampla gama de questões, desde desenvolvimento econômico até proteção ambiental, ciência e tecnologia. É também a primeira vez que tantos países atlânticos se unem para estabelecer um fórum de cooperação regular e compartilhar princípios para a região atlântica.

Os países costeiros atlânticos têm interesses diretos e interligados no oceano Atlântico, que é o oceano mais movimentado do mundo e abriga reservas mundiais de energia e rotas comerciais cruciais. Este novo fórum visa possibilitar uma cooperação mais estreita entre esses países em uma variedade de objetivos compartilhados e respeitar um conjunto de princípios compartilhados para a cooperação atlântica.

A Associação proporcionará uma plataforma para trabalhar em conjunto em questões como ciência e tecnologia, economia oceânica sustentável e mudança climática. Além disso, os países participantes também aprovaram um Plano de Ação que descreve a primeira fase de trabalho a ser realizada, incluindo cooperação e pesquisa conjunta na área científica, conscientização marítima e formação de jovens cientistas atlânticos. A Associação também se compromete a colaborar com iniciativas regionais existentes sempre que possível.

Os membros da Associação concordaram em defender princípios como o respeito ao direito internacional, igualdade soberana, integridade territorial e independência política dos Estados atlânticos. Esta iniciativa reúne países de várias partes do mundo com o objetivo de abordar desafios e oportunidades compartilhados na região do Atlântico. Os países participantes incluem Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Costa de Marfim, Costa Rica, Dominica, Espanha, Estados Unidos, Gabão, Gâmbia, Gana, Guatemala, Guiné, Guiné Equatorial, Guyana, Islândia, Irlanda, Libéria, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República do Congo, República Dominicana, Senegal, Togo e Uruguai.

---

<sup>75</sup> <https://www.state.gov/atlantic-cooperation/>

## **Chanceleres ibero-americanos concordam em fortalecer a cooperação para enfrentar o crime organizado transnacional<sup>76</sup>**

Os Ministros das Relações Exteriores dos países ibero-americanos reunidos na 78ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, concordaram em aprofundar o diálogo, fortalecer a cooperação e combater a delinquência organizada transnacional na região.

Durante a reunião, os ministros aprovaram um comunicado especial no qual se comprometem a intensificar e melhorar a cooperação para combater o tráfico ilícito de drogas, a exploração de pessoas, o tráfico ilícito de migrantes, o tráfico de armas, o abuso sexual de menores, a ciberdelinquência, os crimes ambientais e financeiros, incluindo a lavagem de dinheiro, o uso criminoso de criptomoedas e a corrupção.

Os representantes dos 22 países ibero-americanos também concordaram em fortalecer suas capacidades nacionais por meio do intercâmbio de informações, experiências e boas práticas, além de reforçar os programas de prevenção e controle, evitando duplicação de esforços.

O Ministro das Relações Exteriores do Equador, Gustavo Manrique, em nome da Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana, discutiu as principais linhas de trabalho para a próxima XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado, que acontecerá em novembro de 2024 em Quito, Equador, com o tema “Inovação, Inclusão e sustentabilidade”.

Além da delinquência organizada transnacional, o Chanceler Manrique destacou a preocupação com questões ambientais, como mudança climática, aquecimento global, perda de biodiversidade e poluição, que foram abordadas na Carta Ambiental Ibero-Americana e na Rota Crítica para Alcançar a Segurança Alimentar, aprovadas na última Cúpula.

O Secretário-Geral Ibero-Americano, Andrés Allamand, reforçou seu apoio ao Equador para a próxima Cúpula de Quito, enfatizando a importância do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para fortalecer os direitos dos cidadãos na região ibero-americana.

## **CEPAL: Relatório - Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a meio caminho de 2030. Objetivos, metas e indicadores<sup>77</sup>**

A CEPAL lançou seu importante relatório sobre o acompanhamento da implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (OSD) e os desafios enfrentados na região nos últimos anos. O relatório da CEPAL<sup>78</sup>, intitulado “Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe 2023”, destaca, entre esses desafios, o impacto das crises, como a pandemia de COVID-19, as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, lacunas no acesso à saúde, emprego e educação, insegurança alimentar, desigualdade, pobreza, migrações forçadas e aumento do custo de vida.

Essas crises tiveram um impacto significativo nas finanças da região, levando a um aumento da dívida e à redução do espaço fiscal. Além disso, a volatilidade nos mercados

---

<sup>76</sup> <https://www.segib.org/cancilleres-de-iberoamerica-acuerdan-fortalecer-la-cooperacion-para-enfrentar-la-delincuencia-organizada-transnacional/>

<sup>77</sup> <https://www.cepal.org/es/publicaciones/68016-la-agenda-2030-objetivos-desarrollo-sostenible-la-mitad-camino-2030-objetivos>

<sup>78</sup> <https://repositorio.cepal.org/items/d7f3b55f-5fb5-4b19-8289-6bd53b06370d>

financeiros globais dificultou o acesso a financiamento externo. Como resultado, o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem sido limitado.

O relatório trata de cada um do 17 ODS na região, além das principais ações da CEPAL para apoiar a implementação e o monitoramento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos países da América Latina e do Caribe.

A CEPAL estima que, até o momento, passados 15 anos, apenas 25% das metas relacionadas aos ODS têm um desempenho que sugerem que podem ser alcançadas até 2030. Cerca de 48% das metas estão progredindo, mas de forma insuficiente, enquanto 27% estão regredindo. Isso destaca a urgência de tomar medidas para reverter as tendências negativas, fortalecer o progresso insuficiente e garantir o cumprimento das metas dos ODS na região.

## **II Oficina “Fortalecimento de tomada de decisões para o controle da pandemia de COVID-19 mediante a vigilância genômica na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru” realizada pelo ORAS-CONHU<sup>79</sup>**

Nos dias 18- 20 de setembro, foi realizada pelo ORAS-CONHU a segunda oficina que faz parte do projeto de fortalecimento do controle de patógenos através da vigilância genômica nos países andinos. O projeto é executado pelo ORAS CONHU em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e participação da Rede Andina dos Institutos Nacionais de Saúde Pública.

Dentre os objetivos do projeto, a implementação do Observatório Regional como um sistema de vigilância genômica de surtos e emergências relacionadas ao SARS-CoV-2 será uma importante experiência para o avanço na vigilância de outros patógenos com potencial pandêmico e provocar respostas eficazes nos sistemas de saúde da região.

Na ocasião de abertura dos trabalhos da oficina, a secretária executiva da ORAS-CONHU destacou que a execução do Observatório de Vigilância Genômica terá um papel fundamental na detecção antecipada de surtos e doenças infecciosas emergentes ou reemergentes com potencial pandêmico e que ajudará aos sistemas de tomada de decisão e prevenção na região. Além disso, instigou aos presentes a investir na comunicação efetiva dos objetivos e propósitos da vigilância genômica junto as comunidades andinas para melhorar o engajamento e cooperação social em termos de saúde pública.

## **SE-COMISCA realiza Oficina Regional de Intercâmbio de Experiências na gestão de entrada, permanência e saída de pessoas trabalhadoras temporárias migrantes nos Estados Membros da SICA<sup>80</sup>**

---

<sup>79</sup> Países andinos impulsan el trabajo de vigilancia genómica para enfrentar juntos nuevos patógenos y destacan la importancia de la Comunicación | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. [www.orasconhu.org](http://www.orasconhu.org). [cited 2023 Sep 21]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/paises-andinos-impulsan-el-trabajo-de-vigilancia-genomica-para-enfrentar-juntos-nuevos-patogenos-y>

<sup>80</sup> SE-COMISCA realiza Taller Regional de Intercambio de Experiencias en gestión de entrada, permanencia y salida de personas trabajadoras temporales migrantes en los Estados miembros del SICA [Internet]. [Sica.int](http://Sica.int). 2023 [cited 2023 Sep 21]. Available from: [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-regional-de-intercambio-de-experiencias-en-gestion-de-entrada-permanencia-y-salida-de-personas-trabajadoras-temporales-migrantes-en-los-estados-miembros-del-sica\\_1\\_132710.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-regional-de-intercambio-de-experiencias-en-gestion-de-entrada-permanencia-y-salida-de-personas-trabajadoras-temporales-migrantes-en-los-estados-miembros-del-sica_1_132710.html)

O SE-COMISCA e outras organizações da região realizaram a oficina regional para discutir a gestão de pessoas trabalhadoras temporárias migrantes na região da SICA sob o marco do Programa de Ações Pós-covid 19 que está contido na estratégia de fortalecimento de Micro, Pequena e Médias Empresas (MIPYME) com ênfase nas cadeias regionais de valor da região do SICA.

Dentre alguns dos resultados da oficina estão: o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em gestão de pessoas em mobilidade, principalmente aqueles que realizam atividades produtivas e retornam para seus países e a geração de material para elaboração da Protocolo Regional para a temática.

Na abertura da oficina, representantes da OIM apresentaram o cenário da mobilização de pessoas trabalhadoras temporárias nos Estados membros do SICA. Por sua vez, representantes da OPAS discutiram sobre as condições de emprego e trabalho como determinantes sociais da saúde da população migrante e, por fim, autoridades do ECOSUR expuseram experiências de mobilização das pessoas trabalhadoras temporárias entre Guatemala-México.

### **Workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) realizado pela OTCA chega ao Peru<sup>81</sup>**

Dando prosseguimento as atividades para cumprir o Programa de Ações Estratégicas (PAE), a OTCA e a Autoridade Nacional de Águas (ANA) do Peru organizarão o Workshop Nacional em Lima nos dias 27 e 28 de setembro. O Peru será o terceiro país da região amazônica a receber o evento, o workshop já foi realizado na Bolívia e na Colômbia.

Como nos demais workshops, o objetivo é promover ações estratégicas visando fortalecer a capacidade de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) em nível nacional e a resiliência de comunidades locais às mudanças climáticas. Para discutir as ações, serão reunidos representantes do governo peruano que atuam nas áreas de gestão de recursos hídricos, cultura e educação. É esperado um documento de recomendações para os processos de implementação do PAE e indicações de oportunidades de cooperação regional para a formulação de um Plano de Ação Nacional.

### **CXXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC)<sup>82</sup>**

Sob a presidência do Brasil, o Mercosul realizou a CXXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC) nos dias 13 e 14 de setembro no Palácio do Itamaraty.

Os temas discutidos na reunião foram: Tarifa externa comum; Serviços; Agenda Digital; Diálogo sobre Minerais Críticos; Acordo Mercosul-União Europeia.

---

<sup>81</sup> Peru reafirma seu compromisso com os esforços regionais para a gestão sustentável da Bacia Amazônica [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Sep 21]. Available from: <http://otca.org/pt/peru-reafirma-seu-compromisso-com-os-esforcos-regionais-para-a-gestao-sustentavel-da-bacia-amazonica/>

<sup>82</sup> CXXVIII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC) [Internet]. MERCOSUL. 2023 [cited 2023 Sep 21]. Available from: <https://www.mercosur.int/pt-br/cxxviii-reuniao-ordinaria-do-grupo-mercado-comum-gmc/>

## Tensões crescentes entre República Dominicana e Haiti<sup>838485</sup>

A decisão do presidente da República Dominicana de fechar as fronteiras com o Haiti é mais uma da série de tensões entre os dois países. As tensões vêm crescendo em decorrência da crise de governabilidade e o aumento das vulnerabilidades sociais que passa o Haiti, resultando em uma massiva migração de haitianos para o país vizinho. O presidente dominicano, Luis Abinader, chegou a afirmar que “A República Dominicana não pode se responsabilizar da crise política e econômica desse país (Haiti), nem resolver o resto de seus problemas”.

No entanto, a decisão atual está relacionada às águas do rio Masacre que representa uma fronteira natural entre os vizinhos. O imbróglgio começou quando, no passado, o governo haitiano começou a construir um canal no rio para combater secas em regiões agrícolas na circunvizinhança. No entanto, o projeto havia sido suspenso após instabilidades políticas haitianas, mas as atividades foram retomadas por particulares haitianos.

A retomada das atividades, segundo Abinader, desviará água do rio, ameaçará a segurança e soberania do país, além ferir tratados fronteiriços históricos. Baseado nessa afirmação, o presidente dominicano mobilizou forças policiais e militares para cumprir a decisão de fechamento total das fronteiras. A decisão representou o desfecho de uma escalada de ações de restrições para a região de Maribaroux.

Na abertura da 78 sessão da Assembleia da ONU, o presidente Abinader aproveitou para reiterar a “pertinência” de sua decisão, destacando que a medida foi tomada como resposta a um ato ilícito internacional que ameaça a segurança, o interesse nacional, a proteção do meio ambiente e a produção agrícola. O dominicano também denunciou que grupos haitianos responsáveis pela manutenção da insegurança interna do país estariam “conspirando” contra o seu mandato e a segurança de recursos hídricos. Por final, Abinader instou a Assembleia Geral a cuidar do “tema haitiano com altíssima prioridade” para que este não se torne um fator de insegurança na região.

Na mesma semana do fechamento das fronteiras, a ONU já havia se pronunciado através de representantes em direitos humanos que atuam na Ilha que a decisão do governo dominicano teria graves repercussões para as populações fronteiriças e instou a reconsideração da decisão e ao recomeço das negociações entre as partes.

Do lado haitiano, o governo respondeu que o país, como a República Dominicana, tem plenos direitos sobre a utilização das águas do rio segundo o acordo de 1929 e que vai tomar todas as medidas necessárias para proteger os interesses do povo haitiano. Ainda adicionou que havia vontade política haitiana nos diálogos binacionais para resolução das tensões na área que estavam sendo conduzidos entre as partes até a decisão unilateral do lado dominicano. Segundo

---

<sup>83</sup> República Dominicana y Haití: por qué Santo Domingo cerró sus fronteras terrestres, marítimas y aéreas con su país vecino [Internet]. BBC News Mundo. 2023. Available from: <https://www.bbc.com/mundo/articles/czv751y0vz4o>

<sup>84</sup> Muñoz-Ledo R. Luis Abinader advierte en la ONU sobre Haití tras cerrar la frontera de República Dominicana [Internet]. CNN. 2023 [cited 2023 Sep 22]. Available from: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/09/20/el-presidente-de-republica-dominicana-advierde-ante-la-onu-sobre-haiti-dias-despues-de-cerrar-la-frontera-comun/>

<sup>85</sup> República Dominicana debe reconsiderar el cierre de su frontera con Haití, dice experto de la ONU | Noticias ONU [Internet]. news.un.org. 2023 [cited 2023 Sep 22]. Available from: <https://news.un.org/es/story/2023/09/1524257>

agências de notícias, do lado civil, grupos de agricultores haitianos não demonstram recuo frente a decisão do país vizinho e falam até mesmo em “é o canal ou a morte”.

#### **Disputas entre Argentina e Paraguai: hidrovias e hidrelétrica<sup>86</sup>**

O Paraguai e a Argentina estão enfrentando duas questões distintas que causaram desentendimentos entre os dois países. Primeiramente, há uma disputa relacionada à cobrança de pedágio em uma hidrovia crucial para o Paraguai, pela qual passam cerca de 80% de suas exportações. A Argentina começou a cobrar esse pedágio unilateralmente em janeiro de 2023, alegando custos de manutenção e segurança na hidrovia. No entanto, o Paraguai, juntamente com o Brasil, discorda dessa cobrança, alegando que ela viola um acordo regional que requer consenso para a imposição de tarifas.

Além disso, há uma disputa em relação à hidrelétrica Yacyretá, que é compartilhada pelos dois países. O Paraguai deve uma dívida à Argentina pela construção da usina, mas também vende energia gerada por Yacyretá para a Argentina. Houve desacordos sobre o valor da dívida e a compensação pela energia vendida. O Paraguai chegou a reduzir temporariamente a geração de energia na usina em resposta a esse impasse.

Essas duas questões separadas estão causando tensões entre o Paraguai e a Argentina, com ambas as nações defendendo seus interesses em relação ao pedágio da hidrovia e às questões financeiras associadas a Yacyretá. A situação também envolve o Brasil, que compartilha preocupações com a cobrança de pedágio na hidrovia.

---

<sup>86</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/22/entenda-o-conflito-entre-argentina-e-paraguai-e-como-o-brasil-pode-ser-arrastado-para-a-disputa.ghtml>



## União Africana na UNGA78

### *African Union at UNGA78*

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *On the sidelines of UNGA78, launch of the Report on Sustainable Development in Africa and discussions of the unlimited crisis in Sudan. CDC Africa and the government of France signed MoU for public health cooperation. Mozambique hosted the 5th Meeting of the Southern Africa Technical Advisory Committee. CDC Africa's Board of Directors elects new members. SADC and US Conclude Five-Year Regional Development Agreement. The situation of African universities facing research and development challenges. Mozambique receives funding for an economic acceleration and governance support program. The Monetary Institute of COMESA launches training program in Big Data Analytics and Artificial Intelligence. The 13<sup>th</sup> COMESA Meeting of Infrastructure Ministers underscores the urgent need to mobilize resources to bridge growing infrastructure gaps.*

**Keywords:** *UNGA78. African Union. Africa CDC. SADC. AFDB.*

**Resumo.** À margem da UNGA, lançamento do Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável na África e debatida a crise ilimitada no Sudão. CDC África e o governo da França assinaram MoU para cooperação em saúde pública. Moçambique foi palco da 5ª Reunião do Comitê Consultivo Técnico da África Austral. O Conselho de Administração do CDC África elege novos membros. SADC e EUA Celebram Acordo de Desenvolvimento Regional de cinco anos. Situação das universidades africanas face aos desafios de pesquisa e desenvolvimento. Moçambique recebe um financiamento para Programa de aceleração econômica e apoio à governação. O Instituto Monetário COMESA) lança programa de treinamento em Big Data Analytics e Inteligência Artificial. A 13ª Reunião de Ministros das Infraestruturas da COMESA, ressalta a urgente necessidade de mobilizar recursos para colmatar crescentes lacunas de infraestrutura.

**Palavras-chave:** UNGA78. União Africana. CDC África. SADC. BAD.

## União Africana na UNGA78

### **Lançamento do Relatório dos ODS para África**

A Comissão da União Africana (AUC), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), [lançaram conjuntamente](#) o Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável na África (ODS) de 2023, às margens da UNGA78, mostrando os progressos e as perspectivas de implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em África. O evento decorreu na Sala de Conferências da Missão de Observação Permanente da União Africana nas Nações Unidas em Nova Iorque, na presença do Embaixador Albert M. Muchanga, Comissário para o Desenvolvimento Económico, Comércio, Turismo,

Indústria e Minerais da AUC e do senhor António Maria Afonso Pedro, Secretário Executivo Interino da ECA.

Dirigindo-se à cerimónia de abertura do lançamento do Relatório dos ODS de 2023 em África num vídeo, a Vice-Presidente da AUC, Dr.ª Monique Nsanzabaganwa, sublinhou que o Relatório dos ODS de 2023 é um testemunho vivo de que ambas as organizações estão comprometidas "a falar e a caminhar juntos". Ela acrescentou que este relatório é o resultado de uma colaboração entre a União Africana, as Nações Unidas e outros parceiros regionais e internacionais, salientando que o Relatório dos ODS fornece uma análise abrangente e equilibrada do progresso, desafios e oportunidades para alcançar a Agenda 2063 da União Africana 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em África, tendo sublinhado:

*“Enquanto celebramos as realizações notáveis que a África tem feito, estamos sóbrios que mais precisa ser feito em algumas áreas. Para esse fim, o relatório identificou os principais impulsionadores da mudança para acelerar a transformação do continente, tais como a industrialização, a digitalização, a inovação, a integração regional e a transição verde.... Além disso, oferece um conjunto de recomendações políticas para ajudar os países africanos a superarem os desafios estruturais e alcançar o desenvolvimento sustentável. Estes incluem fortalecer a governança e as instituições, mobilizar recursos internos e externos, melhorar a proteção social e a inclusão e construir resiliência aos choques”.*

"Felicito os Estados-Membros africanos pelo seu trabalho árduo e tenacidade em contribuir para os debates sobre a definição de normas a nível mundial, que têm um impacto significativo e sustentável na trajetória da situação da saúde a nível mundial e na região", afirmou.

A Dra. Monique Nsanzabaganwa lembrou ainda que, após a 6ª Conferência Anual da União Africana das Nações Unidas em 1 de dezembro de 2022, liderada pelo Presidente da CUA, Moussa Faki Mahamat e SG da ONU, Antonio Guterres, e a visita subsequente do Secretário-Geral, Amina Mohamed em maio de 2023, a visão foi claramente definida para ambas as organizações para alinharem seus recursos ao longo do *One Framework - Two Agendas*, apelando a todos a transmitirem isso através de todo o trabalho.

A Vice-Presidente da AUC sublinhou ainda que o Presidente da CUA e o Secretário-Geral sublinharam a importância de uma integração horizontal e vertical mais profunda, coordenação e colaboração, e alinhamento dos trabalhos da União Africana - ONU para a implementação das Agendas 2063 e 2030 em apoio aos Estados-Membros da UA através de agendas *Um Framework - Duas Agendas*, acrescentando que o lançamento deste relatório coincide com a finalização do Segundo Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da União Africana. As conclusões e, em particular, as lacunas identificadas no Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África terão de ser colmatadas na segunda década da Agenda 2063.

De acordo com a Vice-Presidente da AUC, este relatório não é apenas uma valiosa fonte de informação e análise, mas também um apelo à ação.

*“Isso nos leva a trabalhar juntos para apoiar as aspirações da África por um futuro próspero, pacífico e sustentável.... As conclusões deste*

*relatório são efetivamente oportunas. Eles nos inspiram a renovar nosso compromisso e cooperação para a África que queremos através da abordagem de implementação efetiva de Um Framework - Duas Agendas", concluiu a Dra. Monique Nsanzabaganwa.*

**Imagem 1:** Dra. Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da AUC, dirigindo-se aos presentes durante o lançamento do Relatório dos ODS para 2023 em África



Fonte: União Africana, 2023.

### **A crise ilimitada no Sudão**

O [conflito mortal no Sudão](#), agora em seu sexto mês, foi o centro das atenções em um evento de alto nível à margem da Assembleia Geral da ONU. À medida que as hostilidades e a violência étnica se espalham, a crise humanitária ameaça consumir todo o país, enquanto os vizinhos do Sudão enfrentam um crescente fluxo de refugiados e retornados.

As taxas de desnutrição estão aumentando, prenunciando mortes prematuras para milhares de crianças sudanesas. Metade da população é extremamente insegura em termos alimentares, e mais de 6 milhões de pessoas estão a um passo da fome. O sarampo e outras doenças estão a alastrar, e a violência sexual e baseada no gênero está a ter um impacto terrível sobre as mulheres e as raparigas. Mais de 5 milhões de pessoas foram expulsas de suas casas, incluindo mais de 1 milhão que buscaram refúgio na vizinha República Centro-Africana, Chade, Egito, Etiópia e Sudão do Sul.

Sem fim à vista dos combates, a resposta humanitária é uma tábua de salvação para milhões de pessoas. Embora em grande escala, os esforços de socorro permanecem inadequados e subfinanciados, e os trabalhadores humanitários enfrentam grandes desafios de acesso no terreno. Os países vizinhos também estão lutando para atender às necessidades dos refugiados que fogem da violência.

A reunião de alto nível foi convocada pelas Nações Unidas com os Governos do Egito, do Qatar e da Arábia Saudita, da União Europeia e da União Africana. Foram destacados desafios operacionais e a falta de acesso humanitário, proposta de soluções e apoio flexível e oportuno aos planos de resposta da ONU no Sudão e na região.

Especificamente, o alto custo humano da inação foi demonstrado. Milhões de pessoas - especialmente em Cartum, Darfur e Cordofão - não têm acesso a alimentos, água, abrigo, eletricidade, educação e cuidados de saúde. As crianças precisam de assistência urgente. Sem maior apoio, 1,7 milhão de bebês correm o risco de perder vacinas que salvam vidas, e quase 700.000 crianças com desnutrição aguda grave estão em alto risco de não sobreviver.

O Plano de resposta humanitária para o Sudão requer US\$ 2,6 bilhões para ajudar 18 milhões de pessoas até o final deste ano. Atualmente, é financiado apenas em 31%. O Plano Regional de Resposta aos Refugiados do Sudão busca US\$ 1 bilhão para apoiar refugiados, retornados e hospedar comunidades em cinco países vizinhos. Atualmente, é financiado em 27%. Em um evento em Genebra, em junho, doadores anunciaram quase US\$ 1,5 bilhão para a resposta no Sudão e na região.

O Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e Coordenador de Ajuda de Emergência, Martin Griffiths, disse:

*"A crise no Sudão está se tornando mais perigosa a cada dia, e as necessidades estão surgindo. São feitos esforços incansáveis para levar comboios de ajuda através das fronteiras para Darfur e atravessar as linhas de conflito dentro do país, mas o processo é tedioso, burocrático e perigoso - muito longe do acesso irrestrito e seguro às pessoas que deveríamos ter. Estamos trabalhando duro para expandir o acesso humanitário, mas precisamos de um processo político para acabar com os combates e começar a construir um novo Sudão."*

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, disse:

*"Milhões de pessoas já foram forçadas a sair de suas casas pela guerra no Sudão, e cada dia mais e mais devem correr para buscar segurança. Eles precisam de ajuda urgente - assistência humanitária para mantê-los vivos, mas também intervenções de desenvolvimento de emergência para proporcionar condições e oportunidades de viver com dignidade onde estão até que possam voltar para casa. Mas acima de tudo, eles precisam que as armas fiquem em silêncio e que esta guerra sem sentido pare."*

A Ministra de Estado para a Cooperação Internacional do Catar, Senhora Lolwah Rashid Al-Khater, disse:

*"Estamos profundamente preocupados com o agravamento da crise humanitária no Sudão. A urgência desta situação não pode ser exagerada. É imperativo que a comunidade internacional aumente imediatamente os seus esforços para prestar assistência e apoio vitais ao povo sudanês, incluindo os deslocados e os refugiados nos países vizinhos. Apelamos à cessação imediata dos combates e à participação de todas as forças políticas no diálogo e nos meios pacíficos para resolver o conflito. O Estado do Catar apoia os esforços regionais e internacionais em curso destinados a acabar com o conflito e estabilizar o Sudão."*

Por sua vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Sua Alteza o Príncipe Faisal Bin Farhan Al Saud, afirmou:

*"O Reino continuará a apoiar o povo do Sudão nas dificuldades que enfrentam. Esperamos que esta reunião consiga gerar o apoio"*

*necessário para a nossa resposta humanitária coletiva. Também ressaltamos a importância de cumprir a Declaração de Jeddah, incluindo a proteção do pessoal humanitário, ativos, suprimentos e outras instalações, e garantir a segurança dos corredores de transporte e áreas de armazenamento e distribuição. Também esperamos que o atual conflito chegue a uma solução política sustentável, que inaugure um futuro mais pacífico e próspero para o povo do Sudão; mantemos nosso compromisso de apoiar esse processo."*

Também usou da palavra o Supervisor Geral do Centro de Ajuda Humanitária e Socorro do Rei Salman da Arábia Saudita, Dr. Abdullah Al Rabeeah, para dizer:

*"Encontrar soluções para a crise humanitária no Sudão inclui garantir acesso total e seguro à ajuda e aos trabalhadores, aumentar o financiamento internacional e apoiar iniciativas de paz sustentáveis. Milhões de refugiados e deslocados internos precisam de ajuda de emergência urgente no Sudão e nos países vizinhos, e os países de acolhimento também precisam do nosso apoio para cuidar do afluxo de pessoas que fogem da violência. A cada dia que passa, mais e mais pessoas estão em risco, mas trabalhando juntas, podemos fazer uma diferença positiva na vida dos mais vulneráveis do Sudão. É nossa responsabilidade comum fazer tudo o que pudermos para aliviar o sofrimento e trabalhar para a paz e a estabilidade no Sudão."*

Por seu turno, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry, disse:

*"Os países vizinhos do Sudão não devem suportar o peso da crise sozinhos. Sobrecarregar esses países e as suas capacidades de prestação de serviços públicos impulsiona a migração ilegal. Precisamos defender o princípio da partilha equitativa de encargos e responsabilidades como a única solução para aliviar a carga humanitária e responder à crise de deslocamento de forma eficaz e sustentável."*

O Comissário da União Africana para Assuntos Políticos, Paz e Segurança, Embaixador Bankole Adeoye, afirmou:

*"As armas devem cair em silêncio através de um processo político para a ajuda humanitária urgentemente necessária que salva vidas para alcançar aqueles que precisam em todas as partes do país. O povo sudanês precisa de paz do conflito e alívio da necessidade antes que seja tarde demais."*

O Comissário da União Europeia para a Gestão de Crises, Janez Lenarčič, declarou:

*"A UE continua empenhada em prestar assistência humanitária e proteção às pessoas afetadas pelo conflito no Sudão e às que fugiram para os países vizinhos. No entanto, para que a nossa assistência seja*

*eficaz, precisamos de acesso seguro, atempado e desimpedido às operações humanitárias. Isso deve ser garantido por todas as partes em conflito em todos os momentos, de acordo com os princípios humanitários. O evento de alto nível que acontece hoje vai destacar essas questões cruciais de acesso, bem como lembrar os beligerantes de suas obrigações sob o direito internacional humanitário e direitos humanos."*

## **CDC África**

### **Memorando de Entendimento com França para fortalecer sistemas de saúde pública**

O CDC África e o governo da França assinaram um [Memorando de Entendimento](#) (MoU) para fortalecer sua cooperação em saúde pública e foi assinado pelo Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África e Rémi Maréchaux, Embaixador da França na Etiópia, em uma cerimônia realizada nos Escritórios do Secretariado do CDC África em Addis Abeba.

O MoU visa fortalecer os esforços do CDC em África para construir sistemas de saúde pública mais robustos e melhorar a segurança da saúde em todo o continente. Os principais domínios de colaboração no âmbito desse Memorando incluem:

- o fortalecimento de capacidade do CDC em África;
- o apoio ao desenvolvimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP);
- o reforço das capacidades de vigilância de doenças e de resposta a emergências;
- a promoção do fabrico local de vacinas, diagnóstico e terapêutica;
- apoio ao treinamento da força de trabalho;
- a promoção de parcerias em pesquisa entre instituições francesas e africanas.

*"A assinatura deste Memorando de Entendimento solidifica nossa visão compartilhada em nutrir uma resposta global coordenada aos desafios globais de saúde pública. Esta estrutura orientada para a ação visa promover a nova ordem de saúde pública, melhorar o desenvolvimento da força de trabalho de saúde e fortalecer os sistemas de saúde pública para o benefício de todos os cidadãos africanos", disse o Dr. Jean Kaseya na cerimônia de assinatura.*

Este MoU baseia-se no apoio de longa data da França à saúde pública em África. A França desempenhou um papel de liderança no lançamento do Acelerador de Ferramentas de Acesso à Covid-19 e doou 10 milhões de doses de vacinas ao mecanismo AVAT e 48 milhões de doses a 40 Estados africanos, principalmente através da iniciativa COVAX destinada a um acesso equitativo às vacinas Covid-19. A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) forneceu uma linha de crédito de € 50 milhões ao Afreximbank para a facilidade de pagamento do AVAT, permitindo a compra de vacinas por Uganda, Burundi, RDC e Egito. A AFD investiu mais de 500 milhões de euros em programas de saúde em África através da sua iniciativa " *Santé en Commun* ". A França também fornece conhecimentos técnicos para o CDC África em infecção, prevenção e controle (IPC) e Água, Saneamento e Higiene (WASH).

A França é um dos principais contribuintes para as iniciativas da *Team Europe* que se alinham com as prioridades do CDC África, como o fortalecimento da capacidade de fabricação farmacêutica no continente, com mais de 70 milhões de euros mobilizados até agora. A França

também apoia projetos regionais de saúde na África Ocidental e Central que reforçam os objetivos de diagnóstico, vigilância e regulamentação na África.

A assinatura deste Memorando sinaliza o compromisso contínuo da França e do CDC em enfrentar mutuamente os principais desafios de saúde pública no interesse da saúde pública, segurança e proteção de todos os cidadãos africanos.

**Imagem 2:** O Diretor-Geral do CDC África e o Embaixador de França



Fonte: CDC África, 2023.

### **5ª Reunião do Comitê Consultivo Técnico Regional da África Austral**

A Coordenação Regional da África Austral do CDC África (SA-RCC, *Africa CDC Southern Regional Coordinating Centre*), acolhida pelo Governo de Moçambique, realizou com sucesso a [5ª reunião do Comitê Consultivo Técnico Regional](#) (ReTAC, *Regional Technical Advisory Committee*) de 12 a 13 de setembro, em Maputo.

O ReTAC serve como uma plataforma crucial para fornecer apoio técnico e orientação ao Centro de Coordenação Regional da África Austral para abordar eficazmente as preocupações de saúde pública e reforçar as capacidades existentes nos Estados-Membros. Durante essa 5ª reunião, os Estados-Membros receberam atualizações sobre a operacionalização do Centro de Coordenação Regional da África Austral, com particular ênfase nos principais destaques do novo Plano Estratégico do CDC África (2023-2027). Além disso, os participantes discutiram as principais iniciativas na região, que incluem, entre outras, a de Genômica de Patógenos, Salvando Vidas e Meios de Subsistência, a Chamada de Ação de Lusaka, o Centro Regional de Conhecimento e a recém-lançada Rede Regional de Vigilância Integrada e Laboratório da África Austral (RISLNET, *Regional Integrated Surveillance and Laboratory Network*). Notavelmente, o recém-eleito presidente do RISLNET apresentou o plano de trabalho elaborado e os termos de referência para os membros da ReTAC.

Nas suas observações, o Vice-Ministro da Saúde de Moçambique, Dr. Ilesh Jani, descreveu o ReTAC como "o mais importante comitê técnico e científico regional da África Austral com o objetivo de aconselhar os Estados-Membros sobre questões de segurança sanitária." Ele enfatizou a importância de Moçambique sediar este importante evento regional, lembrando aos participantes que as doenças não conhecem fronteiras, portanto, o fortalecimento da colaboração regional é imperativo.



**Imagem 3:** O Vice-Ministro da Saúde de Moçambique, Dr. Ilesh Jani



Fonte: CDC África, 2023.

O Dr. Eduardo Samo Gudo, Presidente da ReTAC, que presidiu o evento, expressou sua gratidão a todos os Estados-Membros pelo contínuo apoio e colaboração durante seu mandato como 2º Presidente.

*"A África Austral superou todas as expectativas porque continuamos focados em nossa responsabilidade compartilhada de impulsionar a agenda de segurança da saúde na região da África Austral, concentrando-nos principalmente na missão e trabalhando juntos",* ressaltou o Dr. Eduardo.

Na sequência da nomeação do Dr. Eduardo Samo Gudo como Presidente do Conselho Consultivo e Técnico do CDC África (ATC) em julho de 2023, os Estados-Membros selecionaram e aprovaram o atual Vice-Presidente, Dr. Matthew Kagoli, do Malawi, como Presidente interino do ReTAC até que as eleições sejam realizadas.

Em seus comentários, o Vice-Diretor Geral interino do CDC África, Dr. Ahmed Ogwell Ouma, aplaudiu o Presidente cessante do ReTAC e o recém-nomeado Dr. Eduardo Samo Gudo por sua notável dedicação e compromisso com a agenda de saúde da África. O Dr. Ouma também estendeu sua gratidão a todos os membros da ReTAC por seu apoio contínuo ao trabalho do CDC na África. "Nosso objetivo é garantir que todos possam acessar serviços de saúde de qualidade, acessíveis e equitativos, independentemente da renda, localização ou histórico", acrescentou.

Além de Moçambique, enquanto país anfitrião, a 5ª reunião da ReTAC contou com a presença de 40 representantes de Angola, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Namíbia, Zâmbia, Zimbabué e parceiros de saúde pública, incluindo a Comunidade de Saúde da África Oriental, Central e Austral (ECSA-HC) e AMREF Health África.

### **Declaração do Conselho de Administração do CDC África**

O Conselho de Administração do CDC África é o seu órgão deliberativo. E numa reunião extraordinária realizada a 13 de setembro elegeu os novos membros da sua Mesa e discutiu questões estratégicas importantes referentes à essa instituição da União Africana.



Reproduzimos a seguir a íntegra dessa declaração, assinada pelas suas líderes, as Ministras da Saúde da Zâmbia, Presidente desse órgão, e da Etiópia, Vice-Presidente.

“Os membros do Conselho Diretivo estendem o seu sincero apreço aos Ministros africanos que lhes confiaram a responsabilidade de servir e representar o continente com a máxima dedicação, empenho e paixão.

O Conselho de Administração felicita as Ministras da Saúde da Zâmbia e da Etiópia pela sua eleição como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Expressa as suas sentidas condolências aos Governos de Marrocos e da Líbia, e às famílias daqueles que perderam a vida devido a catástrofes naturais. O Conselho de Administração solicita ao CDC África que se envolva com as autoridades dos dois países para prestar a assistência necessária aos irmãos e às irmãs que são afetados.

Reconhece o papel fundamental do CDC africano na liderança da resposta continental a várias crises de saúde. Vale a pena notar que os Chefes de Estado e de Governo elevaram a África CDC ao status de entidade autônoma dentro da União Africana para fortalecer e capacitar ainda mais esta instituição.

Elogia o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, por sua excepcional liderança e habilidades de parceria estratégica na orientação desta instituição vital. Vale a pena notar que em seus primeiros cem dias no comando, o Dr. Kaseya e sua equipe demonstraram dedicação inabalável e uma abordagem visionária, levando o CDC África a várias realizações notáveis, nomeadamente:

Aprovação e lançamento do Plano Estratégico do CDC África (2023-2027), delineando um roteiro claro para enfrentar os desafios sanitários do continente, reforçar os sistemas de saúde pública e garantir uma resposta coordenada às ameaças emergentes.

Formação e tomada de posse do novo Conselho Consultivo e Técnico do CDC África.

Formação e tomada de posse do novo Conselho Diretor do CDC África.

Aprovação da nova estrutura (organograma) do CDC África que irá melhorar significativamente as questões de governança, promovendo a eficiência, eficácia e capacidade de resposta.

Reorientação estratégica da iniciativa Salvando Vidas e Meios de Subsistência em parceria com a Fundação Mastercard, com foco na vacinação de populações de alto risco, integração da resposta à Covid-19 na imunização de rotina, preparação proativa para potenciais pandemias futuras no continente.

Fortalecida a parceria com a Gavi através da assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) para apoiar a agenda de imunização na África, juntamente com os esforços de defesa para fortalecer a fabricação local no continente.

Liderança em Preparação, Prevenção e Resposta à Pandemia (PPPR) na África, fortalecendo parcerias com a OMS e outros parceiros, lançando o Plano de Ação Conjunto com a OMS AFRO e EMRO, defendendo a fabricação local de *commodities* de saúde e apoiando a decisão dos Chefes de Estado de acordo com o novo Estatuto aprovado em 2022 para o CDC África para declarar Emergências de Saúde Pública de Preocupação Continental.

Apoiar os Estados Membros Africanos na negociação do Tratado da Pandemia e do novo Regulamento Sanitário Internacional, incluindo a articulação de uma Posição Comum de África sobre o PPPR, tal como deliberado pelo Comité Técnico Especializado em Saúde.

Lançamento da nova visão para os Agentes Comunitários de Saúde em África através do apoio à Parceria de Prestação de Cuidados de Saúde Comunitários.

Defender o financiamento inovador para a saúde e tomar medidas concretas para a operacionalização do plano de sustentabilidade financeira da África CDC, incluindo a finalização e apresentação da governação e das disposições operacionais do Fundo Africano para as Epidemias aos órgãos políticos da União Africana.

Envolver-se ativamente com Chefes de Estado e de Governo, Ministros e Parceiros que resultou em resultados concretos, como a alocação de 10 hectares de terra do Presidente Ruto H.E. em Nairobi e US\$ 2 milhões para a construção do Centro de Coordenação Regional Oriental do CDC na África (RCC). Esses compromissos de alto nível promoveram um senso de unidade e responsabilidade compartilhada entre os líderes africanos no enfrentamento das questões de saúde.

O Conselho de Administração resolveu ainda transformar o mandato do Presidente Ramaphosa (África do Sul) de Covid-19 *Champion* para *PPPR (Pandemic Preparedness, Prevention, and response) Champion*. A este respeito, o Conselho de Administração chama o Comité de Chefes de Estado e de Governo (CHSG) como a mais alta estrutura de governo do CDC África para deliberar sobre este assunto e apresentá-lo para aprovação pela Cimeira da União Africana em fevereiro de 2024.

O Conselho de Administração reconhece o risco potencial de futuras pandemias e aprende com a pandemia da CoVID-19, reafirma o seu compromisso de garantir um acesso equitativo a vacinas, terapêuticas, diagnósticos, e consumíveis para todos os cidadãos africanos e apela à comunidade internacional para apoiar os esforços do CDC em África a este respeito.

Em conclusão, o Conselho de Administração estende a sua sincera gratidão à Comissão da UA, e a todos os nossos parceiros, dentro e fora da União Africana, pelo seu apoio inabalável na nossa luta coletiva contra os desafios da saúde. Esperamos ansiosamente a colaboração e solidariedade contínuas enquanto trabalhamos juntos para construir uma África mais saudável e resiliente.”

### **Um apelo às universidades para P&D**

Duas pesquisadoras da [Amref International University \(AMIU\)](#), do Quênia, publicaram um artigo no [The Lancet](#) e que atraiu muito a nossa atenção. No referido artigo, as duas pesquisadoras, uma epidemiologista e uma nutricionista, refletiram sobre os desafios que as universidades do continente enfrentam nos domínios de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Segundo as autoras, em geral, as universidades africanas continuam a ficar para trás em P&D por diversas razões, nomeadamente: um legado histórico de desequilíbrios de poder e recursos, uma escassez de pesquisadores qualificados e de qualidade, infraestrutura de pesquisa, escassez de financiamento local e capacidade inadequada para competir por oportunidades de financiamento internacional. Enquanto muitas universidades africanas não têm capacidade de competir por financiamento internacional, as fontes de financiamento locais são geralmente desarticuladas, insuficientes e inadequadamente divulgadas.

O foco desse apelo é sobre a urgência das universidades africanas definirem suas agendas de pesquisa. Indicam que em muitos países africanos, o financiamento dos governos às universidades diminuiu drasticamente. No Quênia, por exemplo, em 2022, o governo reduziu o financiamento das universidades públicas em 26% e cobriu apenas 49,5% das propinas (ou pagamentos pelo ano escolar) por aluno contra um requisito estabelecido de 80%.

Apontam que os efeitos do financiamento deficiente incluem: a incapacidade de implementar cursos orientados para o mercado, como tecnologia de informação tecnologia, ciências da saúde, métodos de pesquisa e cursos associados à economia azul para a sustentabilidade da saúde dos oceanos e corpos d'água e crescimento econômico. As universidades também são incapazes de se expandir e melhorar as suas instalações de aprendizagem, como laboratórios ou recrutar mais pessoal docente, sendo a maioria das atividades de pesquisa pobremente implementadas.

Reconhecem alguns progressos foram feitos na pesquisa liderada por africanos, porém, as instituições estrangeiras ainda dominam a pesquisa local. Além disso, as universidades têm sido sempre desafiadas a diversificar a geração de renda e a pesquisa é discutida entre as principais opções, juntamente com o empreendedorismo.

As autoras elencam as vantagens estratégicas das universidades africanas para liderar pesquisas na África: seus professores e alunos entendem melhor os contextos locais e podem realizar pesquisas que sejam diretamente responsivas às necessidades locais. Eles têm também a capacidade de parcerias de longo prazo com as comunidades e autoridades locais, para comunicar e difundir resultados obtidos de formas culturalmente apropriadas e promover a adoção de seus resultados em políticas e práticas nacionais para além de terem a oportunidade de melhorar a apropriação local dos resultados da pesquisa. Os resultados gerados pela pesquisa no continente são mais disponíveis tanto para outros pesquisadores quanto para estudantes africanos do que a produção da pesquisa fora do continente que é publicada em periódicos aos quais os pesquisadores africanos têm acesso limitado. Existem ainda mais oportunidades para a orientação de jovens pesquisadores africanos e mais oportunidades para cultivar e desenvolver a capacidade de liderança na pesquisa. O elevado peso das doenças em África faz deste continente um local prioritário para a pesquisa.

Nos últimos anos, os financiadores internacionais têm vindo a reconhecer a importância de se reorientarem os modelos de pesquisa e de reforço das capacidades liderados a nível internacional para modelos mais africanos. Embora subsistam desafios, esta mudança pode representar uma oportunidade para as universidades africanas.

As autoras do artigo sugerem que fossem feitas análises de pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e planejamento estratégico, para as universidades africanas poderem identificar suas prioridades de pesquisa e criar roteiros para seu acompanhamento. As prioridades claras estabelecidas permitirão construir a capacidade do corpo docente e do aluno nas áreas prioritárias identificadas, mobilizar parceiros externos para as unidades mais especializadas, facilitar pedidos de subvenções mais focados e eliminar a necessidade de se candidatar de forma oportunista a todas as ofertas que levem a candidaturas não competitivas que sejam inadequadamente apoiadas pela experiência e especialização.

Para implementar eficazmente as prioridades, sugerem a necessidade de quebrar intencionalmente silos internos e externos entre escolas, departamentos e faculdades, puxando como universidades locais para parceria cruzada e partilha interna de recursos. Demonstram que as universidades que têm gerado consistentemente resultados de pesquisa em suas áreas prioritárias têm um desempenho substancialmente melhor na atração de parcerias e financiamento do que aquelas que não o têm. Mas avisam que as parcerias internacionais são bem-vindas, mas devem ser impulsionadas e lideradas por pesquisadores africanos.

As duas autoras reclamam por uma mudança de paradigma na abordagem à pesquisa e treinamento. São de opinião de que precisamos intencionalmente elevar a cultura de pesquisa

entre estudantes e docentes e fortalecer os mecanismos institucionais de apoio e garantir que as universidades possam assumir o seu papel de liderança de alta qualidade, local e culturalmente relevante em todo o continente.

### **SADC e Estados Unidos celebram assinatura do Acordo sobre Objectivos de Desenvolvimento Regional SADC-EUA<sup>87</sup>**

No 13 de setembro de 2023, Sua Excelência Howard Van Vranken, Embaixador dos Estados Unidos na República do Botswana e Representante da SADC, promoveu uma recepção para celebrar a assinatura do Acordo sobre Objectivos de Desenvolvimento Regional SADC-EUA (DOAG). O acordo visa, desembolsar, 223 milhões de dólares, a sede do Secretariado da SADC. O objetivo principal do DOAG é promover a cooperação entre a SADC e o Governo dos Estados Unidos em diversas áreas, abrangendo crescimento econômico, democracia, saúde, meio ambiente jovem e mudanças climáticas.

#### **Desenvolvimento e Implementação do DOAG**

O Acordo sobre Objectivos de Desenvolvimento Regional SADC-EUA, com um horizonte temporal de cinco anos (2023-2028), será gerenciado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Esta iniciativa representa uma etapa significativa na longa história de cooperação entre a SADC e os Estados Unidos, cujas relações se baseiam em valores compartilhados, respeito mútuo e soberania.

#### **Papel dos Estados Unidos na SADC**

A SADC reconhece os Estados Unidos como um parceiro crítico, dada sua contribuição histórica para a cooperação regional e com os Estados-Membros. O DOAG oferece uma oportunidade única para fortalecer essa parceria, facilitando a integração regional, reduzindo a pobreza e promovendo o desenvolvimento sustentável na região da SADC. O Secretário Executivo da SADC, Sua Excelência o Sr. Elias Magosi, enfatizou a importância da colaboração na implementação do acordo, com foco na obtenção de resultados tangíveis que melhorem as condições de vida das pessoas na África Austral.

#### **Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável**

O Embaixador dos EUA na República do Botswana reafirmou o compromisso dos Estados Unidos em apoiar os objetivos de desenvolvimento da SADC e da própria SADC. Reconhecendo que o desenvolvimento sustentável é fundamental para a prosperidade e estabilidade, o governo dos EUA se empenha em contribuir para um futuro melhor para todos na região. Esta colaboração se reflete em iniciativas passadas, como o Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Alívio da SIDA ([PEPFAR](#)) e a Conta do Desafio do Milênio, que tiveram um impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico da região.

A assinatura do Acordo sobre Objectivos de Desenvolvimento Regional SADC-EUA representa um marco importante nas relações entre a SADC e os Estados Unidos. Este acordo abre caminho para uma cooperação mais estreita e eficaz nas áreas de crescimento econômico, democracia, saúde, meio ambiente e redução da pobreza na região da SADC. Com o compromisso mútuo de ambas as partes, espera-se que o DOAG contribua significativamente para a consecução de um futuro melhor e mais próspero para as nações e comunidades

---

<sup>87</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-united-states-celebrate-signing-sadc-usa-regional-development-objective>

envolvidas. A recepção realizada para celebrar a assinatura do acordo simboliza a visão compartilhada de uma parceria duradoura em prol do desenvolvimento sustentável na África Austral.

### **Aprovado financiamento para o impulsionar o Ambiente de Negócios e Investimentos em Agricultura Climaticamente Inteligente em Moçambique<sup>88</sup>**

O [Fundo Africano de Desenvolvimento](#) aprovou uma doação de quase 20 milhões de dólares para apoiar o Programa de Aceleração Econômica e Apoio à Governança em Moçambique. Esta doação faz parte de uma série de operações de apoio orçamental geral planejadas para os anos fiscais de 2023 e 2024, com o objetivo de promover reformas que melhorem o ambiente de negócios e impulsionem investimentos na agricultura climaticamente inteligente.

**Objetivos do Programa:** O programa de financiamento proposto busca promover reformas em duas áreas-chave:

1. **Melhorar o Ambiente de Negócios:** *Simplificar o quadro regulamentar e os processos de facilitação do investimento em Moçambique. Isso tem o propósito de fomentar o desenvolvimento do setor privado e atrair investimentos, especialmente na agricultura inteligente em termos climáticos. Espera-se que essas medidas estimulem o desenvolvimento do agronegócio e das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), bem como promovam a igualdade de gênero e a ação climática no contexto do desenvolvimento econômico.*
2. **Reforçar a Eficiência da Gestão Pública:** *Fortalecer a gestão das finanças públicas, com foco em aprimorar os controles internos, contratos públicos e funções de gestão da dívida. Isso contribuirá para uma administração mais transparente e responsável dos recursos públicos.*

**Medidas de Reforma Apoiadas:** O programa de financiamento apoia diversas medidas de reforma, incluindo:

- Aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Agrícola para 2030 e do Plano de Investimento para 2022-2026 pelo governo.
- Implementação de uma nova lei para fortalecer o regime legislativo relacionado à castanha de caju, adaptando-o às demandas dos mercados nacional e internacional.
- Introdução de uma nova legislação para apoiar MPMEs, incluindo incentivos fiscais.
- Revisão do projeto de lei de investimento para promover práticas de investimento responsáveis e simplificar os processos de investimento, oferecendo proteção contra expropriação.

**Impacto Previsto:** O programa é orientado para o desenvolvimento do setor privado, com ênfase na participação do setor privado na agroindústria, com potencial para criar empregos, especialmente para mulheres e jovens. Espera-se que o programa tenha um impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico de Moçambique.

---

<sup>88</sup> <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/mozambique-african-development-fund-approves-20-million-improve-business-environment-and-drive-investments-climate-smart-agriculture-64389>

## **Capacitação em Big Data Analytics e Inteligência Artificial para Bancos Centrais na Região COMESA<sup>89</sup>**

O [Instituto Monetário COMESA](https://www.comesa.int/enhancing-apex-banks-expertise-in-big-data-analytics-and-artificial-intelligence/) (CMI) lançou um programa destinado a capacitar os bancos centrais na região da COMESA no uso de Big Data Analytics e Inteligência Artificial (IA). O objetivo fundamental deste programa é equipar o pessoal dos bancos regionais com conhecimentos abrangentes sobre Big Data, suas origens, características, valor, métodos de aquisição e os possíveis desafios que podem surgir durante a implementação dessas tecnologias. Esse empreendimento está alinhado com o plano de trabalho do CMI, aprovado pela Mesa do Comitê de Governadores dos Bancos Centrais em novembro de 2022.

### **Necessidade de Formação em Big Data e IA**

A necessidade de treinamento é amplamente informada pela natureza intrincada da relação entre IA e Big Data. A capacidade da IA em gerenciar de forma eficiente a análise de grandes volumes de dados torna esses dois domínios aparentemente inseparáveis. O Dr. Lucas Njoroge, diretor do CMI, enfatiza que esse treinamento permitirá a adoção de tecnologias de Big Data e IA, com foco em casos de uso relevantes no setor financeiro e bancário, com especial atenção para os Bancos Centrais.

**Detalhes do Treinamento:** O treinamento intitulado "Utilização de Big Data Analytics e Inteligência Artificial (IA) no domínio do banco central" foi realizado em conjunto com o Banco Central do Egito, de 27 a 31 de agosto de 2023, no Cairo. O programa de treinamento atraiu um total de 29 delegados representando nove bancos centrais dos países membros da COMESA, incluindo Burundi, Djibouti, Egito, Eritreia, Líbia, Maurícias, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

### **Impacto e Relevância**

O Conselheiro para Assuntos Africanos do Governador do Banco Central do Egito, Dr. Naglaa Nozahie, destacou a relevância desse treinamento diante do surgimento de novos produtos e serviços financeiros no setor privado, como carteiras digitais, aplicativos de pagamento móvel e ativos digitais, incluindo criptomoedas e moedas estáveis. A rápida convergência de avanços tecnológicos, mudanças demográficas e evolução do comportamento do consumidor enfatiza a necessidade de os bancos centrais aprimorarem suas habilidades em Big Data e IA para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades na era digital.

### **Tópicos Abordados no Treinamento**

O programa de treinamento abordou diversos tópicos, incluindo a evolução e o ecossistema global de aplicações de Big Data e IA no setor bancário central, Machine Learning e os benefícios potenciais no setor financeiro e bancário, além da compreensão do digital e das criptomoedas e seu impacto nos Bancos Centrais. Esses temas são cruciais para a adaptação dos bancos centrais às mudanças tecnológicas e à dinâmica do mercado financeiro.

### **Mobilização de Recursos para Suprir Lacunas em Infraestrutura Regional<sup>90</sup>**

A 13ª reunião dos Ministros das Infraestruturas da COMESA, realizada em Kigali, Ruanda, em 14 de setembro de 2023, concentrou-se na mobilização de recursos para suprir as

---

<sup>89</sup><https://www.comesa.int/enhancing-apex-banks-expertise-in-big-data-analytics-and-artificial-intelligence/>

<sup>90</sup><https://www.comesa.int/comesa-infrastructure-ministers-call-for-resource-mobilization-to-close-regional-infrastructure-gap/>

crecentes lacunas de infraestrutura na região. Esta reunião reuniu ministros e representantes ministeriais responsáveis pelos setores de transporte, comunicações, tecnologia da informação e energia.

### **Aumento das Lacunas de Infraestrutura devido à COVID-19**

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no déficit de infraestrutura na região COMESA. Durante a pandemia, os recursos foram direcionados para atender às necessidades de saúde pública, exacerbando ainda mais a falta de investimento em infraestrutura. Estima-se que o déficit de infraestrutura na África tenha aumentado para valores entre 59 bilhões e 96 bilhões de dólares em 2020.

### **Desafios da Infraestrutura Regional**

O Ministro de Estado do Ruanda no Ministério das Infraestruturas, Eng. Patricie UWASE, destacou que a infraestrutura regional enfrenta desafios em termos de quantidade e qualidade. Além disso, políticas nacionais por vezes dificultam a facilitação do comércio, mobilidade e logística.

### **Importância da Infraestrutura Adequada**

A falta de infraestrutura adequada tem sido um dos principais obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento na região da COMESA. Isso resulta em portos ineficientes, altos custos de transporte, acesso limitado à eletricidade e água limpa e segura.

### **Apelo à Mobilização de Recursos**

A Secretária Geral da COMESA, Chileshe Kapwepwe, enfatizou a importância de mobilizar recursos para preencher essas lacunas de infraestrutura. Ela apontou que o investimento em infraestrutura na África tem aumentado, e investidores internacionais estão dispostos a contribuir. A Sra. Kapwepwe também destacou a necessidade de envolver o setor privado no financiamento de infraestrutura, enfatizando a importância de parcerias público-privadas e proteções legais para investidores.

### **Desenvolvimento de Infraestrutura Resiliente às Mudanças Climáticas**

O Ministro da Tecnologia da Informação e Comunicação do Burundi, Hon Leocadie Ndacayisaba, que presidiu a reunião, ressaltou a importância de desenvolver infraestruturas resilientes às alterações climáticas.

## Uma nova crise migratória na Europa?

### *A new migration crisis in Europe?*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *As expected, the European continent experienced a busy period with the end of summer and the full resumption of activities. In this report, two speeches will be highlighted: that of the President of the European Council at the 78<sup>th</sup> UNGA, and that of the President of the European Commission, for the “State of the Union”, which takes place annually and is a kind of accountability and future actions before the European Parliament. The migration drama remains at the top of the European agenda, with a significant increase in the phenomenon and a controversial agreement between the EU and Tunisia, which could serve as a model for other bilateral agreements to be concluded by the EU, to try to contain boardings.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; migration crisis.*

**Resumo.** Como era de se esperar, o continente europeu viveu uma quinzena movimentada com o final do verão e a plena retomada das atividades. Neste informe, Freire destaca dois discursos: o do presidente do Conselho Europeu na 78ª AGNU, e o da presidente da Comissão Europeia, por ocasião do “Estado da União”, que acontece anualmente e é uma espécie de prestação de contas e ações futuras perante o Parlamento Europeu. O drama das migrações segue no topo da agenda europeia, com expressivo aumento do fenômeno e um polêmico acordo entre a UE e a Tunísia, que pode servir de modelo para outros acordos bilaterais a serem celebrados pela UE, para tentar conter os embarques.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; crise migratória.

Como era de se esperar, o continente europeu viveu uma quinzena movimentada com o final do verão e a plena retomada das atividades. Neste informe, dois discursos terão destaque: o do presidente do Conselho Europeu na reunião do G-20, e o da presidente da Comissão Europeia, por ocasião do “Estado da União”, que acontece anualmente e é uma espécie de prestação de contas e ações futuras perante o Parlamento Europeu. O drama das migrações segue no topo da agenda europeia, com expressivo aumento do fenômeno e um polêmico acordo entre a UE e a Tunísia, que pode servir de modelo para outros acordos bilaterais a serem celebrados pela UE, para tentar conter os embarques.

O [Memorando de Entendimento sobre uma parceria estratégica e global entre a Tunísia e a União Europeia](#) foi assinado no mês de julho e levou à Tunísia a presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, e o primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, que foram recebidos pelo presidente tunisino, Kais Saied. Uma das grandes polêmicas que gira em torno do acordo é o fato do governo da Tunísia, ser repetidamente acusado - incluindo pelo Parlamento Europeu, de reprimir a liberdade de expressão, a independência judicial e a sociedade civil. O presidente Saied, tem sido criticado por conduzir o país de volta ao autoritarismo e por difundir afirmações racistas contra os migrantes africanos.



O Acordo traz uma declaração de intenções políticas para melhorar as relações bilaterais e enfrentar os desafios comuns de uma forma "estratégica e abrangente". Com texto não vinculativo, apresenta planos de ação que serão gradualmente desenvolvidos, transformados em instrumentos jurídicos e aprovados pelos Estados-membros antes de serem implementados. Os planos estão divididos em cinco pilares temáticos: estabilidade macroeconómica, economia e comércio, transição ecológica, contatos interpessoais e migração.

A migração é um pilar fundamental do memorando, e conta com uma dotação inicial de **105 milhões de euros** para combater as operações de combate ao contrabando, reforçar a gestão das fronteiras e acelerar o regresso dos requerentes de asilo cujos pedidos foram recusados. O dinheiro será fornecido às autoridades tunisinas sob a forma de barcos de busca e salvamento, jipes, radares, drones e outro tipo de equipamento de patrulhamento, e às organizações internacionais que trabalham no terreno, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A necessidade de fortalecimento da economia da Tunísia é reconhecida, principalmente como forma de se evitar o movimento migratório, mas os tunisinos não são os únicos que tentam uma vida melhor na Europa.

Os eurodeputados, por sua vez, não veem resultados imediatos. Em debate acalorado, [eurodeputados afirmaram que o número de migrantes que entram na Europa a partir da Tunísia, aumentou desde que o acordo foi assinado](#). A Comissão Europeia foi criticada por não ter reconhecido as evidências apresentadas por ativistas e agências da ONU sobre casos de tratamento abusivo contra os migrantes, por parte das autoridades tunisinas, incluindo expulsões ilegais, ódio racial e violações dos direitos humanos. Em outra crítica, um relatório publicado pela Oxfam revela que 6 das 16 ações de migração financiadas pela UE no Níger, na Líbia e na Tunísia, no valor total de 667 milhões de euros, violam potencialmente as regras de ajuda estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). [As conclusões da Oxfam sugerem que a UE está desviando sua ajuda ao desenvolvimento para uma estratégia interna de dissuasão da migração](#), pondo em causa os direitos humanos e o bem-estar. A ONG afirma ainda que é cada vez mais complexo acompanhar os múltiplos mecanismos financeiros da UE para conter os fluxos migratórios da África para a Europa. O relatório apela ao Parlamento para que responsabilize o executivo do bloco pelas suas ações em matéria de migração, alertando para o fato de a crescente preocupação da UE com os fluxos migratórios estar a eclipsar uma ajuda crucial ao desenvolvimento na África. A Oxfam afirma ainda que a UE está perdendo oportunidades de abrir rotas migratórias seguras e de aproveitar as vantagens da migração para o desenvolvimento.

Além do acordo com a Tunísia, para enfrentar o problema, [a Comissão Europeia promete apoiar a Itália](#), principal porta de entrada dos migrantes que tentam chegar pelo Mediterrâneo, na transferência de migrantes para outros Estados-membros da UE, no regresso dos migrantes aos seus países de origem e na ponderação de novas "missões navais", que ainda não se sabe se seriam de resgate e salvamento ou de bloqueio das embarcações irregulares. O executivo comunitário se comprometeu a ajudar na transferência de migrantes da Ilha de Lampedusa para outros Estados-membros, bem como a intensificar o contato com os países de origem dos migrantes para negociar o seu regresso. Contudo, o Ministro do Interior francês, Gérald Darmanin, disse que a França não pretende aceitar migrantes de Lampedusa.

Cerca de 126 mil migrantes chegaram a Itália desde o início deste ano, quase o dobro do número registado no mesmo período, em 2022. Mas desde junho do ano passado, pouco mais de mil pessoas foram transferidas de Itália para outros países da UE. O vice-Presidente da

Comissão Europeia, Margaritis Schinas, visitará os países da África Subsariana de onde provém a maioria dos migrantes, incluindo a Guiné, a Costa do Marfim, o Senegal e o Burkina Faso, para negociar o regresso dos migrantes não elegíveis para asilo na Europa.

A migração deverá ser uma questão fundamental nas eleições europeias de 2024, bem como nas próximas eleições legislativas na Polónia (15 de outubro) e nos Países Baixos (11 de novembro). A Comissão Europeia afirmou que pretende que o acordo de migração com a Tunísia se torne um modelo para acordos semelhantes com outros países do Norte de África.

Esta quinzena foi marcada por dois eventos de envergadura para a Europa: a 78ª AGNU e o discurso anual sobre o estado da União Europeia, feito pela presidente da Comissão Europeia ao Parlamento. Tradicionalmente, o discurso visa fazer o balanço do trabalho realizado no ano que decorreu e elencar as prioridades políticas para o próximo. A surpresa de seu discurso, veio do anúncio de abertura de investigação comercial para averiguar se os competitivos carros elétricos chineses recebem subsídio governamental. "O mercado global está inundado de carros elétricos chineses mais baratos. E o seu preço é mantido artificialmente baixo através de subsídios estatais. Por isso, posso anunciar hoje que a Comissão vai lançar uma investigação anti-subsídios aos veículos elétricos provenientes da China", disse a líder do executivo comunitário, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Outro componente importante de seu pronunciamento foi a abordagem do alargamento do bloco, como resposta imediata à guerra na Ucrânia. O atual funcionamento da UE terá de ser revisto com algumas reformas: "É por esta razão que a Comissão vai começar a trabalhar numa série de análises das políticas pré-alargamento para ver como cada domínio poderá ter de ser adaptado a uma União mais alargada", explicou. Ursula von der Leyen espera que esse trabalho possa ser feito ainda antes do fim do mandato, durante o primeiro semestre do ano que vem, a cargo da presidência do Conselho da UE pela Bélgica.

Do discurso de Charles Michel na abertura da 78ª sessão da AGNU, destaco o reconhecimento da necessidade de reforma do sistema internacional, em especial do financeiro. O presidente do Conselho Europeu, admite que as instituições de Bretton Woods foram criadas no período ainda colonial, que o mundo mudou e que os países do G7 ainda detêm um poder de decisão quase absoluto. Segundo ele, "a União Europeia está preparada para partilhar melhor o poder. Porque as regiões que praticamente não têm voz precisam de estar mais envolvidas nas decisões que as afetam diretamente." Ele reconhece que o serviço da dívida suplantou as despesas com proteção social, saúde e educação, levando 165 milhões de pessoas para a pobreza. Apesar disso, Michel clama a solidariedade apenas para mencionar a guerra da Ucrânia. No componente ambiental, que é marca do posicionamento político europeu, o planeta é mencionado como em ebulição. A saúde está presente em seu discurso, atrelada ao novo acordo sobre pandemias, originalmente por ele proposto. Segundo ele, que clama esforços para concluir as negociações até maio de 2024, o acordo deve ser benéfico para todos, em particular para os países em desenvolvimento e para os mais vulneráveis.

Michel apresenta 3 propostas para reforma do sistema das nações unidas: uma relativa ao direito de veto; uma relativa à representatividade; e outra relativa ao papel das organizações regionais. Sobre estes pontos, apelou a uma alteração à Carta das Nações Unidas. A crítica ao veto no processo decisório do Conselho de Segurança, parece direcionada à Rússia. A sugestão da UE é criar um mecanismo que combine a tomada de decisões por maioria com a "utilização moderada e flexível do direito de veto". Fazendo menção ao crescimento do papel das organizações regionais no cenário internacional, e citando a própria União Europeia, a União

Africana, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caraíbas (CELAC), a ASEAN, Michel referenda e defende este movimento junto ao sistema multilateral.

Neste escopo de fortalecimento do regionalismo, aconteceu a primeira reunião ministerial informal conjunta sobre assuntos econômicos e financeiros (Ecofin), sob a presidência rotativa da Espanha. Pela primeira vez, os ministros da economia e das finanças da UE e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) reuniram-se no âmbito das reuniões do Eurogrupo e do Ecofin, num evento co-organizado pela presidência espanhola e pelo CAF-Desenvolvimento Banco da América Latina. Os ministros das finanças da UE manifestaram a sua determinação em estabelecer um mecanismo de monitoramento e acompanhamento para implementar a Agenda Global Gateway, que prevê 45 mil milhões de euros de investimento até 2027 para impulsionar a transformação verde, digital e social da América Latina e das Caraíbas. A Agenda Global Gateway, foi um compromisso anunciado durante a cimeira UE-CELAC, que aconteceu em julho. O encontro reuniu, em Santiago de Compostela, cerca de 50 ministros – 20 deles da América Latina.

A reunião validou 9 projetos incluídos no Global Gateway e se concentrou na proteção da Amazônia, no controle do sargaço na região do Caribe, no desenvolvimento de sistemas de água potável no Equador, Peru e Uruguai, na transição energética no Chile e no México, e transporte público sustentável na Colômbia e na Costa Rica. Para garantir o sucesso da implementação do programa de investimento, será criado um mecanismo específico de monitoramento e controle, incluindo:

- Acompanhamento atualizado de cada projeto pela Comissão Europeia com o apoio de instituições como o CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Europeu de Investimento (BEI).
- Cimeiras de alto nível UE-CELAC de dois em dois anos.
- Criação de um balcão único nos países da CELAC para agilizar o investimento, melhorar o clima de negócios e facilitar a implementação de projetos.

Outro tema de discussão nas sessões de trabalho dos ministros foi como fortalecer a capacidade das instituições financeiras multilaterais e dos bancos de desenvolvimento para fortalecer a rede de segurança financeira global.

## **Conclusões**

A problemática da migração vem crescendo dia após dia na Europa, junto com o fluxo de migrantes, que chegam ao continente principalmente pelo Mar Mediterrâneo, atual e infelizmente um grande cemitério aquático. A Ilha de Lampedusa, que pertence à Itália, mas está localizada a 150 km da Tunísia, acaba por ser o local que mais recebe estes migrantes. Um grande desafio é que nenhum outro país do bloco aparenta querer dividir com a Itália, a responsabilidade de acolher estes refugiados. O problema é conhecido e de difícil resolução, assim como suas causas. O que levam estas pessoas a se arriscarem por uma vida melhor, senão o desespero? A União Europeia se mostra muito enérgica para combater a migração, mas pouco comprometida com um mundo melhor para os não europeus.

A solidariedade, quando aparece nos discursos, como no de Charles Michel no G-20, é para fazer referência à própria Europa, ou seja, à Ucrânia... Chega a ser quase uma novidade, assim como a menção à reforma do sistema internacional, assimilada pelo Conselho Europeu, para fazer frente aos vetos russos e chineses no Conselho de Segurança. Não há ilusão.

**Regionais da OMS – Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Sudeste Asiático -  
elegem seus novos diretores e não há mais espaço para o *business-as-usual***

***WHO regional offices – Eastern Mediterranean, Western Pacific and Southeast Asia –  
elect their new directors and there is no longer room for business-as-usual***

**Lúcia Marques**

**Resumo.** Três dos seis escritórios regionais da Organização Mundial da Saúde - Mediterrâneo Oriental (22 países), Pacífico Ocidental (37 países) e Sudeste Asiático (11 países) – irão eleger, seus novos diretores para os próximos cinco anos, podendo ser reconduzidos para mais cinco anos de mandato. Esses diretores têm autoridade quase total para executar as políticas e programas de saúde da OMS. Por tanto, serão 10 anos de administrações que poderão contribuir para o avanço da saúde nos seus países membros e para uma OMS mais unida (ou não) contra ameaças sanitárias (e políticas) que ainda estão por vir. Para o Mediterrâneo Oriental, o destaque é a indicação da Arábia Saudita de uma mulher que ocupa atualmente o cargo de Diretora Geral Assistente da OMS em Genebra – se eleita, Hanan Hassan Balkhy será a primeira mulher a assumir o cargo da regional. A OMS Pacífico Ocidental, que viveu a demissão de seu diretor após denúncias de má conduta, assédio e racismo, tem candidatos experientes que precisam resgatar a confiança de seus próprios funcionários. A eleição para diretor da regional do Sudeste da Ásia enfrenta o nepotismo de Bangladesh – a candidata é filha da Primeira-Ministra do país, que a tem levado às cúpulas recentes de alto nível, como BRICS, ASEAN, G20 e UNGA, visando acordos em troca de votos. Nas três regionais caberá ao novo diretor decidir seguir a abordagem *business as usual* ou ser transformador. E, no contexto atual de disputas geopolíticas, não há mais espaço para fazer mais do mesmo.

**Palavras chaves:** Eleições para diretor, Mediterrâneo Oriental, Sudeste da Ásia, Pacífico Ocidental, *business as usual*

**Abstract.** *Three of the six regional offices of the World Health Organization - Eastern Mediterranean (22 countries), Western Pacific (37 countries) and Southeast Asia (11 countries) - will elect their new directors for the next five years, with the possibility of being reappointed for another five years. These directors have almost complete authority to execute WHO's health policies and programs. Therefore, there will be 10 years of administrations that will be able to contribute to the advancement of health in its member countries and to a more united WHO (or not) against health (and political) threats that are yet to come. For the Eastern Mediterranean, the highlight is Saudi Arabia's appointment of a woman who currently holds the position of Assistant Director General of the WHO in Geneva – if elected, Hanan Hassan Balkhy will be the first woman to take on the regional role. WHO Western Pacific, which experienced the dismissal of its director following allegations of misconduct, harassment and racism, has experienced candidates who need to regain the trust of their own employees. The election for director of the Southeast Asia region faces nepotism from Bangladesh – the candidate is the daughter of the country's Prime Minister, who has taken her to recent high-level summits, such as BRICS, ASEAN, G20 and the UNGA, seeking agreements in exchange for votes. In the three regions, it will be up to the new director to decide whether to follow the business as usual*

*approach or be transformative. And, in the current context of geopolitical disputes, there is no more space to do more of the same.*

**Keywords:** *Director elections, Eastern Mediterranean, Southeast Asia, Western Pacific, business as usual*

Não há futuro para o *business-as-usual*, ao menos para este que conhecemos. O que até agora vinha sendo feito não será suficiente daqui em diante. Isso vale para o Estado, para as organizações e para as empresas.<sup>91</sup>

Três das seis regionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) abrigam os países da Ásia e Pacífico e Região MENA (Mediterrâneo Oriental e Norte Africano). Mas, isso não significa que todos os países sejam membros. E ainda há exceções como, por exemplo, Israel, Turquia e Rússia são membros da OMS Europa, assim como os países da Ásia Central.

Essas três regionais - Mediterrâneo Oriental (22 países), Pacífico Ocidental (37 países) e Sudeste Asiático (11 países) – irão eleger, agora em outubro, seus novos diretores para os próximos cinco anos, podendo ser reconduzidos para mais cinco anos de mandato. Esses diretores têm autoridade quase total para executar as políticas e programas de saúde da OMS ao abrigo da sua constituição descentralizada.<sup>92</sup> Por tanto, serão 10 anos de administrações que poderão contribuir para o avanço da saúde nos seus países membros e para uma OMS mais unida (ou não) contra ameaças sanitárias(e políticas) sem fronteiras que ainda estão por vir.

As eleições acontecem em um momento que o mundo enfrenta o final da pandemia da Covid-19, os retrocessos nos ODSs, o aumento das desigualdades, mudanças climáticas e desastres naturais, ressurgimento de doenças e surgimentos de novas doenças, mudanças demográficas, insegurança alimentar e nutricional, divisões e disputas geopolíticas, que pressionam governos, exigem mais investimentos, atraem interesses, geram conflitos e desembocam em crises humanitárias.

Divisões que já vinham sendo observadas nas Assembleias Mundiais da Saúde e das Nações Unidas (UNGA) nos últimos anos, consequências do apartheid das vacinas, das intensificações das sanções aplicadas e das pressões sobre a guerra quente na Ucrânia e sobre a guerra fria contra China. E o exemplo mais grave dessa divisão aconteceu nesta [UNGA78](#) (16 a 22 de setembro), quando 11 países, cansados de não serem ouvidos e de sofrerem sanções, declararam que não apoiarão a adoção de declarações políticas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPPR), cobertura universal de saúde e tuberculose (TB),<sup>93</sup> quebrando a tradição da aprovação por consenso.

Na sua [carta](#) ao presidente da UNGA78, Dennis Francis, datada de domingo, 17 de setembro, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Coreia do Norte, Eritreia, Irã, Nicarágua, Rússia, Síria, Venezuela e Zimbábue alegaram que as suas objeções tinham sido ignoradas ou postas de lado em várias fases do desenvolvimento das declarações de saúde e desenvolvimento sustentável, Os representantes se referiam à retirada das versões finais do parágrafo que apelava aos países

---

<sup>91</sup> Patrícia Audi, CEO / Diretora-Executiva no RenovaBR. <https://www.linkedin.com/pulse/n%C3%A3o-h%C3%A1-futuro-para-o-bau-business-as-usual-patricia-audi/?originalSubdomain=pt>

<sup>92</sup> <https://healthpolicy-watch.news/eastern-mediterranean-countries-deserve-better-health/>

<sup>93</sup> <https://healthpolicy-watch.news/russia-and-allies-refuse-to-support-un-declarations-of-health/>

para se absterem “de promulgar e aplicar quaisquer medidas unilaterais, económicas, financeiras ou comerciais que não estivessem em conformidade com o direito internacional:

“as negociações não foram conduzidas de uma forma verdadeiramente inclusiva, justa e equilibrada”, incluindo o projeto de resultado da Cimeira dos ODS que foi “reaberto com o objetivo de acomodar exclusivamente as prioridades de algumas delegações de países desenvolvidos” enquanto “nada foi feito refletir e acomodar as preocupações legítimas das delegações dos países em desenvolvimento que, além disso, quebraram repetidamente o silêncio, incluindo o Grupo dos 77 e a China”.<sup>94</sup>

Esse momento de divisão grave reflete o contexto geopolítico em que as eleições das três regionais acontecem. A esse cenário, somam-se os próprios contextos regionais e as realidades e urgências de seus países membros.

E ainda existem as questões e pressões políticas sobre a indicação e escolha dos candidatos. Como exemplo, a candidata de Bangladesh para diretora da OMS Sudeste Asiático (SEARO), Saima Wazed, que, embora tenha um currículo interessante, focado na saúde mental, é filha da Primeira-Ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina, que a tem levado às cúpulas recentes de alto nível, como BRICS, ASEAN, G20 e Assembleia Geral da ONU, visando acordos em troca de votos. A pressão tem afastado outros concorrentes, permanecendo na disputa somente o candidato do Nepal, Dr. Shambhu Prasad Acharya, com 30 anos de experiência em liderança e gestão na sede da OMS, na própria SEARO, e em nível de país organizando programas práticos em muitos lugares.<sup>95</sup>

### **Eleição na SEARO**

A SEARO foi o primeiro escritório regional que a OMS abriu, em 1948, em Nova Delhi, onde ainda está sediado. Os 11 membros da regional abrigam cerca de dois bilhões de pessoas – um quarto da humanidade. Eles variam da poderosa Índia (1,4 bilhão) às minúsculas Maldivas (0,5 milhão), com Indonésia, Bangladesh, Tailândia, Myanmar, Nepal, Coreia do Norte, Sri Lanka, Timor-Leste e Butão.

A regional tem em seu histórico conquistas importantes como erradicação da varíola, poliovírus selvagem e tétano materno e neonatal. Vários países venceram outras condições: o Nepal erradicou o tracoma, as Maldivas eliminaram a filariose linfática enquanto a boubá foi da Índia, a rubéola de Timor-Leste, o sarampo do Butão e a malária do Sri Lanka. Veja mais em [Setenta anos de história](#) da SEARO.

[Segundo os dados da OMS](#) a SEARO registou o declínio mais rápido (57%) na taxa de mortalidade materna desde o Milênio e reduziu a mortalidade de menores de cinco anos em 78%. As novas infecções por HIV diminuíram em 50%. A região tem abrigado inovações de serviços cruciais, como agentes comunitários de saúde e financiamento, kits de medicamentos essenciais, integração de sistemas de saúde tradicionais, gerenciamento de desnutrição, alcance de saúde reprodutiva, tecnologias de água e saneamento em pequena escala e educação em saúde em massa, entre muitos exemplos.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> <https://healthpolicy-watch.news/russia-and-allies-refuse-to-support-un-declarations-of-health/>

<sup>95</sup> [Shenanigans no Sudeste Asiático da OMS como filha de político disputa eleição como diretora regional – Mukesh Kapila](#)

<sup>96</sup> [Shenanigans no Sudeste Asiático da OMS como filha de político disputa eleição como diretora regional – Mukesh Kapila](#)

No entanto, esses avanços não foram produzidos pela OMS, mas pelo aumento da prosperidade dos países – a Ásia tem vivido um dos maiores progressos tecnológicos e, conseqüentemente aumento do PIB e renda per capita. Todos os países da SEARO, exceto a Coreia do Norte, são agora de renda média, com Tailândia e Indonésia (também um G20) na categoria de renda média-alta.

Mas ainda muito há que se fazer. A Covid-19 foi um choque de realidade que causou a mais 6 milhões de mortes indiretas– a maior entre todas as regiões. As interrupções nos serviços fizeram com que as taxas de imunização caíssem e o tratamento da tuberculose diminuísse. A SEARO vai recuperar o atraso, mas continua mal preparada para a próxima pandemia, com uma pontuação baixa de 68% para as capacidades autodeclaradas do Regulamento Sanitário Internacional. A saúde das mulheres luta com 47% de prevalência de anemia, a mais alta do mundo. As taxas de baixa estatura infantil de 30% com sua forma mais grave de "desperdício" contribuem para 8 de 13 milhões de crianças afetadas em todo o mundo. A cobertura de água e saneamento está muito atrasada, contribuindo com 40% das mortes globais evitáveis. Com a urbanização aumentando de 40% a 50% em toda a SEARO, níveis recordes de poluição do ar por partículas e acidentes rodoviários tiram anos de vida útil.<sup>97</sup>

Além disso, as mudanças climáticas e perda da biodiversidade podem fazer surgir novas doenças infecciosas; assistimos o aumento da resistência antimicrobiana e, com o progresso, veio mudança no estilo de vida e de alimentação, aumentando a carga de doenças crônicas, como diabete e hipertensão.

Diante desse cenário, segundo o especialista em saúde pública, coordenador humanitário das Nações Unidas (ONU) no Sudão e conselheiro especial da ONU no Afeganistão, Mukesh Kapila, novo diretor deve recalibrar o papel da SEARO, à medida que nações cada vez mais fortes dominando seus próprios destinos, e a saúde de suas populações é ditada por externalidades que só elas podem gerenciar. A SEARO deve definir as poucas obras essenciais que a SEARO está mais bem posicionada para fazer.<sup>98</sup>

### ***Programa da candidata de Bangladesh***

Desenvolver um mecanismo que permita colaborações e parcerias para aumento de recursos humanos e qualidade dos serviços. Parcerias eficazes para garantir que os suprimentos médicos e os recursos necessários estejam disponíveis e acessíveis, isto é, aumentar e melhorar os suprimentos médicos de qualidade, incluindo medicamentos. “Através de parcerias público-privadas facilitadas e supervisionadas pela OMS, podemos garantir que estamos mais bem preparados para a próxima crise, pandemia de saúde ou desastre natural/causado pelo homem;”<sup>99</sup>

Apoiar áreas em que a Região fez progressos louváveis, como doenças infecciosas, saúde materno-infantil, NCO e fatores de risco, saúde mental, fortalecimento do sistema de saúde, respostas de emergência e cobertura universal de saúde;

---

<sup>97</sup> <https://healthpolicy-watch.news/shenanigans-in-who-south-east-asia-as-politicians-daughter-contests-for-election-as-regional-director/>

<sup>98</sup> [Shenanigans no Sudeste Asiático da OMS como filha de político disputa eleição como diretora regional – Mukesh Kapila](#)

<sup>99</sup> [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/searo/rd-election-2023/bangladesh\\_proposal\\_en.pdf?sfvrsn=89544947\\_1](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/searo/rd-election-2023/bangladesh_proposal_en.pdf?sfvrsn=89544947_1)

Garantir que os grupos marginalizados e vulneráveis não sejam mais privados de direitos. Promover cuidados de saúde equitativos, melhorando (através de financiamento, parceiros de recursos, etc.) ou criando soluções locais inovadoras que sejam eficazes. priorizar o fortalecimento dos sistemas de saúde — tanto do setor preventivo quanto do curativo — para garantir cobertura, equidade e operacionalizar o slogan de que "ninguém fica para trás"

**OBS.:** Parcerias público privadas e fortalecimento dos sistemas de saúde são iniciativas que a ASEAN e países parceiros vêm trabalhando fortemente desde o início da pandemia.

### ***Programa do candidato do Nepal***

O candidato do Nepal definiu cinco prioridades e, para cada prioridade, ações chaves. E o foco da sua administração será, através da abordagem colaborativa entre todos os setores governamentais e da sociedade, principalmente de comunidades e movimentos sociais, para avançar medidas e políticas que visem os determinantes sociais, comerciais e ambientais da saúde.

Entre outras, aproveitar o potencial da região, que são os avanços tecnológicos, e buscar prestação de cuidados de saúde de qualidade através da inovação, impulsionando o acesso aos cuidados de saúde através de saltos tecnológicos, aproveitando a digitalização, a ciência da implementação de programas e a monitorização, e reforçando a capacidade na geração de dados e na tomada de decisões baseada em dados. “Além disso, estou empenhado em alinhar os nossos padrões de produção, distribuição e armazenamento de medicamentos com as normas globais.”<sup>100</sup>

O que vai vencer? Nepotismo ou experiência? O mais do mesmo ou inovação?

### **Eleições na EMRO**

A OMS do Mediterrâneo Oriental (EMRO) abriga 22 países do mundo árabe, desde Marrocos, no noroeste africano, até o Golfo, e estendendo-se pela Ásia Ocidental até o Paquistão. São países diversos em termos de riqueza per capita e de investimentos em saúde. As disparidades socioeconómicas gritantes caracterizam a região - Os índices de desigualdade continuam sendo os mais altos do mundo – é a segunda maior taxa de desigualdade de gênero e riqueza.

Alguns dos países mais ricos do mundo – Qatar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait e Omã – estão no mesmo grupo administrativo que o Paquistão, a Palestina e o Egito, que mal entram na categoria de rendimento médio, enquanto outros, como o Afeganistão e o Líbano, continuam atolados numa pobreza abismal.

---

<sup>100</sup> <https://health4seasia.com/>





<https://www.mukeshkapila.org/eastern-mediterranean-countries-deserve-better-health-will-the-new-who-regional-director-deliver-that/>

Os mais de 700 milhões de sua população [vive 71,4 anos](#), segundo OMS, um pouco abaixo da média global de 73 anos. Mas isto esconde graves desigualdades desde os 80 anos do Qatar até aos 55,4 anos da Somália. Cinco outras nações não passam dos 66 anos. O mesmo acontece com a mortalidade materna: 620 mulheres afegãs perdem a vida por cada 100.000 nados-vivos, em comparação com 223 a nível mundial. O Kuwait tem o melhor desempenho com a morte de sete mães, enquanto sete países estão muito longe da meta [dos ODS](#) de 70 mortes maternas por 100.000 nados-vivos até 2030.

O [relatório de progresso regional dos ODS](#) relacionados à saúde aponta para a necessidade de abordar também muitos dos outros 16 ODS e a necessidade de conhecimento da situação atual para planejar as ações. Realizar essa visão requer que saibamos onde estamos para que possamos ver o que precisamos fazer. O aborda essa necessidade de conhecimento.

Mas o maior problema na região são os conflitos que afetam as populações direta ou indiretamente –, como na Síria, nos Territórios Palestinos, no Líbano, no Sudão, no Yemen, na Somália, na Líbia, Tunísia. Ou nas manifestações reprimidas violentamente como no Irã. São países que vivem o estresse climático como as secas no norte africano ou inundações, como no Paquistão e Afeganistão. Para não falar nos grandes terremotos recentes na Síria, Turquia e Marrocos. Esse cenário gera milhões de refugiados e deslocados - países que não estão em conflito recebem milhões de refugiados de seus vizinhos, sobrecarregando os sistemas de saúde, de abastecimento, a economia e empregabilidade. E, conseqüentemente, poucos avanços na saúde para a maioria desses países – alguns vivem retrocessos nos ODS.

Recentemente, a Arábia Saudita, em sua Visão 2030, tem buscado promover paz e estabilidade na região, visando o progresso regional – em sua visão, o progresso do Reino também depende do progresso e segurança regional. A retomada diplomática da relações com

o Irã e a retomada das relações com a Síria fazem parte dessa estratégia. Esse movimento saudita tem gerado ondas de retomadas de relações, como uma pedra no lago.<sup>101</sup>

E o novo diretor da OMS EMRO deverá estar atento a esses movimentos e ser inovador para acompanhar essa nova ordem regional. Deve ser capaz de promover a saúde como uma ponte para a paz sem politizar demais a missão humanitária da saúde – linha tênue<sup>102</sup>. (OMS paz e saúde).

Segundo o especialista, Mukesh Kapila,<sup>103</sup> mesmo que a nova liderança da EMRO faça pouco, os indicadores de saúde continuarão a melhorar na maioria dos países graças a esse movimento de estabilização regional, possibilitando melhor governança, com melhora da economia e mais investimentos, inclusive em tecnologias.

No entanto, além de alguns conflitos persistentes e ações de grupos extremistas, a região ainda precisa de muitas ações de ajuda humanitárias, porque muitas das alterações climáticas estão a aquecer o Mediterrâneo e o Médio Oriente a um ritmo **duas vezes superior à média global**, com impactos ambientais e de saúde devastadores. Cinco dos 10 maiores desastres dos últimos dois anos ocorreram na região, incluindo enormes inundações, secas e terremotos.

Caberá ao novo diretor decidir seguir a abordagem business as usual ou ser transformador. Continuar passando o pires aos doadores ocidentais tradicionais ou pressionar os bancos e organizações regionais que mais facilmente conseguem sentir empatia? O diretor regional deve ter competências políticas para mudar esta situação e estabelecer relações de investimento na saúde a longo prazo – e não entre doadores e beneficiários.

São seis candidatos com uma variedade de qualificações e experiências, algumas muito interessantes:

O **Iraque** indicou o farmacêutico e veterinário Najim Abbas Jabir Al-Awwadi – sem programa disponível.

O **Paquistão** sugeriu o especialista em sistemas de saúde Abdul Ghaffar. Com um vasto currículo, tem experiência em políticas de saúde e na formação de gestores de saúde. Sem programa disponível.

O candidato do **Irã** é o professor de política de saúde e Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa em Saúde do Irã, Ali Akbari Sari. Seu programa com nove pontos visa reforçar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas de saúde, alcançando um progresso abrangente na promoção da equidade, saúde e empoderamento em toda a região, através do fortalecimento dos cuidados de saúde primários, abordar os determinantes sociais e melhorar a acessibilidade por meio de iniciativas como a implantação de agentes comunitários de saúde e intervenções

---

<sup>101</sup> Saiba mais em Marques, L. 2023. NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA O significado do retorno da Síria à Liga Árabe: uma nova ordem no Oriente Médio. In: *Três cúpulas estratégicas para a diplomacia da Ásia, do Pacífico e da região árabe*. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 8-2023, p. 222 \(215-226\)](#); Marques, L. 2023. Irã amplia diplomacia na América Latina, com BRICS, no Oriente Médio e Ásia Central. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 10-2023, p. 177-185](#); Marques, L. 2023. Cúpula de Jeddah: Arábia Saudita um importante player da diplomacia global. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 14-2023. P. 194 - 200](#)

<sup>102</sup> [Os países do Mediterrâneo Oriental merecem uma saúde melhor: será que o novo Director Regional da OMS vai conseguir isso? – Mukesh Kapila](#)

<sup>103</sup> [Os países do Mediterrâneo Oriental merecem uma saúde melhor: será que o novo Director Regional da OMS vai conseguir isso? – Mukesh Kapila](#)

de nutrição. O interessante é que um dos pontos é “Melhorar o engajamento, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres com comitês comunitários de saúde e defesa de políticas” - o Irã, desde setembro de 2022 vive violentas repressões depois da morte da jovem curda, por não usar “como devia o seu véu”.

O **Sudão** indicou seu embaixador de saúde de boa vontade, [Ahmed Farah Shadou](#). Sem programa disponível, traz em seu currículo, experiência como representante da OMS para Afeganistão e Yemen, dois dos países mais devastados por pobreza e conflito.

O ex-ministro da Saúde [Anass Doukkali](#) é o candidato do **Marrocos**. Com um currículo amplo e experiência em Saúde Global, saúde materno infantil e conhecimento da região, trouxe para seu [programa](#) a Agenda 2030 e os Determinantes Sociais da Saúde. Entre as cinco prioridades está Fortalecimento dos sistemas de saúde centrados nas pessoas rumo à cobertura universal de saúde, e para tal, mobilizar recursos melhorando a qualidade do financiamento com maior previsibilidade e flexibilidade; racionalizar a gestão dos fundos através de acordos harmonizados com os intervenientes relevantes; diversificar e manter o financiamento através de um envolvimento regular e ativo e do alinhamento das políticas; e a adoção de abordagens e mecanismos de financiamento personalizados e inovadores para os países.

E a **Arábia Saudita** propôs a única mulher, especialista em saúde pública e clínica, [Hanan Hassan Balkhy](#) - se eleita, será a primeira mulher diretora da regional. Seu currículo demonstra uma ampla experiência – ocupa atualmente o cargo de Diretora Geral Assistente da OMS em Genebra. Seu [programa](#) “Novo pensamento numa nova era para a região do Mediterrâneo Oriental” apresenta missão, visão e cinco prioridades para fortalecer a saúde na região. Entre as prioridades, destaque para “expandir e fortalecer as capacidades nacionais e coletivas de preparação e resposta a emergências para enfrentar rapidamente as crises de saúde. Isso inclui respostas específicas diferenciadas a pandemias, desastres, conflitos e crise climática. Garantiremos o engajamento efetivo de nossos países nas negociações em andamento para um instrumento global de pandemia e revisões do Regulamento Sanitário Internacional.”

Outra prioridade que destacamos é Expandir parcerias para financiamento e compartilhamento de conhecimento e habilidades. A candidata propõe fazer uso da cultura tradicional baseada em compaixão e solidariedade – segundo a Sharia, todo islão deve fazer doações pelo menos uma vez ao ano, em especial durante o Ramadã, principal feriado religioso. O Banco Islâmico de Desenvolvimento é o atual administrador dos fundos islâmicos de doação.

## **Eleições na WPRO**

Com sede em Manila, nas Filipinas, a Oms do Pacífico Ocidental reúne 37 países e territórios com mais de um quarto da população mundial. Abrange desde a Mongólia na Ásia Central, a leste até as Ilhas Pitcairn<sup>104</sup> no Oceano Pacífico e ao sul até a Nova Zelândia. Inclui países grandes (como a China, com 1,4 mil milhões de pessoas) e pequenos (como Niue, onde vivem apenas 1000 pessoas), ricos e pobres, alguns com populações em explosão e outros que estão a envelhecer rapidamente. Os sistemas e serviços de saúde são fortes em alguns países e fracos ou ausentes em outros. Alguns são países insulares distantes de qualquer rota marítima

---

<sup>104</sup> Território ultramarino britânico na Polinésia que tem como único vizinho a Polinésia Francesa, a oeste. Com 47 Km<sup>2</sup>, em janeiro de 2020, havia apenas 47 habitantes permanentes em Pitcairn. [Pitcairn Islands \(government.pn\)](#)

comercial ou turística (SIDS)<sup>105</sup> o que dificulta progresso econômica e acesso à produtos e insumos para a saúde. A WPRO abriga também alguns dos países insulares mais vulneráveis ao aumento do nível do mar, como Quiribati, Ilhas Marshall e Tuvalu.



The boundaries and names shown and the designations used on this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the World Health Organization concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries. Dotted lines on maps represent approximate border lines for which there may not yet be full agreement. © WHO Regional Office for the Western Pacific 2009. All rights reserved.

Muitos países que enfrentam doenças infecciosas como a dengue e a malária, e doenças não transmissíveis como a diabetes e as doenças cardíacas. Alguns países como Japão, enfrentam o envelhecimento da população, a falta de trabalhadores da saúde e de cuidadores de idosos. A Coreia do Sul e China, enfrentam a redução da população e os governos buscam políticas para incentivar casamento e filhos.<sup>106</sup>

A regional passou por um escândalo no ano passado com denúncias sobre má conduta, assédio moral, discursos racistas, do diretor Takeshi Kasai, que foi demitido em abril deste anos, pela OMS, após investigações. A diretora interina, Zsuzsanna Jakab, assumiu informalmente a regional, em agosto de 2022, quando o ex-diretor foi afastado para investigações, e designada como interina, após a demissão de Kasai.

Cinco candidatos disputam as eleições e um debate foi solicitado pelo atual Presidente do Comité Regional da OMS para o Pacífico Ocidental, o Bounfeng Phoummalaysith, Ministro da

<sup>105</sup> Os SIDS – [Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento](#) - enfrentam uma série de desafios, incluindo, para muitos, sua geografia remota. Como resultado, muitos SIDS enfrentam altos custos de importação e exportação de mercadorias, bem como volumes de tráfego internacional irregular. No entanto, eles devem depender dos mercados externos para muitos bens devido à estreita base de recursos.

<sup>106</sup> <https://revistapesquisa.fapesp.br/oms-demite-diretor-regional-do-pacifico-ocidental-apos-denuncias-de-ma-conduta/>

Saúde do Laos, e acordado pelos Estados-Membros da OMS na Região. [Fórum ao vivo de candidatos a Diretor Regional da OMS para o Pacífico Ocidental \(who.int\)](#)

Dra. Song Li, proposto pela **China** – Formada em Saúde Pública, é Director General, Department of Maternal & Child Health, do Ministério da Saúde da China. Seu programa não está disponível.

Dra. Susan Mercado, proposta pelas **Filipinas** – Em seu currículo, apresenta experiência de mais de 15 anos atuando na OMS na região. Seu [programa de cinco pontos](#) envolve apoiar os Estados Membros no desenvolvimento de políticas e promulgação de visando os enfermeiros, parteiras e agentes comunitários de saúde em todos os centros de saúde – uma fragilidade que a pandemia trouxe à tona. Sistemas de saúde resilientes ao clima começando com água limpa e centros de tenção primária E ainda avançar em ações comunitárias para a segurança alimentar e nutricional

Dr Jimmie Rodgers, proposto pelas **Ilhas Salomão** – Médico, tem uma vasta experiência na região, tendo servido uma vez como Diretor Geral do Secretariado das Comunidades do Pacífico -. Não foi possível abrir Seu programa e currículo

Dr. Saia Ma'u Piukala, proposto por **Tonga** – Atual Ministro da Saúde de Tonga, o candidato tem [experiência](#) na área de saúde pública dentro e fora da região.

Dra. Tran Thi Giang Huong, proposto pelo **Vietnã** – Em currículo, traz a experiência do cargo de Diretora da Divisão de Programas de Controle de Doenças na WPRO. Entre as cinco prioridades de seu [programa](#), enfatiza o fortalecimento dos sistemas de saúde através dos cuidados de saúde primários, com foco em alcançar os não alcançados e alcançar a Cobertura Universal de Saúde.

As diversidades culturais e linguísticas e as desigualdades entre os países, a vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos e aos desastres naturais (tufões e ciclones, maremotos, terremotos e tsunamis, erupções vulcânicas) requerem resiliência e parcerias. As novas tecnologias digitais já se mostraram uma arma eficaz para superar obstáculos.

O novo diretor precisa ter um vasto conhecimento da região e suas fragilidades e ser um ótimo negociador para aproveitar o que há de melhor cada membro. E estabelecer um trabalho em rede com as diferentes agências da ONU, visando acesso a dados fundamentais para as tomadas de decisão. Nessa região, fazer mais do mesmo (business as usual) não é uma opção.

### **Considerações finais**

Desde o início deste observatório sobre Saúde Global de Diplomacia da Saúde nas regiões da Ásia Pacífico e Oriente Médio, essa é a primeira eleição de diretores para os escritórios regionais da OMS a ser acompanhada e ela acontece em um momento que o mundo enfrenta várias crises – econômica, climática e ética – e divisões e disputas geopolíticas.

Embora a pandemia da Covid-19 e, atualmente, os desdobramentos da guerra na Ucrânia tenham provocado alguns retrocessos dos ODS em alguns países mais vulneráveis das duas regiões, houve progressos graças aos esforços dos governos e do avanço nas parcerias público privadas em muitos desses países. Mas os progressos podem ser perdidos em função dos eventos climáticos, portanto, não há mais espaço para fazer mais do mesmo.

E o nepotismo de Bangladesh atinge a neutralidade e a ética nos padrões multilaterais, que podem minar a OMS, quando precisamos de cooperação global em saúde mais do que nunca.

## Brasil e China, criando espaços saudáveis para todas

### Brazil and China Creating Healthy Spaces for All

**André Costa Lobato**

**Abstract.** Article published by myself and academics Carlos Morel and George Fu Gao in Science Bulletin proposes that Brazil and China can open new spaces of cooperation between global health for all people. China signs strategic cooperation agreement with Venezuela and Syria and continues dialogues with US. China continues to develop its basic research and Ministry of Science and Technology, surpassing 200 billion yuan for the first time. Monkeypox enters the list of Class C infectious diseases, which allows for measures such as quarantines and closures of schools and businesses.

**Keywords:** Diplomacy, Health, Socioeconomic.

**Resumo.** Artigo publicado, por mim e os acadêmicos Carlos Morel e George Fu Gao, na Science Bulletin propõe que Brasil e China podem abrir novos espaços de cooperação entre saúde global para todas as pessoas. China assina acordo de cooperação estratégica com Venezuela e Síria e continua diálogos com EUA. A China continua a desenvolver sua pesquisa básica e Ministério de Ciência e Tecnologia, ultrapassando 200 bilhões de yuans pela primeira vez. Monkeypox entra na lista de doenças infecciosas de Classe C, o que permite medidas como quarentenas e fechamentos de escolas e comércio.

**Palavras-chave:** Diplomacia, Sanitário, Socioeconômico.

“China e Brasil: Criando Espaços Saudáveis para Todas” foi o primeiro resultado publicado de minha bolsa de Doutorado Sanduíche da CAPES durante período de visita ao Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências. O artigo, escrito às vésperas da visita do presidente Lula à China, em 13 e 14 de abril, sugere linhas de ação para que ambos os países criem novos espaços de saúde global. Os demais autores são meus orientadores de doutorado, os acadêmicos George Fu Gao (China) e Carlos Medicis Morel (Brasil). O artigo pode ser acessado de graça pelas próximas semanas no seguinte link:

<https://authors.elsevier.com/a/1hofP7SZmRa1IM>

Science Bulletin  
Available online 1 September 2023  
In Press, Corrected Proof | What's this? ↗

---

Commentaries

### Brazil and China, creating healthy spaces for all

André Costa Lobato<sup>a</sup> ✉, Carlos Medicis Morel<sup>b c</sup>, George Fu Gao<sup>d e</sup>

Show more ▾

☰ Outline | 🔗 Share | 🗒 Cite

### Diplomática

- Xi Jinping recebeu uma série de mandatários nas últimas semanas, a maioria presentes para os 19<sup>o</sup> Jogos Asiáticos em Hangzhou. Assinou acordo de cooperação estratégica com a Venezuela e a Síria, tendo recebido, antes dos jogos, os presidentes Nicolas Maduro (13/09), da Venezuela, e, para a abertura do evento, Bashar al-Assad (23/09), da Síria. Xi lembrou que a Síria foi um dos primeiros países árabes a estabelecer relações diplomáticas com a Nova China, e também foi um dos patrocinadores para restaurar a sede legal da Nova China

nas Nações Unidas<sup>107</sup>. Com o venezuelano, afirmou que a China "continuará apoiando firmemente os esforços da Venezuela para defender a soberania e a dignidade nacionais" contra interferências externas<sup>108</sup>.

- Aumentam as expectativas para que haja um encontro entre Biden e Xi durante cúpula da ASEAN a ser realizada nos EUA em novembro. Nas últimas semanas, o vice-presidente Han Zheng encontrou o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, nas marges da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Wang Yi, chefe da diplomacia da China, teve dois dias de reuniões, em Malta, com Jake Sullivan, Assessor de Segurança Nacional da Casa Branca<sup>109</sup>.
- Um navio de carga partiu de um terminal de contêineres do Porto de Nansha, em Guangzhou, província de Guangdong, para o Brasil, marcando a primeira rota de transporte direto regular do porto do Sul da China para o leste da América do Sul. Foi também a quinta rota marítima internacional recém-designada do porto de Guangzhou para os países BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — em 2023, ajudando a expandir ainda mais os canais comerciais entre empresas na Área da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e na América do Sul. A embarcação, operada pela COSCO Shipping Specialized Carriers Co Ltd, foi carregada com produtos de alto valor agregado fabricados na China, incluindo automóveis, máquinas de engenharia e eletrodomésticos<sup>110</sup>.
- Xie Zhenhua, o negociador-chefe de clima da China, disse que EUA, UE e China concordaram em trabalhar juntos para garantir o sucesso da 28ª reunião COP 28 do clima<sup>111</sup>.

### Sanitária

- A Comissão Nacional de Saúde da China classificou como a Monkeypox como uma doença infectocontagiosa de Classe B. Mês passado foram detectados 500 casos. De acordo com a Lei de Prevenção e Tratamento de Doenças Infectocontagiosas, a mudança permite suspensão de aulas, fechamento de negócios e quarentenas<sup>112</sup>.
- O Ministério da Ciência e Tecnologia elaborou uma lista de perguntas frequentes sobre as Regras Detalhadas para a Implementação dos Regulamentos sobre o Gerenciamento de

---

<sup>107</sup> Durante visita de Maduro, Venezuela e China anunciam novo nível de parceria estratégica. (2023, September 13). Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/13/durante-visita-de-maduro-venezuela-e-china-anunciam-novo-nivel-de-parceria-estrategica>

<sup>108</sup> 郭凯. (n.d.). Xi meets Syrian president. Com.Cn. Retrieved September 26, 2023, from <http://www.chinadaily.com.cn/a/202309/22/WS650d4c40a310d2dce4bb74e9.html>

<sup>109</sup> 郭凯. (n.d.). Xi meets Syrian president. Com.Cn. Retrieved September 26, 2023, from <http://www.chinadaily.com.cn/a/202309/22/WS650d4c40a310d2dce4bb74e9.html>

<sup>110</sup> New route facilitates biz ties for BRICS [Internet]. Ecns.cn. [cited 2023 Sep 26]. Available from: <http://www.ecns.cn/news/2023-09-06/detail-ihcscvpq5396142.shtml>

<sup>111</sup> <https://www.caixinglobal.com/2023-09-22/china-agrees-to-bridge-building-with-us-eu-at-upcoming-climate-summit-102111502.html>

<sup>112</sup> China Classifies Monkeypox as Class B Infectious Disease [Internet]. Caixinglobal.com. [cited 2023 Sep 26]. Available from: <https://www.caixinglobal.com/2023-09-15/china-classifies-monkeypox-as-class-b-infectious-disease-102104205.html>



Recursos Genéticos Humanos da China<sup>113</sup>. Regras sobre as relações com entidades estrangeiras também são esclarecidas.

### Socioeconômica

- Li Qiang, o premier chinês, incentivou que as pequenas e médias empresas se especializem em nichos tecnológicos sofisticados para fazer avançar a inovação no país. Pequenas e médias empresas de alta especialização fazem parte das cadeias de produtos de alta tecnologia em todos os países do mundo<sup>114</sup>. Entre 2018 e 2022, o número de pequenas e médias empresas na China cresceu em 50%, chegando a R\$ 51 milhões<sup>115</sup>.
- O Ministério de Ciência e Tecnologia divulgou números do setor na China. Fundos de pesquisa básica ultrapassaram, em 2022, pela primeira vez o valor de RMB¥ 200 bilhões. Os investimentos totais em pesquisa e desenvolvimento totalizam RMB¥ 3 trilhões. O aumento foi de 10% em relação ao ano anterior. A maior parte dos investimentos é feito por empresas privadas, como a Huawei. Outro relatório analisou artigos publicados por autores chineses numa lista de periódicos internacionais considerados de alto prestígio. Segundo a lista, acadêmicos chineses publicaram 16,3 mil artigos, ou 30.3% do total, superando os EUA pela primeira vez, que ficou com 26.7%. Os seis países com quem os chineses mais publicam são Estados Unidos, Austrália, Canadá, Alemanha e Japão<sup>116</sup>.
- A fabricante britânica de chips Arm Holdings Plc continuará trabalhando em proximidade com os parceiros chineses, disse seu chefe executivo, Rene Haas. A empresa recentemente realizou um IPO de US\$ 4.87 bilhões. O embargo tecnológico dos EUA contra a produção de micro-chips da China continua em vigor, e alguns resultados da busca pela autossuficiência da fabricação começam a surgir, como recentemente visto no novo telefone da Huawei<sup>117</sup>.

---

<sup>113</sup> 关于发布人类遗传资源管理常见问题解答的通知 - 中华人民共和国科学技术部 [Internet]. Gov.cn. 2023 [cited 2023 Sep 26]. Available from: [https://www.most.gov.cn/tztg/202309/t20230912\\_187931.html](https://www.most.gov.cn/tztg/202309/t20230912_187931.html)

<sup>114</sup> 8.Chinese premier stresses gathering strength in technological innovation [Internet]. Gov.cn. [cited 2023 Sep 26]. Available from: [http://english.www.gov.cn/news/202309/22/content\\_WS650ccc9fc6d0868f4e8dfa8e.html](http://english.www.gov.cn/news/202309/22/content_WS650ccc9fc6d0868f4e8dfa8e.html)

<sup>115</sup> 9.王若楠. SMEs: The lifeblood of China's economy - and the world's [Internet]. Chinaservicesinfo.com. [cited 2023 Sep 26]. Available from: <https://www.chinaservicesinfo.com/s/202306/28/WS649ba6fb498ea274927c1e22/smes-the-lifeblood-of-chinas-economy-and-the-worlds.html>

<sup>116</sup> 我国基础研究经费首破2000亿元—专家详解《2022年全国科技经费投入统计公报》-新华网 [Internet]. News.cn. [cited 2023 Sep 26]. Available from: [http://www.news.cn/fortune/2023-09/18/c\\_1129870037.htm](http://www.news.cn/fortune/2023-09/18/c_1129870037.htm)

<sup>117</sup> Liu Q. Huawei makes processor breakthrough in flagship smartphone. Financial Times [Internet]. 2023 Sep 20 [cited 2023 Sep 26]; Available from: <https://www.ft.com/content/11f1c1a3-4ac4-4b2a-99cd-e347928dc51f>



## Discurso de Biden na ONU e parceria EUA-Brasil pelos direitos dos trabalhadores

*Guto Galvão*

**Abstract.** President Biden's speech at the 78th UNGA was an important foreign policy speech in which he outlined his vision for America's role in the world. He stressed the importance of upholding democracy and human rights, addressing climate change, and strengthening global cooperation. The meeting between President Biden and President Lula was a significant breakthrough in the relationship between the United States and Brazil. The two countries are now working more closely than ever on a number of important issues. Launching the Partnership for Workers' Rights is a positive step towards promoting workers' rights worldwide.

**Resumo.** O discurso do Presidente Biden na 78ª AGNU foi um importante discurso de política externa, no qual ele delineou sua visão para o papel dos Estados Unidos no mundo. Ele enfatizou a importância de defender a democracia e os direitos humanos, enfrentar as mudanças climáticas e fortalecer a cooperação global. O encontro entre o Presidente Biden e o Presidente Lula foi um avanço significativo na relação entre os Estados Unidos e o Brasil. Os dois países estão agora a trabalhar mais estreitamente do que nunca numa série de questões importantes. O lançamento da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores é um passo positivo na direção de promover os direitos dos trabalhadores em todo o mundo.

### Discurso do Presidente Biden na 78 AGNU

O discurso do presidente Joe Biden na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de setembro de 2023, foi um importante discurso de política externa no qual ele delineou sua visão para o papel dos Estados Unidos no mundo. O discurso foi notável por seu foco na defesa da democracia e dos direitos humanos, no enfrentamento das mudanças climáticas e no fortalecimento da cooperação global.

Uma das novidades mais significativas do discurso de Biden foi o anúncio de uma nova aliança global para combater a insegurança alimentar. Essa aliança reunirá governos, empresas e organizações sem fins lucrativos para fornecer US\$ 2,76 bilhões em novos financiamentos para combater a fome em todo o mundo. Este é um compromisso significativo e é um sinal do compromisso do governo Biden em lidar com a insegurança alimentar global.

Outro aspecto notável do discurso de Biden foi sua promessa de US\$ 100 milhões em novos financiamentos para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas. Este é um aumento significativo no financiamento para adaptação climática e é um sinal do compromisso do governo Biden em enfrentar a crise climática.

Por fim, o discurso de Biden também reafirmou o compromisso dos Estados Unidos com o fim da pandemia de COVID-19. Ele anunciou que os Estados Unidos doariam mais 500 milhões de doses de vacina para o mundo. Esta é uma contribuição significativa para o esforço global para acabar com a pandemia.

No geral, o discurso de Biden na 78ª AGNU foi um apelo à unidade e cooperação globais para enfrentar os desafios do século 21. Ele enfatizou a importância de defender a democracia

e os direitos humanos, enfrentar as mudanças climáticas e fortalecer a cooperação global. Ele também fez uma série de anúncios específicos, incluindo o lançamento de uma nova aliança global para combater a insegurança alimentar, prometendo US\$ 100 milhões para ajudar os países a se adaptarem às mudanças climáticas e se comprometendo a acabar com a pandemia de COVID-19.

Resumo dos principais temas do discurso do Presidente Biden:

- **Defender a democracia e os direitos humanos:** o Presidente Biden reafirmou o compromisso dos Estados Unidos com a democracia e os direitos humanos e pediu a todos os países que defendam esses valores fundamentais. Ele também condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia e os abusos dos direitos humanos da China em Xinjiang.

- **Enfrentar as mudanças climáticas:** o Presidente Biden pediu aos líderes mundiais que tomem medidas mais ambiciosas para enfrentar as mudanças climáticas. Ele anunciou que os Estados Unidos dobrarão suas contribuições de financiamento climático para países em desenvolvimento e pediu a todos os países que estabeleçam metas ambiciosas de zero líquido.

- **Fortalecer a cooperação global:** o Presidente Biden ressaltou a importância da cooperação global para enfrentar os desafios do século 21. Ele pediu a todos os países que trabalhem juntos para derrotar a Covid-19, promover a recuperação econômica global e prevenir conflitos.

É difícil dizer neste momento qual será o impacto a longo prazo do discurso do Presidente Biden. No entanto, é claro que ele estabeleceu metas ambiciosas para os Estados Unidos e a comunidade mundial. Resta saber se esses objetivos podem ser alcançados, mas o discurso de Biden é um passo positivo na direção certa.

### **Reunião do presidente Biden com o presidente Lula**

O presidente Biden e o presidente Lula se reuniram em Nova York em 20 de setembro de 2023 para discutir uma série de questões, incluindo mudanças climáticas, direitos dos trabalhadores e democracia.

Ambos os líderes expressaram o compromisso de trabalhar juntos para enfrentar a crise climática. Eles anunciaram uma nova parceria para mobilizar centenas de milhões de dólares para conservar a Amazônia e outros ecossistemas críticos na América Latina. Eles também discutiram a importância de acelerar a transição para a energia limpa e criar empregos no setor de energia limpa.

Os Presidentes Biden e Lula também discutiram a importância dos direitos dos trabalhadores. Eles anunciaram uma nova Parceria para os Direitos dos Trabalhadores, que se concentrará na promoção do crescimento econômico inclusivo, no apoio ao poder de negociação dos trabalhadores e na garantia de que os trabalhadores se beneficiem da transição para novas tecnologias.

Por fim, os Presidentes Biden e Lula discutiram a importância da democracia e dos direitos humanos. Eles reafirmaram seu compromisso de trabalhar juntos para defender esses valores em todo o mundo.

Principais conclusões da reunião:

Os Estados Unidos e o Brasil estão comprometidos em trabalhar juntos para enfrentar a crise climática e acelerar a transição para a energia limpa.

Os dois países também estão comprometidos em promover os direitos dos trabalhadores e garantir que os trabalhadores se beneficiem da transição para novas tecnologias.

Biden e Lula reafirmaram seu compromisso com a defesa da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo.

O encontro entre os presidentes Biden e Lula foi um avanço significativo na relação entre os Estados Unidos e o Brasil. Os dois países estão agora a trabalhar mais estreitamente do que nunca numa série de questões importantes.

### **A Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores**

Os presidentes Biden e Lula lançaram a [Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores](#), a primeira iniciativa global conjunta Brasil-EUA para promover os direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Por meio da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores, o presidente Biden unirá forças com o presidente Lula para defender uma agenda de justiça e sustentabilidade na economia global e garantir que o crescimento econômico não deixe ninguém para trás.

Esta iniciativa se baseia em muitos anos de colaboração bem-sucedida entre os Estados Unidos e o Brasil para promover a igualdade racial e a justiça, proteger o meio ambiente e enfrentar a crise climática, fortalecer a democracia e promover os direitos dos trabalhadores por meio de diálogos trabalhistas bilaterais.

Com esta nova iniciativa, os Estados Unidos pretendem fortalecer e expandir a cooperação bilateral existente sobre essas questões entre nossos dois países, e trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas trabalhistas dos EUA e do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho, para enfrentar alguns dos desafios mais salientes enfrentados pelos trabalhadores em todo o mundo.

Para avançar em nossos objetivos compartilhados, os Estados Unidos, o Brasil e parceiros pretendem realizar atividades conjuntas destinadas a:

1. Aumentar a consciência dos trabalhadores sobre os seus direitos e capacitá-los para reivindicar os seus direitos;
2. Elevar o papel central dos trabalhadores para garantir que a transição para a energia limpa proporcione oportunidades significativas e bons empregos para todos;
3. Em estreita colaboração com nossos parceiros globais, estabelecendo uma agenda centrada em elevar a importância dos trabalhadores em instituições multilaterais como o G20, a COP 28 e a COP 30;
4. Apoiar e coordenar programas de cooperação técnica trabalhista;
5. Buscar novos esforços para capacitar os trabalhadores e proteger os direitos trabalhistas na economia de gig e plataformas;
6. Envolver os parceiros do setor privado em abordagens inovadoras para criar trabalho decente nas principais cadeias de abastecimento e combater a discriminação no mundo do trabalho.

Esta nova parceria promove o compromisso duradouro da Administração Biden-Harris com os direitos dos trabalhadores e os bons empregos. O governo tornou os direitos

trabalhistas e o empoderamento centrais para seus esforços para criar uma economia que funcione para os trabalhadores e fez investimentos históricos nos Estados Unidos e nos trabalhadores americanos. Até o momento, a Administração:

1. Estabeleceu uma Força-Tarefa da Casa Branca para mobilizar as políticas, programas e práticas do governo federal para capacitar os trabalhadores a se organizarem e negociarem com sucesso com seus empregadores;
2. Editou uma proposta de regra estendendo o pagamento de horas extras a até 3,6 milhões de trabalhadores;
3. Protegeu as pensões de milhões de trabalhadores sindicalizados;
4. Criou quase 13,5 milhões de novos empregos – incluindo 800.000 empregos industriais.

O presidente Biden também saudou a adesão do Brasil à Parceria Multilateral sobre Organização, Empoderamento e Direitos dos Trabalhadores (M-POWER), lançada em 2022 como parte da Iniciativa Presidencial sobre Renovação Democrática do governo Biden-Harris, e espera continuar a se envolver neste importante esforço para elevar o papel dos trabalhadores e da organização dos trabalhadores no fortalecimento da democracia.

Os Estados Unidos esperam trabalhar com o Brasil para trazer mais partes interessadas e parceiros globais para criar prosperidade inclusiva, sustentável e amplamente compartilhada para os trabalhadores no país e no exterior.

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO**

**Adhemar Bahadian** – Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

**Anna Carole D’Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** – Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** –Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

**Harim Baek** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Matheus dos Santos da Silveira** - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Samia de Brito** - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são mais de **70** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVAQPrzpQUQhqa-0obSN>

## **Próximos seminários – Série 2023**

**Dia 4 de outubro – Saúde na ONU e em dois continentes: Américas e Áfricas**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 17/2023**

***Período de 14 a 27 de setembro de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.**

**257 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**